

NÃO EM NOSSO NOME!

**TEXTOS DE COMBATE
NA DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA**

Marco Mello, César Rolim, Liliane Giordani (Org.)

A palavra é, também, uma arma de combate. Ela expressa para todas e todos que aqui se fizeram presentes, gritos de indignação, manifestações de revolta que ecoaram na arena pública. Palavras que trouxeram lucidez, sensibilidade e a inteligência coletiva de gente guerreira que, na labuta cotidiana, encontrou tempo para se associar e tecer admiráveis produções coletivas. Palavras que romperam as cercas da indiferença e do conformismo, que ousaram dizer não aos senhores da casa-grande e aos capitães do mato a eles subservientes. Palavras que se insurgiram contra o arbítrio, a censura, as tentativas de amordaçamento de nossas vozes, de vigilância dos nossos corpos, de mitigação da autonomia docente. Palavras que se aquilombaram na forma de textos que testemunharam práxis de resistências, de beleza, de alegrias insuspeitas colhidas desde o chão das salas de aula, que capturam, com sensibilidade e afeto, olhares, gestos, sentimentos, energias vitais de uma estudantada ruidosa e alegre que não aparece nos índices míopes de Ideb algum. Palavras em caixa alta, que exaltaram com firmeza a dignidade do trabalho docente. Palavras em caixa baixa, que nos emocionaram a partilhar dos mutirões de solidariedade que atravessaram fronteiras institucionais e aliançaram corações e mentes em torno das boas lutas pela justiça social, ambiental e curricular. Palavras que circularam das telas para as salas de aula, que ganharam novos cômodos em consciências, que provocaram reflexões. Palavras-rastilhos de esperanças, embebidas de utopias que acenderam rebeliões.



NÃO EM NOSSO NOME !

**TEXTOS DE COMBATE
NA DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA**

Marco Mello, César Rolim, Liliane Giordani (Org.)

Até quando?¹

Na primeira noite eles se aproximam,
mudam a rotina da escola,
acabam com as reuniões pedagógicas,
sonegam direitos, perseguem lideranças.
Mas muitos de nós preferem não dizer nada

Na segunda noite elas iludem os ingênuos,
dão um golpe,
alteram a base curricular,
e volta a velha organização seriada.
A Córtex sofisticada o controle.
E, acuados e cheios de culpa, não dizemos nada

Na noite seguinte, no canetaço,
o homem do chapéu de palha que trabalha para as empreiteiras
acaba com as eleições de direções das escolas
e lá põe novos capitães-do-mato.
Mas, como não somos direção, nem militantes ou ativistas,
lamentamos, calados, e não fazemos nada

Na noite derradeira,
ungidos pela ideologia fascista
e obcecados pelo Ideb
em marcha, com tochas acesas
e bíblias surradas embaixo do braço,
entram nas nossas salas de aula,
pisam em nossa dignidade,
vigiam nossos passos,
matam nossos sonhos
e amordaçam nossa voz,
mas aí,
aí já é tarde.
Apesar da resistência,
já não podemos fazer mais nada.

Marco Mello

¹ MELLO, Marco. *Até quando?* (Vídeo com leitura do poema). Instagram: @poancestral e @virada_ufrgs. Porto Alegre, 16 fev. 2025. Livrementemente inspirado nos discursos anti-nazistas do pastor luterano alemão Emil Niemöller, conhecido sob o título “E não sobrou ninguém” (1946) e no poema “No caminho com Maiakóvski” (1968), de Eduardo Alves da Costa. Disponível em: <https://tinyurl.com/yvuu3xv6>. Acesso em out 2025.

Créditos

“Não em nosso nome! Textos de combate na defesa da educação pública” é uma iniciativa coletiva, autogestionária e solidária com produções de educadoras, educadores, pesquisadoras, pesquisadores, operadores(as) de direito, técnicas(os) em assuntos educacionais e militantes no campo associativo e sindical junto à Educação Básica na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre (RME/PoA) e do Ensino Superior, vinculados à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Entidades copatrocinadoras:

Sindicato dos Municipários de Porto Alegre (SIMPA), Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN - Seção UFRGS), Sindicato dos Técnicos-Administrativos em Educação da UFRGS, UFCSPA e IFRS (ASSUFRGS), Grupo Rodaviva e Grupo Nhamandu da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre (SPPA), Associação dos(as) Trabalhadores(as) em Educação no Município de Porto Alegre (ATEMPA) e Associação Mães e Pais pela Democracia (AMPD).

Organizadoras/es

Marco Mello

César Rolim

Liliane Ferrari Giordani

Revisão

Clarice Gorodicht

Projeto gráfico e diagramação

André Dornelles Pares

@umprofessordiarior

Arte/Fotos da Capa e contracapa:

André Dornelles Pares

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E53 Não em nosso nome! Textos de combate na defesa da educação pública / Marco Mello, César Rolim, Liliane Ferrari Giordani (organizadores).-- Porto Alegre: Grafiset, 2025.
294 p.: il.

ISBN: 978-85-66100-07-5

1. Educação. 2. Política Educacional. 3. Política Curricular. 4. Gestão Democrática (Porto Alegre, RS). 5. Educação Inclusiva e Políticas afirmativas. 6. Porto Alegre. I. Mello, Marco. II. Rolim, César. III. Giordani, Liliane Ferrari.

CDU 371/372 (816,51)

Bibliotecária Responsável: Ana Lúcia de Macedo Rüdiger CRB 10/963

Esta publicação é de acesso livre e é permitida sua reprodução, em parte ou no todo, sem alteração de conteúdo, desde que citada a fonte e sem fins comerciais.

SUMÁRIO

13 Apresentação

1. Política educacional: gestão, financiamento e controle social

- 17 A educação pública municipal de Porto Alegre na atualidade
Liliane Giordani, César Rolim
- 20 De onde vem e para onde vai a educação na capital do RS
Marco Mello, César Rolim
- 24 Eleição das direções das escolas municipais de Porto Alegre:
uma conquista da democracia
César Rolim, Liliane Giordani
- 27 É possível educar sem democracia?
Marco Mello, César Rolim, Liliane Giordani
- 29 Os ataques à gestão democrática na Rede Municipal de
Ensino de Porto Alegre
André Pares, César Rolim, Liliane Giordani, Lizeane Fortes, Rosele de Souza
- 33 Instituto Alicerce: quem são eles?
Giovane Zuanazzi
- 39 Instituto Alicerce: eles querem te vender
Giovane Zuanazzi
- 48 Municipalização às pressas: o risco de desmonte da educação pública
em Porto Alegre
Geana Krause
- 49 Quando o mercado toma a escola: neoliberalismo e resistência
em Porto Alegre
Silvana Brazeiro Conti
- 53 O futuro da gestão democrática na Educação em Porto Alegre
Aline Kerber
- 56 “Edital” para direção de escola pública destrói o cerne
da Educação Pública
Coletivo por Democracia na Escola Pública

2. Política curricular e avaliação

- 63 Quando começa o fim da picada? Governo Melo e os atentados à educação pública em Porto Alegre
Laura Fonseca, César Rolim, Marco Mello, Liliane Giordani
- 68 Avaliação educacional e desigualdades territoriais: Reflexões sobre o Ideb da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre
Camila dos Reis, Regina Maria Duarte Scherer, Mateus Saraiva
- 73 Impactos das políticas educacionais neoliberais sobre a Educação Física escolar da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre
Carlos Eduardo Berwanger, Filipe Ribas de Aguiar
- 80 De volta à caverna? A Filosofia, sob ataque, resiste!
André Pares, Marco Mello, Inara Zanuzzi, Priscilla Spinelli, Magali Menezes, Patrícia Velasco, Christian Lindberg
- 87 Tambor, ar, chão: o Coletivo Tambores de Freire e a cultura musical popular no contexto da educação pública
Victória Rocha, Nilson da Silva Araujo (Tòkunbò), César Rolim
- 89 Sons do Morro: Maquinaria da resistência
Michelle Cavalcanti
- 94 A fonte literária e as águas límpidas das escolas públicas que brotam entre os jacarandás na Praça da Alfândega
Marco Mello, Clarice Gorodicht
- 104 Fazeres Pedagógicos: um espaço de vivências e resistências pedagógicas
Evandro Alves, José Luis Machado, Paulo Sérgio da Silva, Rafael Arenhaldt, Raiane Medeiros Pinheiro
- 112 A Escola Cidadã fez história em Porto Alegre
Mariângela Bairros
- 115 O inimigo (nem tão) invisível
Marcus Vianna, Nina Becker, Rodrigo Nickel

3. Liberdade de ensino

- 119 Liberdade de expressão não pode ser pretexto para negar a História
CPHIS
- 123 SIMPA aciona justiça contra a Lei da Mordação
SIMPA
- 124 Câmeras em sala de aula: é essa a solução?
Anderson Barcelos Martins
- 126 A falta de vergonha da vigilância ideológica de câmera em sala de aula
André Pares, Lizeane Fortes
- 129 A vigilância da câmera na lógica do controle na educação pública municipal de Porto Alegre
César Rolim, Rosele Cozza Bruno de Souza, Liliane Giordani

4. O direito à diferença

- 135 Ser e estar aqui, o (re)existir
César Rolim, Katiuscha Lara Genro Bins, Liliane Giordani, Marco Aurélio Ferraz
- 137 Territórios escolares: acolhimento e pertencimento
Liliane Giordani, Rúbia Vogt, César Rolim
- 139 Ser ‘SIR’ é resistir: educação inclusiva nas Salas de Integração e Recursos de Porto Alegre
Liliane Giordani, Marco Aurélio Freire Ferraz
- 141 Mais uma perda na Educação de Porto Alegre:
O fim de Projetos de Promoção da Vida e Prevenção a Violências
André Pares, Lizeane Borges, Alice Lewkowicz, Denise Lahude, Flávia Maltz, Magaly Wainstein
- 147 Sofrimento psíquico de estudantes e professores nas escolas:
o cuidado como estratégia do bem-viver
Denise Lahude, André Pares

- 152 Territórios de resistência:
a construção de um Serviço de Promoção da Vida na Educação
Denise Lahude
- 158 Violências e práticas de autonomia escolar
*Ângela Saikoski Delavechia, Davi Teles Dietrich Lessa,
Ludmilla Alves Fagundes, Pedro da Silva Silveira*

5. Educação de Jovens e Adultos: dever do Estado, direito da cidadã e do cidadão

- 169 Pé no chão, força na luta! Descolonizar a educação, democratizar
e reconstruir o Brasil
Marco Mello, César Rolim
- 173 A EJA entre estorinhas de gabinete e as Histórias dos ‘de baixo’
Amarildo Veiga, César Rolim, Janice Freitas, Marco Mello
- 177 As setas e os caminhos da boa luta
Marco Mello, César Rolim
- 181 Por uma Educação de Jovens e Adultos pública e inclusiva
César Rolim, Katiusha Lara Genro Bins, Liliane Giordani
- 185 Educação de Jovens e Adultos e Educação Física Escolar
*Fabiano Bossle, Luciana de Oliveira Nunes,
Carlos Eduardo Berwanger, Francisco Goldschmidt Filho*

6. 60 anos do Golpe de 1964 e 40 anos da Campanha Diretas Já!

- 189 Lembrar ou esquecer? Sobre a superação de um trauma coletivo
que ainda gera sofrimento e sangra todos os dias!
Marco Mello, Fernanda Feltes, César Rolim, Josiane Mozer
- 193 A memória coletiva como expressão da luta de classes: disputas
em torno da Ditadura e das Diretas Já!
Josiane Mozer, Fernanda Feltes, César Rolim, Marco Mello

- 196** O ensino de história diante de golpes de Estado e ditaduras
César Rolim, Marco Mello, Vicente Schneider
- 200** A problematização dos passados presentes da ditadura civil-militar a partir da crítica documental: oficina para os direitos humanos na EMEF Gov. Ildo Meneghetti
Vicente Schneider
- 206** Por justiça, reparação e punição aos crimes da ditadura: ainda estamos aqui!
César Rolim, Fernanda Feltes, Frederico Bartz

7. O direito à cidade e a ancestralidade insurgente

- 217** Carta do PoAncestral às educadoras e aos educadores, sob a fogueira insurgente
Marco Mello, Inês Maria Vicentini
- 220** Porto Alegre ancestral: passado e presente na educação e na luta
Roselena Leal Colombo, Cláudia Porcellis Aristimunha
- 224** PoAncestral – a alegria muito além de 253
Inês Vicentini, Roselena Colombo, Marco Mello, João Maurício Farias
- 227** A luta pelo direito à cidade das pessoas em situação de rua em Porto Alegre e o papel de uma educação pública e libertadora
César Rolim, Míriam Pereira Lemos, Renato Farias dos Santos
- 234** SIMPA visita escolas para verificar situação das estruturas e dos servidores/as devido à enchente
SIMPA
- 236** O caos no trânsito em Porto Alegre: uma reflexão sobre a má gestão pública de transporte da cidade
Thomaz Campos e Souza
- 238** O Plano Diretor de Porto Alegre e o direito à cidade
César Rolim, Jacqueline Custódio
- 246** O silêncio dos escudos: Greve, repressão e o acordo que silenciou
Patrícia Zander Lopes

8. Notas em Manifestos

- 251 Entrega da Educação Pública através de Parcerias Público Privadas – NÃO!
ATEMPA
- 252 Educação pública em colapso: corrupção na SMED e descaso do governo deixam escolas em completo abandono
ATEMPA
- 253 Falta compromisso com a Educação, mas há escândalos de corrupção por todos os lados
SIMPA
- 255 Manifesto em defesa da gestão democrática da educação e da escola pública em Porto Alegre
42 instituições e organizações de caráter comunitário, associativo, sindical e acadêmico
- 258 Carta Aberta à população de Porto Alegre sobre o fim das Eleições para Direções de Escolas imposto pelo Prefeito Melo
Movimento Eleição também é Educação
- 261 Contra-Argumentação à medida do Prefeito Melo que quer acabar com Eleições para Direção nas Escolas de Porto Alegre
Movimento Eleição também é Educação
- 266 Educadores denunciam ataque à gestão democrática nas escolas municipais de Porto Alegre
CPHIS
- 269 Comunidade Escolar se mobiliza contra fechamento de Turmas e dos Cursos Normal/Magistério
SIMPA
- 271 Magistério no Emílio Meyer, FICA!
Estudantes da Escola Municipal de Educação Básica Emílio Meyer
- 273 Posfácio

277 Mateus Aleluia e Paulo Freire: dois luzeiros a sinalizar os caminhos
César Rolim, Marco Mello, Liliane Giordani

283 Sobre as autoras e autores

APRESENTAÇÃO

“Não em nosso nome! Textos de combate na defesa da educação pública” é uma obra que reúne um conjunto amplo e diverso de produções conjunturais, elaboradas no calor dos embates na defesa e afirmação do direito à educação pública, democrática, libertadora, laica e inclusiva, a partir de Porto Alegre.

O livro é uma iniciativa coletiva, solidária e independente, auto-organizada por um grupo de educadoras(es), pesquisadoras(es) e militantes no campo associativo e sindical junto à Educação Básica na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre (RME/PoA) e do Ensino Superior, vinculados à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Nosso objetivo foi reunir e publicizar análises de teor crítico sobre os ataques e as tentativas de desmonte da educação pública na capital gaúcha. Trata-se de um registro caleidoscópico e de perspectiva complementar, que abrange o recorte temporal do triênio 2023-2025. Nesse tempo, a coalizão neoliberal que governa a cidade, sob a condução nefasta de Sebastião Melo (MDB), desencadeou uma profunda ofensiva em relação aos direitos de cidadania e à educação pública, sob o influxo da reforma empresarial e do gerencialismo educacional que, sabemos, trata-se de um projeto multiescalar da pedagogia do capital.

Esse é também, e sobretudo, um libelo de resistência e de múltiplos contrapontos de organizações coletivas e intelectuais da classe trabalhadora a tais ataques. Por isso, em cada página encontraremos argumentos tão consistentes quanto afiados, lutas de resistência e afirmação do direito à cidade e à educação pública travadas no período.

Este livro pode ser lido como um manifesto público e polifônico na defesa de uma escola-cidade na qual se viva de forma cidadã, em que caibam todas as vozes, todos os corpos, todas as culturas, todos os sotaques. Uma escola-cidade que pulse sob o ritmo da diversidade, que escute, que dialogue, que transforme. Um território que, ao afirmar o direito à palavra e à existência, reitere a possibilidade radical da democracia como prática cotidiana e projeto de mundo.

O trabalho reúne sessenta produções conjunturais e concisas. São, em grande parte, produções coletivas: artigos de opinião, reportagens e manifestos, veiculados em órgãos da imprensa identificados com os interesses da classe trabalhadora, como os Jornais Brasil de Fato RS, Sul21, Matinal Jornalismo e da UFRGS, como o Jornal da Universidade. A esse rol se somam artigos em versões condensadas, que circularam originalmente em periódicos acadêmicos, além de produções inéditas, como relatos de experiências docentes, de atividades formativas e em caráter exten-

sionista, além de notas informativo-analíticas veiculadas nas redes sociais das entidades representativas da categoria de docentes e técnicos em educação.

Estão presentes nesta produção temáticas agrupadas em oito seções: Política educacional: gestão, financiamento e controle social; Política curricular e avaliação; Liberdade de ensino; O direito à diferença; Educação de Jovens e Adultos: dever do Estado e direito do cidadão e da cidadã; 60 anos do Golpe de 1964 e 40 anos da Campanha Diretas Já!; O direito à cidade e a ancestralidade insurgente e, por fim, Notas em Manifesto.

Com relação às autoras e aos autores, vamos encontrar: docentes da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre, de diferentes níveis e modalidades de ensino, de diversas áreas de conhecimento e de vários territórios da cidade; técnicas e técnicos administrativos em educação; estudantes e docentes da UFRGS; estudantes de graduação e pesquisadoras(es) independentes; docentes da Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul; psicanalistas do Grupo Rodaviva, da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre (SPPA); além de organizações do campo comunitário, associativo, sindical e acadêmico.

Manifestamos nossa gratidão às organizações parceiras e copatrocinadoras desta iniciativa: Sindicato dos Municipários de Porto Alegre (SIMPA); Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN - Seção UFRGS); Sindicato dos Técnico-Administrativos em Educação da UFRGS, UFCSPA e IFRS (ASSUFRGS); Grupo Rodaviva e Grupo Nhamandu da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre (SPPA); Associação dos(as) Trabalhadores(as) em Educação no Município de Porto Alegre (ATEMPA); e Associação Mães e Pais pela Democracia (AMPD). Destacamos ainda o apoio à iniciativa por parte do Fórum pela Inclusão Escolar, do Projeto Fazeres Pedagógicos, do Projeto Aluno Pesquisador, do PoAncestral, do Coletivo de Professoras(es) de História da RME/PoA (CPHIS), dos Tambores de Freire e da Orquestra Sons do Morro, do GT História e Marxismo, Seção RS, da Associação Nacional de História (ANPUH) e da Associação Brasileira de Ensino de Filosofia (ABEFil).

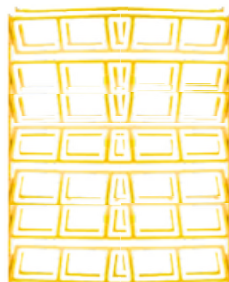
Agradecemos, por fim, à colega Ana Rüdiger, que generosamente confeccionou a ficha catalográfica da obra, além do precioso trabalho de revisão de Clarice Gorodicht e da elaboração do belo projeto gráfico, capa e diagramação por André Pares, que teve decisiva participação nesta empreitada coletiva.

Esperamos que esses registros e análises da história-presente possam contribuir para construirmos leituras críticas e de conjunto sobre o período, com suas tensões, vicissitudes e desafios. Sobretudo porque a história é um processo dinâmico e em constante refazer-se a partir das lutas sociais, nossa expectativa é de que sistematizações como esta possam nos encorajar a seguir em frente e, de diferentes formas, nos convide e nos convoque a ingressarmos nas fileiras para o bom combate, coletivo e organizado, junto à nossa classe.

Marco Mello, César Rolim, Liliane Giordani (Orgs.)

1

POLÍTICA EDUCACIONAL: GESTÃO, FINANCIAMENTO E CONTROLE SOCIAL



A educação pública municipal de Porto Alegre na atualidade¹

Liliane Giordani, César Rolim

“Só existirá Democracia no Brasil no dia em que se montar no País a máquina que prepara a Democracia. Essa máquina é da Escola Pública”

Anísio Teixeira.

“A Escola Pública deve ser uma Escola Cidadã, uma escola de comunidade, de companheirismo. É uma escola de produção comum do saber e da liberdade. É uma escola que vive a experiência tensa da democracia”

Paulo Freire – Pedagogia da autonomia.

A cidade de Porto Alegre, que já foi uma referência internacional da educação pública, da democracia, da cidadania, do protagonismo e da participação popular, hoje é uma cidade entristecida, mal-cuidada e com seus serviços públicos precarizados. Vivemos a devastação deixada pela crise socioambiental, que segue com suas marcas em cada vida afetada, nos mais diversos bairros da capital gaúcha. Nossas escolas públicas municipais, representadas na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre (RME/PoA) – muitas ainda não recuperadas em sua plenitude – sentem o resultado do descaso, da desvalorização e da precarização dos salários e das condições de trabalho dos(as) trabalhadores(as). Os índices do IDEB são uma consequência direta do baixo investimento, das aquisições de materiais sem demanda real das escolas, das estruturas físicas abandonadas, da ausência de formação continuada de educadoras(es) e das perdas salariais acumuladas em cerca de 30% de todo o serviço público municipal.

O atual prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo, aplicou na RME/PoA, em 2023, somente 16,29% do orçamento, o que, nem de longe, atende ao percentual previsto em lei, pois a Constituição Federal determina a aplicação de, no mínimo, 25% da receita resultante de impostos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE). Em 2024, temos mais de 10 mil crianças sem vaga na Educação Infantil, situação que fere os direitos das crianças e das mulheres que necessitam trabalhar e não têm um espaço de atendimento educacional adequado para seus filhos e filhas. Em relação à Educação de Jovens e Adultos (EJA) ocorre um gradativo desmonte a partir da ausência de divulgação e de chamada pública

¹ Artigo de Opinião publicado originalmente no Jornal Sul21 em 23 out. de 2024.

por matrículas, tarefa da prefeitura municipal, pois sabemos que existe uma demanda de milhares de pessoas que não concluíram o Ensino Fundamental nas dezenas de comunidades onde existem escolas que oferecem essa modalidade de ensino.

Melo desrespeita a Constituição, gerenciando mal os recursos; exemplo disso são as denúncias de corrupção na sua gestão, com, inclusive, a detenção da ex-Secretária de Educação do seu governo. No entanto, ele insiste em afirmar nos debates públicos que: *“o povo não quer saber de ideologia, quer saber de quem tapa o buraco”*. Não, senhor prefeito! Ser um bom gestor de uma cidade requer, além das ações de zeladoria, uma visão de mundo, uma forma de enxergar e de conduzir uma cidade – e não existe nada mais ideológico do que isso. Aliás, algumas das características ideológicas do atual prefeito, bem como de seu antecessor Marchezan Júnior, é o neoliberalismo (a partir de parcerizações, terceirizações, privatizações), que promove o desmonte da máquina pública, o negacionismo climático e a transferência de responsabilidades, no qual as tão festejadas “parcerias” nada mais são do que delegar ao poder econômico responsabilidades que cabem a quem foi eleito para governar.

Precisamos debater e apresentar para a sociedade o risco que corremos quando se tem a ausência de comprometimento do Estado com os processos de escolarização, com a formação e a qualificação de professoras(es) e com a avaliação transparente dos processos inclusivos. Para tal, a efetivação das condições de acesso e de permanência, da participação e de aprendizagem constituem a diretriz política e ideológica, com a qual se sustenta a educação como direito subjetivo universal, previsto pela Constituição Federal.

Além disso, o prefeito desempenha papel preponderante na promoção das diretrizes políticas e na ampliação do debate político-pedagógico. Em muitos espaços, por meio da figura do gestor mobilizam-se os tensionamentos políticos, éticos e os princípios legais que respaldam a efetivação do direito ao acesso à educação pública de qualidade. Portanto, além da docência, a gestão é determinante para a realização nas proposições políticas e educacionais, como espaço de potência para a educação de todas as pessoas: sem exceção!

Em algumas situações, as marcas geradas por um discurso “da não aprendizagem” traz como resultado uma excessiva preocupação por parte de professoras(es) na medida em que as(os) estudantes avançam nas etapas da escolarização. Pode-se afirmar que a proposição de uma plural e democrática, com seus desdobramentos político-pedagógicos, ainda precisa avançar muito na construção de um cenário educacional brasileiro que permita o acesso universal.

Uma política educacional precisa estar pautada na garantia do direito à educação pública, ao acesso e à permanência dos sujeitos nos espaços escolares, bem como na construção dos processos de aprendizagem, oferecendo equidade, ou seja, a oferta do que cada pessoa necessita para a construção de sua aprendizagem. Outrossim, é imprescindível implementar programas de formação continuada para todas(os) profissionais da educação, com foco em práticas pedagógicas que considerem o desenho universal da aprendizagem como um princípio.

A proposta para uma Escola Plural e Cidadã se firma nos processos relacionais, nas práticas de afirmação da diferença política, na consideração dos tempos e dos modos de aprender de cada sujeito, na inclusão da pluralidade e da singularidade de cada estudante, em movimentos, tensionamentos e (re)significações do fazer pedagógico. A experiência nos ensina que as instituições educacionais e seus profissionais, independentemente de suas configurações, ampliam seu repertório pedagógico ao trabalharem de forma colaborativa e corresponsável quando a gestão pública é séria e responsável e ideologicamente comprometida com os interesses da sociedade.

Nas gestões da administração popular (1989-2004), Porto Alegre obteve os melhores índices em qualidade da educação, com a sua Rede Municipal de Ensino valorizada. A capital gaúcha foi referência de gestão democrática, com ampla participação dos Conselhos Escolares e, portanto, das comunidades onde as escolas estão inseridas. Que possamos voltar a chamar nossas escolas públicas de Porto Alegre de “Escola Cidadã”, coerente com a liberdade, como aponta Paulo Freire, coerente com o seu discurso formador, libertador: “Cidadã” na medida mesma em que se exercita na construção da cidadania de quem usa o seu espaço. Logo, não temos mais tempo para perder! É urgente retomar o direito pleno de estudantes e trabalhadoras(es) em educação de voltar a acreditar na importância fundamental e no caráter transformador da Educação na vida das pessoas.

Diferente do pensamento ideológico do atual prefeito, que acredita que a Educação e as demais áreas dos serviços e espaços públicos são um grande balcão de negócios, o campo da esquerda tem defendido que a escola pode e deve ser um local de pleno saber, de reflexão crítica, de diálogos, de compartilhamentos, de inclusão e de acolhimento, representada por uma educação pública, plural, com caráter popular e participativa. Porto Alegre precisa trazer de volta a educação pública, com a valorização da sua Rede Municipal de Ensino nas páginas de publicações acadêmicas – e deixar para trás as páginas policiais.

De onde vem e para onde vai a educação na capital do RS¹

Gestão da Secretaria Municipal de Educação nos últimos quatro anos foi marcada por privatizações e corrupção

Marco Mello, César Rolim

Para onde vai?

Para onde vai, saberemos daqui a algumas dezenas de horas, com o resultado das urnas eleitorais no segundo turno do pleito que se encerra dia 27 de outubro, domingo. De nossa parte, assim como da esmagadora maioria das(os) colegas educadoras(es) que padeceram muito de perto e lutaram contra o horror que foi a gestão de Sebastião Melo na Prefeitura e seus prepostos à frente da Secretaria Municipal de Educação (SMED), a expectativa é de uma mudança profunda de rumos com a eleição de um projeto com um caráter popular e alternativo ao existente.

O que anuncia a candidatura de Melo, se tomarmos como fonte o registro oficial de sua plataforma programática, registrada junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TRE)?

Compra, contrato, temporário: a educação como negócio privado

A política é a arte da retórica. E, no caso de Melo (MDB) e Betina Worm, do Partido Liberal (PL) – uma ilustre desconhecida, militar, bolsonarista declarada e, especula-se, possa ficar no lugar de Melo, se houver mudança no tabuleiro e ele se candidatar a governador em 2026 –, a política assume a face de dissimulação e engodo. Mas há também verdades aqui e ali, como pérolas jogadas aos porcos.

“Desde 2021, a Prefeitura criou mais de 6.000 novas vagas em creches e lançou um edital para comprar mais 1.500 vagas. Além disso, foram contratados mais de 1,6 mil professores, 454 monitores efetivos, e 1,3 mil profissionais temporários.” (PLANO DE GOVERNO. Melo e Betina, ago. 2024).

A campanha eleitoral de 2024 teve a peculiaridade de trazer para o centro dos debates, no campo da educação, a demanda historicamente represada da Educação Infantil, que é responsabilidade legal dos governos municipais.

O extrato selecionado do Programa de Governo do candidato e candidata de Jair Bolsonaro na Capital, já na sua primeira página, identifica o que foi o governo Melo. E o que pretende continuar a ser. Um governo a serviço dos negócios privados, nos quais a gramática explícita o ideário: compra, contrato, temporário, parcerizações e concessões.

¹ Artigo de Opinião publicado originalmente no Jornal BR de Fato em 26 out. 2024.

Gambiarras, negócios rentáveis e troca de favores com a base populista, fisiológica (sempre em busca de cargos), fundamentalista e conservadora que o sustenta.

Diante do indeterminado, vejamos brevemente o que vem sendo a educação realizada na gestão que se conclui agora, e o que Sebastião Melo e Ricardo Gomes “entregaram” para a cidadania porto-alegrense.

Os quatro cavaleiros do apocalipse a serviço da cruzada neoliberal

O orçamento é atrativo. Há que se concordar. São centenas de milhões, entre custeio e investimento, contabilizadas as transferências entre os entes federados.

Tivemos na gestão na SMED de Porto Alegre, em quatro anos, duas secretárias e dois secretários de educação, em uma sucessão de crises, má-gestão, indícios de corrupção e descréditos que parecem intermináveis. Todos eles identificados e a serviço da escalada autoritária expressa pelo bolsonarismo e a extrema direita. Vejamos seus traços principais.

A rainha mandona, a rosa de fala mansa e esquemas furiosos, o chefe do almoxarifado e o “famoso-quem”?

A primeira das secretárias foi Janaina Audino (jan. 2021 a mar. de 2022), um quadro técnico ligado ao lobismo do *Movimento Todos pela Educação*, coalizão privatista bancada por gigantes do mundo empresarial e cria do Instituto Jama e Fundação Maurício Sirotsky, do grupo RBS. Sua marca de gestão foi a privatização e a adequação da educação aos interesses do mercado, buscando instituir o modelo de gestão empresarial como parâmetro para o sistema público de ensino. Manteve a linha do seu antecessor, Adriano Naves de Brito, no governo de Marchezan Jr (PSDB), que acabou com as reuniões pedagógicas nas escolas e com a formação de professores, dificultou a participação de colegas em atividades sindicais e mudou a rotina escolar.

Janaina Audino virou as costas para a comunidade escolar no momento que mais precisava, durante a pandemia, impondo uma plataforma virtual voltada ao controle do trabalho docente, e sem acesso, por parte dos estudantes, a computadores e a pacote de dados. Impôs a volta presencial, sem condições sanitárias e de trabalho, colocando em risco milhares de vidas.

Sob uma cantilena de reformas, ludibriou parte do professorado, que preferiu acreditar na farsa de consulta popular e em regras absolutamente viciadas. Impôs uma nova grade curricular, sob o nome de uma “nova proposta pedagógica”, que retrocedeu à organização seriada e reduziu, nas escolas, a presença da área de ciências humanas e de linguagens. O símbolo

dessa insanidade foi o alinhamento formal do componente curricular de Filosofia, presente nos Anos Finais do Ensino Fundamental, ao Ensino Religioso, acatando a vontade da bancada da Bíblia na Câmara dos Vereadores.

Substituiu-a uma professora de fala mansa e pouca ação, Sonia Rosa dos Santos (mar. 2022 a jun. 2023), com largos serviços prestados ao MDB, na SEDUC-RS, 27^a CRE da Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul, e na SME de Canoas. Sonia, junto com outras servidoras, responde então pelo crime de desperdício de dinheiro público, por obras “fantasmas” e por compras sem licitação, com sobrepreço e direcionamento nas licitações em esquema de corrupção milionário.

A ponta do iceberg: centenas de milhares de livros (476 mil), computadores (25 mil), centenas de lousas digitais, materiais esportivos variados e uma infinidade de kits pedagógicos (ilustres desconhecidos), ar condicionados, encontrados sem uso nas escolas municipais e abarrotados em um galpão alugado da prefeitura, entregue ao abandono. Material que custou a “bagatela” de bem mais de 100 milhões de reais. Duas CPIs na Câmara de Vereadores, investigações na mídia e averiguação do Tribunal de Contas levaram as denúncias para a esfera criminal e a prisões. Comprovou-se a ação de uma verdadeira quadrilha na gestão da pasta da educação.

Para estancar a crise, foi chamado um gerente do Sistema “S” (Sesi, Senac, Senai, Senar, Sesc), José Paulo da Rosa (jul. 2023 a maio 2024), um tecnocrata sem experiência alguma com escolas públicas, que veio para varrer a sujeira para debaixo do tapete e moralizar a tropa. Ele nada fez de substantivo para a melhoria das condições da educação. Junto com ele, a intensificação de Parcerias Público-Privadas (PPPs) para gestão da manutenção da infraestrutura das escolas e para contratação/precarização dos vínculos de monitoras(es) e demais educadoras(es) que atuam na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre (RME). Além do mais, concretizou um golpe na gestão democrática, cerceando a ação do Conselho Municipal de Educação.

Desde maio deste ano, um advogado que faz carreira como quadro de confiança do governo municipal (Carris, Procempa), estranho à área da educação, ocupa a pasta, Maurício Cunha. Toca o barco porque, na verdade, a educação é vista como negócio, gerencialismo pragmático, e não como formação humana integral, dever do Estado e direito da cidadã e do cidadão.

Os anos recentes foram particularmente desafiadores para todos nós, docentes, com perdas salariais (cerca de 30%), reforma na Previdência e

alterações no Plano de Carreira sob as gestões de Marchezan Jr e Sebastião Melo.

Mas, pior ainda tem sido o impacto para as comunidades periféricas da cidade que são atendidas pelas escolas municipais: a agonizante pandemia da Covid-19 e os descompromisso dos gestores, a onda negacionista e fascista potencializada pelo bolsonarismo, o cerceamento e os ataques à liberdade de ensino, a desconstituição da gestão democrática na educação, uma enchente de proporções devastadoras a revelar a imprevidência do atual gestor à frente do Paço municipal, o abandono completo das escolas e dos educadores, corrupções e escândalos sem fim.

O que vemos no Programa de Melo e Betina para a Educação? Destacamos três propostas, para se ter ideia do risco iminente de novos ataques à escola pública: “Implantar duas escolas cívico-militares”; “Implementar a PPP Escola Bem-Cuidada” e “Criar uma central de conteúdos online, permitindo o amplo acesso de alunos e professores a conteúdos pedagógicos”.

A PPP “Escola Bem-Cuidada” pretende incluir investimento na recuperação, construção de novas escolas e gestão do processo de manutenção, liberando os professores “para dedicação exclusiva ao ensino”. A previsão de concessão é de vinte anos, ao custo de quase 4,5 bilhões, para uma única empresa realizar a construção, a manutenção dos prédios escolares e outros serviços, incluindo “gestão administrativa”. Aliás, não há transparência nem participação ou controle sobre essas parcerias, que precarizam e desqualificam a educação.

Por certo, não precisamos, por mais quatro anos, amargar com continuidade do projeto do candidato Sebastião Melo e, sabe-se-lá, que secretária/o de Educação – representantes da coalizão conservadora e privatista que quer continuar a vender a cidade, aprofundar a devastação da natureza, atacar a democracia, dilapidar o patrimônio público e acabar com o que resta do que já foi o orgulho de viver na capital de todos os gaúchos e gaúchas.

Para que isso não aconteça, é preciso colocar o bloco na rua e virar o jogo!

Eleição das direções das escolas municipais de Porto Alegre: uma conquista da democracia¹

César Rolim, Liliane Giordani

A preocupação do prefeito é o “alinhamento” das direções com a gestão municipal, para não acontecer o mesmo da sua última gestão

No Brasil, o debate sobre a gestão escolar cresce a partir dos anos 1970 com a luta da classe trabalhadora pelo direito de suas crianças à escola pública, impondo uma reflexão sobre o problema da falta de vagas, das altas taxas de reprovação e do consequente abandono ou da evasão escolar, assim como das condições precárias na infraestrutura das escolas e da profissionalização do magistério. Trabalhadoras(es) em educação, no início da década de 1980, passam a atuar nas suas organizações sindical e a conquistar, sempre com muitas lutas e mobilizações, planos de carreira, questionando a organização burocrática e hierárquica da administração escolar, ao denunciar o uso das escolas para apadrinhamento político.

Na conjuntura da redemocratização política do País, as educadoras e educadores, em parceria com a comunidade, começam a se movimentar para a definição de políticas educacionais de diálogo, com a definição de uma gestão descentralizada que estimule a participação e a autonomia. Como consequência desse movimento, deu-se a introdução do conceito de gestão democrática no debate educacional diante da crítica ao caráter conservador e autoritário do conceito de administração.

Os anos 80 se caracterizaram pela participação popular na organização da sociedade para reivindicação de seus direitos. Neste contexto, os enfoques principais da educação também estavam vinculados à democracia, à gestão democrática, à participação da comunidade. Portanto, os métodos de efetivação das preocupações educacionais características deste período deveriam envolver toda a comunidade.

A introdução do conceito de gestão no debate educacional se deu diante da crítica ao caráter conservador e autoritário do conceito de administração. A educação passa a enfatizar, no contexto socioeconômico-político dos anos de 1970-1980, o seu compromisso com a transformação social e com a democratização do acesso ao ensino e da escola pública de qualidade. Nesse momento, ganhou relevo o caráter político e pedagógico da administração educacional, ao qual deveria se sujeitar a sua dimensão técnica. *Gestão* aparecia aí com um significado distinto de *gerenciamento*.

¹ Texto de Opinião, publicado originalmente no Jornal Sul21, em 30 jan.2025.

A questão da escola pública foi retomada: não se aceitava mais a perspectiva de que democratizar a escola é simplesmente garantir o acesso. Reivindicava-se, além disso, a democratização das práticas pedagógicas, administrativas e de gestão financeira das escolas, com a garantia de permanência das(os) estudantes no sistema escolar.

A Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre (RME/POA), desde 1985, pactuou eleição direta, com a participação de toda comunidade escolar, para o cargo de direções de escolas. Há 40 anos, tem-se consolidado como exercício democrático e educativo praticado nas escolas, com pleno apoio das comunidades escolares. Por meio de ação ajuizada por sua Procuradoria-Geral (PGM), a gestão Sebastião Melo sustentou que a exigência de eleição para diretores e vices de escolas públicas viola a prerrogativa constitucional do prefeito de prover livremente esses cargos, considerados Cargos em Comissão (CCs), sujeitos à nomeação e exoneração discricionária pelo chefe do Executivo. Em 22 de janeiro, decisão liminar favorável permitiu que fossem suspensos os efeitos da Lei Municipal 12.659/2020, que previa eleições da comunidade escolar para a escolha de diretores e vices. Um retrocesso absoluto às conquistas democráticas e à participação da comunidade na definição da escolha das direções das escolas. O prefeito Melo, de forma monocrática e autoritária, retrocedeu conquistas importantes da educação pública de Porto Alegre.

Qual o motivo de sua decisão? Os índices do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica)? Com certeza não é este o motivo. Se fosse, teria se preocupado nos quatro anos de sua gestão em investimentos na manutenção e qualificação dos espaços das escolas, na construção de um Projeto Político-Pedagógico em rede, com debates e construção coletiva. Estaria preocupado com a formação continuada e valorização da carreira das(os) educadoras(es), em superar a falta de quadros nas escolas, em manter os laboratórios de aprendizagens e as bibliotecas abertas. Enfim, este tema demandaria um outro artigo.

A escolha é política: Melo optou pela agenda neoliberal durante a sua gestão e se aproxima cada vez mais do bolsonarismo. Parte essencial deste projeto é a privatização/concessão/parceirização dos serviços públicos, que não devem ser ou servir como balcão de negócios privados. Em relação às gestões das escolas, a preocupação do prefeito é o “alinhamento” das direções com a gestão municipal, para não acontecer o mesmo da sua última gestão. Nela, houve a troca de quatro secretários de educação pelos indícios e denúncias de corrupção na SMED, muitas delas apontadas pelas direções de escolas que agiram de acordo com os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade, zelando, assim,

pelo bom uso dos recursos públicos e proporcionando a eficiência no atendimento à população da cidade.

A defesa do princípio da gestão democrática seguirá sendo nossa bandeira de luta. Somente assim conseguiremos avançar na qualificação efetiva das escolas públicas, garantindo acesso, participação, permanência e aprendizagem de estudantes, bem como a valorização das carreiras de trabalhadores(as) em educação, o respeito às comunidades e às condições de trabalho para as direções das escolas, eleitas democraticamente.

É possível educar sem democracia?¹

O prefeito e seu secretário de Educação anunciaram esta semana um “pacote de medidas” surreal para a área da educação

César Rolim, Marco Mello, Liliane Giordani,

“Quem vive verdadeiramente não pode não ser cidadão, assumir um lado. Indiferença é apatia, parasitismo, velhacaria, não é vida. Por isso odeio os indiferentes. A indiferença é o peso morto da história. É a bola de chumbo dos inovadores, é a matéria inerte na qual afundam rapidamente os entusiasmos mais esplêndidos, é o pântano que cerca a velha cidade e a defende melhor do que as mais rígidas muralhas (...)”

GRAMSCI. Antonio. Odeio os indiferentes: Escritos de 1917. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 32.

Nas suas primeiras ações, Sebastião Melo já demonstra o viés antidemocrático do seu segundo mandato. A continuidade da agenda neoliberal, intensificada agora aos ataques à gestão democrática nas escolas, deslegitima as eleições das direções e destitui colegas que ocupavam o cargo de diretores(as). Uma das situações desencadeadoras foi a divulgação de um vídeo de um colega denunciando que a escola não tinha condições adequadas e de salubridade para o atendimento ao público de estudantes. O ato de retaliação do Secretário de Educação, Leonardo Pascoal, ao depor arbitrariamente o diretor da escola em foco, eleito pela própria comunidade, faz parecer que se deve silenciar diante das reais (e em algumas situações, péssimas) condições de trabalho de trabalhadoras(es) em educação. O recado é evidente: a “Lei da Mordaza” e “do silêncio” deve prevalecer sobre a impessoalidade, a publicidade e a eficiência – princípios essenciais da Administração Pública, que devem ser seguidos por todas as pessoas que atuam no serviço público.

O prefeito e seu secretário de Educação anunciaram esta semana, dia 18 de fevereiro de 2025, um “pacote de medidas” surreal para a área da educação, mas esqueceram deliberadamente de investir na infraestrutura para a retomada das aulas, de propor reajuste anual da inflação e de pagar os 31,46 % de defasagem salarial dos docentes. Ao invés disso, remanejaram monitores arbitrariamente, impuseram um calendário escolar sem diálogo, destituíram arbitrariamente direções eleitas pelas comunidades junto às escolas. Como forma de silenciar as

¹ Artigo de Opinião, publicado originalmente no Jornal Sul21, em 20 de fevereiro de 2025.

denúncias da gestão central, envolvida em escândalos de corrupção, instituíram interventores, anunciaram um plano irreal e fantasioso de cumprimento de metas de desempenho dos estudantes. Para completar, não só flertam, como beijam, escondidos, na boca da “escola sem partido”, corruptela para justificar a censura do trabalho docente. Em seu anúncio reafirmaram a ampliação da privatização da educação, apequenando, de forma tacanha, a dimensão pedagógica, além de sequestrar monitores concursados do atendimento à educação inclusiva, para avançar na precarização das políticas educacionais de pertencimento e participação de todos estudantes. E isso tudo nos primeiros dias do ano letivo, desorganizando espaços, famílias, estudantes.

Aprendemos desde cedo a cultivar o espírito crítico, e o Sul21 contribui nesse aprendizado. Não se faz educação pública de qualidade amordaçando educadoras(es); nem não investindo, por anos seguidos, o percentual obrigatório por lei (25% da receita líquida) em educação, como foi no primeiro mandato de Melo; nem “entregando” por vinte anos a manutenção das escolas para a iniciativa privada; nem seguindo a cartilha triste do autoritarismo, do golpismo. Não se faz educação pública estando obcecado por números e indicadores técnicos, como se não tratássemos da formação humana.

Não se faz educação desrespeitando justamente quem está no chão das escolas, na periferia, construindo amanhã mais generosos para a cidadania portalegrense. Educar sem democracia tem outro nome nos dicionários. Sabem os colegas “profes”: chama-se “ditadura”. Nós, educadores(as), fazemos parte de uma Rede Municipal de Ensino (RME/PoA);. Contudo, a tentativa é desarticular ainda mais essa Rede, substituindo as concepções pedagógicas críticas pela presença cada vez maior de uma lógica empresarial-tecnocrática, na qual as Parcerias Público-Privadas (PPPs) estão cada vez mais presentes nas escolas.

Precisamos nos mobilizar enquanto categorias de servidores públicos da área da Educação. Neste sentido, é importante participarmos do ato convocado pelo SIMPA e ATEMPA. Assim, convidamos a categoria de trabalhadoras(es) em educação das instituições de ensino (universidades, institutos federais, escolas estaduais e municipais) e de outras entidades representativas de trabalhadoras(es) da Educação Pública para também participarem desta mobilização em defesa da gestão democrática diante dos ataques autoritários do prefeito e do atual secretário da pasta.

A defesa de uma educação pública de qualidade, democrática, libertadora, inclusiva, socialmente referenciada e plural é tarefa de toda comunidade!

Referência:

GRAMSCI. Antonio. *Odeio os indiferentes*: Escritos de 1917. São Paulo: Boitempo, 2020.

Os ataques à gestão democrática na rede municipal de ensino de Porto Alegre¹

As políticas neoliberais do atual governo representam um descaso e um abandono de quem faz a escola viva

André Pares, César Rolim, Liliane Giordani,
Lizeane Fortes, Rosele de Souza

*Nós estamos ainda no processo de aprender como fazer democracia.
E a luta por ela passa pela luta contra todo tipo de autoritarismo*
(Paulo Freire – A educação na cidade).

Em janeiro deste ano, o prefeito Sebastião Melo (MDB), através de uma decisão liminar, conseguiu suspender as eleições diretas para o cargo de direção das escolas – e aproveitou, junto com seu secretário de educação do momento, Leonardo Pascoal, para depor direções eleitas pela comunidade. Após dar fim às eleições amplas, diretas e democráticas para direção das escolas de Porto Alegre, que dava direito ao voto às famílias, estudantes, professoras(es) e demais servidores(as) há quase 40 anos, era esperado que o prefeito encaminhasse uma proposta de lei à Câmara de Vereadores para redefinição das regras do processo – agora de indicação – para direções das escolas da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre (RME/PoA).

O projeto enviado na semana passada diz que o processo de habilitação vai contar com etapas de “avaliação comportamental”, entrevista individual e análise de títulos. Também haverá prova escrita, de caráter eliminatório e classificatório, para avaliação dos conhecimentos técnicos, pedagógicos e administrativos. Outra exigência será um curso de qualificação para gestores escolares, com carga horária mínima de 80 horas. Poderão participar do processo de seleção servidores efetivos, aprovados em concurso público para o cargo de professor. Candidatos(as) deverão ter graduação em nível superior na área de educação e precisam ter atuado por pelo menos três anos em funções pedagógicas ou administrativas em instituições de ensino.

Justificativas contraditórias que revelam a intenção do projeto de lei

Entre as justificativas encaminhadas junto ao projeto de lei, o prefeito Sebastião Melo cita que “a participação das comunidades escolares será assegurada ao longo do processo de habilitação e nomeação dos diretores e vice-diretores.” Contudo, constata-se que não só esta justificativa, como

¹ Artigo de Opinião, publicado originalmente no Jornal Brasil de Fato RS, em 08 de junho de 2025.

também incisos, parágrafos e artigos do projeto de lei são contraditórios entre si. Enquanto o inc. II do art. 2º rege o processo de habilitação com o princípio da imparcialidade – baseado em critérios objetivos –, o Capítulo IV traz uma série de etapas constituídas por critérios subjetivos.

A “avaliação comportamental” inclui, entre diversas competências, confiabilidade e empatia. A entrevista individual de caráter eliminatório busca a “análise aprofundada das competências, habilidades e atitudes” citadas na etapa anterior, e que, pela própria natureza, não podem ser categorizadas de forma objetiva.

A Secretaria Municipal de Educação (SMED) pretende contratar uma equipe técnica para conduzir o processo de habilitação, ou então uma “instituição reconhecida”. Os candidatos e candidatas que cumprirem todas as etapas e atingirem uma pontuação mínima exigida no edital serão incluídos(as) no “Banco de Gestores Escolares” da rede municipal da Capital. Eles estarão habilitados por quatro anos e, a qualquer momento, poderão ser designados(as) pelo prefeito para ser diretor(a).

Contudo, conforme § 2º do art. 7º do projeto de lei, estar habilitado “não dá ao servidor o direito público subjetivo à nomeação, cabendo à SMED, observadas as necessidades do serviço público, avaliar o perfil profissional, oportunidade e conveniência da nomeação”.

Ademais, o prefeito Melo justifica que “o Plano de Gestão Escolar, a ser apresentado pelos gestores selecionados, deverá ser submetido à análise da comunidade escolar antes de seu envio à SMED. Além disso, o Conselho Escolar de cada unidade terá um papel fundamental na avaliação desse plano”.

Ignora o prefeito, em sua justificativa, que no Capítulo VI de seu projeto de lei, os parágrafos 4º, 5º e 6º deixam a critério único da SMED a aprovação do Plano de Gestão Escolar, condição esta indispensável para a continuidade do exercício da função de Diretor(a) de Escola.

Os critérios nada idôneos de Melo e do secretário Pascoal para indicar suas direções a partir de um “comportamento adequado” apontam, claramente, como se evidencia dos critérios das etapas de seleção, para um alinhamento programático com a SMED. A partir deste alinhamento de alguém que não foi eleito democraticamente, a indicação exige também uma participação ativa nos Conselhos Escolares e na construção dos projetos político-pedagógicos, levando, obviamente, as pautas e interesses de quem nomeou à direção. Essa evidente estrutura da proposta tem gerado debates e críticas sobre o direito constitucional que as escolas possuem em relação a sua autonomia, à gestão democrática e à participação efetiva da comunidade escolar na gestão educacional.

A exigência de incluir em lei avaliação comportamental e entrevista individual, ambas de caráter eliminatório, elencando critérios subjetivos como confiabilidade ou verificação de “aderência do candidato às necessidades da Rede Municipal de Educação” são provas irrefutáveis da tentativa de silenciamento e do fim do controle às possíveis irregularidades de gestão da secretaria de educação percebidas pelas direções, que passam a ser reféns de uma prática muito conhecida na “velha política”. Quem indica tem o poder e a “confiança” de quem foi indicado. Somado a isso, o Secretário de Educação tem dito nas reuniões com os diretores que quem sair ou quando sair da direção da escola não poderá permanecer naquele local de trabalho. Isto significa dizer que, além de perder a função gratificada, as direções “não confiáveis” vão perder também seus locais de trabalho e todo o vínculo já constituído com as comunidades escolares – o que já aconteceu com uma série de colegas desde o início deste ano.

Educação e Democracia

O convite para construção de projetos pedagógicos é um caminho que se faz com pessoas e equipes, tecida a muitas mãos, de forma responsável, que não depende de alinhamentos políticos partidários. Para que a vida permaneça intensa nas escolas é fundamental assumir uma postura de corresponsabilidade na prática docente através de um diálogo permanente entre distintos campos de saber, interconexão de estratégias metodológicas, investimentos em percursos formativos e alargamento dos conceitos do fazer pela democracia. Mas, não é este caminho que escolheu a gestão municipal em Porto Alegre. Ao contrário, a escolha autoritária e que silencia capturou projetos e energia dos(as) trabalhadores(as) em educação.

A melhor escolha de uma equipe diretiva para uma escola é, sem dúvida, a definição pela sua comunidade, que fiscaliza e se compromete com o processo de eleição, garantindo legitimidade a esta escolha – o que certamente não está garantido através de um banco de diretores(as) definido por um processo empresarial que se vale de uma “avaliação comportamental”. Da mesma forma, a entrega pela terceirização das políticas de educação inclusiva e da manutenção das escolas retira da comunidade escolar a construção do seu projeto pedagógico, da implementação de políticas de continuidade, do fortalecimento dos cargos e planos de carreira, no incentivo às formações continuadas.

As políticas neoliberais do atual governo representam um descaso e um abandono de quem faz a escola viva, de quem promove vínculos efeti-

vos com a comunidade. Um descaso com quem não “está” de passagem pela escola, que trabalha muito além do que deve, em função da precarização da educação pública e, sobretudo, fragilizado pelo desconhecimento social, cuja péssima remuneração é um dos maiores sintomas da demagogia de governos como esse que posam de preocupados com a educação, mas que de fato, precarizam as condições de trabalho e tentam impor o alinhamento às suas políticas. Democracia na escola se constroi com participação. Assim, é fundamental seguirmos na luta em defesa dos princípios da gestão democrática nas escolas com eleições diretas para as direções com o envolvimento e participação plena da comunidade escolar.

Referência

FREIRE, Paulo. *A educação na cidade*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

Instituto Alicerce: quem são eles?¹

Giovane Dutra Zuanazzi

Ilustres desconhecidos

“São ilustres desconhecidos”, me disse um amigo, olhando os rostos e nomes da página de apresentação do Instituto Alicerce, o mais novo parceiro do governo Sebastião Melo para garantir a “recomposição das aprendizagens” dos estudantes da rede municipal de Porto Alegre, depois do fiasco no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).²

“Essa galera entende algo de educação?”, emendou.

“De educação? Não, mas de business...”, respondi, enquanto olhava os vinte e cinco desconhecidos listados como membros do “time Alicerce” e imaginava quem era o empresário por trás daquilo tudo.

Semanas depois, ao ficar sabendo que o Alicerce ganhou a corrida antes mesmo da largada, em uma “parceria” estabelecida com dispensa de licitação, resolvi pesquisar um pouco sobre.

Alicerce, alicerces

A primeira coisa foi descobrir a existência do “Alicerce Educação” e do “Instituto Alicerce”, cada um com seu site, seus responsáveis, seu CNPJ, mas nitidamente em um grande jogo de retroalimentação, no qual é difícil saber onde um começa e o outro termina. Além de compartilharem o mesmo nome e logo, oferecem o mesmo serviço: contraturno escolar. E reproduzem a mesma organização laboral, onde “líderes” (sem formação alguma) substituem professores.

A diferença parece ser a seguinte: o primeiro é uma empresa; o segundo, por sua vez, uma singela Organização da Sociedade Civil, sem fins lucrativos.

Imagino que essa divisão deva ser o caminho encontrado para facilitar o financiamento público — afinal, “há menos burocracia” para o dinheiro escorrer rumo a organizações que não visam lucro do que para uma empresa. E menos ainda para escorrer da não-lucrativa rumo à empresa, imagino eu.

Assim, naturalmente me surgiu a pergunta: *quem veio primeiro?*

¹ Publicado originalmente no Blog Variações do mesmo tema e como Artigo de Opinião no Jornal Brasil de Fato RS, em 20 ago. 2025.

² “A qualidade do ensino público oferecido pela prefeitura de Porto Alegre despencou em todos os níveis entre 2021 e 2023. Foi a maior queda absoluta e percentual entre as capitais brasileiras, considerando as redes municipais de educação de cada cidade, tanto nos anos iniciais quanto nos anos finais do Ensino Fundamental”. ‘Ensino da rede municipal de Porto Alegre tem maior queda no Ideb entre capitais’. Matinal Jornalismo. 21 ago. 2024 Disponível em: <https://tinyurl.com/yuxc7ats>

Para a surpresa do total de zero pessoas, sim, a empresa veio antes, tendo sido fundada em 2018. O Instituto, segundo eles, nasceu apenas no ano seguinte (embora o site só tenha sido registrado em dezembro de 2020).

Logo, mais perguntas surgiram.

Quem são eles? Quem resolveu criar o Alicerce?

A ideia partiu, segundo contam, do empresário Paulo Batista.

Um empresário do ramo... odontológico. Mas muito preocupado com a educação brasileira.

Financiado por quem?

Por diferentes fundos de venture capital (capital de risco). Eu sei, eu sei... a grana de um bando de engratados especialistas em investimentos de risco resultou, também, na criação de uma organização “sem fins lucrativos”. Pode até soar irônico, mas acho que eles não estão tendo prejuízo.

E há o financiamento direto de figuras como Armínio Fraga (que está há anos tentando acabar com o aumento do salário mínimo), David Feffer (da Suzano, papelaria que acumula denúncias ambientais), Wolff Klabin (da papelaria e mineradora Klabin, envolvida em denúncias de trabalho análogo à escravidão), entre outros — pessoas cujas trajetórias de vida se entrelaçam tanto profissionalmente quanto em jantares de família, em intercâmbios à terra do Laranjão ou em convescotes oferecidos por diferentes governos, bancos e empresas.

E, claro, há o quarteto destacado no site (ao menos na sua versão original): o já referido Paulo Batista, seguido por Jair Ribeiro, Eduardo Mufarej e Luciano Huck.

Sim, parece o início de uma piada, algo do tipo: um empresário de produtos odontológicos, dois banqueiros e o Luciano Huck entram num bar.

³ “A empresa foi fundada há apenas três meses pelo ex-CEO da Dental Cremer, Paulo Batista. A rodada foi liderada pelos fundos Canary e Valor Capital, e teve a participação de investidores pessoa física como Armínio Fraga, David Feffer, Luiz Fernando Figueiredo, Wolff Klabin e Daniel Goldberg. Anteriormente, o Alicerce já recebera um capital semente da Good Karma Ventures, um fundo de VC recém-criado pelo fundador do RenovaBR, Eduardo Mufarej, além de outros dois investidores-anjo: Luciano Huck e Jair Ribeiro, um veterano do mercado financeiro e hoje presidente da ONG Parceiros da Educação”. Alicerce leva a educação onde o estado ainda não chegou 17 out. 2019. “Brazil Journal”, Disponível em: <https://tinyurl.com/2swmt326>

⁴ Página de apresentação do Alicerce Educação (2019).

> Quem está por trás do Alicerce?



Paulo Batista

Fundador e CEO Alicerce Educação

Goldman Sachs CIP Investimentos Fundador e
CEO do Dental Center



Jair Ribeiro

Investidor e Co-Fundador Alicerce
Educação

Presidente do Banco Industrial & Partners Sócio
diretor da Setradig S.A Fundador e CEO da
ONG Parceiros da Educação



Eduardo Mufarej

Investidor e Co-Fundador Alicerce
Educação

Sócio da Tarpon Investimentos Idealizador do
Renova BR



Luciano Huck

Investidor Alicerce Educação

Empresário e Apresentador de Televisão

Página de apresentação do Alicerce Educação (2019)

Quem eles pensam que são?

A essa altura, já estava convencido de que o Alicerce era mais uma variante dessas empresas/OSCs/ONGs/*think-tanks*/seitas que prometem salvar a educação brasileira, mas no fundo só querem garfar uma parte do orçamento público, propagando neoliberalismo embrulhado em discurso coach.

Mas seguia achando no mínimo bizarro que essa turma aí, que não tem relação alguma com a Educação, fizesse o que faz como se fosse a coisa mais normal do mundo. Ainda queria entender que justificativa esses empresários, que conhecem melhor os Estados Unidos do que a periferia brasileira, utilizam para explicar tal empreendimento.

E foi aí que eu encontrei a série “Qual o seu sonho?”, produzida pelo Alicerce Educação para apresentar seus fundadores e revelar o que eles pensam sobre a educação.

Em defesa da sanidade geral da nação, selecionei o depoimento de dois deles, transcrevendo os melhores (ou piores) momentos, transformando o longo lero-lero em um bate-bola-jogo-rápido igualmente intragável.

Eduardo Mufarej e a aprendizagem por osmose

Eduardo Mufarej é uma das figuras de destaque do RenovaBR, um *think-tank* neoliberal que busca formar e influenciar políticos em todo o território brasileiro (quem quiser saber mais, pode ler essa reportagem da Revista Piauí, 2020).

Perguntado sobre a *conexão dele com a Educação*, o ponto alto da narrativa é contar que a mãe e a avó foram professoras.

Façam um exercício de estranhamento: conseguem imaginar um pedagogo abrindo um escritório de advocacia porque a mãe foi advogada?

Perguntado sobre *qual o maior desafio para melhorar a educação* no Brasil, produziu uma resposta i-na-cre-di-tá-vel:

O Brasil tem um problema enorme de absenteísmo, de falta de professores [...]. E não tem critérios claros para que as pessoas se tornem professores. Tem um problema estrutural: hoje, o professor, em grande parte do Brasil, não é uma pessoa que optou, como primeira opção, ser professor! (MUFAREJ, 2019)

Sim, na cabeça do educadíssimo Mufarej, não há critérios para que as pessoas se tornem professores. Não existem pessoas que cursam licenciaturas, que se formam para isso, que se preparam, que fazem concursos públicos!

E, se existem, certamente é porque não conseguiram ser outra coisa!

Não fosse absurdo, paradoxal e ofensivo por si só, tudo fica ainda pior quando recordamos que o Alicerce não conta com professores, mas com líderes! Líderes que não precisam ter formação alguma, basta que estejam cursando *qualquer graduação, em qualquer semestre*. Basta que “mandem bem” em português e matemática.

Mas o que esperar de alguém que, buscando incentivar os líderes, diz que o papel deles é o de “motivar” (!) e encontrar o “melhor de cada um”. Não precisam ser “donos de determinado conhecimento”, porque o “conhecimento, ele tá aí, ele não tá na Barsa, não tá na biblioteca pública... o conhecimento está disponível, está ao alcance de todos nós!”.

Seria Mufarej um teórico da aprendizagem por osmose?

Afinal, o conhecimento tá aí...

Paulo Batista e a motivação como verdadeira educação

Paulo Batista, a principal cabeça pensante por trás do Alicerce, nos confidencia:

Tive uma educação muito boa, sempre gostei de estudar, sempre gostei do conhecimento, sempre tive curiosidade por aprender, por conhecer as coisas. Mas não era o melhor aluno não. Não me dava muito bem com a escola. Talvez um pouco da minha visão crítica com o sistema educacional venha da minha experiência como estudante. (BATISTA, 2019)

Quem escuta, pensa: *nossa! Uma crítica ao ensino tradicional, talvez uma reflexão sólida sobre a realidade venha aí...*

Ledo engano, Batista não tarda em dizer:

Muito do que a gente aprendia ali [na escola] não servia pra nada, não era realmente o que faria a diferença no meu futuro — como realmente não fez, boa parte do que aprendi na escola eu esqueci. [...] Mas sempre gostei de aprender, gostei do conhecimento de todas as áreas, isso me possibilitou passar em segundo lugar para Direito na USP. (BATISTA, 2019).

Sim, ele acredita que passou em um dos vestibulares mais concorridos do Brasil porque “gostava de aprender”, apesar da escola ensinar coisas que não serviam para nada (aparentemente, nem para passar no vestibular). Alguém canonize os professores dele, porque devia ser difícil lidar com tamanha humildade.

Logo em seguida, narra sua breve experiência como professor de um cursinho:

Na faculdade eu tive uma experiência transformadora com a educação, dei aula num cursinho pré-vestibular, onde eu tive um contato com a educação. [...] E apesar da gente não ter estrutura nenhuma, formação pedagógica nenhuma, um bando de moleque de 19 anos de idade dando aula, a gente conseguia dar muito mais resultado que aqueles alunos ali tinham no Ensino Médio que eles estavam estudando na escola pública. A gente ali, apesar de não ser pedagogo e não ter formação nenhuma, conseguia pegar garotos que na escola pública estruturada, com pedagogo, com tudo, não tavam [sic] chegando a lugar nenhum. A gente conseguia ajudar a passar num vestibular. (BATISTA, 2019)

Sim, senhoras e senhores, nosso empresário da camisa azul está convicto que um cursinho pré-vestibular pode ser comparado com uma escola pública! Não importa que, para chegar em um pré-vestibular em condições de aprender, o estudante precisou passar pela escola. Não importa que cada instituição tenha objetivos distintos. Não importa que o cursinho seja facultativo, enquanto a escola é obrigatória. Não importa que um atenda apenas alguns, enquanto o outro está de braços abertos ao todo.

Ignora tudo isso enquanto sustenta a certeza de que deu mais resultado, aos 19 anos, mesmo sem formação pedagógica alguma, do que pedagogos e licenciados com larga experiência deram. E fez tudo isso sem estrutura - ao contrário da escola pública que, em sua imaginação, é “estruturada, com pedagogo, com tudo”.

Será que foi daí que ele extraiu o modelo laboral do Alicerce? Por que esse menosprezo à formação pedagógica? É a crença de que basta a força do querer ou uma justificativa ideológica para superexplorar trabalhadores, exigindo que desempenhem funções que não possuem formação técnica alguma?

Aliás, falando em trabalho:

Independente do que a gente queira, a gente sempre vai passar muito tempo no trabalho. Por mais que você não seja um cara muito trabalhador, se você não passar no seu trabalho pelo menos 6h ou 8h por dia, você não vai conseguir se sustentar. [...] Eu não acredito num estilo de vida onde você é infeliz no trabalho e busca felicidade fora do trabalho. Se é isso, então vai morar na praia e não trabalhe.

Fico imaginando o quanto os “empresários-herdeiros” do nosso Brasil realmente trabalham, em contraste com os milhões de brasileiros que estão

submetidos à escala 6x1 e seguem sem condições de “se sustentar” com dignidade.

Igualmente, imagino o quão inteligente Batista deve se sentir preferindo absurdos do tipo “se você não é feliz no trabalho, não trabalhe” (!!!!).

É uma liderança nata, um grande orador, um predestinado ao sucesso.

Ainda munido de sua perspicácia, ilumina o debate público com sua densa análise sobre o problema da educação no Brasil (assunto que, como nos conta, estuda desde janeiro de 2017, ou seja, a longos dois anos, quando da publicação do vídeo):

O tema é tão fascinante, o problema da educação no Brasil é tão gigantesco. E acho que o tema é fascinante por si só, no mundo inteiro, como educar pessoas, como formar pessoas, isso foi o que eu tinha vivido como líder! Liderar é você ensinar pessoas e dar oportunidades. E educação é exatamente isso. *Educar não é ensinar*, enfiar um conteúdo no cérebro da pessoa, cada vez menos é isso. *Educação é você motivar a pessoa*, fazer ela querer buscar o melhor dela, e isso é liderar. A essência de você ser um bom gestor é educação [...] *Educação não é escola, Educação é crescimento. Escola é a forma ineficiente que a sociedade encontrou de tentar desenvolver os jovens, ela não é a maneira correta, ela é o que existe.* (BATISTA, 2019. Os grifos são meus)

Eis o raciocínio que, levado a cabo, resulta no fim da escola (da escola pública, é claro, porque os filhos dos CEOs seguirão estudando em boas escolas particulares). Eis o pensamento que, transformado em prática, substitui a educação, a reflexão crítica, a cidadania por adestramento e motivação coach.

Eis o que o prefeito Sebastião Melo e seu secretário de Educação, Leonardo Pascoal, estão impondo à Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre.

Referências

BATISTA, Paulo. Qual é o seu sonho? Episódio 01. *Canal Alicerce Educação*. Youtube. 2019, 26m28s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=neJvJKKLJdc>
MUFAREJ, Eduardo. Qual é o seu sonho? Episódio 04. *Canal Alicerce Educação*. Youtube. 2019, 22m29s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vR2i-uAKaxw&pp>
REVISTA PIAUI. *Escola sem Partido*. Fevereiro de 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/escola-sem-partido/>

Instituto Alicerce: eles querem te vender

Giovane Dutra Zuanazzi

Anteriormente, escrevi sobre os fundadores e financiadores do Instituto Alicerce,¹ em razão de sua “parceria” com a Prefeitura de Porto Alegre para oferecer contraturno escolar, mesmo que com “tutores sem formação específica”.²

Agora, nossa lupa tem outro foco: os *conselheiros do Instituto*, aqueles e aquelas que *orientam as políticas da instituição* e emprestam suas histórias para atestar a competência do Alicerce. Aqueles que *tem cabeça pra usar boné, professar a fé de quem patrocina*.

Mais uma vez o contraste se apresenta: enquanto os funcionários do instituto são “ilustres desconhecidos”, seus conselheiros exibem um longo currículo, ora exercendo cargos comissionados no serviço público, ora atuando no setor privado (é “porta giratória” que se diz?).

Vejamos um breve currículo daqueles que se gabam de *jogar a rede contra a parede*.

Conselheiros Consultivos



Angela
Dalben



Claudia
Costin



Francisco
Soares



Maria Helena
Guimarães



Mozart
Neves



Raul
Henry

¹ A bem da verdade, um dos fundadores, o banqueiro Jair Ribeiro, foi excluído da análise. A razão dessa escolha? Na série “Qual é o seu sonho?”, produzida pelo Alicerce Educação, Ribeiro exibe um *media training* invejável: não comete, ao contrário de seus colegas, nenhum sincericídio. Não defende abertamente a precarização, tenta demonstrar relação com a Educação, coloca-se quase como um simples filantropo que quer ajudar a educação. Diz, inclusive, ter pensado muito antes de aceitar o convite feito por Paulo Batista para fundar o Alicerce, pois não queria aparentar/gerar nenhum “conflito de interesse” (como revela no vídeo, ele é uma espécie de “conselheiro” das secretarias de Educação do município e do estado de São Paulo — e do MEC, é claro, ao menos naquele período).

² “Projeto de reforço escolar da rede municipal de Porto Alegre admite tutores sem formação específica”. “Jornal Zero Hora”, 06 ago. 2025. Disponível em: <https://tinyurl.com/yvwpc3jh>

Angela Dalben: vamos torcer

Professora aposentada da Faculdade de Educação da UFMG, Dalben é graduada em Música Piano e em Pedagogia. Atualmente, trabalha como consultora na SP Inovações Institucionais, empresa privada no ramo da Educação.

Sua principal experiência no campo da gestão pública foi construída enquanto ocupava o cargo de Secretária Municipal de Educação na prefeitura de Belo Horizonte, no governo de Alexandre Kalil.

Seu maior legado? A expansão das *parceirizações*, ainda que sob denúncias de corrupção (Sindi-REDE, 2022), e o negacionismo científico no contexto da pandemia de Covid-19.

Sob sua gestão, a Prefeitura passou a contratar *Organizações da Sociedade Civil (OSCs) para oferecer reforço escolar no contraturno* — ou seja, serviço terceirizado, com profissionais sem formação para tal. Acredito que deva ser coincidência, apenas, ela agora ser conselheira do Instituto Alicerce, uma instituição que oferece estes serviços.

Foi também sob sua gestão que os professores municipais tiveram que retornar às atividades presenciais, durante a pandemia da Covid-19, escutando o seguinte absurdo: "Está definido pelas pesquisas que o adulto que segue à risca todos os cuidados não vai pegar Covid. Profissionais da saúde que atendem (em UTIS, em consultórios) pessoas que estão infectadas não pegam [Covid-19]".

Sim, no país onde mais de 700.000 perderam sua vida, a secretária Dalben afirmou categoricamente, em entrevista à Rádio Band⁴, que bastava seguir o protocolo (utilizar máscaras e lavar as mãos) e não haveria risco de contaminação. A fonte dessa afirmação? O fato da filha ser médica e não ter sido contaminada. "Vamos torcer que o professor não pegue a Covid", concluiu, justamente em um momento de pico no número de mortos.⁵

Claudia Costin: o Nobel e a ex-ministra

Formada em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas, Costin foi Ministra interina da Administração Federal e Reforma do Estado do Brasil, no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Ou seja, atuou diretamente na condução das reformas neoliberais que privatizaram e precarizaram o serviço público.

Além da atuação no governo FHC, foi Secretária de Cultura no primeiro governo de Geraldo Alckmin, no estado de São Paulo (2003-2005), e Secretária da Educação na cidade do Rio de Janeiro, com Eduardo Paes (2009-2014).

³ Sindicato critica contratação de instrutores terceirizados para reforço escolar. "Câmara Municipal de Belo Horizonte". 08 jun.2022. Disponível em: <https://tinyurl.com/53p6r99p>

⁴ Rádio BandNews entrevista a Secretária Angela Dalben. Disponível em: <https://tinyurl.com/4v68nnj7>

⁵ Uol. Dia mais letal da pandemia no país em 2021 teve mais mortes que dezembro. Disponível em: <https://tinyurl.com/54rj5pmu>

Em 2013, sua gestão na Secretaria de Educação não apenas pro-vocou uma greve dos educadores municipais — coisa que não ocorria há 20 anos — como também gerou uma das mais longas de toda a história, durando 50 dias (SEPE-RJ, 2023). O motivo principal? *A imposição de uma reforma no plano de carreira dos educadores municipais*, aprovado ao som das bombas de gás lacrimogêneo da polícia militar, que dispersava o protesto em frente à casa legislativa (GI, 2013).

Além da precarização das condições de trabalho e da expansão da terceirização, a reforma estava norteadas por uma concepção meritocrática de educação, *com bonificações apenas aos trabalhadores e escolas que cumprissem metas*. Costin equiparava a proposta ao prêmio Nobel, como declarou à Revista Veja (2013):

Os professores acreditam em meritocracia para os alunos. Para eles, os alunos têm que passar de ano por mérito, os melhores precisam ser reconhecidos, e os piores devem ser reprovados. *A questão do sindicato é que, se há dinheiro para reconhecer os melhores professores e escolas, por que não transformar em salário para todos? Essa é uma questão típica de uma sociedade medíocre. Por que, então, existe prêmio Nobel? Não era mais do que obrigação do cientista pesquisar? Por que há prêmio na área das artes? Por que na educação, parte mais fundamental na sociedade, não podem ser reconhecidos aqueles que fazem um trabalho único?* No nosso sistema, não estamos comparando escolas diferentes, de locais distintos. O colégio recebe o dinheiro se tiver melhorado. Ou seja, é uma disputa da escola com ela mesma. (REVISTA VEJA, 2013. Os grifos são meus)

Ao sair da Secretaria, passou a ocupar o cargo de "Diretora Sênior para Educação" no *Banco Mundial*, instituição responsável por fomentar reformas educacionais de caráter neoliberal em todo o globo.

No mundo empresarial, foi presidenta do Instituto Singularidades (uma universidade privada do grupo Cogna), vice-presidenta da Fundação Victor Civita (vinculada à Editora Abril), diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais (da FGV), entre outras funções.

Atualmente, além de “aconselhar” o Alicerce, é presidenta do Instituto Salto — outra dessas organizações sem fins lucrativos voltadas à Educação, embora financiadas por bancos e grandes empresas.

E, claro, foi a *primeira convidada pela gestão de Leonardo Pascoal* para palestrar na formação oferecida pela SMED, o “Diálogos do Porto da Educação”.

Talvez a melhor definição da atuação de Costin tenha sido a dada pela professora Silvia Barbara, há mais de 15 anos: “ela é apenas um triste exemplo do embuste que tem dominado o debate sobre a educação” (CONTEE, 2018).

Francisco Soares: independente, irmão

Professor aposentado da UFMG, é formado em Matemática. Foi presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, o INEP, durante parte do governo Dilma Rousseff (2014-2016).

A maioria das intervenções públicas de Soares, ao menos das que consegui localizar na internet, versam sobre sistemas de avaliação (Prova Brasil, ENEM, IDEB) e como são importantes para melhorar a educação no país.

Talvez isso aconteça em razão do fato de Soares ter sido presidente do INEP, talvez ocorra por ser sua área de pesquisa. Ou, talvez, seja apenas consequência de uma concepção de Educação um tanto quanto gerencial.

Seja como for, dois itens de seu “currículo” parecem ter maior importância neste texto: sua relação com o “Todos pela Educação” e uma entrevista à Revista Época, logo após sua saída do INEP.

Sobre o primeiro ponto: o *Todos...* surgiu em 2006, afirmando ser um “movimento da sociedade civil” (financiado pelas Organizações Globo, pela Gerdau, pelo Pão de Açúcar, pelo Instituto Ayrton Senna, pelo Itaú, entre outros). Contou com uma larga lista de membros fundadores, dos quais não apenas Soares faz parte, mas também alguns de seus “colegas” consultores do Instituto Alicerce (Cláudia Costin, Maria Helena Guimarães Castro e Mozart Neves). Quando de seu lançamento, em 2006, afirmava ter como objetivo garantir que “toda criança e jovem tenha uma educação de qualidade”, estipulando como meta temporal as comemorações do bicentenário da independência do Brasil, em 2022. Risível!

Na prática, o *Todos...* tem atuado como uma organização que pressiona e direciona as políticas públicas na direção do *empresariamento*. Provavelmente é a mais relevante destas organizações no ramo da educação. O maior exemplo disso é a participação ativa deste “movimento” na concepção e na defesa da reforma do Ensino Médio implementada por Michel Temer — cujas aulas sobre como fazer brigadeiro são apenas o símbolo de um absurdo muito maior (Revista Exame, 2023).

Sobre o segundo ponto: ao deixar a presidência do INEP, Soares concedeu uma entrevista à Revista Época (2016) muito interessante, tendo como ponto alto a defesa da “independência do INEP em relação ao governo” (tal qual os empresários e banqueiros exigem que seja o Banco Central).

Perguntado sobre como isso tornaria o INEP mais eficiente, responde:

Ele [o INEP] poderia ser mais incisivo sobre as necessidades da educação sem ter de considerar as dificuldades que isso vai gerar para o governo, ou para quem for, e sem considerar também as conveniências. *Por exemplo, sei que preciso que o professor esteja na escola com as crianças todos os dias. Sei também que alguns professores passam em concurso e começam a faltar muito ou a trabalhar com descaso.* Um órgão independente vai poder dizer: isso aqui não está funcionando – independentemente do mal-estar que cause. (REVISTA ÉPOCA, 2016. Os grifos são meus)

Sim, o nosso querido Francisco Soares, matemático e doutor em estatística, disse saber que “*alguns professores* passam em concurso e começam a faltar muito ou a trabalhar com descaso”.

São muitas camadas de absurdo. “Alguns”, diz ele. Mas são “quantos alguns”? Poderia um aluno de Soares responder uma questão da prova de estatística com “alguns”? Pode alguém ser levado à sério quando substitui uma pesquisa real por um “chute”, por uma simples evidência anedótica?

E qual a conclusão dessa afirmação? Do jeito que está escrito, só consigo imaginar uma consequência lógica para esse raciocínio: *fim do concurso público*, colocando os servidores na mesma corda bamba do mundo empresarial, onde o desemprego está sempre à espreita — o que chega a ter um tom de deboche, considerando que ele exige, para o INEP, que “ninguém se meta”. Ou, talvez, seja este o germen do raciocínio que leva a aplicação de bonificações apenas para quem cumpre metas.

Maria Helena Guimarães de Castro: dois Paraguais e mensalidades

Maria Helena Guimarães é cientista social de formação, professora aposentada pela Unicamp e possui larga carreira política. No governo de Fernando Henrique Cardoso, ocupou a presidência do INEP e foi secretária executiva do MEC chefiado por Paulo Renato.

No governo do estado de São Paulo, foi secretária de Assistência Social (sob Alckmin), de Ciência e Tecnologia (sob Cláudio Lembo, vice que assumiu quando Alckmin se licenciou para concorrer à Presidência) e de Educação (na gestão de José Serra).

Em 2009, sua gestão como Secretária Estadual de Educação em São Paulo chegou ao fim quando do “escândalo dos dois Paraguais”.⁶ Na época, os livros, produzidos por uma Fundação contratada sem licitação (ABRALE, 2012), exibiam um mapa da América do Sul sem o Equador, mas com “dois Paraguais”. Após meio milhão de exemplares distribuídos, o governo precisou proceder com o recolhimento e substituição do material. Ao que parece que este episódio serviu de inspiração à gestão de Sebastião Melo, anos depois.

Mesmo deixando o Governo Estadual nestas condições, Guimarães não deixou de exercer cargos públicos (entre 2012 e 2016, por exemplo, foi diretora da Fundação Seade, vinculada ao governo de SP) e nem de pautar o tema da Educação, principalmente a partir de organizações financiadas por grandes empresas — como o já citado *Todos pela Educação*, mas também organizações como o Educar para Crescer ou o Parceiros da Educação (organizações financiadas por grandes empresas, empresários e bancos), entre tantas outras.

⁶ “Jornal Zero Hora”: Mais de 73 mil livros de português e matemática comprados pela Smed serão substituídos. Ago. 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/4n8ub9yc>

E, na esteira do golpe de 2016, ensaiou seu pródigo retorno à posição de secretária-executiva do MEC, agora sob o ministério de Mendonça Filho, no governo de Michel Temer. Nesta posição, pôde atuar ativamente pela Reforma do Ensino Médio e implementar as políticas emanadas das instituições privadas das quais foi conselheira — como o *Todos...* — e demonstrar mais uma vez que a intransigência da gestão Paulo Renato não era só dele, mas da equipe como um todo.

Mas não foi só de ataques ao ensino básico que viveu Guimarães de Castro, ela também deu muita atenção às universidades, como demonstram bem duas situações.

O primeiro episódio diz respeito à *cobrança de mensalidades nas universidades públicas*. Este “fantasma”, que tanto assombrou a educação pública no governo FHC, dissimuladamente retornou no governo Temer. A própria Guimarães de Castro estimulou a ideia, afirmando que universidade gratuita “não existe fora do Brasil” e que só seria possível resolver o orçamento educacional cobrando dos estudantes, como teria afirmado em reunião com o PROIFES (Sindicato Nacional dos Professores do Ensino Público Federal): “Aliás, nem sei ainda que países têm universidades públicas plenamente gratuitas para todos, independente da situação socioeconômica. O Brasil não pode ficar fora do mundo real”.

Ao ser questionada pelo sindicato, que se posicionou de maneira contrária, teria dito: “Ah, mas vai ser. Sinto muito, mas vamos [cobrar mensalidades]”.

E se, para isso, fosse preciso alterar a Constituição? Bem, ela responde: “Não acabamos de votar várias PECs? Até a PEC do Teto nós votamos”. Frente à repercussão negativa, o MEC sob a presidência de Temer emitiu nota dizendo que não pretendia cobrar em cursos de graduação ou pós-graduação *stricto sensu*.

O segundo episódio foi quando, em um seminário internacional (FASUBRA, 2017), acusou as *universidades públicas de ineficientes*, defendendo “alterar radicalmente sua estrutura jurídica”, visando *mudar o que é ensinado nas universidades*, visto que “não passam de codificações primitivas, de ditames corporativos advindos de grupos de interesses”, onde “continuamos a perpetuar um passado que governa o estudo das novas gerações, obrigando-as a gastar tempo com *informações que não tem sentido, não tem mais lógica no mundo real*”.

Mozart Neves: quase ministro

Engenheiro Químico graduado pela UFPE, Mozart Neves Ramos foi professor e reitor da mesma universidade. Secretário de Educação de Pernambuco por quatro anos, durante o segundo mandato de Jarbas Vasconcelos como governador.

Apesar dessa passagem como reitor e, depois, Secretário de Educação, a maioria das suas contribuições ao “debate educacional” vieram a partir da posição que galgou em instituições privadas, das quais figura como conselheiro, diretor, membro-fundador, sócio, etc. (Seja no *Todos...*, no Instituto Ayrton Senna ou em vários outros).

Muito poderia ser dito sobre o que Mozart defende — a começar por sua defesa de um “plano de carreira pautado pelo desempenho em sala de aula” (NEVES, 2019) — Alô, Pascoal, a Geduc é isso?.

Mas um fato apenas é mais do que suficiente: *ele quase foi nomeado ministro por Jair Bolsonaro*. Sim, este “especialista em educação” quase assu-miu o MEC sob a presidência do capitão-golpista Bolsonaro, certamente alguém preocupado com a educação brasileira. Só não assumiu por uma razão: Bolsonaro, de última hora, após convidá-lo e ter recebido um sim, percebeu que isso poderia desagradar a bancada evangélica. Aí recorreu aos conselhos de Olavo de Carvalho e acabou nomeando Ricardo Vélez.

Mozart, entretanto, não ficou tão chateado. Fez questão de ligar para Vélez e se colocar à disposição para ajudar no que fosse preciso.

Raul Henry: inimigo do doutorado

Raul Henry é um velho conhecido do cenário político pernambucano. Filiado ao PMDB, foi vice-prefeito de Recife, cidade onde ocupou diferentes secretarias. Foi, também, deputado estadual, deputado federal, Secretário de Educação de Pernambuco (no primeiro governo de Jarbas Vasconcelos), vice-governador do estado e por aí vai.

Economista de formação, Henry demonstra uma grande “preocupação”⁷ com o tema da Educação: além de ter sido Secretário Estadual, foi presidente da Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa, membro da Comissão Especial do Plano Nacional de Educação e, no governo Temer, membro do Conselho Nacional de Educação.

E, claro, trabalha como “consultor em Educação”.

Alguém com um currículo tão vasto, poderíamos pensar: deve conhecer os “debates pedagógicos” que acontecem no Brasil e no mundo. Imaginaríamos, certamente, alguém sensível, preocupado com o trabalho docente e com o aprendizado dos estudantes.

⁷ Uso “preocupação” entre aspas porque os discursos e textos do deputado sobre Educação parecem repetir um mesmo padrão de superficialidade: iniciam com uma referência a algum dado estatístico, prosseguem dizendo que a educação brasileira não é boa, propõem mudanças genéricas. O mais elaborado deles, escrito para a “Revista Ulysses” (Fundação Ulysses Guimarães, 2024), repete o padrão — mas, como é um texto mais “acadêmico”, cita vários autores estrangeiros, para dar um ar de compreensão e sabedoria que só quem não fala português brasileiro pode ter. E ainda termina citando o Levi-Strauss fora de contexto, em uma frase que não é do francês e que possui um sentido crítico inverso ao utilizado no texto.

A realidade, porém, diz o contrário.

Ao ser questionado sobre a importância da valorização de especializações, mestrados e doutorados, Henry afirmou categoricamente: “o doutorado não tem nenhum impacto na aprendizagem dos alunos dentro de sala de aula. O que dizem as pesquisas é que doutorado tem impacto negativo na aprendizagem, porque quem faz doutorado, geralmente, tem como propósito ser pesquisador ou dar aula na universidade”.

Sim, o peemedebista Raul Henry não apenas acredita que o doutorado não deve ser valorizado, não apenas acha que o doutorado não ajuda em nada, ele simplesmente afirma que o doutorado *atrapalha*, produz um impacto negativo.

Tudo isso baseado em “pesquisas quantitativas” imaginárias.

Mas esperar o que de quem acha que as faculdades de pedagogia no Brasil “são teóricas e ideológicas no lugar de ensinar a ensinar” ?

Cases⁹ de sucesso neoliberal

O leitor atento, certamente, deve ter notado várias “coincidências” entre os feitos de cada um dos conselheiros e as propostas implementadas e/ou verbalizadas pelo atual secretário de Educação de Porto Alegre.

Certamente, para Pascoal e Melo, são “cases de sucesso”, exemplos a serem seguidos. Caberá a nós, trabalhadores de Porto Alegre, decidir se iremos permitir que Pascoal se transforme no mais *novo case de sucesso neoliberal*.

Referências

- ABRALE - Associação Brasileira dos Autores de Livros Educativos. *Fundação Vanzolini recebe do governo Serra R\$ 46 milhões em dois contratos sem licitação*. 03 jan. 2012. Disponível em: <https://tinyurl.com/3azef3jr>
- CONTEE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino. *Cláudia Costin recua, mas professores continuam mobilizados contra sua nomeação para Secretaria de Educação Básica*. Disponível em: <https://tinyurl.com/5n73ka45>
- FASUBRA. *FASUBRA participa de Seminário Internacional sobre avaliação da educação superior*. 01 nov. 2017. Disponível em: <https://tinyurl.com/yk8s9tds>
- FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES. *Revista Ulysses*. Edição especial - Junho 2024. Disponível em: <https://tinyurl.com/4ktym66x>
- GI. *Sob protesto, Rio aprova novo plano de cargos e salários de professores*. 01/10/2013. Disponível em: <https://tinyurl.com/ycvhe5f6>
- INSTITUTO SALTO. *Nossos parceiros*. s.d. Disponível em: <https://institutosalto.org.br/parceiros>

⁸ Essa citação direta é de uma entrevista de Henry às páginas amarelas da Veja, em 2013. À época, sua principal pauta era tentar aprovar uma lei (obviamente inconstitucional) para retirasse os direitos políticos de prefeitos e governadores que, ao final de suas gestões, registrassem queda em índices como o IDEB (o engraçado é que, valendo essa populista e desmiolada lei, o Prefeito da capital gaúcha não poderia nem ter sido candidato).

⁹ “Case” é um termo em inglês que pode se referir a um estudo de caso, como um problema real apresentado em um processo seletivo, ou a um relato de sucesso, que mostra como um produto ou serviço ajudou um cliente a alcançar resultados positivos. Em outras palavras, “case” é um sinônimo de “caso” em português, mas com contextos específicos em marketing e recrutamento. (Nota dos editores)

NEVES, Mozart. Sem bons professores, não avançaremos. *Revista Nova Escola*, 29 jul. 2019. Disponível em: <https://tinyurl.com/ehfp9mpps>

REVISTA ÉPOCA. José Francisco Soares: “O INEP tinha de ser independente do governo”. 13 out. 2016. Disponível em: <https://tinyurl.com/56e3mstn>

REVISTA EXAME. Após reforma do ensino médio, alunos têm aulas de ‘O que rola por aí’, ‘RPG’ e ‘Brigadeiro caseiro’. 13 fev. 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/3u7dfwbv>

REVISTA VEJA. O bom plano de carreira dos professores da cidade do Rio, segundo Claudia Costin, secretária da Educação. 07 out. 2013. Disponível em: <https://tinyurl.com/4y7bata7>

SEPE-RJ - Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro. Boletim do Sepe (2013-2023): 10 anos da greve da educação municipal RJ. Rio de Janeiro, nº 25, 11 set 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/2eu6h6eb>

Sind-REDE/BH - Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte. Contratos com OSCs são utilizadas como balcão de negócios na Rede Municipal. Belo Horizonte: 30 Ago. 2022. Disponível em: <https://tinyurl.com/5fm5nhsa>

Municipalização às pressas: o risco de desmonte da educação pública em Porto Alegre

Geana Krause

O Governo do Estado decidiu fechar turmas de 1º ano em 21 escolas estaduais de Porto Alegre, dando início a um processo de municipalização feito sem diálogo e sem planejamento com quem mais entende de escola: professores(as), famílias e comunidades. O plano prevê que, até 2027, o Estado ficará responsável apenas pelos Anos Finais e Ensino Médio — o que, na prática, significa o esvaziamento gradual da Rede Estadual e a transferência de responsabilidades para a Rede Municipal, sem garantias estruturais ou condições reais de atendimento.

Não há transparência sobre como as escolas municipais vão absorver essa demanda, nem sobre os impactos na rotina das famílias. Em muitos territórios, as dinâmicas de conflito e o controle local de áreas tornam perigoso o simples ato de atravessar o bairro para estudar. Desconsiderar essas realidades é ignorar o mapa social da cidade e colocar alunos e responsáveis em risco.

A medida também ameaça direitos garantidos. A Constituição Estadual determina que cada escola urbana ofereça o Ensino Fundamental completo. Reduzir o papel das escolas estaduais fere esse princípio e contribui para o desmonte da educação pública.

Além disso, a decisão pode resultar na demissão de professores, especialmente os contratados de forma emergencial, enfraquecendo a continuidade pedagógica e desvalorizando profissionais que sustentam a escola pública há décadas. Soma-se a isso a previsão de mudanças na grade curricular a partir de 2026, com significativa redução dos períodos destinados às áreas de Humanas, o que tende a empobrecer o debate crítico e diminuir o espaço para reflexões sobre cidadania, história e diversidade cultural.

A municipalização, não é apenas uma reorganização. Por trás do discurso técnico, esconde-se uma decisão política que transfere responsabilidades e dilui o compromisso com a educação pública. Escola não é prédio nem estatística — é território vivo de vínculos, afetos e cidadania. Quando a comunidade é silenciada, não há diálogo possível, e a democracia deixa de ser princípio para virar discurso vazio.

Estamos no limite de um desmonte silencioso. É hora de exigir diálogo, planejamento participativo e respeito aos trabalhadores e às comunidades escolares. Educação pública não se faz com decretos, se constrói com escuta, compromisso e democracia.

Quando o mercado toma a escola: neoliberalismo e resistência em Porto Alegre¹

Defender a escola pública, laica, inclusiva,
antirracista e de qualidade, é resistir ao projeto de cidade que exclui

Silvana Brazeiro Conti



Foto: Lia Ávila/Simpa

Neste 15 de outubro de 2025, quero compartilhar esta escrita, que é a maneira de expressar minha indignação como professora aposentada da Rede Municipal de Educação (RME) de Porto Alegre.

Fiz parte dos nossos melhores momentos, quando a Administração Popular teve uma educação que foi referência internacional em qualidade, em gestão democrática, e tinha nas(os) trabalhadoras(es) em educação suas(seus) grandes aliadas(os).

Tínhamos bons salários, plano de carreira, formação continuada e em serviço. Tínhamos valorização profissional e participávamos da construção do Projeto Político e Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação (SMED).

A RME de Porto Alegre tem história de luta, resistência e muita participação dos territórios escolares. Neste dia, quero dar um abraço fraterno em todas as professoras e todos os professores, pois seguiremos de cabeça erguida e espinha ereta. Apesar de você, Melo, “amanhã vai ser outro dia”.

¹ Artigo de opinião publicado no Jornal Brasil de Fato RS, em 14 out. 2025.

Nos últimos anos, a Prefeitura de Porto Alegre tem aprofundado um projeto de gestão neoliberal na cidade e na educação que ameaça a escola pública como espaço de aprendizagens, democrático, participativo, plural e comunitário.

Nas gestões do Prefeito Sebastião Melo (MDB), as políticas para a educação em Porto Alegre são pouco transparentes, intervencionistas, privatistas e contrárias à gestão democrática. Inspirada em modelos empresariais, a administração municipal vem substituindo o diálogo social e a autonomia pedagógica por práticas de controle, terceirização e centralização política.

Essas medidas compõem um modo neoliberal de governar que, como analisam Pierre Dardot e Christian Laval (2016), transforma todos os domínios da vida em espaços de concorrência e desempenho. Na educação, esse modelo se expressa na mercantilização do ensino, na perda de autonomia docente e no enfraquecimento da gestão participativa — aquilo que Paulo Freire (1996) definia como a negação da própria pedagogia da autonomia.

Ao mesmo tempo, como lembra Sandra Corazza (2008), a escola é também espaço de invenção e resistência. Reafirmar a educação como prática da liberdade exige enfrentar as lógicas de controle e padronização impostas pelo neoliberalismo.

Ser professora é habitar o entre — entre o que foi e o que pode ser, entre o gesto e o pensamento, entre o silêncio e a palavra que nasce. Professora é quem planta ventos e colhe travessias. É quem sabe que o conhecimento não é produto, é encontro. Não é poder, é partilha. Não é fórmula, é reinvenção.

Para Karl Marx, o capitalismo é um sistema de exploração estruturado na apropriação privada dos meios de produção e na extração da mais-valia. Sua base econômica é a propriedade privada, e sua base política é o Estado burguês, que garante juridicamente as condições dessa exploração.

O neoliberalismo, na perspectiva marxista, é um estágio avançado do capitalismo, no qual a lógica de acumulação invade todas as esferas da vida, transformando o trabalho e a subjetividade em mercadorias. Em *A nova razão do mundo*, Dardot e Laval defendem que o neoliberalismo não é apenas uma política econômica, mas uma racionalidade que estrutura as formas de governo, de poder e de subjetividade.

O neoliberalismo fabrica um novo tipo de sujeito: o ‘empreendedor de si’, que internaliza a lógica da concorrência e da performance.

O Estado neoliberal regula e organiza a competição, atuando como produtor das condições para a expansão da lógica empresarial. Assim, o neoliberalismo torna-se uma forma de governo das condutas.

Na escola, o neoliberalismo se expressa na competição, no medo do fracasso, na desvalorização de saberes não mensuráveis e na homogeneização curricular. No mercado educacional, editoras, rankings, avaliações, consultorias passam a produzir os parâmetros do que é conhecimento válido. A educação é tratada como mercadoria e investimento individual, e o aluno ou a aluna, empreendedor(a) de si, substituindo o sujeito coletivo e histórico.

A escola é convertida em empresa, e o(a) professor(a), em gestor(a) de resultados. O tempo da formação cede ao tempo da produtividade, e a pedagogia se curva à eficiência, como se o processo educativo pudesse ser reduzido a planilhas, metas e índices.

Osmundo Pinho (2019) aponta que o neoliberalismo, com suas lógicas de mercado e minimização do Estado, pode intensificar as desigualdades sociais e econômicas que impactam desproporcionalmente a população negra, tornando a luta antirracista mais complexa.

A crítica de Sueli Carneiro (2003) ajuda a entender que a racionalidade neoliberal não é neutra: ela é racializada e patriarcal. Ao propor a liberdade como mérito individual, o neoliberalismo apaga as hierarquias históricas que estruturam as desigualdades de classes, raciais e de gênero. Na escola, isso se traduz em discursos meritocráticos que desconsideram as condições concretas de vida dos sujeitos que aprendem e ensinam.

Grada Kilomba (2019) revela que o neoliberalismo também coloniza o imaginário ao silenciar vozes dissidentes sob o disfarce da igualdade formal. A “liberdade de expressão” neoliberal, na verdade, é o direito de repetir as mesmas narrativas hegemônicas – uma liberdade que exclui quem ousa falar a par-tir do seu lugar de fala. Por isso, a descolonização da educação é também uma descolonização da fala e da escuta.

Diante disso, resistir ao neoliberalismo na educação não é apenas questionar políticas públicas ou práticas escolares: é reconfigurar o sentido do aprender e do ensinar. O desafio contemporâneo é reencantar a educação como prática de liberdade. Recolocar o corpo, a arte, a ancestralidade e o coletivo no centro do ato pedagógico.

Como diria Paulo Freire (1996), “ninguém educa ninguém – educamo-nos em comunhão”. E em tempos neoliberais, essa comu-

não é o gesto mais radical de resistência. Educar, hoje, é resistir à solidão imposta pelo capital. É fazer da escola um quilombo vivo – lugar de respiro, de criação e de futuro.

Defender a escola pública, laica, inclusiva, antirracista e de qualidade social, é resistir ao projeto de cidade que exclui, privatiza e silencia. É lugar de lutar a favor da educação antirracista, contra o racismo, machismo, capacitismo, LGBTfobia e o neoliberalismo que estruturam as desigualdades sociais no Brasil.

Precisamos seguir construindo a unidade do campo democrático, ampliando nossas alianças com os movimentos sociais, populares e sindical para elevarmos a consciência política das(os) trabalhadoras(es) em educação, dando destaque na luta em defesa da democracia, resistindo e tendo como foco principal a luta pela soberania nacional, por políticas públicas de qualidade, pela valorização profissional, pelos direitos das(os) servidoras(es) públicas(os), por justiça e direitos sociais.

Precisamos estar: “Unidas(os), atentas(os) e fortes”, para 2026, 2028 e seguirmos sempre na luta rumo ao socialismo.

Referências:

- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*. 2003, v. 17, n. 49, pp 117 - 133
- CORAZZA, Sandra Mara. *Didática da diferença*. Porto Alegre: Mediação, 2008.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política, Livro I*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- PINHO, Osmundo de Araújo. *Racismo, antirracismo e neoliberalismo no Brasil contemporâneo*. Salvador: EDUFBA, 2019.
- ZORDAN, Paola. *Educação e Filosofia da Diferença*. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

O futuro da Gestão Democrática na Educação em Porto Alegre¹

Aline Kerber

A gestão democrática se constrói com luta e resistência. Um marco recente dessa trajetória foi a derrota por inconstitucionalidade do projeto “Escola Sem Partido”² em Porto Alegre/RS, no início de 2025, por meio de ação civil pública proposta pelo SIMPA, PSOL e Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul.³ A decisão encerrou oito anos de disputas na cidade contra iniciativas que tentavam cercear a liberdade de aprender, ensinar e participar da gestão democrática — princípios constitucionais assegurados no artigo 206 da Constituição Federal de 1988 e reafirmados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Hoje, o principal desafio da educação em Porto Alegre é justamente a crise da gestão democrática, agravada por práticas de censura e pela imposição de uma lógica neoliberal que tem enfraquecido o caráter público e emancipador da escola.

Nos últimos anos, a Rede Municipal de Ensino foi marcada por escândalos de corrupção, resultando, inclusive, em prisões e na abertura de uma CPI na Câmara Municipal, com ampla repercussão nacional. Essa conjuntura se soma à precarização das escolas, à desvalorização dos profissionais da educação, ao déficit de vagas na educação infantil, à falta de investimentos obrigatórios e aos impactos severos das enchentes. Além disso, políticas como a alfabetização por apostilamento e a retirada dos Anos Finais do Ensino Fundamental das escolas municipais têm comprometido a qualidade pedagógica.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da capital caiu de 5,2, em 2021, para 4,7, em 2023, evidenciando os efeitos dessas escolhas na garantia do direito à educação.

Entre os problemas estruturais, destaca-se a terceirização de serviços, de aproximadamente R\$ 10 milhões por mês, como o Programa Incluir+POA, e a ausência de novas creches públicas, substituídas pela

¹ Artigo ampliado a partir de publicação original da autora no Jornal Sul21 em 13 jan. 2025.

² O ‘Escola Sem Partido’ é um movimento político e ideológico surgido em 2004, criado pelo advogado Miguel Nagib e impulsionado pela família Bolsonaro, que propõe restringir o que considera “doutrinação ideológica” comunista e “ideologia de gênero” nas escolas. O movimento defende a neutralidade política e religiosa no ensino, contra ensino de gênero e sexualidade nas escolas, mas suas proposições foram amplamente criticadas por entidades educacionais, acadêmicas e jurídicas por representarem formas de “censura ao trabalho docente e de violação à liberdade de aprender e ensinar com patrulhamento ideológico e autocensura”. Diversos projetos de lei inspirados no movimento foram considerados inconstitucionais no país, como o caso da ADPF 457 (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 457) — que se refere à Lei Municipal de Novo Gama (GO), em 2020.

³ Justiça derruba lei da “Escola Sem Partido” em Porto Alegre. “Jornal Zero Hora”. Porto Alegre, 27 out. 2025. Disponível em: <https://tinyurl.com/my2c45jz>

compra de vagas em instituições privadas, o que compromete a aplicação dos recursos do Fundeb e a fiscalização pública. Até julho de 2025, apenas 123 das 613 escolas do Sistema Municipal de Ensino estavam com autorização de funcionamento vigente junto ao Conselho Municipal de Educação (CME/POA).

Na condição de presidenta do CME/POA, realizei, à pedido do Ministério Público do RS (MPRS), vistorias em 11 escolas privadas conveniadas à Prefeitura por violações de direitos. Apenas uma instituição possuía credenciamento regular e autorização de funcionamento. Esse dado ilustra a importância do fortalecimento do controle social das políticas públicas de educação.

Outro grave retrocesso foi a perda de autonomia do CME/POA, resultante da Lei Complementar nº 953/2022, que, além de reestruturar e reduzir o órgão, o deixou sem sede há mais de três anos, comprometendo atualmente sua função normativa e fiscalizadora com autonomia e capacidade de participação da sociedade civil — essencial para garantir, inclusive, o acesso do município a verbas federais destinadas à Educação Integral como foi em 2024.

Desde janeiro de 2025, por decisão liminar do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS), os diretores e vices passaram a ser nomeados pelo Executivo, rompendo com a tradição de eleições diretas nas escolas. Tramita na Câmara Municipal o Substitutivo nº 2 ao Projeto de Lei do Executivo nº 027/2025, que propõe um processo seletivo misto, com habilitação e nomeação, em substituição à eleição direta. Tal proposta contraria as metas do Plano Nacional de Educação (PNE), especialmente a estratégia 19.1, que prevê uma emenda na Constituição Federal para eleição direta de diretores como um dos critérios de democratização da gestão escolar. Hoje, apenas 6% das escolas brasileiras mantêm esse modelo — reflexo do avanço de políticas autoritárias na educação, como denuncia a Campanha Nacional pelo Direito à Educação e a Conferência Nacional de Educação de 2024.

Além disso, há tentativas de transferir a gestão administrativa das escolas municipais para concessionárias, afrontando a LDB, que atribui essa responsabilidade às direções escolares eleitas. A autonomia pedagógica, administrativa e financeira das instituições de ensino, assegurada pelo artigo 207 da Constituição Federal, é indissociável e constitui a base da gestão democrática e da escola pública pulsante e viva. A sua fragmentação é, na prática, uma estratégia de privatização e de controle da escola pública e dos seus territórios.

Em 2023, o CME/POA se manifestou contrário ao *Programa Escola Bem-Cuidada*,⁴ apresentado em agosto de 2025 pela Prefeitura de Porto Alegre. O Programa constitui-se em uma Parceria Público-Privada (PPP) voltada à construção, reforma e manutenção de unidades educacionais. A Manifestação CME/POA nº 1/2023 alerta que o Programa fere os princípios constitucionais da autonomia escolar e da gestão democrática, conforme o artigo 15 da LDB, que determina que os sistemas de ensino devem assegurar às escolas públicas “progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira”. O *Escola Bem-Cuidada* transfere ao setor privado responsabilidades que são do Estado, desviando cerca de R\$ 5 bilhões em recursos públicos para uma concessão administrativa de 20 anos, comprometendo a qualidade pedagógica e a valorização dos profissionais da educação.

Mais recentemente, em outubro de 2025, o Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS) suspendeu cautelarmente o contrato entre a Secretaria Municipal de Educação (SMED) e o Instituto Alicerce, firmado para a oferta de contraturno escolar, por suspeitas de irregularidades. O valor estimado de R\$ 75,5 milhões não considerava o número efetivo de alunos, violando o princípio da economicidade.

É igualmente grave que o Município tenha firmado pacto com o Governo Federal de Educação Integral em Tempo Integral e contrarie os princípios da política com contraturno escolar.

O futuro da educação em Porto Alegre depende do *fortalecimento da escola pública, da transparência e da gestão democrática*, aliadas ao *investimento contínuo em políticas inclusivas e sustentáveis*. Somente assim será possível garantir uma educação comprometida com a *emancipação, a justiça social e a liberdade* — princípios que sustentam o direito de educar e de sonhar.

Referências:

- BRASIL. Constituição Federal. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). *Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5537*. Relator: Min. Luís Roberto Barroso. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/>. Acesso em: 27 out. 2025.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *IDEB 2023 – Resultados*. Brasília, DF: INEP, 2024. Disponível em: <https://ideb.inep.gov.br/resultado/>. Acesso em: 27 out. 2025.
- PORTO ALEGRE (Município). *Lei Complementar nº 953, de 28 de setembro de 2022. Reorganiza o Conselho Municipal de Educação de Porto Alegre (CME/POA) e revoga disposições anteriores*. Diário Oficial de Porto Alegre, Porto Alegre, 28 set. 2022.
- PORTO ALEGRE (Município). *Manifestação CME/POA nº 1/2023. Manifesta-se sobre o Programa Escola Bem-Cuidada, Parceria Público-Privada na modalidade de concessão administrativa para obras e serviços em unidades educacionais do município de Porto Alegre/RS*. Porto Alegre, 2023.

⁴ Ver em: <https://share.google/NMBGRlidMSmX4HIGp>

“Edital” para direção de escola pública destrói o cerne da Educação Pública¹

Coletivo por Democracia na Escola Pública

Um “edital”² de “habilitação” para candidatas(os) às “funções de Direção e de Vice-direção de escolas municipais” é o acinte derradeiro do secretário de educação de Porto Alegre, Leonardo Pascoal (PL), muito mais preocupado com sua carreira partidária, alinhada e a serviço da agenda bolsonarista, do que com educação pública. De fato, sua gestão já demonstrou estar muito mais ocupada em cumprir a agenda austera (leia-se de desmonte da educação) do que com a qualidade do serviço público. O achaque em forma de “edital” para direção escolar chega provocativamente no período de fim de ano em que professoras/es, escolas e famílias estão totalmente envolvidas em dar conta das atividades escolares finais e planejar o próximo ano letivo, na forma de uma jogada sorrateira porque impossibilita articulação para análise ou defesa por parte das comunidades, como de praxe, alijadas de qualquer das decisões deste secretário.

Depois de ter acabado com as eleições democráticas para direções escolares através de liminar no início do ano, de ter destituído direções eleitas, de retirar monitoras do atendimento de crianças com deficiência, de proibir professoras/es de seguirem trabalhando em suas escolas, de inventar “gratificação” meritocrática no lugar de reposição salarial (30%) devida, de diminuir períodos de várias disciplinas e de acabar com turmas de sextos a nonos anos nas escolas, agora o secretário quer arregimentar um “banco de talentos” que, a seu cabresto, assumam gestões das escolas à revelia das próprias escolas, em qualquer instituição da Rede, a qualquer tempo.

Assim como já fez com as direções interventoras neste ano e, através da implantação do medo de deposição, com as atuais direções eleitas, o objetivo do edital é apenas um: um “banco” de pessoas subjugadas. Na camada mais triste desta ideologia monopolizadora de poder, o edital como armadilha seduz e mobiliza o desejo legítimo de professoras e professores de estarem em uma direção de escola pública. O que não é legí-

¹ Artigo de opinião publicado no Jornal Sul21 em 18 nov. 2025.

² Após encerradas as inscrições do Edital, a Secretaria Municipal de Educação (Smed) publicou uma errata. O novo texto informa que a pasta será responsável por escolher quais candidatas(os), dentre as(os) aprovadas(os) no processo, ocuparão os cargos de direção, o que desmascara a farsa dos critérios e ressalta o poder ainda mais discricionário do secretário, que indicará politicamente “cargos de confiança” do seu partido (PL) e da fisiológica base do governo. (“Matinal Jornalismo”. SMED Corrige edital. Porto Alegre, 21 nov. 2025).

timo - muito menos democrático - é que a única possibilidade para isso passe a ser sob coação de uma gestão antidemocrática. A artimanha sem vergonha de ser imoral é que isso seria supostamente por livre escolha, na medida em que a professora ou professor precisa se submeter ao “edital”, no qual, entre outras modalidades de seleção, há “entrevistas individuais” e “avaliação comportamental”, ambos procedimentos de critério eliminatório. Tão suspeito como os contratos com terceirizadas firmados nesta gestão da SMED.

Do que secretários como esse têm pavor é a ideia irrefutável de que o cerne da Educação Pública - em um país sob uma democracia de baixa intensidade - é a “gestão democrática do ensino público”, como consta do artigo 30. dos Princípios e Fins da Educação Nacional da Constituição Federal. Ela é o coração pulsante dos processos de aprendizagem voltados para a cidadania num mundo LIVRE, em que todes têm direito à participação nos processos decisórios que dizem respeito a sua vida. Portanto, ser parte - com garantia do direito a voto! - nos processos que elegem periodicamente uma proposta político-pedagógica com plataforma e compromissos assumidos pelas lideranças eleitas (à direção e vice-direção; ao Conselho Escolar), compõe a espinha dorsal da Educação Pública. Retirar de forma espúria esse direito da comunidade escolar - que é quem faz diariamente a escola acontecer - é assaltar a principal função da escola pública, que são as relações de aprendizagem no horizonte da cidadania.

Ao ignorar propositadamente todo o histórico reconhecido de vanguarda em processos democráticos e, por isso, de aprendizagens da Rede Municipal de Porto Alegre, um secretário desalinhado com o diálogo desorganiza, desterritorializa e inviabiliza o que há de mais importante na educação: as pessoas que participam dela. A implantação à força de uma ideologia empresarial como princípio organizador das relações em um campo social que se fundamenta sensivelmente por relações inter-pessoais e interculturais de aprendizagens tal é o campo da Educação usurpa um dos principais processos formadores de cidadãs e cidadãos autônomas/os: sua participação nos processos periódicos de escolha de suas lideranças. Violência usurpadora nada longínqua de invasões colo-niais e ditaduras civis-militares tão afeitas ao horizonte da ideologia par-tidária deste secretário, requentada em ressaca neo-conservadora.

Melhorar os “índices” da educação é justificável. Quer de fato fazê-lo? Respeite as pessoas que fazem a escola: professoras/es, funcionárias, estudantes, famílias, melhorando suas condições de trabalho e estudo, como as infraestruturas das escolas, como seus quadros de RH,

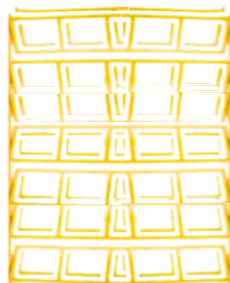
através de concursos públicos. Não ofenda estudantes em suas visitas às escolas; não retire monitoras de sua função de cuidado de estudantes com deficiência desamparando centenas de famílias; não admita nem faça mais e mais contratos duvidosos com terceirizadas jogando profissionais precarizadas/os para dentro da escola; não implante gratificações meritocráticas com critérios incompatíveis com a vida nas escolas e pague o que deve às/os profissionais da educação.

André Pares, Prof. de Filosofia, Jornalista, ex-vice-diretor eleito em escola da RME
Lizeane Fortes, Prof. de Matemática, ex-diretora eleita em escola da RME
Liliane Ferrari Giordani, Prof. e ex-diretora eleita da FACED/UFRGS
Eduardo Triches, Prof. de Ed. Física, ex-diretor eleito em escola da RME
Karime Kiener, Pedagoga, diretora eleita em escola da RME
Henrique Esteves Zubiaurre, Prof. de Ed. Física, diretor eleito em escola da RME
Magali Mendes de Menezes, Prof. e ex-vice-diretora eleita da FACED/UFRGS
Silvana Conti, ex-diretora eleita em escola da RME
Silvana Moraes, ex-diretora eleita em escola da RME
Pedro de Almeida Costa, Prof. da Escola de Administração da UFRGS
Nei Lisboa, Músico
Demétrio Xavier, Músico
Alice Becker Lewkowicz, Psicanalista/SPPA
Neusa Vaz e Silva, Pres. da Ass. Sulamericana de Fil. e Teologia Interculturais/ASAFTI
Priscilla Spinelli, Prof. de Filosofia, Coord. Bacharelado/Licenciatura Fil./UFRGS
Sérgio Sardi, Prof. de Filosofia da PUCRS
Suzana Deppermann Fortes, Psiquiatria, Psicanalista/SPPA
Rudinei Muller, Diretor Geral Campus Restinga/IFRS
Gabriela Greco, Prof. de Teatro da RME, Atriz
Caroline Zatt da Silva, Jornalista Cultural
Caroline Leszczynski, Prof. de Artes da RME
Felipe Duran, Prof. Ed. Física RME
Estela Benevenuto, Prof. de História da RME
Flávia Maltz, Psiquiatra, Psicanalista/SPPA
Denise Lahude, Psiquiatra, Psicanalista/SPPA
Carlos Dora, Médico, Professor/UFRGS
Aline Mendes, Prof. de Artes da RME
Inara Zanuzi, Prof. de Filosofia Dept. de Fil. e PROF-FILO/UFRGS
Laura Fonseca, Prof. da FACED/UFRGS
Daniele Cunha, Prof. de Francês do Colégio de Aplicação/UFRGS
Scheila Thomé, Prof. Dept. de Fil. e PROF-FILO/UFRGS
Vicente Schneider, Prof. de História da RME
Tzusy Estivalet, Prof. de Educação Física da RME
Marcus Vianna, Prof. de História da RME
Maria Hermínia, Técnica em nutrição aposentada da RME

Gabriela Severino, Prof de Ciências da RME
Fabiana Pavani, Professora aposentada da RME
Glaucio Dias, Secretário de escola da RME
Guilherme Gil, Prof. de Educação Física da RME
Hamilton Farias, Prof. de Informática da RME
Ezequiel Viapiana, Prof. de Música da RME
Tássia Lopes, Prof. de Ciências da RME
Carmen Padilha, Prof. aposentada da RME
Zezeh, Maria José, Servidora de escola aposentada
Gustavo Coelho, Prof. de História da RME
Marcelo Bastos, Prof. de História da RME
Betina Torriani, Prof. de História da RME
Denise Lazaroto da Silva, Prof. de Anos Iniciais RME
Bruno Xavier Silveira, Prof. de Geografia da RME
Tammi Schalm da Silva, Prof de Inglês da RME
Ronaldo Goulart, Prof. de inglês da RME
Renan Silveiro Rosa, Prof. de Inglês da RME
Rafael Souza, Prof. de Artes da RME

2

POLÍTICA CURRICULAR E AVALIAÇÃO



Quando começa o fim da picada? Governo Melo e os atentados à educação pública em Porto Alegre¹

Laura Fonseca, César Rolim, Liliane Giordani, Marco Mello

*Que é mesmo a minha neutralidade senão a maneira cômoda,
talvez, mas hipócrita, de esconder minha opção ou meu medo
de acusar a injustiça? 'Lavar as mãos' em face da opressão
é reforçar o poder do opressor, é optar por ele.*

Paulo Freire
Pedagogia da Autonomia. 1998. p.126

Nesses tempos difíceis, no qual a salvaguarda da democracia, ainda que liberal burguesa, tornou-se uma obrigação imperiosa a todas as pessoas de bom senso e com algum lastro de conhecimento sistematizado, é paradoxal que tenhamos, na capital das(os) gaúchas(os), reeleito um prefeito negacionista climático, neoliberal, alinhado ao bolsonarismo e cada vez mais identificado com as pautas da extrema-direita. Acrescenta-se uma Câmara de Vereadores majoritariamente alinhada ao projeto do governo, impondo medidas restritivas à própria democracia, e assegurando o próprio processo eleitoral e seus mandatos – ainda que se reconheça a resistência à sanha autoritária pela aguerrida bancada de oposição, que conta com 12 vereadoras(es) combativas(os) e comprometidas(os) com as lutas populares.

Como Sebastião Melo (MDB) foi reeleito prefeito de Porto Alegre? Importa levantarmos algumas hipóteses. A abstenção contribuiu? E o financiamento da campanha? O setor empresarial, que foi (e continuará sendo) prestigiadíssimo na gestão municipal, investiu quanto na reeleição de Melo?

Fortalecido, ele tomou posse no dia primeiro de janeiro e fez um lamentável discurso, no qual defendeu a ditadura empresarial-militar (1964-1985) como liberdade de expressão. Entretanto, sabemos que essa liberdade não pode ser confundida com defesa de ditaduras que ferem os direitos humanos. Portanto, trata-se de um absurdo tal afirmação!

Nesse pronunciamento, Melo sinalizou a linha político-ideológica (cada vez mais próxima da extrema-direita) das ações e dos projetos a serem desenvolvidos nos próximos anos. A Educação será uma das áreas centrais na agenda (ultra)neoliberal, no rumo do aprofundando do autoritarismo e do privatismo. Nesse sentido, fica evidente a quem serve e servirá o chapéu do prefeito Melo.

¹ Publicado originalmente como Artigo de Opinião no Jornal Brasil de Fato RS em 12 fev. 2025.

² A Câmara de Vereadores tem 35 representantes.

Por que silenciar a vida na escola?

A cidade de Porto Alegre já foi referência internacional de Educação, desde as práticas no chão da escola, vivenciando profunda reestruturação curricular, de caráter inclusivo e progressista. Seminários Nacionais e Internacionais, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), fomentaram processos formativos riquíssimos.

Porto Alegre também foi referência na democracia e na participação popular com o projeto da Escola Cidadã (1989 a 2004). Nesse, destacam-se a concepção e os mecanismos de avaliação processual e emancipatória, de caráter profundamente inclusivo. Importa relevar nesse projeto, ainda, o investimento na Educação de Jovens e Adultos (EJA) – tanto na alfabetização (MOVA) quanto na continuidade da escolarização (SEJA).

De certo, como qualquer projeto político, as propostas assinaladas não estão isentas de limites e da crítica, mas representaram avanços importantes. O que veio depois tem evidentes retrocessos! A gestão atual, recém iniciada, ataca as eleições diretas das direções das escolas, silencia diante da aprovação, pela Câmara de Vereadores, da Lei da Mordada e avança na precarização das condições de trabalho das(os) educadoras(es). Para que(m) serve(em) esses ataques à gestão democrática, à transparência, à impessoalidade e eficiência no serviço público?

É importante lembrar que a Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre (RME/POA) pactuou, desde 1985, a eleição direta para o cargo de direções de escolas, com a participação de toda comunidade escolar (mães, pais, trabalhadoras(es), estudantes). Há 40 anos, essa prática democrática tem se consolidado como exercício democrático e educativo praticado nas escolas, com pleno apoio das comunidades envolvidas.

As preocupações do prefeito são o “alinhamento” político-ideológico das direções com o governo municipal e o silenciamento de possíveis denúncias e críticas. É fato que na gestão anterior do prefeito Melo houve a troca de quatro secretários de educação por indícios de corrupção na SMED. Algumas denúncias de irregularidades foram apontadas pelas direções de escolas, que agiram de acordo com os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade, zelando, assim, pelo bom uso dos recursos públicos e proporcionando a eficiência no atendimento à população da cidade. Melo, através da liminar na Justiça, de forma monocrática e autoritária, fere a democracia na escolha das direções de escolas e retrocede conquistas importantes na gestão democrática na RME/POA.

Porto Alegre ainda sofre com a devastação deixada pela crise socioambiental em diversos bairros de nossa capital; as marcas em cada vida

afetada são indubitáveis. As escolas, muitas ainda não recuperadas, sentem o resultado do descaso e da desvalorização estampado nos índices do IDEB, consequência direta do não investimento, das aquisições de materiais sem demanda real das escolas, das arquiteturas abandonadas, da ausência de formação continuada para a RME/POA, da precarização das carreiras das(os) trabalhadoras(es) em educação – com mais de 30% de defasagem salarial –, além da permanência da política de contratação temporária em detrimento da realização de concursos públicos.

O atual prefeito de Porto Alegre aplicou na RME/POA, em 2023, somente 16,29% do orçamento, o que, nem de longe, atende ao percentual previsto em lei. A Constituição Federal do nosso País determina a aplicação de, no mínimo, 25% da receita resultante de impostos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE). Terminamos 2024 com mais de dez mil crianças sem vaga na educação infantil, situação que fere os direitos das crianças e das mulheres que necessitam trabalhar e não têm um espaço adequado para seus filhos(as).

Uma política educacional precisa estar pautada na garantia aos estudantes do direito à Educação, considerando o acesso, a permanência e a conclusão de seus estudos com sucesso. Precisa oferecer, nos espaços escolares, equidade e condições que cada pessoa necessita para a construção de suas aprendizagens, para o seu crescimento e a sua inserção cidadã na sociedade.

A escola deve ser um espaço livre para a pluri-expressão de ideias, para questionamentos, diálogos, criticidade, debates e para a construção do conhecimento. O tema dos direitos humanos, das políticas antirracistas, anticapacitistas, antilgbtfóbicas, antixenófobas, antimisóginas e feministas devem estar na vida da escola. Isso é conteúdo de formação, isso é trabalhar com uma perspectiva crítica e libertadora.

O silenciamento e as práticas de assédio moral às educadoras e aos educadores definem uma política que a extrema-direita representa. A Lei da Mordaca é partidarizar, pelo conservadorismo, a escola, é silenciar a liberdade no processo de ensinar-aprender, controlar a diversidade e estabelecer o medo da livre manifestação do conhecimento, na contramão da educação como prática de liberdade pela qual lutamos, ou seja, uma educação que não tema “o debate, a análise da realidade, que não fuja da discussão criadora, sob pena de ser uma farsa” (FREIRE, 1967, p. 97).

Sem a garantia de políticas públicas de Estado e enquanto avançarem as parcerias público-privadas (PPPs) e as terceirizações, que tornam o serviço público um balcão de negócios privados, a escola pública não servirá aos interesses das periferias urbanas e rurais, apenas à lógica empresarial-capitalista.

É imprescindível armar teoricamente a categoria municipalidade e chamar a comunidade escolar à luta e à ocupação do espaço público como um princípio educativo da classe trabalhadora, pois, como lembra Paulo Freire (2000, p. 23), se o poder econômico e político dos poderosos desaloja os fracos dos mínimos espaços de sobrevivência não é porque assim deva ser; é necessária uma recusa do fatalismo; somos seres da transformação e não da adaptação.

O que virá pela frente?

A perda substantiva da experiência de participação direta da comunidade escolar na escolha dos projetos de gestão das escolas e a interferência político-partidária do Prefeito e dos seus aliados implicam no empobrecimento da democracia, na perda da autonomia e na volta ao autoritarismo que marcou a ditadura empresarial-militar. A profusão de estudos e pesquisas acadêmicas em escala nacional, bem como os muitos registros e as denúncias produzidas pelo associativismo e o sindicalismo docente permitem que possamos projetar o que se avizinha, se seguir esse compasso imposto em Porto Alegre.

Pressão e estresse permanentes e rígido controle ideológico e burocrático do trabalho docente; restrição da criatividade, de projetos inovadores e da autonomia nas escolas; adoecimento físico e emocional dos(as) profissionais da educação; e inclusive o crescente abandono da profissão são alguns dos efeitos percebidos nas redes públicas que seguiram o modelo neoliberalizante gerencialista. Pautar as políticas educacionais exclusivamente por indicadores técnicos de desempenho de estudantes de alguns anos (e somente em matemática e português), com provas padronizadas, ranqueamento e testes objetivos, está no cerne desse modelo educacional.

Instituir “gerentes” de confiança, amordaçar educadoras(es) e transformá-las(os) em implementadores de aulas elaboradas por fundações privadas é o sonho dourado dos ideólogos de direita e dos mercadores ávidos por lucros e por saquear os cofres públicos. Gestores preocupados em tão somente maquiagem dados de desempenho e treinar estudantes para a obediência repetem a máxima que marcou nossa independência política formal: foi e tem sido somente “pra inglês ver”. Eis a verdade que se descortina.

É preciso impedir a barbárie

É tarefa urgentíssima a mobilização da cidadania ativa para a defesa da democracia substantiva na cidade e de um modelo de educação que já foi referência além-fronteiras pela sua excelência. O que está em jogo não se

restringe ao interesse de docentes da rede pública ou da comunidade escolar diretamente envolvida. É a própria bifurcação de um caminho, o fim da picada que o Prefeito Melo e seus aliados no Parlamento querem nos levar: a um abismo no qual sucumbe o direito à educação de qualidade, gratuita, autônoma, socialmente referenciada, plural, democrática e de caráter emancipatório.

Referências:

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

Avaliação educacional e desigualdades territoriais: Reflexões sobre o Ideb da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre¹

Camila dos Reis, Regina Maria Duarte Scherer, Mateus Saraiva

Neste artigo analisamos o desempenho do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre (RME/PoA), considerando as diferentes regiões do Orçamento Participativo (OP). A pesquisa buscou compreender se os resultados municipais são realmente insuficientes frente à Rede Estadual e de que modo a distribuição territorial e a diversidade de matrículas interferem na leitura desses resultados. A análise combina uma abordagem teórico-conceitual sobre avaliação e políticas públicas com uma leitura empírica dos dados do Ideb entre 2005 e 2019. Os resultados demonstram que, quando desagregados por regiões, os índices da RME/PoA revelam maior consistência nos anos finais do Ensino Fundamental, mesmo em contextos de maior vulnerabilidade social. Conclui-se que a avaliação educacional deve ser compreendida de modo multidimensional, incorporando variáveis territoriais e sociais e reconhecendo a diversidade das redes escolares.

Introdução

O debate sobre o desempenho da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) intensificou-se nos últimos anos, especialmente após a promulgação da Lei n.º 12.659/2020, a qual modificou os critérios para escolha dos membros da direção das escolas da RME/PoA. Nela foi estabelecido o Ideb como critério de manutenção dos diretores escolares em seus cargos. Essa mudança normativa expressa a consolidação de uma racionalidade técnico-gerencial na administração pública da educação, ancorada em indicadores de desempenho e voltada ao controle de resultados.

A discussão sobre a suposta insuficiência dos resultados do Ideb na RME/PoA remete à tensão entre eficiência e equidade: de um lado, a pressão por elevar médias numéricas; de outro, a necessidade de reconhecer a diversidade dos públicos atendidos e das realidades territoriais do município. O presente artigo propõe-se a examinar essa questão articulando duas dimensões: (1) a análise dos fundamentos teóricos e políticos da

¹ Este artigo foi construído a partir do capítulo “O resultado do Ideb em Porto Alegre é insuficiente? Uma proposta de análise dos resultados por região do Orçamento Participativo” a ser publicado pela UNICAMP, no livro “Desigualdades Escolares: percursos e percepções”, que se encontra no prelo (nov. 2025).

avaliação educacional contemporânea e (2) a leitura dos resultados do Ideb de Porto Alegre, segundo as regiões do Orçamento Participativo (OP), no período 2005-2019.

Fundamentação teórica: avaliação, Estado e políticas educacionais

A literatura especializada tem destacado o papel das políticas de avaliação como instrumento de regulação estatal e de indução de reformas educacionais. Afonso (2001, 2013) identifica a emergência de um Estado avaliador, caracterizado pela centralidade dos mecanismos de mensuração de resultados e pela substituição da regulação burocrática pela regulação por desempenho. Essa lógica reforça a racionalidade técnica e mercantil, deslocando a atenção dos processos pedagógicos para os produtos quantificáveis.

Freitas (2012) amplia essa crítica ao analisar o avanço das reformas empresariais da educação no Brasil. Segundo o autor, as avaliações em larga escala tendem a desmoralizar o magistério e a responsabilizar individualmente as escolas pelos resultados, desconsiderando os condicionantes socioeconômicos. Tal perspectiva cria um “ethos competitivo” que naturaliza desigualdades históricas.

A partir de tal posição, observa-se que, globalmente, os sistemas educacionais passaram a adotar políticas inspiradas em rankings internacionais como o PISA, reforçando a homogeneização de critérios e a importação de modelos alheios às realidades locais. Nesse contexto, as avaliações deixam de ser instrumentos de diagnóstico e passam a orientar a formulação das próprias políticas, o que enfraquece a autonomia dos sistemas de ensino.

Faria (2005) destaca que a política de avaliação, ao ser convertida em política de governo, assume papel de legitimação do Estado e não necessariamente de aprimoramento da educação. Para o autor, é imprescindível compreender a avaliação como um campo de disputa política, onde diferentes concepções de qualidade e de gestão democrática se confrontam.

Contexto da Rede Municipal de Porto Alegre e das desigualdades territoriais

A educação pública no município de Porto Alegre possui trajetória histórica marcada por expansão e retrações. Desde os anos 1950, com a criação do Ginásio Municipal e da Secretaria Municipal de Educação, o município consolidou uma rede própria de escolas, majoritariamente localizadas nas regiões periféricas. A partir de 1989, com a implantação do Orçamento Participativo (OP), as decisões sobre investimentos passaram a

incorporar a deliberação comunitária, reforçando a dimensão territorial das políticas educacionais (CAMPOS; SILVEIRA, 2015).

Atualmente, a cidade está dividida em dezessete regiões do OP, que apresentam significativas diferenças socioeconômicas. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) varia de 0,935 na região Centro a 0,638 na região Nordeste (OBSERVAPOA, 2015). As escolas municipais concentram-se nos territórios de menor IDH, caracterizados por vulnerabilidade social, maior número de matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e maior proporção de estudantes com deficiência.

Segundo o Censo Escolar (2022), 9,6% dos alunos da RME/PoA possuem algum tipo de deficiência, frente a 2,9% na rede estadual. Além disso, 72,7% das matrículas da EJA do município pertencem à rede municipal. Tais dados evidenciam que a RME/PoA atende um público diverso, o que implica custos diferenciados e desafios pedagógicos adicionais.

Análise dos resultados do Ideb por regiões do Orçamento Participativo

Os resultados do Ideb entre 2005 e 2019 revelam que a RME/PoA apresenta desempenho heterogêneo quando desagregado por regiões do OP. Em oito regiões — Leste, Nordeste, Restinga, Glória, Centro-Sul, Extremo Sul, Eixo Baltazar e Sul — a rede estadual obteve índices mais elevados nos anos iniciais do ensino fundamental. Já em cinco regiões — Humaitá/Navegantes, Lomba do Pinheiro, Norte, Cruzeiro e Cristal — a rede municipal superou a estadual.

Nos anos finais, o cenário se inverte: a rede municipal apresentou melhores resultados em doze das dezessete regiões, mantendo-se acima da estadual em localidades periféricas como Lomba do Pinheiro, Restinga e Eixo Baltazar. Essas regiões possuem Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre 0,68 e 0,78, o que demonstra que, mesmo em contextos socioeconômicos menos favorecidos, as escolas municipais obtêm avanços significativos.

Esses dados contestam a narrativa de que os resultados da RME/PoA seriam “insuficientes”. Quando se considera a diversidade das matrículas e a localização das escolas, verifica-se uma coerência interna maior no desempenho municipal. A concentração das escolas estaduais em áreas centrais — com melhores indicadores de renda, escolaridade e infraestrutura — explica parte das diferenças nos anos iniciais, mas não sustenta a ideia de ineficiência da rede municipal.

A análise regional evidencia ainda a limitação de políticas avaliativas que tratam a rede como homogênea. O uso exclusivo do Ideb como parâmetro de qualidade desconsidera o impacto das desigualdades territoriais e das políticas sociais sobre o desempenho escolar.

Discussão: racionalidade avaliativa e implicações políticas

A adoção do Ideb como critério de estabilidade para diretores escolares em Porto Alegre simboliza a incorporação de uma lógica de accountability vertical, em que a gestão democrática é substituída pela gestão por resultados. Embora o Plano Municipal de Educação (PME, 2015) preveja, em sua Meta 7, a criação de um sistema de avaliação municipal participativo e multidimensional, tal iniciativa não foi implementada.

O predomínio da avaliação centrada em desempenho implica consequências políticas: (a) a culpabilização das escolas e professores por baixos índices; (b) a marginalização de dimensões qualitativas, como participação comunitária e inclusão; e (c) a subordinação das políticas locais às diretrizes nacionais de avaliação. Essa racionalidade reforça a visão de que qualidade é sinônimo de rendimento em testes padronizados, obscurecendo as desigualdades estruturais.

A experiência da RME/PoA mostra, contudo, que é possível combinar compromisso com resultados e sensibilidade social. As escolas municipais localizadas nas regiões periféricas constroem práticas pedagógicas ancoradas na comunidade, promovendo pertencimento e inclusão. Isso se reflete em taxas de progressão e permanência mais estáveis, mesmo quando as médias de proficiência não atingem os parâmetros nacionais.

A literatura nacional (GOUVEIA; SOUZA; TAVARES, 2009) indica correlação positiva entre investimento público e desempenho escolar, especialmente em municípios de menor renda. Portanto, o gasto maior por aluno na RME/PoA deve ser compreendido como condição para a equidade e não como sinal de ineficiência.

Considerações finais

A análise dos resultados do Ideb de Porto Alegre, articulada ao contexto territorial das regiões do Orçamento Participativo, permite concluir que a simples comparação entre médias de redes de ensino não é suficiente para avaliar a qualidade da educação. As escolas municipais, localizadas majoritariamente em áreas de vulnerabilidade social, apresentam desempenho consistente nos anos finais e desempenham papel central na garantia do direito à educação.

Defende-se a necessidade de políticas de avaliação que reconheçam a complexidade das condições locais, valorizem a diversidade e fortaleçam a gestão democrática. O Ideb, embora útil como indicador de acompanhamento, não deve ser o único parâmetro para decisões administrativas ou pedagógicas. A construção de um sistema municipal de avaliação participativo, conforme previsto no PME, representa um caminho

para superar a racionalidade tecnicista e consolidar uma concepção de qualidade educacional socialmente referenciada.

Referências:

- AFONSO, Almerindo Janela. Reforma do Estado e políticas educacionais: entre a crise do Estado-nação e a emergência da regulação supranacional. *Educação & Sociedade*, v. 22, p. 15-32, 2001.
- AFONSO, Almerindo Janela. Mudanças no Estado-avaliador: comparativismo internacional e teoria da modernização revisitada. *Revista Brasileira de Educação*, v. 18, n. 53, p. 267-284, 2013.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. *Presidente da Comissão de Educação discutirá fechamento de turmas de escola em audiência na Seduc*. Porto Alegre, 2017.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. *Audiência discute entraves em EJs com demanda de 4,9 milhões de jovens e adultos para estudar*. Porto Alegre, 2021.
- CAMPOS, Poti Silveira; SILVEIRA, Núbia. *Orçamento Participativo de Porto Alegre: 25 anos*. Porto Alegre: Editora da Cidade, 2015.
- FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A política da avaliação de políticas públicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, p. 97-110, 2005.
- FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. *Educação & Sociedade*, v. 33, p. 379-404, 2012.
- GAÚCHA ZH. Governo gaúcho corta mais de 2 mil turmas nas escolas estaduais. Porto Alegre: *Gaúcha ZH*, 13 jun. 2017.
- GOUVEIA, Andréa Barbosa; SOUZA, Ângelo Ricardo; TAVARES, Taís Moura. O Ideb e as políticas educacionais na região metropolitana de Curitiba. *Estudos em Avaliação Educacional*, v. 20, n. 42, p. 45-58, 2009.
- OBSERVAPOA. *Cinco regiões do OP de Porto Alegre apresentam IDH abaixo da média nacional*. Porto Alegre: ObservaPoa, 2015.
- PORTO ALEGRE. *Lei nº 11.858, de 25 de junho de 2015. Institui o Plano Municipal de Educação*.
- PORTO ALEGRE. *Lei nº 12.659, de 8 de janeiro de 2020. Dispõe sobre a gestão do ensino público das escolas da Rede Municipal de Ensino*.
- SCHERER, Regina Maria Duarte. *Sistema Municipal de Ensino: da sua constituição às contribuições para as políticas públicas de educação no município*. Tese (Doutorado em Educação) - UFRGS, Porto Alegre, 2015.
- SCHERER, Regina Maria Duarte; SARAIVA, Mateus. A certeza assentada em inconsistências: a relação entre gasto e aproveitamento escolar no caso do relatório do TCE/RS em Porto Alegre. In: GIL, Natália de Lacerda; LIMA, Ana Laura Godinho (org.). *O rendimento da escola brasileira em questão*. São Paulo: FEUSP, 2019. p. 199-218.
- TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Avaliação da eficiência e da eficácia da rede municipal de ensino fundamental de Porto Alegre*. Porto Alegre, 2016.

Impactos das políticas educacionais neoliberais sobre a Educação Física escolar da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre¹

Carlos Eduardo Berwanger, Filipe Ribas de Aguiar

Contextualização

Este artigo foi construído a partir de dois estudos, um de mestrado e outro de doutorado, que trataram de investigar, respectivamente, a educação e a Educação Física na perspectiva dos professores e professoras da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre (RME/PoA), no período de 2017 a 2020, o qual foi marcado por um governo que promoveu, na cidade, um forte avanço nas políticas neoliberais (AGUIAR, 2019; BERWANGER, 2020). O objetivo é demonstrar nossa compreensão acerca de como os professores organizam seu trabalho docente em meio às políticas gerencialistas adotadas por um governo, marcadamente, neoliberal.

Nosso campo de estudos foi a RME/PoA, local em que trabalhamos com a educação física escolar no âmbito do Ensino Fundamental. A contextualização histórica que apresentamos traz um panorama das administrações municipais de Porto Alegre que sucederam a Frente Popular² e trilharam um caminho de implantação de políticas que priorizaram investimentos em pequenos grupos sociais com maior poder econômico em detrimento do atendimento das demandas das comunidades menos privilegiadas da sociedade. O período enfocado neste estudo, o intervalo de 2017 a 2020, justifica-se pelo fato de a gestão municipal desta época ter acentuado as políticas neoliberais, numa evidente manifestação de influência gerencialista com intenção de reduzir o papel do Estado.

Desde os primeiros meses da Administração do governo Nelson Marchezan Jr. (PSDB), que iniciou em janeiro de 2017, os servidores públicos municipais enfrentam situações de desvalorização e de precarização das suas funções. Portanto, é um estudo que se originou no dia a dia, no chão das quadras das escolas e emergiu da necessidade de compreender e de estudar nossas próprias práticas pedagógicas, enquanto professores que lutam por um mundo com mais igualdade de oportunidades e com mais justiça social.

O neoliberalismo em Porto Alegre

A partir da leitura de Apple (2000) e Gandin e Hypolito (2003), compreendemos a sociedade como resultado de um processo de disputas por hegemonia, onde o bloco dominante busca obter a liderança em todos os segmentos sociais.

¹ Versão significativamente reduzida de artigo homônimo publicado na "Revista Didática Sistemática" (FURG), em 2022.

² Coligação de partidos políticos de esquerda que governaram Porto Alegre de 1989 a 2005.

Na disputa por hegemonia, Apple (2000) apresenta o conceito de aliança conservadora (AC). Também chamada por Gandin e Hypolito (2003) de “nova direita”, caracteriza-se pela articulação entre quatro grupos principais: a) os neoliberais, elites políticas e econômicas que lideram o grupo e desejam “modernizar” a economia; b) os populistas-autoritários – grupos de classe média e classe trabalhadora que desconfiam do Estado e se preocupam com segurança e valores tradicionais; c) os neoconservadores que desejam a volta aos “altos padrões”, à disciplina e à competição social; e d) a nova classe média, formada por trabalhadores, que acreditam ser o exemplo da possibilidade de ascensão social e da meritocracia.

Para Apple (1999), o objetivo da AC para as políticas educacionais e sociais pode ser descrito como “modernização conservadora”, e se ancora ao senso comum com o contraditório discurso de modernizar para alcançar “melhores resultados” e, ao mesmo tempo, de conservar tradições (APPLE, 2000; GANDIN; HYPOLITO, 2003). No Brasil a modernização conservadora influencia as políticas educacionais a partir de uma reorganização do aparelho estatal, com viés neoliberal. Acentuada na década de 90, objetiva incorporar à gestão pública valores mercadológicos e adequá-la às necessidades da globalização cultural e econômica, através do modelo gerencialista (MACEDO; LOMOZA; 2015).

O modelo gerencialista na educação preocupa-se em reduzir custos, aumentar a eficiência e produtividade do trabalho docente, atingir metas quantitativas, padronizar currículos e avaliações e aumentar a competição entre as escolas. Para legitimar-se no senso comum o modelo social, político e econômico do neoliberalismo deve submeter a educação às regulações neoliberais, como meritocracia, competitividade e responsabilização (GANDIN; HYPOLITO, 2003).

Ball (2002; 2005; 2010) e Hypolito (2011) relacionam o gerencialismo aos seus efeitos no trabalho docente. Segundo os autores, a reforma gerencial da educação afeta não só os processos de gestão, recursos, ou currículos, ela afeta a subjetividade dos trabalhadores, e acarreta a ressignificação do trabalho docente, ou segundo Ball (2002, p. 4) “na reforma dos professores”.

Para Ball (2002) esta nova visão de gestão provoca alterações tanto no ato de ensinar quanto na subjetividade docente. Conforme Apple (2003), os professores recebem um aumento de carga de trabalho em termos de avaliações e reuniões além de uma “escassez crescente de recursos tanto emocionais quanto físicos”. Quanto ao aumento da carga de trabalho, Ball apresenta o conceito de performatividade como “uma tecnologia, uma cultura e um modo de regulação, e mesmo, tal como define Lyotard, um sistema de ‘terror’, sistema que implica julgamento, comparação e exposi-

ção, tomados respectivamente como formas de controle, de atrito e de mudança" (2010, p. 38).

Hypolito (2011), aponta que a redução de custos e aumento da eficiência levam à precarização do trabalho docente já que diminui recursos e investimentos tanto em salários como em condições estruturais de trabalho. Essa precarização por consequência faz com que professores trabalhem cada vez mais em menos tempo, gerando a intensificação do trabalho, ao trabalhar em mais de um emprego, levar trabalho pra casa, e verem-se frustrados ao relacionar sua percepção de esforço com as contrapartidas estatais. Com isso o professorado busca alternativas individuais em paralelo à rotina de trabalho, reforçando sua responsabilidade sobre os resultados das avaliações dos estudantes, ou com medo de ser derrotado no modelo competitivo de valorização profissional. Isto acarreta no esgotamento emocional e profissional dos docentes, que aguçá e é aguçado pela intensificação que se transforma rapidamente em auto-intensificação, fruto do terror da performatividade, como denuncia Ball" (HYPOLITO, 2011, p. 13).

Estudos que analisam o impacto de políticas educacionais gerencialistas sobre o trabalho docente consideram que este modelo de gestão influencia severamente as práticas pedagógicas no cotidiano escolar, à medida que busca reduzir gastos públicos com remunerações, aumentar a responsabilização dos professores sobre os resultados do seu trabalho e orienta o trabalho por metas relacionadas a avaliações quantitativas da performance de estudantes e escolas, baseadas em índices e testes padronizados (AGUIAR, 2019, BERWANGER, 2020). O gerencialismo busca tornar o professor um pequeno empreendedor, repassando a responsabilidade por todo o planejamento, método e resultado, unicamente aos esforços individualizados de cada trabalhador (BALL, 2010). De acordo com tais estudos, as preocupações com a democratização das decisões sobre políticas públicas, democratização da educação, inclusão social, formação crítica, melhorias das condições estruturais das escolas e melhoria das condições de trabalho docente parecem não ser centrais no modelo gerencialista de gestão.

Com o slogan "Porto Alegre, nossa cidade quer mudança", a Gestão 2017-2020 (PSDB/PP) propôs transformações no modelo de gestão da cidade. Em março de 2017 o Plano de Governo foi formalizado na Câmara Municipal de Porto Alegre através do Programa de Metas 2017-2020 (PORTO ALEGRE, 2018). Das 58 metas para diversas áreas da gestão, 7 apontavam como único objetivo para a educação obter o aumento das notas no IDEB³2020. É possível perceber, portanto, que a Gestão 2017-2020 vinculava qualidade de ensino ao atingimento de metas quantitativas em exames padronizados, no

³ IDEB é a sigla para Índice da Educação Básica, principal referência métrica de avaliação do ensino no Brasil.

caso o IDEB, e essa característica é um forte indicativo do modelo gerencialista desta gestão.

Dentre as reorientações gerencialistas tomadas pela Gestão 2017-2020 que impactam diretamente o trabalho docente estão: supressão da reunião pedagógica coletiva semanal entre os professores da escola, que promovia a integração e trabalho coletivo do corpo docente; reorganização autoritária da rotina e do currículo para todas as escolas, sem consulta às comunidades escolares; modificações no plano de carreira, com retirada de direitos e diminuição salarial em efeito cascata; aumento da alíquota de contribuição previdenciária e instituição da previdência complementar; parcelamento de salários e não reposição da inflação; obrigatoriedade da carga horária de planejamento docente dentro da escola, sem estrutura física e recursos tecnológicos; repasse da responsabilidade total de formações pedagógicas e aperfeiçoamento profissional aos docentes através de parcerias com instituições privadas e ausência de propostas da secretaria de educação; adoção de parcerias público-privadas com escolas de ensino fundamental; encerramento de projetos extracurriculares; mudança da legislação da eleição de diretores relacionando a avaliação da gestão eleita aos resultados no IDEB e nas metas da Secretaria Municipal de Educação (AGUIAR, 2019; BERWANGER, 2020).

Da mesma forma, os avanços inovadores conquistados nas gestões anteriores, que possibilitaram à Educação Física, por exemplo, a mesma carga horária que os demais componentes curriculares, também foram alterados, numa clara perspectiva de cumprimento de agendas internacionais de avaliação e de regulação da educação que são balizadas em disciplinas técnicas e, basicamente, em duas áreas do conhecimento: linguística e lógico matemática. Portanto, passa a ser incorporado, novamente na rotina do professor, o desafio de conquistar a legitimidade no campo pedagógico (BRACHT, 1999), pois, como afirma Bossle (2019), a Educação Física escolar parece ter um valor pouco significativo na lógica de consumo neoliberal, neoconservador e neocolonialista.

A prática pedagógica e o neoliberalismo

Neste subtítulo buscamos interpretar a percepção dos professores de Educação Física sobre o contexto político atual, com a convicção de que a prática pedagógica é um ato político e coletivo que apresenta relações com o conjunto de políticas estabelecidas para os sujeitos sociais e para as instituições públicas, que dialoga com o outro, com os outros e com as múltiplas culturas das comunidades nas quais as escolas estão inseridas.

Entretanto, percebemos que há uma construção técnico-academicista (PÉREZ GÓMEZ, 2001) da aula, que pouco é afetada pela esfera política, pois

é instrumental e é baseada na formação acadêmica inicial, na qual se seguem rotinas padronizadas de atuação didática. Em contrapartida, existe uma construção reflexiva (PÉREZ GÓMEZ, 2001), que é bastante envolvida pelo contexto político, pois é sustentada pelo diálogo permanente entre a cultura docente e a cultura dos sujeitos da comunidade escolar. É dinâmica e está em sintonia com a problematização social, além de não depender de regras pré-estabelecidas, mas da percepção da conjuntura, do momento e do local na qual está inserida. Portanto, com os avanços das políticas neoliberais, mudam as práticas pedagógicas à medida que novas configurações sociais são estabelecidas nas comunidades educativas.

Fica evidente que as políticas neoliberais, que retiram direitos historicamente conquistados pelos coletivos docentes e pelos servidores públicos municipais, interferem significativamente na construção da prática pedagógica, pois acrescentam às dificuldades cotidianas outras questões, de caráter emocional.

Segundo Campton e Weiner (2011), há uma uniformidade ideológica nas políticas neoliberais em relação à educação. Os autores dividem os ataques do projeto neoliberal basicamente em três segmentos: a educação como uma oportunidade potencial de mercado, a educação regida pelas metodologias e terminologias empresariais e de negócios e a educação controlada por parte do mundo corporativo através da determinação dos currículos.

As políticas neoliberais implementadas por esta gestão trouxeram sérias e comprometedoras implicações à construção da prática pedagógica dos professores de Educação Física. Os professores demonstram que, durante esse período, eles estão trabalhando com a pressão de melhores resultados, com a redução de salário, com o fim do plano de carreira, com a desvalorização da disciplina e da carreira docente, com a desmotivação para o trabalho, entre outras implicações. Entretanto, identificou-se que as medidas mais significativas e de maior impacto para o projeto da educação municipal foram o fim das reuniões pedagógicas semanais, o fim dos seminários de formações pedagógicas e o enfraquecimento dos coletivos docentes. Percebe-se que essas medidas estão no cerne do projeto neoliberal à medida que decretam o fim da possibilidade de trabalho coletivo. Caminham no sentido de promover a individualização, a concorrência, a competição, a hierarquização, dos sujeitos, a responsabilização dos indivíduos e das instituições. (BAUMAN, 2009; DARDOT & LAVAL, 2016).

Com as medidas neoliberais gerencialistas da Gestão 2017-2020, os professores não se articulam e não se organizam coletivamente para combater as desigualdades e as injustiças sociais que ocorrem com a precarização dos sistemas de ensino. Não se mobilizam para defender a cons-

trução do projeto político pedagógico das escolas e, tampouco, defender as lutas da categoria municipal. Também é importante chamar à atenção para o fato de que, ao menos, era facultada a possibilidade de encontros, de diálogos e de uma construção coletiva, o que não acontece sob a ótica do projeto neoliberal que avança desde 2017. Importa salientar, ainda, que a construção coletiva, nesse estudo, não se limita ao coletivo da Educação Física, mas a todos os coletivos que participam do processo educativo. São esses grupos que são atacados pelas políticas neoliberais, no sentido de estabelecer uma nova racionalidade que acentua, nas escolas e na sociedade, os princípios de desigualdade social da economia capitalista e da sociedade de classes.

Há um tensionamento constante da SMED e do governo municipal com as escolas, com as associações de trabalhadores e com os sindicatos municipais, colocando, ora os professores contra os colegas, ora a escola contra a comunidade, ora os funcionários contra a escola, ora a direção contra os professores. Para Freire (1987), esta é uma dimensão fundamental da ação antidialógica, que busca dividir para manter a opressão, a manipulação e a invasão cultural.

Considerações finais

Foi possível compreender que a principal forma de ataque das políticas neoliberais é o enfraquecimento dos indivíduos. Fragilizando os indivíduos, enfraquece-se o grupo. Nesse sentido, identificou-se que as ações neoliberais implementadas pela atual gestão adoecem os professores e que esse adoecimento compromete não apenas a prática pedagógica, mas todo o trabalho da escola.

Entretanto, se evidencia uma disposição de professores e professoras em sustentar a subjetividade docente sob a qual se assentam as bases de seu trabalho, composta por uma herança da pedagogia crítica. Destaca-se na análise das reformas educacionais em Porto Alegre que ainda não há correspondência entre os interesses da Gestão 2017-2020 e os mecanismos que os professores e professoras têm desenvolvido para atuar nas políticas. Valores sociais e princípios de justiça social, não priorizados nas políticas gerenciais, são ainda componentes altamente valorizados nas práticas dos docentes da RME/POA.

A força e a pressão que as políticas neoliberais exercem sobre o trabalho cotidiano dos professores é muito desgastante e impacta significativamente na construção das práticas pedagógicas. Portanto, acreditamos ter encontrado muitos indicativos que permitem defender a tese de que a construção da prática pedagógica dos professores de Educação Física das escolas municipais estudadas é coletiva, pois se estabelece na relação da cul-

tura docente com as diversas culturas do processo educativo. Da mesma forma, permitem compreender que as políticas neoliberais procuram a desconstrução do trabalho coletivo, uma vez que a maior preocupação está em reduzir os investimentos públicos e consequentemente o tamanho do Estado, facilitando a concessão dos serviços para a iniciativa privada.

Referências:

- AGUIAR, Filipe Ribas de. *Políticas Educacionais na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre: impactos sobre o trabalho docente na gestão 2017-2020*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Porto Alegre, 2019.
- APPLE, Michael W. *Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em educação*. Tradução de Thomaz Tadeu da Silva; Tina Amado e Vera Maria Moreira. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- APPLE, Michael W. *Política Cultural e Educação*. São Paulo: Cortez, 2000.
- APPLE, Michael W. *Power, Meaning and Identity: essays in critical education*. Nova York: Peter Lang, 2003.
- BALL, Stephen J. Reformar escolas/Reformar professores e os terrores da performatividade. *Revista Portuguesa de Educação*, v. 15, n. 2, p. 3-23, 2002.
- BALL, Stephen J. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. *Cadernos de Pesquisa*, v. 35, n. 126, p. 539-564, set./dez., 2005.
- BALL, Stephen J. *Performatividades e fabricações na economia educacional: rumo a uma sociedade performativa*. Educação e Realidade, Porto Alegre, 35, n. 2, maio/ago. 2010. p. 37-55.
- BAUMAN, Zigmunt. *Vida líquida*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- BERWANGER, Carlos Eduardo. *Educação Física em tempos de neoliberalismo: um estudo com professores da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.
- BERWANGER, Carlos Eduardo. Invadindo pelo portão principal: oficinas de esportes no vespertino. In: MAIDANA, Adriana; MACHADO, Fabiana Müller (Orgs.). *Vivências pedagógicas na EMEF Nossa Senhora de Fátima: novas tessituras*. Porto Alegre: EMEF Nossa Senhora de Fátima, 2016.
- BOSSLE, Fabiano. O "eu de nós": o professor de educação física e a construção do trabalho coletivo na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre. 2008. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) – Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- BOSSLE, Fabiano. Atualidade e relevância da educação libertadora de Paulo Freire na Educação Física escolar em tempos de "Educação S/A". In: DE SOUSA, Cláudio Aparecido; NOGUEIRA, Valdilene Aline; MALDONADO, Daniel Teixeira. (Orgs.). *Educação física escolar e Paulo Freire: ações e reflexões em tempos de chumbo*. Curitiba [PR]: CRV, 2019. p. 17-31.
- BRACHT, Valter. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. *Cadernos Cedes*, ano XIX, nº 48, agosto, 1999 p. 69-88.
- CAMPTON, Mary; WEINER, Lois. Os sindicatos de professores e a justiça social. In: APPLE, Michel W. *Educação crítica: análise internacional*. Porto Alegre: Artmed, 2011. p. 437-450.
- CONTRERAS, José. *Autonomia de professores*. São Paulo: Cortez, 2002.
- DARROT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GANDIN, Luis Armando; HYPOLITO, Álvaro Moreira. Reestruturação educacional como construção social contraditória. In: HYPOLITO, Álvaro Moreira; GANDIN, Luis Armando. *Educação em Tempos de Incertezas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 59-92.
- HYPOLITO, Álvaro Moreira. Reorganização gerencialista da Escola e do Trabalho Docente. *Educação: Teoria e Prática*, Rio Claro, 21, n. 38, out./dez. 2011. 1-18.
- MACEDO, Jussara Marques de; LAMOSA, Rodrigo Azevedo. Regulação do trabalho docente no contexto da reforma gerencial da educação. *Revista Contemporânea de Educação*, v. 10, n. 20, jul./dez., 2015.
- PÉREZ GOMÉZ, Angel I. *A cultura escolar na sociedade neoliberal*. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001.
- PORTO ALEGRE, Prefeitura Municipal. *Programa de Metas 2017-2020*. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Porto Alegre, 2018, p. 72.

De volta à caverna? A Filosofia, sob ataque, resiste!¹

Não voltaremos para o fundo de cavernas, armários, senzalas,
porões ou prisões, como querem os senhores da casa-grande!

André Pares, Marco Mello, Inara Zanuzzi, Priscilla Spinelli,
Magali Menezes, Patrícia Velasco, Christian Lindberg

Céu azul X Tempestade à vista

Tinha tudo para ser um sábado lindo em Porto Alegre. Céu azul, clima agradável e um ar primaveril, véspera do Dia das Crianças. Nas escolas municipais, professoras(es) se reuniam para uma reunião compulsória de “alinhamento pedagógico” determinada pela Secretaria Municipal de Educação (SMED), sob a condução do secretário da hora, Leonardo Pascoal, um advogado militante de direita filiado ao PL (Partido Liberal), apoiador da reeleição de Bolsonaro em 2022, que ocupa a pasta na cota do partido, nesta segunda gestão de Sebastião Melo (MDB) na Prefeitura de Porto Alegre, eivada de escândalos de corrupção na educação.

Na pauta da reunião, um amargo presente antecipado do “dia das(os) professoras(es)”: direções das escolas anunciam determinações da SMED, através de uma simples tabela (“grade curricular”) no retroprojetor. Nela, uma monocrática, drástica e absurda alteração na organização curricular para 2026 das escolas de Ensino Fundamental da capital gaúcha. Um dos alvos, novamente, é a Filosofia, que será ofertada em apenas um período semanal de 45 minutos. A redução à metade de sua carga horária atual, assim como Artes, e o enxugamento dos períodos semanais de História e Geografia (bem como as cargas horárias de equipes pedagógicas), vem dentro de um pacote maior: o fim progressivo da oferta dos Anos Finais (6º ao 9º ano) nas escolas da rede pública municipal de Porto Alegre.

É importante mencionar que desde 2021, na primeira gestão do governo do MDB (que sucedia o desmanche do serviço público operado pelo PSDB na gestão anterior na capital, especialmente na educação), o componente curricular de Filosofia junto aos Anos Finais do Ensino Fundamental já virava uma mera palavra atrás de uma barra, precedida por “Ensino Religioso”. Uma reforma curricular proposta no mesmo modo operador, em poucas lâminas de *power point*, cuja fundamentação teórica era a citação “nada do que foi será”, resultou na retirada da Filosofia e implantação da Religião, atendendo aos interesses de grupos fundamentalistas religiosos neopentecostais e conservadores de distintos matizes.

¹ Artigo de opinião publicado no Jornal Brasil de Fato RS, em 21 out. 2025.

Resistências

O Movimento *Fica Filosofia*, criado em 2021 pelas/os professoras(es) da disciplina da Rede Municipal, enfrentou a reforma, mobilizando colegas, estudantes, professoras(es) e pesquisadoras(es) universitárias(os). Ademais, produziu uma série de materiais, mobilizações de rua, manifestos públicos e um livro publicado, inclusive. O movimento impediu que a Filosofia fosse extinta, mas o resultado, sob uma correlação de forças desfavorável, foi a permanência apenas da palavra na grade curricular: *Ensino Religioso/Filosofia*. Poder-se-ia considerar que a Filosofia permaneceria presente nas escolas, uma vez que só há professoras(es) de Filosofia na rede de ensino (e não há de Ensino Religioso). Contudo, o sistema de registro de planejamento de aulas, diários de classe, avaliações de estudantes da Prefeitura oferece exclusivamente conteúdos de Ensino Religioso para serem marcados, sob a justificativa de serem os determinados pela BNCC - Base Nacional Curricular Comum, confundindo base com diretriz.

A luta pela presença da Filosofia como disciplina específica na Educação Básica tem longa história. Em 2008, no segundo governo Lula, alcançamos uma vitória com a Lei nº 11.684, que garantia a obrigatoriedade do ensino de Filosofia e Sociologia no Ensino Médio, alterando a LDB, na qual ela aparecia como conteúdo transversal. A conquista era ponto de chegada de um longo caminho desde os anos 90. Contudo, já em 2017, na presidência de Michel Temer (MDB), após golpe em Dilma Rousseff (PT), a Filosofia voltou a desaparecer no enredo sinuoso da BNCC.

Na contramão das universidades

As modificações propostas pela Prefeitura de Porto Alegre se colocam em confronto direto com os esforços empreendidos pelas diversas universidades da região metropolitana na formação inicial e continuada dos docentes de Filosofia. A Filosofia da UFRGS, em especial, trabalha com docentes da Rede Municipal em diversos níveis: Programa de Iniciação à Docência (o PIBID), Mestrado Profissional (PROF-FILO), disciplinas da graduação que envolvem extensão (oficinas nas escolas) e constantemente convidam os/as docentes da RME para atividades de formação dos/das estudantes de graduação. Muitos dos egressos do curso de Licenciatura da UFRGS são hoje docentes da Rede Municipal. Consolida-se um círculo virtuoso de formação que a Prefeitura prefere desperdiçar ao reduzir a Filosofia nas grades e ao retirar das escolas da Rede o nível Fundamental II, em que a Filosofia é lecionada.

Ao invés de se valer da Universidade, que se encontra à sua disposição, despreza-se o investimento financeiro e humano, a experiência acumulada, a seriedade e o empenho que essa representa e, nisso, coloca-se em risco a formação das e dos jovens porto-alegrenses. Com efeito, de que adianta au-

mentar a carga horária em Português e Matemática, estressando os estudantes com a demanda pelo resultado, sem lhes dar condições de compreensão de fins, meios, instrumentos, do contexto histórico, filosófico, geográfico, artístico de suas vidas? Enquanto isso, todo o potencial docente que se encontra à sua disposição é desperdiçado em aulas precarizadas, encontros fugazes e desrespeito pelo conhecimento que trazem os docentes.

A Filosofia e os dilemas das sociedades contemporâneas

Alguém se arriscaria a dizer que os dilemas contemporâneos da sociedade não demandam reflexões e senso crítico? As questões relacionadas ao meio ambiente, aos dilemas éticos e existenciais, ao desenvolvimento tecnológico e à sociedade do consumo, por exemplo, apontam desafios inéditos para a humanidade. Por isso que muitas escolas particulares e prefeituras têm inserido e/ou ampliado a presença da disciplina filosofia em seus arranjos curriculares.

A Associação Brasileira de Ensino de Filosofia (ABEFil) tem defendido a valorização do ensino de Filosofia em todos os níveis da Educação Básica. Amparada na literatura de mais de duas décadas de pesquisas no campo do Ensino de Filosofia e nas práticas filosóficas com crianças e adolescentes desenvolvidas em escolas (e em espaços não formais de educação), a ABEFil entende que a Filosofia contribuiu - e muito ainda pode seguir contribuindo - para o exercício reflexivo, o pensamento criativo e o senso crítico necessário para lidar com dilemas atuais, no caminho da construção de soluções.

Como se sabe, as habilidades contidas nas áreas de Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Ensino Religioso no componente curricular dialogam diretamente com a Filosofia. Essa última, por sua natureza interdisciplinar, oferece um arcabouço teórico-conceitual singular para o fomento das habilidades em questão. Exemplo disso são os conceitos basilares de Lógica Informal, indispensáveis para o desenvolvimento de habilidades argumentativas, como fazer inferências, debater, defender pontos de vista, ouvir posições distintas, justificar ideias, etc. Além disso, há outras contribuições a partir de diferentes subáreas da Filosofia, como a Ética, a Estética e a Filosofia da Tecnologia.

Nesse sentido, juntando-se aos pares da comunidade filosófica e educacional, a Associação Brasileira de Ensino de Filosofia (ABEFil) reivindica que a oferta da Filosofia possa ser viabilizada para todos os níveis da Educação Básica, com especial estímulo ao Ensino Fundamental, e que seja assumida como compromisso por todas as Redes Públicas de Educação.

Filosofia e Educação: um diálogo imprescindível

Na formação de professores/as pela Faculdade de Educação, a Filosofia

ocupa espaço fundamental. Na FAGED/UFRGS, o componente curricular Filosofia da Educação, do Departamento de Estudos Básicos, compreende que a Filosofia, em seu diálogo com a Educação, fornece uma fundamentação importante para o entendimento crítico do que significa educar e qual o papel do professor(a) neste processo educativo.

A Filosofia da Educação é um campo do conhecimento que abarca a reflexão sobre questões epistemológicas, éticas, lógicas, que envolvem a linguagem e suas diferentes manifestações, a estética e a pedagogia, entre tantas outras questões que fazem parte da história da Filosofia. Portanto, ao trazer a Filosofia para refletir a ação pedagógica e os processos de ensino-aprendizagem, busca-se aprofundar a própria compreensão de humanidade que necessita do outro, do acolhimento, do afeto e de saberes partilhados para poder sobreviver e se constituir como humano.

Como um grande campo do conhecimento, a Filosofia, em diálogo com outro grande campo que é a Educação, possibilita avançarmos na reflexão sobre em que sociedade queremos viver. A Educação, como tempo-espaço de formação humana, necessita da Filosofia como uma dimensão fundamental para que possamos viver esta formação de maneira mais plena e profunda.

Experiências vitais sob Filosofias plurais

Vivemos em um tempo de pobreza de experiências, como nos fala Walter Benjamin. Experiência, aqui, assume um sentido intenso, pois nos remete à densidade da vida, daquilo que não passa por nós simplesmente. A experiência, desse modo, nos atravessa e nos transforma, nos colocando como sujeitos de nosso tempo. Contudo, a experiência do pensamento é cada vez mais rara. A facilidade com que são reproduzidas *fake news*, o cansaço e a escassez de tempo, nos leva para dentro de uma engrenagem que impede de fazermos a experiência do pensamento.

A escola, portanto, ao reproduzir essa engrenagem, reduzindo os tempos da Filosofia, continua a inibir a experiência. Todos os povos, em sua pluralidade, produziram filosofias. Conhecer a história da humanidade desde as filosofias nos permite também experimentar formas outras de produzir pensamentos. Filosofias indígenas, africanas, asiáticas, latino-americanas traduzem a riqueza epistemológica de modos de vida que cada povo constitui. Ao negarmos esses saberes em um processo formativo, há também a negação ontológica de todos aqueles e aquelas que produziram esses saberes.

Gestão privatista e autoritária sob orientação neofascista

A retirada de Filosofia (de História, Geografia, Artes) da escola pública faz parte de uma agenda do governo do Prefeito Sebastião Melo (MDB) e do Secretário de Educação Leonardo Pascoal (PL), que indubitavelmente seguem

uma cartilha conhecida: a do gerencialismo educacional sob a lógica mercantilizadora e privatista que teve como ponto de virada o governo do tucano Nelson Marchezan Jr. (2017-2020). Nesse período, vimos progressivamente, através de um golpe à revelia das comunidades escolares, o fim da organização curricular por Ciclos de Formação e a volta da seriação, o fim da paridade de carga horária dos componentes curriculares, além da extinção das reuniões pedagógicas e das formações gerais. Sob o influxo de uma agenda mais ampla, o aperto no garrote para controlar o trabalho docente tem se dado através de plataformas virtuais, da BNCC, do Referencial Curricular Gaúcho e do alinhamento ao cumprimento de metas de elevação do IDEB.

Mais recentemente, ainda sob a sombra do bolsonarismo e da sanha persecutória da extrema-direita, no parlamento e no executivo local, vimos a aprovação de leis para tentar coibir a liberdade de cátedra (Lei da Mordação) e a instalação de câmeras de vigilâncias nas salas de aula, além de decretar o fim da eleição para direção das escolas, destituindo direções eleitas, e a indicação sumária aos cargos pelo governo central.

Ataque ao direito à educação em aliança conservadora

O ataque à educação pública anunciado por Pascoal nos últimos dias tem, no entanto, um novo e perturbador componente: a aliança entre o Governo do Estado, sob Eduardo Leite (PSD), e a Prefeitura, sob o comando de Melo. Ambos planejam um acelerado programa de municipalização de dezenas de escolas no próximo período, o surreal retorno às escolas incompletas e a oferta dual de Anos Finais e Anos Finais em diferentes escolas. Tais medidas arbitrárias afrontam o Estatuto da Criança e dos Adolescentes (ECA), o direito à escola pública de qualidade, o princípio da gestão democrática e o direito à terminalidade dos estudos. Outrossim, restringem a liberdade de escolha e o próprio acesso das comunidades escolares periféricas às unidades escolares, além de mitigar a oferta curricular na área de humanidades, como as referidas perdas em Artes, História, Geografia e Filosofia (nunca é demais repetir!). Tais medidas afetam ainda gravemente a vida funcional e os direitos das(dos) trabalhadoras(es) em educação e, inclusive, a própria existência desses campos de conhecimento na escola.

É sob esse cenário de ataque à democracia que as forças fundamentalistas e fascistas elegeram como símbolo de seu projeto de poder, a partir de 2021, a extinção do componente curricular da Filosofia – como um desejo de retorno anti-humanista, obscurantista e retrógrado ao fundo da caverna: uma antítese à célebre alegoria do filósofo grego Platão para referir-se ao processo de construção da consciência liberta do mundo das aparências –, impedindo um pleno *estar*, na *seminalidade* da construção do conhecimento, se valendo

de categorias fundamentais do filósofo de Abya Yala, Rodolfo Kusch (1978).

Nossa história é de lutas e nossos passos vêm de longe!

Em um país de triste tradição autoritária, o ensino de humanidades, e particularmente o ensino de Filosofia, precisa constantemente lutar para existir, sob uma sucessão ou alternância de governantes despóticos em uma democracia de baixa intensidade. Mais uma vez somos convocadas(os) a nos engajar e nos solidarizar com a luta das e dos colegas docentes da Filosofia na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre, que foi pioneira na oferta do componente curricular e referência para tantos outros municípios brasileiros.

Somos impelidos, ainda sob o espírito das celebrações do dia da Professora e do professor, a reverenciarmos Antonieta de Barros (1901-1952) e seu pioneirismo como educadora, jornalista e primeira parlamentar negra em Santa Catarina. Foi ela uma professora que, além de combater firmemente o analfabetismo dos adultos, militou incansavelmente pela causa da educação pública e da valorização profissional. Foi co-fundadora da Liga de Magistério em seu estado e propôs, como Deputada Estadual, a Lei que instituiu o dia de homenagem à profissão docente (ROMÃO, 2021). Por seu exemplo, somos instigados a levantar bem alto a bandeira do acesso ao ensino público como direito universal.

Não voltaremos para as cavernas!

Mais do que nunca, é preciso se aliar às mobilizações e lutas de base, nas comunidades escolares, junto a moradoras e moradores locais, lideranças comunitárias, conselhos de direitos, associações e sindicatos de trabalhadores, intelectuais na academia e na imprensa. Juntos, podemos resistir na luta por assegurar persistentemente o direito à educação pública de qualidade, laica, democrática e inclusiva. Para tanto, é imprescindível a Filosofia, em uma ambiência favorável e com condições de trabalho dignas, para que viabilize a prática do aprendizado libertador do ato de filosofar.

Não voltaremos para o fundo de cavernas, de armários, senzalas, porões ou prisões, como querem os senhores da casa-grande! Nossos passos vêm de longe, e a Filosofia, junto com a Educação Pública, resiste!

Referências:

- ABEFil - Associação Brasileira de Ensino de Filosofia. *Instagram: @abefilosofia*. 9 ago. 2024.
BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. *Lei n. 11.684/2008. Altera o art. 36 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do Ensino Médio*. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11684.htm
CAMPANHA FICA FILOSOFIA! *Instagram: @ficafilosofia*. Porto Alegre (RS), set. 2021.
KUSCH, Rodolfo. *Esbozo de una Antropología Filosófica Americana*. Buenos Aires: Ediciones Castañeda, 1978.

MELLO, Marco; PARES, André (Orgs.) *Fica Filosofia! Pela permanência da disciplina nas escolas públicas de Porto Alegre*. Porto Alegre: ATEMPA, Coletivo de professoras e professores de Filosofia da RME de Porto Alegre, Seção Sindical do ANDES/UFRGS, 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/4z8tb5vx>

MELLO, Marco *et. al.* *Quando começa o fim da picada? Governo Melo e os atentados à educação pública em Porto Alegre*. Jornal Brasil de Fato RS, 12 fev. 2025. Disponível em: <https://tinyurl.com/ywbaswna>

PARES, André *et. al.* *Os ataques à gestão democrática na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre*. Porto Alegre, Jornal Brasil de Fato RS, 6 jun. 2025. Disponível em: <https://tinyurl.com/58x96rda>

PLATÃO. *A República*. 15. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal de Educação (SMED). Diretoria Pedagógica (DIP/SMED). *Projeto Político-Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação*. Porto Alegre, ago. 2025. Disponível em: <https://tinyurl.com/mubuxr6>.

ROMÃO, Jeruse. *Antonieta de Barros: Professora, escritora, jornalista, primeira deputada catarinense e negra do Brasil*. Florianópolis: Editora Cais, 2021.

Tambor, ar, chão: o Coletivo Tambores de Freire e a cultura musical popular no contexto da escola pública

Victória Rocha, Nilson da Silva Araujo (Tòkumbò), César Rolim

Da experiência de tocar um instrumento e fazer música coletivamente surge a sensação inconfundível de estar em comunidade, de ser um corpo íntegro – junto, como um uníssono feito de muitos corpos – e de sentir a imensidão de momentos que se deslocam num firme terreno, também etéreo.

Primeiro saudamos Exu, o Orixá do movimento, e nos colocamos a serviço. Mãos, coração. E agora, ginga. Vida, vida, vida... Quem inicia, quem responde, quem retruca. Quem escuta, quem escuta-fala, quem fala-escuta. Ginga. A comunicação -- palavra formada pelo mesmo radical de comunidade – é comum, o que nos torna seres humanos, e nos lembra: somos também animais. Natureza, liberdade, estado astral, musical.



O Coletivo Tambores de Freire nasceu como um espaço de prática e de estudo da música popular percussiva em grupo, oferecendo oficinas e disciplinas eletivas de percussão, canto popular, cavaquinho, contrabaixo e musicalização para pessoas de todas as idades e de todas as particularidades. Sendo um coletivo musical enraizado em uma escola pública, tem em sua base um projeto pedagógico, inclusivo, artístico e cultural. É um coração que, ritmado, pulsa dentro do Centro Municipal de Educação Paulo Freire (CMET-Paulo Freire).

Coordenado por um de nós, o projeto teve início no ano de 2019 e conta com oficinas abertas que atende a comunidade escolar de forma ampla.

Desde então, a construção desse espaço de livre expressão é articulada enquanto potência para uma formação artística em aprendizado mútuo, contribuindo de maneira significativa para o fortalecimento da cultura popular dentro da escola pública.

A partir dessas práticas musicais, é possível observar o desenvolvimento de habilidades que transcendem o domínio técnico dos instrumentos, como a capacidade de escuta, a aceitação do outro, o trabalho em grupo e o exercício da criatividade. Além disso, as atividades possibilitam o envolvimento divertido e comprometido com a cultura popular afro-diaspórica — experimentado, por exemplo, o Maçambique, o Ijexá, o Maculelê, as Congadas, o Jongo e o Samba —, valorizando, assim, as raízes multiétnicas brasileiras, as culturas populares, e enriquecendo a práxis antirracista que abrange referência, instrumento e repertório. Na medida em que não se dissocia da educação libertadora e anticolonial, tais ações fortalecem as coletividades populares em suas lutas emancipatórias, nas quais estamos nós, também inseridos(as).

O trabalho coletivo com a percussão, segundo o preconizado por um de nós, à frente do projeto Nilson Tòkunbò, estimula o desenvolvimento cognitivo, emocional e social, favorecendo a coordenação motora, a atenção e a escuta ativa. Além disso, a música atua como expressão da diversidade e como força coletiva que nos lembra que ninguém caminha sozinho. Quando um tambor toca, ele vibra não apenas no ar, mas também dentro de cada indivíduo, despertando memórias, afetos e a sensação de pertencimento, a força do sentimento que transpassa o corpo por inteiro a evocar a ancestralidade que em nós habita.

Entrar em contato e vivenciar o fazer musical em uma escola pública comprometida com a cidadania ativa implica em resgatar raízes e projetar futuros, incorporar, compartilhar, esperar. Na perspectiva de uma educação que tenha como princípio a amorosidade freireana: “o amor é um ato de coragem, o ato de amor está em comprometer-se com sua causa. A causa de sua libertação. Mas este compromisso, porque é amoroso, é dialógico” (FREIRE, 1987, p. 45).

Eis o ritmo que sintoniza os Tambores de Freire: aquele que abraça a diversidade, bate forte nas injustiças sociais, celebra o movimento, exalta a arte e o amor, promotores essenciais de vida plena a todos os seres!

Referências:

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
PROJETO TAMBORES DE FREIRE celebra seis anos de trajetória com o espetáculo “Tamborear” em Porto Alegre. *Jornal Brasil de Fato RS*. Porto Alegre, 6 out. 2025. Disponível em: <https://tinyurl.com/pn6pcpyy>
TAMBORES DE FREIRE. *Instagram*: @tamboresdefreire

Sons do Morro: Maquinaria da Resistência

Michelle Cavalcanti

Artistar na escola pública

Sonora, desafiadora, pungente em afinações e desafinações, criadora de conexões com a paisagem sonora, a música vaza pelas frestas da sala e, sinuosa, percorre corredores e invade ouvidos desavisados e segue vazando até as casas, comércios, ruas e becos do Morro da Cruz. Artistar na escola pública municipal o que hoje, após 10 anos, chamamos de *Orquestra Sons do Morro* é criar no cotidiano uma maquinaria de enfrentamento e de resistência ao escolher a arte como forma de vida no espaço escolar.

Antes de ser projeto, o Sons nasceu da vontade de inventar uma outra forma de relação com o espaço escolar, de habitar a escola fazendo música, quando o tempo-relógio de dois períodos semanais ficou pouco para as experiências sonoras que começamos a fazer.

Para mim, musicista, compositora, professora de música, uma forma de ser artista na escola é tocar, é não embarcar nos afetos tristes que às vezes arrancam a arte da educação. Eram muitos alunos nas turmas, pouquíssimos instrumentos, mas a música tem que ser vivida, experimentada. Então começamos a pesquisar e a testar diversos materiais sonoros, que acabamos incorporando em nossas práticas musicais: palitos, tampinhas, utensílios e objetos diversos viraram matéria de nossa exploração. A falta de instrumentos impulsionou o grupo para o que se tornou uma de suas características: a artesanaria de testar materiais e construir instrumentos. Isso permitiu tocar e experimentar a potência, o som do coletivo numeroso, o som que transborda, o volume, o pertencimento, com todos os participantes tocando. E, assim, começamos a compor. Compor é pensar música. E pensamos.

O Morro existe! Nós estamos aqui!

Tivemos a formalização do nosso trabalho como projeto pela Secretaria da Educação, em 2015 e, neste mesmo ano, realizamos nosso primeiro concerto no teatro. O concerto aconteceu como uma espécie de protesto, uma ocupação, queríamos ocupar o teatro, um espaço cênico sacralizado, um espaço “oficial” da cultura da cidade. Queríamos tocar nossa música, queríamos ser vistos. Antes de tudo, queríamos dizer “nós estamos aqui”, “nós existimos”, “o Morro existe”, e estamos semeando, produzindo cultura. A linguagem da música expressou, neste exercício de coletividade, a potência do desenho de um caminho — caminho como método de aprender e de ensinar sonorizando um modo de fazer música na escola, em uma maneira de existir coletiva. Fizemos um concerto ao qual chamamos “Toda música”, uma ocupação cultural que levou alunos e suas famí-

lias para dentro do teatro, muitos pela primeira vez.

Logo, com a demanda crescente de alunos, conseguimos a ampliação da nossa carga horária para 40 horas, acolhemos mais alunos e investimos em alguns instrumentos, porém sem abandonar as pesquisas e os materiais sonoros. Fomos inspirados por John Cage, Hermeto Pascoal e seus Solos de chaleira. Acordando os Zés que habitam em nós, ouvimos Tom Zé “Sonhar o pão toda manhã e ser aquele que mastiga” e, com seu businório, começamos a idealizar o instrumento que confeccionamos com canos de PVC, nosso idiofone, que a partir daí sempre nos acompanha. Existimos, seguimos compondo, pensando, pesquisando, fazendo música, realizando alguns encontros, fazendo apresentações quando éramos convidados, criando e sonhando. O concerto no teatro se tornou uma tradição anual que passamos a fazer no Teatro Renascença, aprendendo a cada edição.

Na ginga

Em 2018, a nova gestão municipal ceifou diversos projetos culturais nas escolas. Sem diálogo nem qualquer justificativa, perdemos metade da nossa carga horária de trabalho. Sem perceber, em nome das articulações da política municipal, nos vimos cercados pelo discurso que hierarquiza disciplinas, colocando a arte sempre em segundo plano, como um item final na lista de importâncias. No jogo de incertezas de sua própria existência ou extinção no espaço escolar, o grupo precisou lidar com a impossibilidade diante da necessidade de fazer música, com alunos que não mais conseguiriam vir às aulas e com a urgência de criar modos para sobreviver, apesar dos mandos de uma gestão na educação que tentava apartar a experiência artística do universo escolar. Nossa maquinaria reacendeu a irrefutável necessidade de resistir, como aspecto político de uma educação musical que luta pela música na escola como potência de vida, de discurso e de criação, enxameando máquinas de pensar, de amar, de criar, que dispõe de forças vivas. Existimos.

Sons do Morro

Seguimos atentos, apreensivos, pesquisando e estudando as questões do Morro da Cruz e suas conexões com a música de Porto Alegre e do mundo, trilhando processos composicionais e refletindo sobre o papel que cada um desempenha na busca por uma construção identitária que respeite sua ancestralidade e também seu território. O nome Sons do Morro veio de uma música composta coletivamente com instrumentos musicais que construímos. Essa música foi apresentada para a comunidade em um Concerto realizado no Teatro Renascença. Segundo a definição dos alunos, ela “fala sobre a gente, sobre o orgulho de pertencer ao Morro da Cruz, sobre

a certeza de que somos fortes e capazes, de nos enxergarmos gigantes quando produzimos coisas boas como a música”.

O concerto “*Não solta a minha mão*”, realizado pouco depois, bradou em coro no palco do Teatro: “O morro é meu lugar/Plantei meu coração/ E quero te convidar/Não solta a minha mão”. Um pedido para que não nos deixassem morrer. A cada final de ano, a cada fechamento de quadro, ficávamos na expectativa, sem saber se seria possível ou não seguir com o trabalho no ano seguinte.

Neste mesmo concerto, o grupo apresentou *Balão verde, Rio azul e Liberdade*, composições coletivas que utilizavam bombonas de água, ferros, garrafas, e demais objetos trazidos pelos alunos. Ao compor, mobilizamos mais que sons, mobilizamos nossa máquina de existir na escola e muitos aprenderes, articulados como possibilidade de inventar o mundo ao redor.



Foto: Eduardo Richa

Sob a pandemia, aprendizados sonoros

Nos anos da pandemia, o Sons manteve suas atividades num processo cooperativo, com aulas remotas e com vídeos produzidos coletivamente, rompendo as barreiras impostas pelas questões econômicas e de acesso à internet. Fomos todos aprender — e aprendemos. A gravar, a editar, a repetir inúmeras vezes, a ter paciência. Gravamos três vídeos que foram postados em um canal que criamos no *Youtube* para o Sons do Morro.

Enquanto atravessamos os momentos mais restritivos, os vídeos foram gravados pelas pessoas que puderam, da forma como puderam. E estivemos dentro das casas uns dos outros, de certa forma compartilhando outro tipo de intimidade. Ao editar os vídeos, saltavam sons das conversas, dos cachorros que latiam, dos utensílios de cozinha batendo ao fundo, da televisão (que é presença constante em algumas casas), do motor do carro na rua. Mas todos ficamos ali cantando ou tocando na frente do celular, repetindo inúmeras vezes, empenhados, sincronizados, arrumados, distantes e juntos.

Existimos, pensamos e fazemos música. Vivíamos um momento vergonhoso em que o governo desdenhava a morte de tantas pessoas, em que não podíamos sair de casa, nem tampouco nos encontrar. Na periferia, além disso, muitas famílias estavam enfrentando situações de insegurança alimentar, de escassez de trabalho, principalmente para os informais que ficaram sem renda, e em que a educação remava com surreais atividades à distância. Resistimos com a força do afeto que regamos.

Seguimos, e com o passar do tempo, vagarosamente, nossa música voltou a ecoar pela escola, novamente com 40 horas semanais. Pudemos voltar a tocar juntos, a idealizar projetos, e voltamos ao teatro para o concerto *Florescer*.

Quando derem vez ao morro toda a cidade vai cantar

O Morro da Cruz às vezes é estigmatizado, como às vezes são estigmatizadas as periferias. E retomamos nossa música e nosso micro ativismo. O morro é potente de talentos. E repetimos como um mantra: “Quando derem vez ao morro, toda a cidade vai cantar”.

Lá do alto, o morro tem uma das vistas mais bonitas de Porto Alegre, o Mirante da Cruz. Começamos a sonhar em fazer um concerto no alto do Mirante. Existimos e brigamos para entrar na programação oficial dos 250 anos de Porto Alegre. Pertencimento e luta, é disso que estávamos falando! Idealizamos o concerto com o horizonte à frente para dizer que existimos, para mostrar o quanto podemos produzir e o quanto sonhamos com o simbolismo de tocarmos para a cidade. “Quando derem vez ao morro, toda a cidade vai cantar”. Assim, fizemos a primeira edição do Sons do Morro na Cruz com um lindo entardecer, ao pôr do sol e com participações especiais.

A Orquestra Sons do Morro se manteve nos anos seguintes com uma intensa programação de atividades educativas, de participações em eventos, e com uma agenda abundante de apresentações. Mantivemos nosso compromisso com a educação musical como uma ferramenta de transformação social, ampliando o tempo de permanência do aluno na escola, criando um vínculo de afeto e cuidado com o outro, com o espaço, com a comunidade na qual a escola se insere. Pertencer ao grupo é orgulhosamente pertencer à comunidade do Morro da Cruz.

Recentemente, visando ampliar sua capacidade de atendimento, firmamos uma parceria com o Centro de Atendimento Integrado Morro da Cruz - CAIMC, instituição da comunidade, através da qual estamos construindo novos espaços de educação musical para os jovens alunos, com alunos bolsistas e com alunos que já estão na universidade. Neste ano de 2025, em que comemoramos dez anos de atividades, o Sons está realizando uma intensa programação de oficinas e apresentações, que já incluíram dois concertos

abertos para a comunidade, com entrada franca, realizados nos Teatros da Santa Casa e Renascença.

Estamos preparando um grande concerto ao ar livre, que será a segunda edição do Sons do Morro na Cruz, no dia 6 de dezembro de 2025. O concerto contará com as participações de Marietti Fialho, Paulo Romeu, Gelson Oliveira e Pâmela Amaro. Existimos e, mais uma vez, do alto do morro, tocaremos para a cidade.



Nossa maquinaria de resistência: atenta e forte!

Nossa maquinaria de resistência não tem tempo de descanso ou de beber água. Recentemente fomos surpreendidos com a redução da carga horária de artes no currículo da Rede Municipal de Ensino, para um período semanal de 45 minutos. Nossa escola foi “escolhida” para se transformar gradualmente, em poucos anos, em uma escola de ensino fundamental incompleto. Nossa maquinaria de resistência não tem tempo de descanso ou de beber água, marcada pela necessidade constante de lembrar que existimos, na periferia da cidade, em Porto Alegre, no Morro, na Escola Municipal Judith Macedo de Araújo. Andando pelo saguão, passando pelo refeitório (e pela janela que nunca fecha), subindo a escada na porta amarela, hoje, ainda se lê: *Orquestra Sons do Morro*.

Referências:

- CAVALCANTI, Michelle. *Tesouras, canos e ruídos - Por uma educação musical menor*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). Porto Alegre: UERGS: 2019.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 5; trad. Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Ed 34, 2012.
- DELEUZE, *Dois regimes de loucos: textos e entrevistas (1975-1995)*. São Paulo: Editora 34, 2016.
- KASTRUP, Virginia. Aprendizagem, arte e invenção. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 6, n. 1.
- RODRIGUES, Jair. *O morro não tem vez*. Composição; Vinícius de Moraes; Tom Jobim (1962). Interpretação Jair Rodrigues acompanhado de Portinho e sua Orquestra. LP *O samba como ele é*. Universal Music, 1963. SONS DO MORRO. *Instagram*: @sonsdomorro - Perfil da Orquestra Sons do Morro. Disponível em: <https://tinyurl.com/yfwcjdyt>
- SONS DO MORRO. *Youtube*. Conta Orquestra Sons do Morro. Disponível em: <https://www.youtube.com/@Sonsdomorro>

A fonte literária e as águas límpidas das escolas públicas que brotam entre os jacarandás na Praça da Alfândega¹

Marco Mello, Clarice Gorodicht

O logotipo da 71ª Feira do Livro de Porto Alegre não deixa dúvidas do espírito esperançoso que a animou. Na Praça em que, há pouco mais de um ano só se viam águas de uma histórica enchente, agora se observa uma árvore-fonte cujas letras a irrigam e a embelezam simbolicamente. A Praça da Alfândega, ao longo de mais de duas semanas, é território de celebração ao livro e à cultura a ele relacionada.



As Fontes de ontem e de hoje

Recentemente foram reativados os chafarizes que rodeiam o Monumento reproduzido na arte, em meio a um espelho d'água. Já existiu ali, no centro desta mesma praça, outro chafariz imponente, de ferro fundido, o Chafariz da Alfândega, inaugurado em 1865 e que, além de ornamento, abastecia a população (ALVES, 2022, p. 136). Neste ano, retornou à Praça a estátua “A Samaritana”, que também é um chafariz. Mas aqui nos debruçamos sobre outras fontes. Fontes de conhecimento.

De muitas maneiras, em nosso processo formativo, as fontes nas quais buscamos referências são nascentes em que encontramos energia, alimento, inspiração. (CENAP, 1998, p. 17). Há ali também, em seu entorno, raízes profundas e ecossistemas dinâmicos. Interrogar-se sobre em que fontes temos bebido é sempre uma questão atual, assim como prospectar fontes promissoras.

A direção dos olhos em meio à fartura

Em meio a milhares de ofertas e centenas de atividades abertas e gratuitas ao longo da Programação da Feira, o que ver? O que assistir? O que ler? O que adquirir? De que fonte beber? Escolhas difíceis, mas sempre prazerosas, em meio à fartura e a tanta qualidade.

¹ Publicado originalmente como Artigo de Opinião no Jornal Sul21 em 16 nov. 2025.

Nosso destaque vai para uma tipologia de produções normalmente pouco lembrada, em meio a best-sellers, clássicos, novidades em todos os gêneros e autores(as) da hora: as produções lançadas pelas escolas públicas.

Fenômeno até muito pouco tempo restrito às escolas privadas de grande porte ou redes confessionais, o lançamento de livros e a ocorrência de sessão de autógrafos cada vez mais têm tido o protagonismo das escolas públicas, notadamente das escolas da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre (RME/PoA). Este ano, das 55 sessões de lançamentos, pelo menos dez são de livros das escolas da RME/PoA (PROGRAMAÇÃO, 2025).



Tal fenômeno pode ser explicado por algumas razões. A primeira delas é técnica. Hoje, com a facilidade proporcionada pelos computadores e a Internet, a produção foi dessacralizada e deixou de ser algo impossível a publicação de uma brochura com tiragem mais ou menos modesta. Todavia, seria uma simplificação atribuir tão somente a esse motivo o fenômeno.

Efeito pandemia e as articulações da categoria docente, suas organizações e pesquisadores

Em que pese os dantescos efeitos que a pandemia da Covid-19 provocou, há um elemento que pode ser considerado como catalisador de ações que

alavancaram iniciativas como as que analisamos aqui. A impossibilidade do retorno presencial às aulas, em 2020 e em boa parte do 2021, fez com que se buscassem modelos de atendimento à distância aos(as) estudantes.

A inexistência de vacinas, o cronograma estendido de sua aplicação, a necessidade de distanciamento social, a falta de condições sanitárias seguras nas escolas e (não podemos esquecer) a falta de investimentos dos gestores ocasionou tanto o afastamento presencial quanto propiciou que reuniões de educadores(as) pudessem acontecer pelo meio virtual, seja de grupos por escolas, seja de níveis de ensino, de coletivos por áreas de conhecimento, regiões e junto às suas organizações associativas e sindicais. A extensão do tempo dessas atividades remotas acabou gerando algo virtuoso: a realização de múltiplas atividades formativas, com destaque para as *lives* e, a partir delas, a sistematização, produção e socialização de conhecimentos sob condições mais favoráveis do que a pesada rotina de trabalho nas escolas. Aliás, o fim das reuniões pedagógicas nas escolas, sob o Governo Marchezan Jr. (PSDB), e o contínuo desmonte da educação pública pelo primeiro e segundo governo de Sebastião Melo (MDB) só vieram a piorar o já árduo cotidiano dos profissionais nas escolas.

Exemplos dessa produção na RME/PoA podem ser percebidos nas publicações listadas nas referências ao final deste texto, várias delas também em versões em E-book. Para se ter uma ideia dessa riqueza, apresentamos as capas de algumas delas, produzidas no período da Pandemia e depois dela, sob a organização de coletivos por campo disciplinar, associações docentes, grupos de pesquisa acadêmica, projetos extensionistas, com apoio de movimentos sociais ou mesmo em colisões entre essas organizações, sempre tendo a presença decisiva de educadores(as) da RME/PoA.



Através de iniciativas autofinanciadas e copatrocinadas por entidades afins, ficou evidente a viabilidade dos projetos e o importante papel educador dos movimentos sociais e dos intelectuais orgânicos a eles vinculados, a disputar a arena pública, diante do avanço do neofascismo, sob o governo Bolsonaro. Algumas escolas e educadoras(es) já vinham de um acúmulo com experiências similares, que também foram potencializadas no período,

Eis aqui mais algumas capas de publicações que exemplificam o papel indutor que tiveram tais iniciativas junto às escolas.



Emendas parlamentares e edital público

De livretos quase artesanais e reprografados a livros portentosos e bem acabados, foi uma mudança que contou com um outro elemento decisivo, além da vontade e do compromisso político da vanguarda docente e de membros da academia.

Em 2019 foi aprovada na Câmara de Vereadores uma emenda à Lei Orgânica da cidade, que passou a admitir as chamadas Emendas Impositivas, com indicação pelos parlamentares de prioridades no investimento de recursos

públicos para exercícios futuros (PORTO ALEGRE, 2024). Tal expediente, obviamente, é objeto de controvérsia porque emendas parlamentares estão sujeitas a uso indevido e alimentam o clientelismo político. Mas, paradoxalmente, possibilitaram que vereadores de partidos de esquerda, sobretudo, pudessem indicar a destinação de recursos às escolas públicas municipais que manifestaram interesse em socializar suas produções.

A Secretária Municipal de Educação, depois de inúmeros escândalos de corrupção na primeira gestão de Sebastião Melo (2021-2024) e do troca-troca de secretárias, agora sob a gestão de Leonardo Pascoal, ao perceber que vinha perdendo terreno neste quesito, e interessado em capitalizar a iniciativa, abriu um edital às pressas, em agosto deste ano, destinado às escolas da RME/PoA, contemplado até sete projetos de publicação da rede própria (SMED, 2025). Melhor do que nada, sem dúvida, mas ainda é muito pouco. Sabe-se que mais de noventa projetos chegaram à SMED.

Qualidade pedagógica e literária, somada à apuro estético

Não espere encontrar, caro leitor, com comiseração, meros “trabalhinhos de escola”. Não. Há produções magníficas da estudantada em diferentes gêneros textuais e diversas linguagens que não raro nos emocionam. Há relatos de trabalhos de colegas, em distintas áreas, que nada deixam a desejar à melhor produção do campo da didática aplicada e com temáticas atualíssimas que são objetos de estudos nas salas de aulas.

São publicações muitíssimo bem feitas, com projetos gráficos atraentes, muita criatividade, impressões primorosas, algumas vezes coloridas e feitas com muita dedicação e compromisso. Invariavelmente em todas essas experiências destacadas há trabalho coletivo, há persistência, há crença inabalável na força da palavra e na potência do diálogo criador.

Há amor pelos(as) estudantes! Há orgulho de cada pequeno avanço na construção do conhecimento e nas políticas de inclusão, que nos faz marejar os olhos em meio à faina cotidiana. Há uma comunidade inteira por trás de cada obra, como as práticas de contação de histórias nas bibliotecas, incentivos à leitura, renovação de acervos, curadoria e acesso à literatura infantil e infanto-juvenil de qualidade. Há trabalho duro, em especial de professoras da área de Linguagem. Há solidariedade de parcerias dentro e fora da escola. Há ainda a presença luminosa de um duradouro e exemplar projeto: o “Adote um Escritor”. Há militância de professoras(es) que se sabem intelectuais críticos e não se rendem ao apostilamento da educação, às tentativas de amordaçamento, à meritocracia e ao ranqueamento de desempenho.

Trabalho artesanal e dias de glória

Trata-se de trabalhos de artesanato, construídos pacientemente por gente dedicada, que rala todos os dias nas periferias da cidade, entre uma turma e outra, entre uma escola e outra, entre uma Rede e outra. Professoras(es) que dedicam seus melhores esforços ao paciente trabalho de orientação para as escritas, reescritas, digitação, feitura de fotos, identificação de créditos, digitalização de trabalhos, pré-edição, revisão, criação de capas. Enfim, praticamente todo o processo construtivo.

Tudo isso para que estudantes e colegas possam ter o direito a um ou alguns dias de glória, na praça pública e na escola, para as sessões de autógrafos, que vão ficar na memória afetiva de uma cidadania emergente. A senhora sabe, o senhor sabe: ocupar o espaço público com destaque e por vezes honrarias, é sempre motivo de orgulho e afirmação, diante de tanta desvalia para com a escola pública.

É o que acontece com gentes, pequenas e grandes, jovens, idosos, com ou sem necessidades educativas especiais, das periferias urbanas e do centro histórico, que ganham a atenção dos holofotes e, com roupa domingueira, vêm à Feira não apenas para consumir livros, mas para autografar livros que têm suas autorias, suas memórias, suas vivências, suas produções e seus sentimentos.

Destaques

Entre as tantas produções das escolas, destacamos algumas das obras citadas como estímulo a que se busque mais atenção a essas produções. O "Manual de Sobrevivência da EPA" recebeu premiação nacional pelo trabalho desenvolvido durante a pandemia (24º Prêmio Educador Nota 10/2021). Em 2025, "E se a Orla fosse nossa" dá continuidade à belíssima experiência de uma escola singular e acolhedora que atende a jovens e adultos em situação de rua. Também obteve reconhecimento além-fronteiras o grupo de estudantes do Coletivo Luísa Marques, que nasceu na Biblioteca da escola EMEF Saint Hilaire, com o seu "Que sangue é esse, Joana?" que tematiza o direito à dignidade menstrual.

"A gente na enchente", da safra recente, é um belíssimo, emocionante e excepcional trabalho polifônico sobre a experiência da Escola Aramy Silva, que serviu de abrigo a moradores na enchente de 2024, no Bairro Assunção. "E se a periferia fosse o centro?" apresenta um caleidoscópio incrível de crônicas, contos filosóficos e poemas produzidos por estudantes dos Anos Finais e da EJA, com admirável qualidade estética e consciência política sobre a Porto Alegre e suas desigualdades, desde a Lomba do Pinheiro.

Em "Marcas de um Porto Novo: Práticas Pedagógicas de Educação Integral e em Tempo Integral", encontramos uma pioneira e potente sistematização de um trabalho de uma jovem escola, da Zona Norte, em torno da alfabetização, letramento e organização da escola integralizada.

Aliás, vale muito conhecer a incrível produção multimídia da Escola junto com o Coletivo Catarse e a Unidade de Saúde Santíssima Trindade. Além de livros produzidos recentemente, se gerou um documentário, realizado em oficinas com estudantes, um perfil no Instagram, administrado por eles próprios, e uma série de seis podcasts contando a história e o cotidiano do Conjunto Habitacional para o qual moradores da antiga Vila Dique foram deslocados (PORTO NOVO, 2025).

“Redes que nos conectam no ensino público municipal de Porto Alegre”, da EMEF Jean Piaget, no Bairro Rubem Berta, é uma coletânea que sistematiza através de 26 textos, práticas e reflexões de docentes de diferentes áreas, projetos, equipe pedagógica, psicólogos, direção, ex-estudantes, perpassando temas que vão da iniciação científica ao letramento literário. O livro “EMEF Presidente Vargas: uma escola, muitas vozes. Histórias de quem ensina” é uma belíssima produção coletiva e enraizada no cotidiano, com narrativas dos fazeres pedagógicos docentes que evidenciam o trabalho concreto e consequente feito pela escola localizada no Bairro Passo das Pedras.

Em meio a tantas políticas equivocadas e desastrosas da SMED, há uma exceção que vale a pena conhecer. Trata-se da publicação virtual “A educação para as relações étnico-raciais em Porto Alegre: memórias, vivências e perspectivas da Rede Municipal de Ensino”, que registra processo de construção e ações que vêm sendo desenvolvidas nas escolas através dos Espaços Educativos Afro-Brasileiros e Indígenas (EEABIs). Um oásis em meio ao deserto, mas que está ameaçado gravemente com a mitigação da carga horária das humanidades, prevista pela SMED para 2026.

É da Vila São Pedro, às margens do Parque Saint Hilaire, próximo à Viamão que vem à lume uma das obras mais singulares. “Um Eu diverso: tensões e [re]construções para uma educação crítica e antirracista” é um potente manifesto de afirmação e do protagonismo dos estudantes da escola. Sob orientação dos professores Ana Paula Zini de Abreu (História) e Uellinton Valentim Corsi (Filosofia), nove estudantes do 9º. ano registram produções críticas sobre gênero, antirracismo, diversidade e justiça social, frutos de um trabalho dedicado que transformou as salas de aula em espaço de pesquisa, reflexão e criação. O livro reúne capítulos que transitam entre filosofia, história, arte, literatura e cultura afro-brasileira e revisita autoras como Martha Nussbaum, Lélia Gonzalez, Angela Davis e Conceição Evaristo. E pensar que, se depender de Leonardo Pascoal (PL), atual Secretário de Educação e um histórico militante de direita, bolsonarista declarado, as escolas da RME/PoA terão apenas um período semanal de Filosofia e reduzida em um terço a carga horária de História e Geografia...

Trocando em miúdos: se ao invés de compras superfaturadas, fraudes, corrupção, formação de organização criminosa e descaso com o dinheiro público, como revelou o Matinal Jornalismo, em 2022, além das recentes “parceirizações” com empresas privadas, a SMED tivesse investido de verdade na autonomia das escolas e em seus educadores, com aporte de recursos que sabemos existir, por certo teríamos uma extraordinária revitalização da produção de uma Rede que já mostrou sua potência.

Ainda assim, a esperança

Concluímos este texto breve evocando um diálogo do inesquecível Riobaldo com o também jagunço Jõe Bexiguento, em “Grande Sertão: Veredas”, de Guimarães Rosa — obra que, aliás, em 2026 completará 70 anos da primeira edição. Riobaldo se pergunta, e pensa alto: *“Como é que posso com este mundo? A vida é ingrata no macio de si; mas transtraz a esperança mesmo do meio do fel do desespero”* (ROSA, 1986, p. 192).

Sim, apesar de mais uma insanidade dos governos do Município e do Estado, que pretendem separar a oferta dos Anos Iniciais e Anos Finais em distintas escolas nas periferias da capital, prejudicando a vida dos estudantes, e de suas famílias, há vida e esperança, energia que pulsa nas páginas dos livros produzidos e organizados por colegas educadoras(es) das escolas. Elas nos encorajam, mesmo no “fel do desespero” a que possamos superar coletivamente desmandos dos gestores de plantão.

Sair do pedestal, apeiar do cavalo

Para concluir, chamamos a atenção para algo que pode ter passado despercebido a muitos leitores e habitués da Feira. No logotipo destacado no início do artigo, observa-se que a fonte que jorra letras, sob uma base de granito, substitui a estátua de bronze do General Osório, que compõe o monumento ao patrono da cavalaria do Exército brasileiro (ALVES, 2022). Gaúcho, estancieiro, escravocrata e monarquista, comandante de um dos maiores genocídios cometidos pelo Estado brasileiro, a Guerra do Paraguai (1864-1870). Ele observa a cena, sob seu cavalo, no canto esquerdo, em terra firme e em segundo plano. Talvez, nessa inusitada posição e novos tempos, identifique ali próximo a Pegada Africana² e aprenda algo significativo com os imprescindíveis Movimentos Sociais que vitalizam o Novembro Negro.

Oxalá, os caudilhos, capitães, gerais e governantes déspotas possam cair de seus pedestais, apearem de suas arrogâncias e obsessões por índices de desempenho e autocracia nas escolas, e se posicionarem para ver o

² Um dos monumentos que compõe o Museu do Percurso do Negro em Porto Alegre, instalado na Praça da Alfândega, em referência ao antigo Largo das Quitandeiras, local de comércio e encontros de mulheres negras escravizadas, libertas e livres (VILASBOAS; BITTENCOURT JR., SOUZA, 2010).

mundo com outros olhos, de mortais. Nós escolhemos com cuidado as fontes onde beber e nos banhar: com as águas dos conhecimentos, libertadoras e geradoras de mais vida que jorra das periferias e das escolas públicas. Lá, professoras(es), apesar de tudo, não deixam a peteca cair e constroem um padrão qualitativo de saber e de vida que régua nenhuma mensura. Todos os dias!

Referências:

- ABREU, Ana Paula Zini de; CORSI, Uellinton Valentin (Orgs.). *Um eu diverso: tensões e (re)construções para uma educação antirracista*. Porto Alegre: Cidadela, 2024.
- ALVES, José Francisco. *A escultura pública de Porto Alegre*. Porto Alegre: Ponto Arte, 2022.
- ALVES-BRITO, Alan (Org.) *Caderno de Memórias: Re-Existências negras*. Porto Alegre: EMEF Liberato Salzano da Cunha; Campaign Against Racism; Projeto Zumbi-Dandara dos Palmares, 2022. disponível em: <https://tinyurl.com/yc7xldfp>
- ARENHALDT, Rafael; FELIPPE, Leonardo da Silva; BORBA, Márcia Moraes Corrêa; SILVA, Catiana Quadros da; PEREIRA, Rochelle de Negreiros. *Diário de descobertas para crianças cientistas*. Porto Alegre: UFRGS, 2022. Disponível em: <https://tinyurl.com/3hu5sch9>
- ARENHALDT, Rafael; MACHADO, José Luis (Orgs.) *Pesquisa & Prática 2023*. Porto Alegre: UFRGS, 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/zjb7zdf6>
- ARENHALDT, Rafael; MACHADO, José Luis (Coords.). *Meu diário de pesquisa*. 4. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2024. Disponível em: <https://tinyurl.com/bde8zzfa>
- ARENHALDT, Rafael; ELY, Luciane Inês; PRATES, Anelise de Araújo; VIEIRA, Mabel Luiza Leal (Orgs.). *Experiências Pedagógicas Inovadoras de Porto Alegre*. Porto Alegre: PMPA - Secretaria Municipal de Educação; Instituto PalavrAções; Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Pró-Reitoria de Extensão, 2024. Disponível em: <https://tinyurl.com/mpkzf9de>
- BARRETO, Kátia; VIEIRA, Luciana Martins; AZAMBUJA, Maria José Baltar de (Orgs.). *Lygia Morrone Averbuck: memórias e vivências inclusivas de uma Escola Pública de Educação Especial*. Porto Alegre: EMEEF Lygia Averbuck, 2025.
- BLAVATTI, Denise Sperenberg (Org.). *Um ano de resenha*. Porto Alegre: EMEF Monte Cristo, 2023.
- CENAP – CENTRO NORDESTINO DE ANIMAÇÃO POPULAR. *Almanaque de Metodologia da Educação Popular*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco (CEPE), 1998.
- CMET Paulo Freire; PROREXT/UFRGS. *CMET Paulo Freire: 30 anos de educação*. Porto Alegre: Centro Municipal de Educação dos Trabalhadores Paulo Freire; PROREXT - UFRGS; *Projeto Aluno Pesquisador; Projeto Informática e Comunicação*, 2019. Disponível em: <https://tinyurl.com/4eumj63f>
- COLETIVO LUÍSA MARQUES. *De onde é esse sangue, Joana?* Porto Alegre: Coletivo Luisa Marques; EMEF Saint Hiltaire, 2022.
- CRUZ, Bianca Bishop Oliveira; SERIANI, Gabriele Rodrigues; COELHO, Marcelle Teixeira (Orgs.). *A gente na enchente: Histórias da Escola Aramy Silva*. Porto Alegre, S2C; EMEF Aramy Silva, 2024.
- CUNHA, Juliana Nunes (Org.) *#Somos Mário: identidade, pertencimento, resistências e experiências da comunidade Mário Quintana de Porto Alegre*. Porto Alegre: EMEF Dep. Victor Issler, 2025.
- ERTEL, Daniele; MERLO, Andréia Todeschini; GARCIA, Shanandra; JUNQUEIRA, Marcus (Org.). *Histórias de um Porto Novo: um projeto de contação de histórias desenvolvidos com estudantes do 1º e 2º ano*. Curitiba: Appris, 2023.
- ERTEL, Daniele Isabel; DERÓS, Carolina de Campos (Orgs.). *Marcas de um Porto Novo: Práticas Pedagógicas de Educação Integral e em Tempo Integral*. Curitiba: Ed. Appris, 2025.
- MATTOS, Paulo André Passos de; LOVATTO, Simone Araújo; ALMEIDA Elmar Soero de; LIMA, Paula Valim de; SILVA, Daniela Bortolon da (Orgs.) *Escritas do Cotidiano no CMET Paulo Freire: Experiências pedagógicas de EJA*. Porto Alegre: Ed. Cirkula, 2024. Disponível em: <https://tinyurl.com/4vf39jw5>
- MELLO, Marco; PACIEVITCH, Caroline; VIANNA, Marcus (Orgs.) *Do lado esquerdo do péito, Paulo Freire: Presente!* Porto Alegre: ATEMPA, Ed. Fl. 2021. Disponível em: <https://www.editorafi.org/295freire>
- MELLO, Marco; PARES, André (Orgs.). *Fica Filosofia! Pela permanência da disciplina nas escolas públicas de Porto Alegre*. Porto Alegre: ATEMPA, Coletivo de Professoras e Professores de Filosofia da RME de Porto Alegre, Seção Sindical do ANDES/UFRGS, 2021. Disponível em <https://tinyurl.com/4z8tb5yx>

MELLO, Marco; COLOMBO, Roselena; ARISTIMUNHA, Claudia; PERUSSATTO, Melina; VICENTINI, Inês (Orgs.). *PoAncestral: muito além de 250*. Porto Alegre: ATEMPA; CPHIS, 2022. Disponível em: <https://tinyurl.com/ynucnzzy>

MELLO, Marco; RODRIGUES, Daniele Gualtieri (Orgs.). *E se a periferia fosse o centro?* Porto Alegre: EMEF Saint Hilaire, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3XemD5E>

MELLO, Marco; ROLIM, César (Orgs.). *Pé no chão! Na construção e defesa da EJA pública e popular*. Porto Alegre: Ed. Grafiset, 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/3fwfvpbm>

MELLO, Marco. *No bom combate! Aprender e ensinar com o camarada Freire*. Porto Alegre: Grafiset, 2024. Disponível em: <https://tinyurl.com/mrj3wvekb>

NATEL, Tânia Beatriz Trindade (Org.). *Interlocuções cotidianas no fazer pedagógico da EMEF Jean Piaget*. Porto Alegre: Evangraf, 2024.

NATEL, Tânia Beatriz Trindade (Org.). *Redes que nos conectam no ensino público municipal de Porto Alegre*. Porto Alegre: Evangraf, 2025.

NUNES, Adriana Garcia (Org.). *A educação para as relações étnico-raciais em Porto Alegre: memórias, vivências e perspectivas da Rede Municipal de Ensino*. Porto Alegre: SMED Porto Alegre, 2024. Disponível em: <https://tinyurl.com/mp4nh3uf>

PEREIRA, Milena Teixeira; GUIMARÃES, Adriana Braga (Orgs.). *EPA: Se essa orla fosse nossa*. Porto Alegre: Libretos, 2025.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Secretaria Municipal de Planejamento e Assuntos Estratégicos. Diretoria de Planejamento Orçamentário. Coordenação de Planejamento Orçamentário. Manual de Emendas Parlamentares LOA 2025. 2. ed. Porto Alegre: Coordenação de Planejamento Orçamentário (CPO), out. 2024. Disponível em: <https://tinyurl.com/mr4c5sfh>

PORTO NOVO ganha projeto de comunicação com olhar de jovens estudantes; Gustavo Türck. *Coletivo Cataracé*. Site institucional. Porto Alegre, 3 out. 2025. Disponível em: <https://tinyurl.com/yusrh4mk>

PREFEITURA de Porto Alegre compra R\$ 9 milhões em livros de empresa investigada pelo TCU. Demétrio Jorge, Sílvia Lisboa. *Matinal Jornalismo*. Porto Alegre, 16 dez. 2022. Disponível em: <https://tinyurl.com/3n4ec6xk>

PROGRAMAÇÃO DA 71ª FEIRA DO LIVRO DE POA/ ESTANDE SMED. 2025. Disponível em: <https://tinyurl.com/y3e3atjc>

ROLIM, César; MEIRA, Fabiana; PIRES, Itaira; MELLO, Marco (Orgs.). *A História se move...* Porto Alegre: Coletivo de Professoras e Professores de História da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre (CPHIS); Associação de Trabalhadores em Educação do Município de Porto Alegre (ATEMPA), 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3NfuBpS>

ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: Veredas*. 35ª impr. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1986.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PORTO ALEGRE (SMED). *Edital de Publicações Pedagógicas da Rede Municipal de Educação*. Ago. 2025. Disponível em: <https://tinyurl.com/yf2zsr3z>

SCHMITZ, Ana Paula dos Santos; MÉDICO, Clarice Fátima Dal; JARDIM, Rafael Peruzzo (Orgs.). *EMEF Presidente Vargas: uma escola, muitas vozes. Histórias de quem ensina*. Porto Alegre: Ed. dos Autores, 2025.

SCHMITZ, Ana Paula dos Santos; DIAS, Rodrigo César; JARDIM, Rafael Peruzzo (Orgs.). *Entre linhas e sonhos. Histórias do PV – crianças e adolescentes da EMEF Presidente Vargas escrevendo*. Porto Alegre: Ed. dos Autores, 2025.

SILVA, Ana Cristina Motta da (Org.). *Entre folhas e raízes da ancestralidade*. Porto Alegre: EMEF Ana Íris do Amaral; Escolas Indígenas Nhamandu Nhemopu'a e Gãh-Tê, 2023.

VEIGA, Amarildo et al (Orgs.). *EPA: Manual de sobrevivência*. Porto Alegre: Libretos, 2024.

VIEIRA, Davi Aragão; ZUANAZZI, Giovane Dutra (Orgs.). *EMEF Lidovino Fantom: experiências, lutas e resistências na Restinga Velha*. Cachoeirinha: Ed. Fi, 2024. Disponível em: <https://tinyurl.com/2ya45pny>

VILASBOAS, Ilma Silva; BITTENCOURT JR., Iosvaldyr Carvalho; SOUZA, Vinicius Vieira de. *Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. Porto Alegre, 2010.

Fazeres Pedagógicos: um espaço de vivências e resistências pedagógicas

Evandro Alves, José Luis Machado
Paulo Sérgio da Silva, Rafael Arenhaldt, Raiane Medeiros Pinheiro

O Fazeres é um espaço de escuta, trocas e construção coletiva, em que os saberes docentes ganham voz, sentido e potência. Mais do que um projeto, o Fazeres é um movimento de partilha e reflexão sobre a prática, fortalecendo nossa identidade como educadores e nossa rede de aprendizagens. No Fazeres, aprendemos juntos: cada encontro é uma semente de inspiração e um convite a repensar e reinventar o fazer pedagógico. (Luciana Scolari, diretora da EMEI Ilha da Pintada)

Fazeres Pedagógicos é uma Ação de Extensão que consiste de rodas de conversas, online e presenciais, com docentes da rede pública de ensino, abordando temas transversais, suas dinâmicas e desdobramentos à prática docente nas diversas etapas e modalidades de ensino. Objetiva, portanto, promover ambientes para troca de experiências e reflexões de docentes da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre (RME/PoA), através de reuniões sobre esses temas transversais e suas implicações nos processos educativos.

As atividades *online* e presenciais do *Fazeres Pedagógicos* são gravadas e ficam disponíveis no canal do *YouTube* do Projeto, podendo ser acessada a qualquer momento. Esse acervo busca constituir-se, assim, como registro dos processos em curso nas escolas da RME/PoA e como contribuição aos processos de formação continuada na referida Rede.

Fazeres Pedagógicos está vinculado ao Programa de Extensão: Rotas Criativas na Educação e no Pesquisar¹ da Faculdade de Educação. Atua de forma articulada e complementar a outras Ações de Extensão: Aluno-Pesquisador² e Artesania Pedagógica³. O Programa de Extensão Rotas Criativas busca articular ações que potencializem processos educativos autorais, por meio da iniciação à pesquisa, da produção de material educativo e de espaços de reflexão docente. Rotas Criativas utiliza-se de diferentes estratégias: da sistematização de experiências inovadoras e de vivências integrais, através da promoção da iniciação científica e da pesquisa na escola (Aluno-Pesquisador), da produção de materiais didático-pedagógicos contextualizados (Artesania Pedagógica) e da reflexão docente sobre temas transversais ao cotidiano das instituições escolares (Fazeres Pedagógicos).

¹ Rotas criativas na educação e no pesquisar: autorias, inovações e reinvenções [53785]

² Aluno-Pesquisador: desenvolvendo a pesquisa no Ensino Fundamental - 2024/2025. [53604]

³ Artesania Pedagógica: produção e elaboração de materiais didáticos e recursos educativos (2024-2025). [53605]

O Programa e as Ações de Extensão referidas reúnem, com intencionalidade pedagógica, uma equipe colaborativa composta por docentes, técnicos administrativos e alunos das Licenciaturas e da Comunicação Social da UFRGS junto a gestores, docentes e estudantes da RME/PoA.

Um pouco da caminhada

Como professora da FAGED/UFRGS, considero extremamente relevante o Projeto Fazeres Pedagógicos. O diálogo da FAGED/UFRGS, em parceria com a escola pública, é fundamental, enseja a busca por uma educação pública de qualidade, democrática e faz do Projeto Fazeres Pedagógicos uma grande contribuição para a Educação. (Mariângela Bairros, professora e coordenadora do GEPPEM da FAGED/UFRGS)

O projeto Fazeres Pedagógicos teve seu início em novembro de 2021. Em um contexto pandêmico em que as atividades presenciais estavam comprometidas, a Ação optou pela forma *online* (*lives*), com docentes da RME/PoA, dialogando sobre temas transversais à educação municipal. Finda a Pandemia, a avaliação positiva das lives levou à sua continuidade ao permitir participação de diferentes docentes, escolas e locais da capital, contando com a participação de estudantes das escolas.

Do ponto de vista do desenvolvimento, as atividades do Fazeres Pedagógicos consiste em: (a) realizar a pré-produção dos programas (escolha de temáticas e convidados/as, organização dos roteiros dos programas e divulgação do evento); (b) produzir os programas, se realizadas no contexto *on-line*, organização da sala de webconferência e transmissão *on-line*; (c) realizar a pós-produção dos programas (hospedagem da gravação dos programas no canal de *streaming* do Projeto).

Começamos as *lives* em fevereiro de 2025 devido às propostas de precarização e privatização do governo Melo, tais como acabar com as eleições para direções de escolas e expandir parcerias público-privadas, com ações como ‘Escola Bem Cuidada’ ou ‘Incluir POA’. Fizemos duas *lives* sobre *gestão democrática* e três *lives* sobre *parcerias público privadas na educação*, trazendo sindicatos (SIMPA, ATEMPA e CPERS), especialistas da UFRGS, o Conselho Municipal de Educação e vereadores da Comissão de Educação da Câmara.

No segundo semestre de 2025, estão sendo abordadas duas vertentes: (1) encontros híbridos sobre a série *Cadernos Pedagógicos* – importante material pedagógico que norteou toda uma construção metodológica e curricular na perspectiva da educação cidadã na cidade–; (2) atividades *online* discutindo os projetos (robótica, meio ambiente, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Cultura) da RME/PoA. O quadro a seguir retrata as atividades do Projeto:

Ano	Séries/Temas	Quantidade de lives/ações	Convidad@s participantes
2021	Relações étnico-raciais • Inclusão Escolar	2 lives	12
2022	Educação de Jovens e Adultos • Jovem Pesquisador (Iniciação Científica na Escola)	9 lives + 1 encontro presencial	45 convidad@s ao total e 6 escolas participaram do encontro presencial
2023	Relações entre Escola e Comunidade	8 lives	40
2024	Inundações no RS (4 lives) • Formação docente na RME/POA (4 lives)	8 lives	46
2025 Em andamento*	Riscos à Educação (2 lives) • Relações entre o público e o privado (3 lives, incluindo uma híbrida no SIMPA) • Cadernos Pedagógicos (3 lives, sendo 1 híbrida) • Projetos na RME/POA (4 lives e 3 vídeos)	12 lives (1 encontro híbrido - presencial com transmissão ao vivo) + 3 vídeos	50

Nota: O quadro de atividades relativas a 2025 segue em andamento, com as duas séries Cadernos Pedagógicos e Projetos na RME/PoA, já em desenvolvimento, e com conclusão prevista para dezembro.

As atividades envolvendo Robótica reuniram seis experiências de escolas, no formato tradicional do Fazeres Pedagógicos. Sobre sua participação, comenta a professora da oficina de robótica educacional da EMEF Pepita de Leão, Luciana Tadewald:

Participei da live “Apresentando os Projetos de Robótica da RME/POA” representando a EMEF Pepita de Leão, como professora da oficina de robótica educacional. Compartilhei as experiências que desenvolvo com meus alunos e destaquei como a Robótica tem sido uma ferramenta poderosa para despertar a curiosidade, a criatividade e o engajamento deles.

Para as atividades sobre as experiências em educação ambiental, as escolas enviaram seus registros previamente ao encontro. Foram feitos audiovisuais a partir desses registros. Eram 16 escolas registradas. Foram convidadas três referências da área, que apresentaram os projetos. Fizemos três vídeos mostrando as experiências. Este material encontra-se no *site* do Projeto Aluno Pesquisador.¹⁴ A professora Rosa Rosado resumiu este momento:

O Fazeres Pedagógicos, projeto vinculado à FAGED-UFRGS, surge para nós educadoras e educadores da Rede Municipal de Ensino como um farol a nos direcionar em momentos de tanta revolta diante dos desmontes da educação em Porto Alegre. Nos traz a certeza dos caminhos acertados; e a

¹⁴ Site Aluno-Pesquisador: www.ufrgs.br/alunopesquisador

ética necessária é estarmos juntas e juntos e seguir nos fortalecendo na defesa da educação pública de qualidade, de forma geral, e da educação ambiental, em particular. (Rosa Rosado, professora aposentada da RME/POA, educadora ambiental e articuladora do Fórum de Educação Ambiental de Porto Alegre)

As atividades sobre a Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) na RME-PoA pontua a importância dos Espaços Educativos Afro-brasileiros e Indígenas (EEABIs) e de uma educação antirracista no contexto das escolas. Os desdobramentos da ERER perpassam as seguintes etapas e modalidades: Educação Especial, Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA/Ensino Médio. As escolas encaminharam registros de seus projetos previamente. A relevância do tema e o elevado número de projetos (34 projetos de 30 escolas), transformou a atividade, antes única, em uma série com quatro episódios, com convidadas(os) que são referências para cada etapa/modalidade tematizada. Estela Benevenuto, convidada para apresentar os projetos da Educação Fundamental, comentou:

O Espaço Afro-brasileiro e Indígena (EEABI) foi uma conquista da educação no município de Porto Alegre, juntamente com os movimentos sociais e os(as) educadores(as). O Espaço discute, problematiza e constrói com a comunidade escolar o ensino para as relações étnico-raciais de forma crítica e cotidiana. A Rede Municipal de Educação de Porto Alegre, através de suas educadoras e educadores, sempre buscou apresentar estas questões no espaço escolar; contudo, muitas vezes estes processos ficavam restritos ao mês de novembro... Nesse sentido, espaços como o do Projeto Fazeres Pedagógicos são importantes, pois dão visibilidade e ampliam o debate sobre programas como o EEABI e o fazer pedagógico antirracista na consolidação de uma educação e de uma escola que siga estes princípios essenciais para vislumbrarmos uma sociedade democrática e com equidade racial. (Estela Benevenuto, professora de História na EMEF Vereador Martin Aranha)

Neste momento em que nos encontramos desafiados a escrever este texto, estamos finalizando as gravações do ERER/EEABI, organizando o encontro sobre o Caderno Pedagógico 2 e as Salas de Integração e Recursos (SIRs), e já pensando na última *live* do ano, sobre os projetos de Cultura na RME/PoA. Quanto aos próximos passos, eles ainda estão em germinação, pois a pauta do Fazeres Pedagógicos é feita no dinamismo da luta, nas possibilidades e nas necessidades que forem se ‘fazendo’. E, assim, seguiremos abrindo os espaços necessários para dar voz a quem pensa e vislumbra a educação como um instrumento de transformação social.

Fazeres Pedagógicos: Protagonismo e Resistência no cotidiano escolar

Agradeço ao “Fazer Pedagógico” por se constituir como um veículo que rompe essa geografia invisível que muitas vezes separa a universidade da escola básica. Agradeço aos colegas que se propõem a manter este espaço de comunicação que pulsa em nossas escolas. Espaço que problematiza práticas, estimula falas e engendra novas ações. Ver a nossa luta, os nossos dilemas e as nossas pequenas-grandes vitórias sendo acolhidas, problematizadas e amplificadas pelo Fazer, fortalece em mim a ideia de que a Educação se dá sempre a partir de um ato de encontro. Encontro de saberes, de tempos, de corpos e de histórias. E que é preciso seguir fazendo! Porque o fazer pedagógico com intencionalidade política ecoa muito além das nossas salas de aula a partir do “Fazer Pedagógico”. (Itaara Gomes Pires, professora e coordenadora da EEABI da EMEF TRISTÃO SUCUPIRA VIANNA)

A repercussão do “Fazer Pedagógico” vai além dos encontros e debates. Suas ações reverberam nas escolas e nas comunidades, alimentando novos projetos e inspirando novas práticas pedagógicas. Ao divulgar e registrar os programas — seja em transmissões online, seja em publicações —, o Projeto amplia o alcance das reflexões e contribui para a formação continuada de professores, consolidando uma rede de aprendizagem colaborativa. Ao mesmo tempo, o Fazer cumpre uma função social relevante: mostrar à sociedade o valor do trabalho realizado nas escolas públicas, evidenciando que a educação pública é sustentada por profissionais comprometidos, criativos e conscientes de seu papel transformador. Em um contexto em que a escola pública é frequentemente alvo de desvalorização, iniciativas como esta reafirmam sua centralidade na construção da democracia e da cidadania.

A cada edição do Fazer Pedagógico, reafirma-se uma certeza: é o protagonismo das educadoras(es) e gestoras(es) de escolas que mantém viva a escola pública municipal de educação de Porto Alegre. Mesmo diante de ataques, de precarização e de desafios estruturais, são eles que garantem que o processo educativo siga acontecendo, que os espaços escolares se mantenham abertos, acolhedores e comprometidos com a aprendizagem e a dignidade dos estudantes.

O Projeto tem desempenhado papel essencial ao visibilizar esse protagonismo, tornando públicas experiências que, muitas vezes, permanecem invisíveis fora dos muros da escola. Quando professoras e professores compartilham suas experiências com projetos de educação ambiental ou antirracistas ou quando gestoras e gestores relatam ações de fortalecimento da gestão democrática, por exemplo, o que está em jogo é mais do que uma troca de metodologias: é a afirmação da escola pública como espaço de criação de sentido, de cidadania e de transformação social.

Outro aspecto fundamental das reflexões emergidas no Fazer é a relação entre o fazer pedagógico e a gestão democrática da educação. As práticas compartilhadas nos encontros revelam que a democracia escolar não se cons-

trói apenas nas instâncias formais, mas, sobretudo, como se compartilha o poder de decisão, se escuta a comunidade e se reconhece o valor da participação coletiva. A gestão democrática aparece, então, como dimensão estruturante da escola cidadã, integrando professoras(es), estudantes, famílias e comunidade na construção dos projetos pedagógicos e das decisões cotidianas. Essa perspectiva aproxima-se da concepção freireana de educação emancipatória — uma educação que não apenas transmite saberes, mas forma sujeitos críticos e conscientes de seu papel social.

Nos encontros do Fazer, percebe-se como essa visão se concretiza nas escolas: em projetos que envolvem a comunidade na produção de conhecimento, em iniciativas que fortalecem a voz dos estudantes e em experiências de formação docente que buscam romper com modelos hierárquicos e autoritários. Essas ações traduzem a compreensão de que a escola pública é um bem comum e que sua gestão deve refletir o compromisso com a equidade, a pluralidade e o diálogo. O Fazer Pedagógico, ao reunir essas vozes, produz um registro daquilo que é essencial e, por vezes, silencioso — o trabalho cotidiano que sustenta as estruturas escolares, o cuidado com as comunidades, a invenção de práticas diante da escassez e a busca por alternativas pedagógicas em tempos de crise. Essa dimensão política e afetiva do fazer docente é o que confere à escola seu caráter de resistência e esperança.

Avaliando a caminhada e considerações finais

Os resultados da Ação, conforme avaliações dos participantes — debatedores e público presente —, indicam a positividade da iniciativa, tanto na escolha de temas e nos convidados, quanto nas dinâmicas empregadas nas atividades online. A sequência de encontros *online* entre docentes das escolas públicas de diversos locais de Porto Alegre e da Grande Porto Alegre parece ter contribuído para o compartilhamento de questões transversais ao cotidiano das instituições, ao potencializar espaços para trocas de experiências entre docentes da rede pública de ensino.

Além da constante referência à excelência das discussões realizadas, foi também ressaltado, por convidados(as) e assistência, que tal formato de atividade, na forma de *live* para discutir o cotidiano das diferentes escolas da RME Porto Alegre constituía-se, naquele momento, em um espaço de resistência, além de ser um momento complementar de formação docente. Um espaço voltado à reflexão coletiva sobre determinado tema ou experiência que afeta as escolas faz frente ao contexto de precarização, compartimentalização e individualização do trabalho docente.

Chamou a atenção a participação de estudantes nas atividades online (nas séries sobre Pesquisa, na de Educação de Jovens e Adultos e na de Robótica),

trazendo outras dimensões para o debate. As formas de implementação e de execução das políticas públicas voltadas à Educação se desdobram não só pela perspectiva docente, mas também pelos discentes envolvidos.

Outro aspecto a ser considerado foi a realização de atividades presenciais, na UFRGS, com presença de professores e estudantes da Educação Básica, nas quais as temáticas discutidas *online* foram retomadas em diálogos presenciais. Tal aspecto aponta o não antagonismo e a complementaridade entre a atividade telemática e a presencialidade enquanto estratégias de ação. São pontos a serem ponderados como formas de divulgação e engajamento das atividades, para potencializar e disseminar ainda mais as discussões realizadas, visando a aumentar a audiência das atividades.

Nossas *lives* são encerradas com as considerações finais, expressas por uma mensagem ou uma observação que finaliza o encontro, mas sinaliza um futuro. Extraímos aqui dois depoimentos exemplificativos, de Liana Borges e Cindi Sandri, que participaram ativamente de nossas lives, em diversos momentos:

A Educação de Jovens, Adultos e Idosos é uma fênix! Renascemos das cinzas a cada governo, a cada ano, a cada dia. Enquanto uma brasileira e um brasileiro não concluírem o Ensino Básico, não sossegaremos. A ousadia supera o medo; a alegria de lutar pela EJA se move na esperança como verbo: esperar nos constitui como pessoas, educadoras/es e ativistas. Fazeres Pedagógicos inspiram e iluminam as justas lutas. (Liana Borges, coordenação da Rede Internacional Café com Paulo Freire; representante da Rede MOVA-Brasil na CNAEJA/MEC)

Ação necessária para acumular forças em defesa do direito ao acesso e permanência dos estudantes e à valorização das/os servidoras/es, na perspectiva da educação popular e emancipatória. (Cindi Sandri, professora aposentada da RME e diretora geral do SIMPA)

O Fazeres Pedagógicos tem se mostrado importante ao fortalecer a educação pública de Porto Alegre, e potencializar a escuta, a reflexão e o reconhecimento das práticas docentes da rede. Esse projeto nos lembra que a escola não se sustenta apenas por políticas ou estruturas, mas, principalmente, pelas pessoas que a fazem existir todos os dias — professoras(es), gestoras(es), estudantes e comunidades que, mesmo diante de crises e desafios, mantêm vivo o compromisso com o direito à educação.

Ao reunir e divulgar experiências que abordam desde a educação antirracista até as estratégias pedagógicas em contextos de emergência, o Projeto revela uma rede educativa que pensa, cria e resiste coletivamente. É nesse movimento de partilha que se constrói a esperança e se reafirma a função social da escola pública: formar sujeitos críticos, solidários e capazes de transformar o mundo em que vivem.

Assim, o Fazeres Pedagógicos é mais do que um espaço de formação: é um ato político de resistência e de celebração da docência. É um convite permanente à reflexão sobre o que nos move a ensinar e aprender — e sobre como, em meio às dificuldades, a escola pública segue sendo o lugar onde o futuro é, todos os dias, reimaginado.

A Escola Cidadã fez história em Porto Alegre

Mariângela Bairos

É precisamente porque é histórica, dando-se na história
e sendo vivida por seres históricos que ao fazê-la,
de certa forma se refazem, que as formas de pôr em prática
a pedagogia do oprimido como a do opressor variam no tempo e espaço.
(FREIRE, Paulo. 2001, p. 72)

O objetivo deste texto é apresentar um conjunto de políticas educacionais implementadas durante a Administração Popular e implementadas de 1989 a 2004.

O texto pode parecer um tanto nostálgico, porém não é esse o objetivo, a proposta é retomar uma história construída, vivida ao longo de 16 anos. Todos sabíamos que tratar de educação era retomar investimentos em qualidade com equidade. Qualidade não é um conceito absoluto, é importante que se tenha clareza de qual qualidade se busca na educação, pois essa pautará, em grande parte, os objetivos de um projeto educativo: formar para o mercado ou para a vida, e não uma formação mais ou menos democrática.

Os anos que antecederam a Administração Popular em Porto Alegre foram de perdas de plenos direitos, impedindo avanços. Vivíamos sob uma ditadura.

Em 1989 estávamos em pleno período de redemocratização no país; em Porto Alegre não era diferente. O legado das políticas do *welfare state* – Estado de Bem-Estar Social – não chegou ao Brasil. Os anos de 1980, início do declínio do *welfare state*, coincidiram com o final da ditadura militar aqui no Brasil. Em 1988 foi promulgada a Constituição Federal, e a Administração Popular assumiu a prefeitura na esteira de um processo no Brasil que ansiava por respirar ares democráticos e participativos, após tão longa ditadura militar.

Em 1989 a Administração Popular tomou posse, com a gestão do Prefeito Olívio Dutra. A cidade, nesses anos, vivia e ansiava por espaços de democratização. O Orçamento Participativo torna-se um modelo de democracia participativa para o mundo.

Nesse contexto, a Rede Municipal de Porto Alegre iniciou, na década de 1990, um longo período de democratização da educação pública.

Na educação, a partir de 1989, viveu-se uma verdadeira revolução. Em 1994, foi realizado o I Congresso Constituinte, dividido em quatro eixos: gestão democrática; currículo e conhecimento, avaliação e princípios de convivência. As escolas foram divididas em regiões, reunindo pais, alunos, professores e demais trabalhadores em educação para construir um projeto de escola.

Esse encontro deu início ao Projeto Escola Cidadã. Ao longo dos anos seguintes, construiu-se uma história que aprofundou estudos, conceitos e teses em defesa de uma escola que primava pelo debate coletivo e pela participação soberana das comunidades escolares. As reflexões giravam em torno da escola, do currículo, sobre a construção do conhecimento, sobre disciplinaridade versus interdisciplinaridade. As interfaces da Escola Cidadã, nos Anos Iniciais, já debatia sobre sexualidade na escola, e aprendeu a aprofundar a relação da escola com a comunidade. A relação entre teoria e prática era pulsante na rede, considerando uma escola cidadã.

Foi então que em 1995 foi criada a primeira escola organizada por Ciclos de Formação, com uma proposta político pedagógica da Escola Cidadã. Enquanto isso, a formação não parava. Dava-se continuidade aos estudos dos saberes sobre planejamento, concepção de conhecimento, o complexo temático nos ciclos de formação e sobre a avaliação emancipatória. Redimensionaram-se as práticas docentes, retomando as fontes do currículo na escola cidadã, a relação teoria e prática e o desenvolvimento da aprendizagem. A Rede Municipal de Educação incentivava a ida das crianças ao teatro, ao cinema e ao circo.

Na Educação Especial, a Escola Cidadã debatia sobre inclusão, criando espaços para as diferenças. Esse processo era, sobretudo, articulado com o social, o político, o cultural e o pedagógico.

O MOVA – Movimento de Alfabetização – foi criado e construído como uma alternativa viável para a educação de jovens e adultos, materializando o sonho de ver uma cidade alfabetizada. Entendíamos o MOVA como processo, prevendo a continuidade dos estudos no SEJA – Serviço de Educação de Jovens e Adultos. O SEJA era organizado por Totalidades do Conhecimento, fundamentado no Tema Gerador.

Quanto à gestão da escola, aprofundava-se o debate sobre a gestão educacional democrática, a importância e o investimento nos Conselhos Escolares, na equipe diretiva, na eleição de diretores.

Foram anos de ouro, de vibrações, debates, diálogos acalorados, de escolas pulsantes. O debate era intenso e nem sempre tão tranquilo. Disputávamos até conceitos durante acalorados debates.

A Secretaria Municipal de Educação, em conjunto com professores, estudantes e comunidade escolar, aprendia e ensinava o que é ser democrático em um processo de participação popular. Oportunizava-se, assim, a construção coletiva através de um processo de democratização inovador na cidade. A educação caminhava junto com o Orçamento Participativo. Aprendia-se na prática o exercício do que era democracia.

Vividos 16 anos de plena democracia, de avanços nos espaços institucionais, de construção de uma rede plural, inclusiva, abrangendo diferentes dimensões educativas, Porto Alegre opta, nos anos seguintes, pelo retrocesso.

Os governos que seguem deram início à implementação do projeto neoliberal, do Estado mínimo ou Estado zero. Optaram também pelas privatizações e o extermínio dos ideais democráticos. De Nelson Marchezan Jr a Sebastião Melo, a cidade de Porto Alegre desaba, desidrata, sobretudo na Rede Municipal de Ensino, pela falta de incentivo para que as escolas sejam um centro de produção, recriação e irradiação cultural.

Porto Alegre, como disse acima, optou por um projeto, e ele tem nome, descuido com o patrimônio público, privatizações, corrupção e entrega da cidade à pirataria da construção civil, desenfreada e sem respeito ao meio ambiente. A cidade agoniza, sobretudo pela falta de investimentos.

Na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre, o prefeito e o secretário de educação decidiram pelo fim da eleição de diretores. Agora os diretores são indicados pelo prefeito. De forma geral, temos a precarização do trabalho docente, o sucateamento das escolas municipais – e agora é promovida a extinção dos anos finais do ensino fundamental nas escolas municipais.

Acorda, Porto Alegre! É o momento de reconstruirmos a cidade.

Para concluir, evoco Paulo Freire: *“Não creio que ninguém, com um mínimo de sensibilidade, não importa qual seja sua posição política, possa conviver em paz com uma realidade tão cruenta e injusta quanto esta”*. (FREIRE, 2001, p. 57).

Referências:

FREIRE, Paulo. *A educação na cidade*. São Paulo. Cortez, 2001.

O inimigo (nem tão) invisível¹

Marcus Vianna, Nina Becker, Rodrigo Nickel

A crise da educação no Brasil não é uma crise; é um projeto.

Darcy Ribeiro

As escolas no Brasil todo são espaços de alta tensão, infelizmente. São espaços onde a violência e a falta de sentido têm se feito presentes, tensionando as relações daquelas e daqueles que se encontram lá diariamente. Nessas condições, todos e todas se apontam e se acusam pelo fracasso: professoras/es, estudantes, funcionárias/os, diretoras/es. Mas, afinal, de quem é a culpa?

Quando Darcy Ribeiro, de forma muito certa, disse que a crise da educação no Brasil é um projeto, quis nos alertar de que há interessados(as) que organizam a situação da educação brasileira para manter as coisas com aparência de crise em benefício próprio. Nesse caso, quem são esses interessados(as)? Serão os(as) estudantes e os(as) trabalhadores(as) em educação? E qual é o projeto?

Como demonstra o pesquisador Luiz Carlos de Freitas (2018), o nome desse projeto, hoje, é reforma empresarial da educação, que articula e implementa os interesses capitalistas nesse setor, com a anuência dos governos de plantão. É uma reforma orientada pelo neoliberalismo autoritário do século XXI que tem como objetivo implementar a lógica empresarial na educação pública para impor os seus interesses políticos e econômicos. E como isso se dá na prática?

Vamos a alguns exemplos. No âmbito federal do governo Lula 3, vemos o MEC subordinado aos ditames de fundações privadas capitalistas, as quais conduziram a elaboração do Novo Ensino Médio e a formulação do Plano Nacional da Educação 2025-2034. Já no âmbito estadual gaúcho (porque escrevemos daqui, mas os companheiros e companheiras podem fazer o exercício analítico em seus Estados e municípios), enquanto o governo de Eduardo Leite (eleito pelo PSDB, hoje no PSD) institui uma política de premiação por desempenho individual para valorização econômica dos(as) professores(as), esses/as lutam por reajuste de 15,2% frente à defasagem salarial; é preciso citar, também, que mais de 60% do quadro docente é de contratados e contratadas em situação precarizada de trabalho. Em Porto Alegre, o governo de Sebastião Melo (MDB) – imerso em escândalos de corrupção na Secretaria de Educação – pro-

¹ Artigo publicado originalmente na Coluna “Diário de Classe” da “Revista Movimento”, em 18 nov. 2025.

promove uma intervenção nas direções escolares contrariando a gestão democrática e propõe uma reforma curricular que diminui drasticamente a carga horária de disciplinas como Educação Artística e História, além de manter sem reajuste real o salário da categoria, política que foi enfrentada por uma greve importante no início deste ano. Podemos citar, ainda, a vigência de escolas cívico-militares em Estados como Paraná, Goiás, São Paulo e Minas Gerais. Todas essas intervenções são a expressão do projeto que Freitas nomeia como reforma empresarial da educação. E quem são os interessados?

Por trás dessas intervenções, encontramos fundos financeiros, fundações privadas, empresas, ONG's, startups, políticos e governos alinhados com o objetivo de impor a lógica empresarial à educação pública, reforçando uma visão de mundo alinhada aos seus interesses. Conforme Freitas, a intenção desse projeto é transformar o direito em mercadoria, sujeitar a educação e as/os professoras/es às leis do mercado e promover o controle social através do controle sobre o conhecimento. Ou seja, lucrar, rebaixar o valor da força de trabalho e dominar ideologicamente. Esse é o projeto em curso em todas as esferas e que desmantela a educação pública brasileira.

Assim exposto, fica evidente que os(as) trabalhadores(as) em educação e os(as) estudantes não são os algozes, mas as vítimas de um projeto que os(as) massacra diariamente, expondo-os à precarização, à violência e à falta de sentido. Reconhecer o inimigo real é fundamental para fazermos a luta política contra esse projeto e para construirmos uma alternativa alinhada à nossa visão de mundo classista e anti-capitalista. Precisamos retomar a totalidade como uma categoria fundamental para a compreensão sobre essa realidade.

Guerra aos senhores, não entre nós!

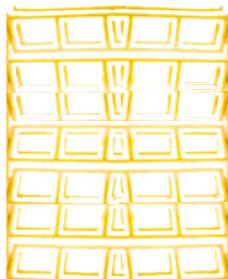
Educadores/as do mundo, uni-vas/os!

Referências

FREITAS, Luis Carlos de. *A reforma empresarial da Educação: Nova Direita, velhas ideias*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

3

LIBERDADE DE ENSINO



Liberdade de Expressão não pode ser pretexto para negar a História¹

Coletivo de Professoras e Professores de História da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre (CPHIS) publica nota criticando pronunciamento do prefeito, Sebastião Melo, no qual defendeu Manifestações em defesa da ditadura.



Veja, abaixo, a íntegra da manifestação:

Liberdade de expressão não pode ser pretexto para negar a História

Primeiro de Janeiro de 2025. Em seu discurso de posse, o Prefeito reeleito de Porto Alegre, Sebastião Melo (MDB), defendeu o direito à livre manifestação de defesa da ditadura. Para ele, defender a ditadura seria “liberdade de expressão”. A contradição é gigantesca, pois os regimes ditatoriais, quando instalados, acabam com a liberdade de expressão, instaurando a censura e a perseguição a seus opositores, como vivenciamos no período do golpe civil-militar de 1964 a 1985 no Brasil. Nós, como professoras e professores de História, não podemos deixar de afirmar que defender o regime que matou, sequestrou e torturou opositores políticos não é liberdade de expressão, mas negacionismo histórico. Nós temos a obrigação de afirmar que defender a ditadura é legitimar os crimes cometidos por ela ou negar que esse período tenha ocorrido em nosso país. Em ambos os casos, a fala nada tem de “expressão”.

Vivemos um momento de acirramento político e, por razões ideológicas, grupos extremistas têm se dedicado a negar a História. Sem base em fatos ou estudos pautados na ética, tentam omitir os crimes da ditadura no Brasil, ou

¹ Publicado originalmente no Site institucional do SIMPA – Sindicato dos Municipários de Porto Alegre(RS) em 6 jan. 2025.

transformar a ideologia nazista para diminuir o fato de ela ser responsável pelo extermínio racista de milhões de pessoas. O discurso do prefeito tenta surfar nessa onda para angariar apoio político desses grupos extremistas que desconhecem ou fazem mau uso da História do Brasil e do mundo.

Ressaltamos que liberdade de expressão passa pela licitude do que é expressado. A liberdade não pode ser usada para expressar crimes de ódio, o que é inconstitucional. Além disso, o prefeito Melo cria um falso paralelo ao opor ditadura, um regime de governo, ao comunismo, um sistema econômico. Ditadura é um regime que restringe liberdades pessoais e políticas e, por isso, é oposta à democracia.

Uma postura verdadeiramente em defesa da liberdade de expressão entraria em choque com situações recentes ocorridas na capital gaúcha, que impuseram censura à arte e à docência. O Prefeito e seus aliados entram em contradição, pois suas posições parecem ter dois pesos e duas medidas: negar a História é “liberdade de expressão”, mas emitir opinião sobre o problema ambiental ou sobre os acontecimentos sombrios de nossa História é algo inaceitável que deve ser censurado. A “liberdade” que advoga o prefeito só vale quando serve para seus fins políticos e ideológicos.

Liberdade para expressar o quê?

Agosto de 2024. Por determinação da Justiça Eleitoral do RS, um grafitti realizado por Filipe Harp, que reproduz obra de Bruno Ortiz, foi apagado da parede do Centro Cultural Casavero na Cidade Baixa em Porto Alegre.

A obra mostrava um rosto, muito provavelmente o do Prefeito de Porto Alegre, parcialmente submerso em água enlameada, como que se afogando na lama produzida pela enchente. O desenho de Bruno era uma crítica à situação de Porto Alegre em meio às chuvas e às cheias que inundaram parte significativa da capital. A obra também já havia sido apagada de um muro na Praça Argentina (1), no centro da capital, no final de julho, por empresa contratada pela Prefeitura para outros fins, como mostrou reportagem de Sul21 (2).

A decisão do TRE, que determinou o apagamento da arte, foi tomada a partir de ação da Coligação Estamos Juntos Porto Alegre (MDB, PL, Podemos, PRD PSD e Solidariedade), que trabalhou para a reeleição de Sebastião Melo e que estabeleceu multa para o artista caso a decisão fosse descumprida. Entretanto, o TRE não acatou pedido da Coligação de proibir reprodução da imagem e do uso do termo “Chimelo” para se referir ao candidato, sob pena de caracterização do ato como censura prévia.

Censura nas escolas públicas municipais

11 de dezembro de 2024. Foi aprovado na Câmara de Vereadores de Porto Alegre um projeto de lei que estabelece censura prévia nas escolas públicas da

Rede Municipal de Ensino da capital (3). A autoria é do ex-vereador e ex-secretário de Urbanismo, Valter Nagelstein, que perdeu seu mandato na Assembleia Legislativa do Estado e foi exonerado do cargo comissionado que exercia na casa após condenação em segundo grau por racismo (4).

O Projeto já havia sido aprovado na Câmara em 2019, mas foi impedido de continuar tramitando por decisão judicial. Entretanto, em 2024, a pedido da Vereadora Fernanda Barth, do PL, o projeto foi desarquivado. O texto aprovado responsabiliza professores, gestores ou representantes de escolas municipais – o texto não faz nenhuma referência às escolas privadas – para que estes não emitam “opiniões pessoais” acerca de “questões sócio-políticas”, determinando que sejam orientados por uma suposta “neutralidade política e ideológica na condução do ensino e na prática do magistério”.

Podemos nos questionar: os professores devem ser neutros? A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/2016), em seu Artigo 27, parágrafo I, estabelece que os conteúdos curriculares devem se basear, entre outras diretrizes, na “difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática” (5).

Essa mesma LDB, em seu Artigo 9º, parágrafo IV, determina que cabe à União, em colaboração com Distrito Federal, Estados e Municípios, o estabelecimento de “competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum”. Ou seja, as bases que orientam a educação em todos os entes federativos devem ser construídas em parceria com os outros entes e não de forma completamente autônoma e à revelia do que preconiza a legislação federal.

Mas podemos seguir adiante e adentrarmos em questões éticas, perguntando se professores e cidadãos devem ser neutros diante da destruição do meio ambiente, das enormes desigualdades que historicamente assolam a sociedade brasileira, da perseguição política, da censura, da tortura e dos assassinatos promovidos pelo Estado brasileiro no período da Ditadura, das inúmeras violências historicamente realizadas contra povos originários, populações negras e pobres na História do Brasil. Como podemos ser neutros diante de tudo isso?

A sociedade deve calar quando um sujeito defende racismo e violência contra homossexuais, transexuais, quando defende tortura e ditaduras, incentivando outras pessoas a fazerem o mesmo?

A liberdade de expressão defendida pelo Prefeito da capital gaúcha

pode permitir a emissão de discursos que incentivam violações aos direitos humanos e à Constituição Federal que ele jurou defender?

Porto Alegre, janeiro de 2025

Notas:

- (1) Grafite e pichação contra Melo são apagados no Centro de Porto Alegre. *Matinal Jornalismo*. Porto Alegre, 08, agosto, 2024. Disponível em: <https://tinyurl.com/y495b724>. Empresa contratada pela Prefeitura apagou protesto contra Melo de muro no Centro Histórico. Porto Alegre, Sul 21, 12 de agosto de 2024. Disponível em: <https://tinyurl.com/j683s6mv>
- (2) Câmara de Vereadores de Porto Alegre aprova projeto 'escola sem partido'; veja como cada um votou. Porto Alegre, *Gi RS*, 12 de dezembro de 2024. Disponível em: <https://tinyurl.com/hx2zc4xh>
- (3) Ex-vereador condenado por racismo é exonerado da Assembleia Legislativa. Porto Alegre, *GZH*, 11 de maio de 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/4kx8djm6>
- (4) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.html

SIMPA aciona justiça contra a Lei da Mordança¹

SIMPA

O Sindicato dos Municípios de Porto Alegre (SIMPA) protocolou na justiça uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) com pedido de liminar para suspender os efeitos da Lei nº 14.177/2025, conhecida como Lei da Mordança. Essa medida busca garantir a liberdade de ensino e proteger a educação contra a censura imposta pela norma.

O projeto, que já foi barrado pela justiça através de uma ação do SIMPA em 2019, teve sua votação anulada, por não ter cumprido a Lei orgânica e realizado audiência pública, mas voltou a ser desarquivado em 2024 pela vereadora Fernanda Barth (PL). O projeto, originalmente de autoria do ex-vereador Valter Nagelstein, é uma versão do polêmico “Escola Sem Partido”, que quer controlar o que pode ser discutido em sala de aula.

A Lei da Mordança traz danos irreparáveis não apenas aos professores, sujeitos a perseguições, mas também aos alunos, que serão privados de uma educação crítica e com respeito aos direitos humanos. A formação de estudantes sem uma visão cidadã ameaça toda a comunidade de Porto Alegre. A reivindicação enganosa desse projeto pela democracia é um conceito que o governo Melo não conhece. O que ele pretende é instaurar uma escola do seu partido, com intervenção do governo, que não apresenta nenhuma proposta concreta de gestão democrática, nem de participação da comunidade escolar no seu Projeto Político-Pedagógico.

A assessoria jurídica do SIMPA aponta que a lei é flagrantemente inconstitucional, pois fere a liberdade de cátedra e impõe censura prévia sobre temas essenciais para o debate público, como já reconhecido por tribunais em outras partes do país. O Supremo Tribunal Federal (STF) e outros tribunais estaduais, incluindo o Tribunal de Justiça (TJ/RS), já decretaram a ilegalidade de medidas semelhantes. Por isso, lutamos pela declaração de inconstitucionalidade dessa Lei (nº 14.177/25) e pela garantia de uma educação livre, plural e comprometida com a democracia.

Somos municipári@s, somos Porto Alegre e vamos resistir!

¹ Texto veiculado no site institucional e redes sociais do SIMPA em 7 de fevereiro de 2025.

Câmeras em sala de aula: é essa a solução?¹

A Tecnologia promete segurança, mas pode transformar
escolas em espaços de controle, não de formação

Anderson Barcelos Martins



Debate sobre o PL nº 671/2023 em Porto Alegre reacende discussão:
ou segurança ou vigilância nas escolas? - Foto: shutterstock

Só quem já enfrentou uma sala de aula lotada, no calor sufocante do verão gaúcho, com um ventilador que fazia mais barulho do que vento, sabe o que realmente significa falar em prioridade para nossas escolas e comunidades educativas.

Nesta semana, a Câmara de Vereadores de Porto Alegre deve votar o PL nº 671/2023, do vereador Jessé Sangalli (PL), que propõe a implantação de um sistema de monitoramento permanente na rede municipal de ensino, com câmeras em salas de aula, bibliotecas e parques. O argumento é simples: mais segurança, mais prevenção. Mas essa promessa, embora soe intuitiva, não encontra respaldo nas pesquisas internacionais.

Eu sei que a violência escolar aumentou. Convivo com isso diariamente e, há anos, me dedico a pesquisar esse fenômeno. Mas não é com câmeras que se enfrenta o problema. A violência não nasce diante de uma lente, mas de relações, tensões e necessidades não atendidas. Nada disso se resolve com o clique frio de uma gravação.

Em diferentes países, o “olho eletrônico” já foi testado. Na Índia, diretrizes nacionais obrigaram escolas a equiparem-se com câmeras. No Reino Unido, professores chegaram a portar câmeras no corpo, como policiais em patrulha. Nos Estados Unidos, legislações estaduais permitem sua instalação em salas de educação especial. O raciocínio é direto: se cada gesto for observado e cada palavra registrada, então a disciplina se manterá. O problema é que essa lógica, embora sedutora, é ilusória. Pes-

¹ Publicado originalmente como Artigo de Opinião no Jornal Brasil de Fato RS, em 30 set. 2025.

quisas longitudinais (FISHER; HIGGINS; HOMER, 2019) demonstram que a presença desses dispositivos não reduziu significativamente o *bullying*, as agressões ou a indisciplina. Em alguns casos, a vigilância produziu apenas a sensação de uma escola convertida em prisão.

A escola não é prisão. Professores não são carcereiros.

Michel Foucault, ao analisar a história dos cárceres em *Vigiar e Punir* (1975), já advertia: não é o guarda em si que disciplina, mas a possibilidade constante de estar sendo observado. Ao internalizar esse olhar, os sujeitos passam a regular a si mesmos. Aplicado à escola, esse regime ameaça convertê-la em extensão do *panóptico*, com menos espaço de formação e mais espaço de controle.

É verdade que, em outros contextos, como o policial, as câmeras mostraram-se eficazes para reduzir o uso da força e o número de reclamações contra agentes. Mas o ambiente escolar tem outra natureza, não se trata de conter infratores, mas de formar sujeitos. Registrar continuamente imagens em sala de aula é como tentar cultivar um jardim regando apenas o cimento: há esforço, mas nada floresce.

Além disso, os efeitos colaterais são expressivos. O monitoramento permanente gera um clima de desconfiança, mina a autonomia docente e transmite aos estudantes a mensagem de que a escola não é espaço de diálogo, mas de suspeita. E não se pode ignorar o risco de uso indevido das imagens, de violações de privacidade e de que a vigilância recaia com mais força sobre determinados grupos, aprofundando desigualdades.

A pesquisa educacional aponta outros caminhos, como investir em mediação de conflitos, programas socioemocionais, equipes de apoio psicológico e iniciativas de engajamento comunitário. Nesse cenário, a câmera é apenas um espelho eletrônico, reflete o problema, mas não o transforma.

Instalar câmeras pode até oferecer um alívio ilusório, como acender uma lanterna contra o escuro. Mas a verdadeira segurança não nasce da claridade artificial que tudo vigia, ela floresce na construção de confiança, no fortalecimento de vínculos e na coragem de transformar conflito em aprendizado.

A falta de vergonha da vigilância ideológica de câmara em sala de aula¹

“Mamar na teta do estado”, como enchem a boca para ofender servidores públicos, é a prática mais contumaz de uma extrema-direita predatória

André Pares, Lizeane Fortes

O mais constrangedor do projeto de instalação de câmeras de videomonitoramento em salas de aula em Porto Alegre é a falta de vergonha de quem o propõe e o aprova. O projeto escancara a situação de uma extrema-direita provinciana, ensandecida com as acachapantes derrotas recentes, aloprada com sua agenda retrógrada, ultraconservadora de um passado arcaico e opressor, criminosa em propor e aprovar um projeto inconstitucional, assediador e persecutório. Já perderam na justiça com o esdrúxulo Escola sem Partido. Já perderam na justiça com seu horror às diferenças no uso da linguagem inclusiva (neutra). Perderão outra vez com mais essa estocada covarde de mordaza.

É evidente que o vereador criador do projeto e as(os) demais que votaram a favor são as marionetes da hora do interesse do capital especulador concentrado sempre à espreita da coisa pública. “Mamar na teta do estado”, como enchem a boca para ofender servidoras e servidores públicos, é a prática mais contumaz de uma extrema-direita predatória que se lambuza em contratos sem licitação com governos para quem financia campanhas e com projetos de lei ao arrepio da própria lei – como esse.

A farta fatia da educação

Sendo o campo da educação uma das fatias fartas do bolo do erário público (pois atinge obrigatoriamente toda a população), há dois fatores que fazem a boca escancarada da ganância neoliberal salivar em cima dele. O primeiro é colocar sua mão mercadológica cada vez menos invisível nas secretarias de educação, transformando o serviço público em produto privado; o segundo, enfiar seu ideário embolorado goela abaixo, sem passar pela disputa pública.

Por não terem coragem para fazer o embate das ideias num horizonte democrático, operam dois movimentos sorrateiros. O “comedido” é o da ordem de injeção de sua ideologia – carregada de preconceitos, desinformações e meritocracias – através do oferecimento de “formações” pa-

¹ Artigo de Opinião, publicado originalmente no Jornal Sul21 em 7 out. 2025.

ra professoras/es. O “arreganhado” é o da ordem da garantia de negócios bilionários em “materiais educacionais” que apodrecem em galpões, como recém se viu nos escândalos de corrupção (comprovados pela justiça) na prefeitura de Sebastião Melo (MDB), em Porto Alegre. Tudo à luz do dia, através de uma gestão arregaçada de secretaria de educação entregue a operadoras/es do sistema, que vão do alto escalão, fazendo proselitismo em internet e rodas de investidores, ao baixo escalão, enfurnado em gabinetes, entregue ao seu pavor de dar a cara nas escolas, maquiando com pobres ares de pedagogia a burocracia inoperante.

Este medo da disputa pública democrática põe para fora sua cara assustada em projetos de lei autoritários como este das câmeras de monitoramento em salas de aula. Como a ignorância histórica, a inoperância intelectual e a esqualidez argumentativa resultam na estupidez para o debate, resta o apelo demagógico para leis anômalas, como essa das câmeras, numa overdose anacrônica de vigiar para punir – ainda que a dissonância cognitiva direitoista não faça ideia de que até um Foucault já ficou velho para isso.

A violência da precariedade

O que o conservadorismo pastiche precisa é colocar seu pé frouxo na escola pública. Se forem capazes de ter mais galhardia para enxergar a realidade e menos interesse em fazer vídeo com notícia mentirosa, verão que a violência não é essa, usada como desculpa para as câmeras. A brutalidade são as condições precárias às quais estão submetidas(os) professoras(es), estudantes, funcionárias(os) por uma gestão como a do secretário da vez, Leonardo Pascoal, do PL. Frente a salas de aula carcomidas, banheiros entupidos, pátios com capim sem poda, brinquedos quebrados e quadras aos pedaços, entrega a manutenção de escolas públicas à iniciativa privada. Frente à desvalorização e adoecimento de professoras(es), não paga reposição de 30% (que é apenas a da inflação) e oferece “gratificação” meritocrática ínfima que não incorpora na carreira nem na aposentadoria e pune quem adoecer. Frente à degradação das condições de trabalho de terceirizadas, injeta mais empresas particulares para dentro da educação pública. Frente à histórica Gestão Democrática na Educação de Porto Alegre, caça as eleições diretas para direção escolar e destitui direções eleitas.

Apesar de toda operação de desmanche, na carcomida fórmula do sucateamento e da entrega do serviço público, o que ainda garante a qualidade na educação pública é a presença de quem está aqui na Educação Básica. Este coletivo de gente formado por professoras(es),

crianças, adolescentes, funcionárias(os) que se juntam e fazem acontecer, todos os dias, é quem sustenta a construção de um conhecimento autônomo e vivo no terreno sagrado da escola, apesar do abandono. São estas pessoas que devem ter sua privacidade violada e serem vigiadas na intimidade de sua convivência para a sanha da extrema-direita, como se não bastasse já terem virado moeda de troca nas suas tenebrosas transações.

A recíproca não é verdadeira

Como seria bonito para a vereança neopseudoconservadora se lembrasse de toda essa gente desprezível a ponto de serem alvo de câmeras para fazerem leis que lhes dessem a mínima dignidade de trabalho e aprendizagem. Como seria interessante se, ao invés de espionarem as pessoas, as escutassem; ao invés de expor professoras/es e crianças, as cuidassem; se ao invés de criminalizar profissionais da educação, os reconhecessem. Que pena que, no caso dessa gente legisladora de bem, isso não seja possível...

Daqui de baixo, saibam que não está em nosso horizonte educativo fazer entender que sejam necessárias leis que imponham câmeras para vigiar gabinetes de vereadoras e vereadores, gravando e tornando público cada movimento e cada palavra de toda sua jornada de trabalho e estudo (caso estudem). Estamos aqui para assegurar que futuros adultos sejam garantidores justamente da lei e da ordem que lhes proporcionam compreender que a liberdade é um direito que só pode ser exercido e desfrutado na democracia.

A vigilância da câmera de videomonitoramento na lógica do controle na educação pública municipal de Porto Alegre¹

Iniciativa é de autoria do vereador Jessé Sangalli (PL); texto segue para sanção do prefeito Sebastião Melo (MDB)

César Rolim, Liliane Giordani, Rosele Cozza Bruno de Souza

A teletela recebia e transmitia simultaneamente. [...] Claro, não havia como saber se você estava sendo observado num momento específico. Tentar adivinhar o sistema utilizado pela Polícia das Ideias para conectar-se a cada aparelho individual ou a frequência com que o fazia não passava de especulação. Era possível inclusive que ela controlasse todo mundo o tempo todo. [...] Você era obrigado a viver – e vivia, em decorrência do hábito transformado em instinto
ORWELL, George. 1984. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Devemos ainda nos admirar que a prisão se pareça com as fábricas, com as escolas, com os quartéis, com os hospitais, e todos se pareçam com as prisões?
FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 20 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

O Projeto de Lei do Legislativo nº 671/23 foi aprovado pela Câmara de Vereadores de Porto Alegre na quarta-feira (1/10/2025). O que prevê este projeto? A implantação de um sistema permanente de monitoramento eletrônico com câmeras de vídeo e captação de áudio em escolas da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre (RME/PoA) e em instituições de Educação Infantil conveniadas. A iniciativa é de autoria do vereador bolsonarista Jessé Sangalli (PL) e foi aprovada por 19 votos favoráveis e oito contrários. O texto segue agora para sanção do prefeito Sebastião Melo (MDB).

O texto do projeto aprovado determina que as câmeras sejam instaladas em salas de aula, bibliotecas, parques e espaços de uso comum das escolas, incluindo acessos internos, com exceção de banheiros. É importante lembrar que uma das emendas aprovadas garante que os equipamentos também gravem e registrem áudios durante todo o período escolar. As imagens e sons ficarão armazenados em circuito fechado de televisão (CFTV).

O acesso será restrito às equipes gestoras das escolas, à Secretaria Municipal de Educação (SMED) e a “autoridades competentes”, para apuração de fatos ou investigações. Pais ou responsáveis poderão solicitar

¹ Artigo de Opinião publicado originalmente no Jornal Brasil do Fato RS em 10 out. 2025.

acesso às imagens. A implementação deverá começar pela Educação Infantil, de forma gradual, conforme disponibilidade orçamentária. Nas instituições conveniadas, o prazo máximo será de um ano após a publicação da lei.

Sob o pretexto de ampliar a segurança da comunidade escolar, a medida incorpora ao ambiente educativo a lógica da vigilância permanente, o que afeta diretamente os princípios de liberdade de cátedra, acolhimento, confiança e diálogo que sustentam os processos pedagógicos. A questão central que emerge é: pode haver educação emancipadora sob uma vigilância constante? Ao se instalar dispositivos de gravação de áudio em espaços de ensino, transfere-se para o campo tecnológico, de controle e punitivo uma responsabilidade que é, essencialmente, pedagógica.

O atual projeto, inspirado no inconstitucional Escola sem Partido, também parte de uma obsessão ideológica da extrema direita em controlar o que educadoras(es) dizem em sala de aula, partindo de um pressuposto de existiria uma partidarização das suas condutas. A falsa premissa é a de que supostamente quem apresenta a ideia tem uma visão neutra, quando, na verdade, ocorre uma tentativa de ingerência partidário-legislativa na pedagogia.

O debate ético e jurídico sobre a gravação de imagens e áudios em escolas é igualmente fundamental, pois atinge o princípio constitucional da liberdade de cátedra. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, assegura o direito à livre expressão da atividade intelectual, científica, bem como à inviolabilidade da imagem das pessoas e de sua intimidade. Já no seu artigo 206, a Constituição Federal prevê que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola; a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

Gravar as interações cotidianas de estudantes e professoras(es) sem autorização explícita representa violação direta aos princípios previstos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD – Lei nº 13.709/2018), especialmente considerando que o ambiente escolar envolve crianças e adolescentes, sujeitos de direitos protegidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei nº 8.069/1990).

O projeto contempla a ideia das narrativas que vêm sendo construídas pela extrema direita há muitos anos, as quais atribuem aos(as) educadores(as) a prática de doutrinação, de ideologização das crianças e de adolescentes durante o fazer pedagógico. Esse discurso, além de disseminar

o descrédito aos profissionais da educação, gera ódio e de violência, que tem se traduzido em inúmeras situações nas escolas. Por mais absurda que essa ideia seja, ela vem sendo afirmada e reafirmada em todos os discursos, inclusive nos de defesa do referido projeto, o que evidencia, claramente, o caráter persecutório, de controle e vigilância ao qual o mesmo se destina.

Acreditar que câmeras resolverão problemas de violência e insegurança no ambiente escolar é o mesmo que esperar a cura de uma doença grave usando apenas antitérmico. As câmeras comprovam a existência da violência que precisa ser trabalhada com investimento, seja em mais recursos humanos no Serviço de Orientação Educacional (SOE), seja em projetos e ações que tenham como foco a Cultura da Paz.

A política de recursos humanos da SMED tem cada vez mais diminuído o número de profissionais concursados de setores essenciais ao combate à violência nas escolas, desconsiderando a necessidade de auxílio que as crianças e os adolescentes e suas famílias precisam. Abrir espaço para que se tenha nas escolas mais um elemento que possa vir a gerar conflito é investir na contramão da qualificação da educação.

A prevenção da violência nas escolas requer políticas integradas de cuidado, com investimento em equipes multiprofissionais, mediação de conflitos, formação docente, valorização das carreiras de quem trabalha em escolas e melhoria das condições estruturais dos espaços educativos. A segurança efetiva é a que nasce da presença humanizada, do diálogo, acolhimento e pertencimento, não do medo e da vigilância. O silenciamento pela vigilância que ameaça e retira voz não contribui para o fortalecimento de territórios da paz. Ao adotar essa medida de instalação de câmeras nas salas de aula, a SMED/POA segue um caminho na contramão da compreensão sobre o papel da escola.

Enquanto lutamos por uma valorização da diversidade, pela inclusão, pelo respeito às culturas e aos saberes locais, pela formação ética e política, por uma comunidade como espaço de formação permanente, a SMED/PoA pinta suas escolas de cinza. Os prédios escolares foram pintados, pela gestão municipal, na cor cinza da “neutralidade”. Nossas escolas vêem sua identidade sendo apagada em nome de um controle que não traz a redução da violência, só fomenta o não pertencimento da comunidade à escola. As câmeras seriam mais uma etapa nesse processo de vigilância e de docilização dos corpos, no qual “a minúcia dos regulamentos, o olhar esmiuçando das inspeções, o controle das parcelas da vida e do corpo darão em breve, no quadro da escola, [...] uma racionalidade econômica” (FOUCAULT, 1999, 121).

Paulo Freire alerta para os perigos de uma educação que silencia e não dialoga com a realidade dos(as) estudantes. O Patrono da Educação Brasileira lembra que o autoritarismo não se manifesta apenas no uso repressivo da autoridade, mas na vigilância excessiva sobre educandas(os), “na falta de respeito à sua criatividade, à sua identidade cultural. Na falta de acatamento à maneira de estar sendo dos alunos das classes populares, na maneira como os adverte ou os censura” (FREIRE, 1985, p. 72-73). Impor o controle pela vigilância como possibilidade é desconsiderar o saber que emerge da experiência escolar e comunitária, negando o direito à construção coletiva do território da escola pelos sujeitos historicamente invisibilizados.

Precisamos discutir a ausência de comprometimento do Estado com os processos de escolarização, com a formação e qualificação de professores e com a avaliação transparente dos processos inclusivos. O significado político da Educação configura-se em uma relação de corresponsabilidade com a formação humana de todos os sujeitos envolvidos. A proposta para uma Escola Cidadã se firma nos processos relacionais, nas práticas de afirmação da diferença política, dos tempos e dos modos de aprender de cada sujeito, da pluralidade e da singularidade, de movimentos, tensionamentos e de (re)significações do fazer pedagógico, e não no controle pelo “olho da vigilância” e da punição.

A experiência nos ensina que as instituições educacionais e seus profissionais, independentemente de suas configurações, ampliam seu repertório pedagógico ao trabalharem de forma colaborativa e corresponsável. Quando a gestão pública é responsável e efetivamente comprometida com os interesses da sociedade e com a pluralidade de ideias, ela não impõe sua regra de forma autoritária, ela constrói pela arteficialidade do fazer coletivo. Somente com uma plena liberdade de cátedra e uma educação sem mordanças teremos o fortalecimento da democracia no nosso país.

Referências:

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://lmk.dev/4RZ34> Acesso em: 6 de outubro de 2025.
- BRASIL. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: <https://lmk.dev/odwzr> Acesso em: 6 de outubro de 2025.
- BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: <https://lmk.dev/2ZiX7> Acesso em: 6 de outubro de 2025.
- BRASIL. *Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD*. Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: <https://lmk.dev/mcbzT> Acesso em: 6 de outubro de 2025.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. *Por uma pedagogia da pergunta*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- ORWELL, George. 1984. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

4

□ O DIREITO À DIFERENÇA



Ser e estar aqui, o (re)existir¹

'A educação pública democrática, socialmente referenciada, de qualidade deve ser um dos pilares da reconstrução do RS'

César Rolim, Katiuscha Lara Genro Bins,
Liliane Ferrari Giordani, Marco Aurélio Ferraz

*Cale o cansaço, refaça o laço
Ofereça um abraço quente.
Emicida*

Neste momento, apesar do sofrimento do flagelo, é preciso libertar a dor do espanto. Como pensamos que seria possível oprimir a fluidez das águas? Um poema de Bertolt Brecht, na janela de um ônibus, dizia assim: "Do rio que tudo arrasta se diz que é violento, mas ninguém diz violentas as margens que o comprimem".

No cenário da grave crise socioambiental que estamos vivendo, na qual a solidariedade com as vítimas e a compreensão de sua dor nos mobiliza, somos convocados a nos somar na construção de políticas educacionais com o planejamento atento e cuidadoso para retomada das atividades presenciais nos territórios das escolas.

As pessoas estão convidadas a refletir sobre uma agenda para 2030, na busca de um mundo sustentável para todos nós. Sentimo-nos invadidas(os) pela imensidão de águas violentas que, de forma silenciosa, vem avançando e dando sinais. Ficamos desatentas(os) aos sinais, ou simplesmente os ignoramos? O rio que deixou de ser rio, que já foi estuário e agora é lago, poderia ser apenas o Guaíba do lindo pôr do sol que aprendemos a aplaudir. Em que momento nossa contemplação nos cegou ao ponto de ignorar que um dia ele nos consumiria com seu poder avassalador de um rio oprimido pelas margens que o violentaram?

Levaram 83 anos após a enchente de 1941 – em que, segundo registros, o rio chegou a sua máxima precipitação de 600mm entre os dias 13 de abril e 6 de maio – para que com todos os avanços tecnológicos fôssemos obrigados a nos visitar em nossa humana ignorância. A natureza seguiu seu curso e nós, em nossa prepotência, seguimos o nosso.

No entanto, com todo o sofrimento e a devastação que nos assola, precisamos refletir que, a partir de então, não levarão mais oito décadas para que as águas que pareciam silenciosas e adormecidas reivindicuem seu espaço. Agora é momento de acolhimento, de esperança, de solidariedade, mas também de repensarmos o planejamento em educação. É essencial educar em uma geração de estudantes conscientes de que precisamos viver em harmonia, não apenas a-

¹ Publicado originalmente como Artigo de Opinião no Jornal Brasil de Fato RS em 24 mai. 2024.

penas entre os humanos, seres habitantes de uma terra que parecia firme, sólida, de margens inabaláveis, mas como seres sensíveis, frágeis. Para termos um abrigo, uma morada, precisamos também respeitar a matéria orgânica a qual chamamos de Terra, planeta e lar.

A escola pública é um território de segurança, afetividade e acolhimento. Nesse momento em que se planeja o retorno, é fundamental perguntar para toda comunidade escolar como cada um(a) está se sentindo. Vivemos uma tragédia em vários níveis e sem precedentes. Mesmo quem não foi afetado diretamente não está bem e ainda o que está por vir gera insegurança e ansiedade. Podemos e devemos ser flexíveis e sensíveis.

Múltiplas são as experiências e dores que podem ser compartilhadas: quem sofreu, quem foi voluntária(o), o quanto essas experiências nos modificaram e o quanto aprendemos e ainda temos que aprender. A escola é o lugar em que podemos aprender a partir da experiência, de diálogos e da leitura da realidade. Podemos analisar, a partir de nossa expertise pedagógica, cada experiência; porém, acima de tudo, é fundamental firmarmos nossas vivências enquanto seres humanos solidários.

O espaço da escola deve sempre contemplar cada um(a) na sua identidade e em suas diferenças. Cada criança, jovem e adulto chegará neste retorno com uma história, uma experiência, um sentimento, uma necessidade diversa. A escuta sensível das(os) educadoras(es) será fundamental para reconstruir a trajetória e fortalecer vínculos. Várias são as realidades e os sentimentos. Alguns estudantes aguardam pelo retorno (mesmos os que estão em abrigos), porque, para muitas pessoas, a escola é esse espaço de encontro, de pertencimento. Outros, sem condições de retorno para o “prédio” escola, esperam pela ação do Estado, na expectativa de não serem esquecidos. Para alguns educadores, funcionários, estudantes, que foram atingidos diretamente, não vai ser possível o retorno imediato. Portanto, é imprescindível compreender que vamos voltar a partir da possibilidade de cada pessoa, sem deixar de cuidar de todos. “Nenhum a menos, sempre”!

Acreditamos que a educação pública democrática, socialmente referenciada, de qualidade, suficientemente financiada e tecnicamente orientada, deve ser um dos pilares da reconstrução do Rio Grande do Sul, em todas as etapas do processo: desde a experiência de acolhimento, até o reerguimento, a construção de novas escolas e a reinserção escolar das crianças, adolescentes, jovens e adultos.

A rede – fortalecida entre ações partilhadas nas diferentes esferas que atuam na construção de políticas educacionais – deve sempre estar pautada pelos princípios constitucionais da Educação: igualdade de acesso, permanência na escola, participação nas atividades e aprendizagem de todos, todas, todes e de cada um. Neste sentido, reafirmamos, como educadoras e educadores, nosso compromisso com a pauta da inclusão e o direito à escola para todas as pessoas. Vamos reconstruir em rede os territórios escolares!

Territórios escolares: acolhimento e pertencimento¹

Liliane Giordani, Rúbia Vogt, César Rolim

Com a grave crise socioambiental pela qual estamos passando, uma grande parte do território gaúcho está submetida a um processo nunca antes vivido: estima-se que quase 80 mil pessoas estão abrigadas. Dentre elas, muitas são crianças e adolescentes em idade escolar, ou jovens e adultos em formação escolar. Segundo o Governo do Estado, são cerca de 378 mil estudantes afetados pelas enchentes e mais de mil escolas danificadas parcial ou totalmente pelas chuvas. Há, ainda, escolas transformadas, nesse momento, em abrigos, a exemplo das 86 da rede de educação básica estadual.

Além disso, residências, postos de saúde, hospitais, templos, centros de convivência, praças, museus, teatros e cinemas também foram afetados. Esses espaços têm significativo papel na garantia das bases de uma experiência de cidadania. A perda da infraestrutura e, com ela, do sentido do território, fragiliza a população e traz graves abalos não só materiais, mas também sociais e emocionais.

A escola, para além de sua estrutura física, é um corpo poroso, isto é, que absorve as demandas da sociedade que a ela chegam. É na intensidade dessas reivindicações e necessidades que a escola se constitui em um local de encontro compartilhado e de trocas de experiências e saberes, espaço esse no qual as e os estudantes são protagonistas de suas jornadas. Nesse hiato de tempo, da vida desterritorializada que muitos de nossos estudantes estão vivendo, precisamos estar atentas(os) às novas exigências da retomada das atividades letivas, dos currículos, à preocupação com os conteúdos a serem “cumpridos”, questões essas que estão sendo geradas pela tensão da volta à pretensa ou suposta normalidade.

A escola é uma parte essencial do dia a dia para milhares de famílias. Em especial, as escolas públicas (tanto da rede estadual do RS quanto das redes municipais e também federal), localizadas em comunidades em que a precariedade material é uma característica, promovem inclusive a segurança alimentar de muitas pessoas. Sim, as refeições nas escolas são fundamentais para a maioria das(dos) estudantes. Assim, o retorno à escola significa voltar a acessar direitos. Por isso, é importante ter em mente que nenhum estudante deve ser prejudicado, quando do seu retorno, se não tiver conseguido dar conta do que a escola derivou para ele.

¹ Artigo de Opinião publicado no Jornal Sul21 em 24 mai. 2024.

É preciso considerar, ainda, que as e os estudantes não voltam os mesmos, pois foram marcados pelas enchentes que devastaram o estado do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, é fundamental reinaugurar tempos, abrindo fronteiras com informação, reinvenção e responsabilidade, sem desconsiderar o princípio da equidade que deve garantir a acessibilidade e a participação de todos.

No contexto da catástrofe, sabemos que o ensino remoto não é uma opção acessível a todos. E mesmo aqueles com acesso à educação à distância pouco se beneficiarão da mesmice de conteúdos batidos, de respostas a questionários disciplinadores e de metodologias reprodutivistas. O importante agora são pessoas, e não novas ferramentas, pois será preciso aproveitar o tempo para aquilo que pode ser feito.

Recoloca-se com agravamento o enfrentamento às desigualdades e a necessidade de superar as distâncias sociais, o que mais uma vez exige atenção para construção conjunta de políticas educacionais de Estado que não se desvançam a cada troca de governo. O campo da Educação é mais uma área na qual a Universidade Federal do Rio Grande do Sul tem qualificada contribuição a dar para a reconstrução de nosso Estado.

A retomada das atividades presenciais escolares passa antes pela acolhida das e dos estudantes, com compartilhamento de ideias, experiências e conhecimentos, propiciando restabelecer o pertencimento dos alunos ao território escolar. A pedagogia freireana mais uma vez convida à reformulação de práticas, com vistas a uma educação permeada pela afetividade, pelo diálogo, pelo questionamento, pela conscientização oriunda de um processo comunitário, solidário e integrado de leitura da realidade e de envolvimento participativo na mudança, inclusive no tocante ao meio ambiente e às crises climáticas e suas graves consequências.

Ser ‘SIR’ é resistir: educação inclusiva nas Salas de Integração e Recursos de Porto Alegre¹

As SIRs – Salas de Integração e Recursos – foram frutos de muito estudos, dedicação, formação continuada e pioneirismo

Liliane Giordani, Marco Aurélio Freire Ferraz

Para os que estão chegando agora, é preciso revisitar a história. As políticas de educação especial na RME Porto Alegre datam de 1994, quando uma equipe de professores e pesquisadores já apontavam para a necessidade de aprofundamento de estratégias para uma Rede que se desafiava a ser inclusiva.

Em documento pedagógico da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (SMED) da época, já havia sido publicada a Proposta Pedagógica das escolas especiais que, juntas em espaços de formação chamados de “encontrões”, analisavam seu papel como um espaço de aprendizagem. No ano de 1995, ou seja, há 30 anos atrás, era constituído na Rede Municipal de Ensino esse serviço de apoio para dar conta, efetivamente, do acesso e da permanência dos estudantes que precisavam ter seus tempos de aprendizagem e direitos respeitados.

As SIRs (Salas de Integração e Recursos) foram fruto de muito estudos, dedicação, formação continuada e pioneirismo. O primeiro documento nacional que aponta para a importância fundamental deste serviço de apoio na escola é datado de outubro de 2009, com a Resolução número 04 do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB) sobre Atendimento Educacional Especializado.

Os professores e professoras que atuam nas Salas de Recursos das escolas, através do Atendimento Educacional Especializado, são promotores dos espaços de discussão sobre o ensino e aprendizagem em um contexto da Pedagogia da Diferença. Na educação para alunos, público da educação especial, esta discussão tem movimentado formações e articulações para a qualificação da oferta de um currículo que atenda tempos e formas de aprender, vencendo as impossibilidades ditadas por um currículo que prevê etapas fixas e respostas precisas.

Temos que permanentemente reafirmar em rodas de professores(as) que nenhum estudante poderá ser menos aluno(a) quando não puder

¹ Artigo de Opinião publicado originalmente no Jornal Brasil de Fato RS em 30 abr. 2025.

dar conta do que a escola destinou para ele(ela). E esse é o maior ensinamento, compartilhado pela experiência, pela pesquisa e pela amorosidade do trabalho dos educadores.

Para os que estão chegando, registramos que Porto Alegre é uma capital pioneira na construção de Políticas Públicas de educação inclusiva. Não estamos falando sem fundamentos, estamos falando em histórias vividas e construídas a muitas mãos e sonhos e de um trabalho sério e fundamentado em muitos estudos, que merece ser respeitado.

Vivemos um tempo em que quem está chegando e quem está de passagem parecem insistir em se apropriar de uma história que não é sua, além de insistir em pouco valorizar aqueles que precisam resistir para manter um trabalho tão sério e potente como é o trabalho das Salas de Integração e Recursos de Porto Alegre. Por isso, SER SIR É RESISTIR.

Mais uma perda na Educação de Porto Alegre: O fim de Projetos de Promoção da Vida e Prevenção a Violências¹

André Pares, Lizeane Fortes, Alice Lewkowicz,
Denise Lahude, Flávia Maltz, Magaly Wainstein



Foto: André Pares

Há poucas semanas, o Secretário de Educação de Porto Alegre negou permissão para diretoras, supervisoras, orientadoras(es) e professoras(es) de escolas da Rede Municipal de Educação participarem da terceira edição do *Encontro Internacional de Formação em Educação*. O evento é mais um dos projetos criados dentro do escopo do Serviço de Promoção da Vida na Educação (SEPROVIDA-Edu).

O SEPROVIDA, que acontecia em escolas municipais desde 2023, criando uma série de projetos de prevenção, formação e parcerias, foi morto à míngua pela atual gestão da SMED, que ignorou parcerias com entidades e garantias a professoras e professores para seguir seus trabalhos.

A morte de uma iniciativa dessas não é uma surpresa, considerando estarmos sob uma gestão do prefeito Sebastião Melo (MDB) e do secretário de educação da hora Leonardo Pascoal (PL) que, entre outras medidas, acaba com quase 40 anos de eleições para direções

¹ Publicado originalmente no Jornal Matinal, em 4 de julho de 2025.

escolares – as quais contavam com participação de famílias, estudantes, professoras(es) e funcionárias(os). Baseada no fim das eleições, a gestão desse secretário passou a destituir, à revelia das comunidades escolares, direções legitimamente eleitas e a perseguir professoras/es, proibindo de seguirem nas escolas em que estavam trabalhando, depois de também já ter removido compulsoriamente monitoras(es) que atendiam crianças com necessidades especiais.

É nesta agenda político-ideológica que o secretário Pascoal veta a participação de diretoras eleitas, supervisoras e professoras(es) no *Encontro Internacional de Formação*. Nesse evento, há dois anos professoras(es) do município tinham garantida a presença em uma residência pedagógica de quatro dias e em um Colóquio de dois dias em escolas e institutos de formação docente no Uruguai. Além disso, a Rede Municipal recebia estudantes, professoras(es) e autoridades uruguaias da educação, construindo um espaço único de formação continuada.

Criado dentro do SEPROVIDA, o projeto envolvia a Universidade Federal, que fora aproximada da Rede por iniciativa da então direção da EMEF Nossa Senhora do Carmo (a última eleita democraticamente, com os professores Lizeane e André, que foram proibidos pela SMED de trabalhar na escola). O projeto contava com o aval do Ministério da Educação uruguaio e tinha esses professores entre as(os) coordenadoras(es). Com o veto do Secretário, tudo foi perdido, já que o elo do projeto com o município era o de ter profissionais da Rede Municipal de Porto Alegre na coordenação geral do encontro.

Fim do SEPROVIDA – Serviço de Promoção da Vida na Educação

O SEPROVIDA, setor dentro do qual o *Encontro Internacional* era organizado, ganhou força há dois anos, dentro de uma parceria que a Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (SMED) tinha com a Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre (SPPA) há mais de 20 anos. Nesse tempo, passando por várias gestões, a SPPA realizava Rodas de Conversa em escolas de Educação Infantil. Em 2023, a SMED pediu ajuda à SPPA em relação a escolas de Ensino Fundamental que vinham sofrendo com altos índices de violência.

A Sociedade Psicanalítica, então, através do grupo Rodaviva, da diretoria de Assuntos da Comunidade, recebeu estas escolas e compôs um grupo de trabalho para tratar dessas violências. Dentre elas, estava a EMEF Nossa Senhora do Carmo. Representada pela então direção – a última eleita –, a EMEF do Carmo levou para a reunião o projeto SEPROVIDA, já em realização na sua escola.

A iniciativa teve reconhecimento e apoio da SPPA e acabou se tornando um dos principais projetos do grupo, com manifesto interesse de outras escolas em realizá-lo também. No fim de 2023, após pedido oficial à SMED feito pelas direções dessas escolas, o projeto conquistou carga horária específica de 40h em três escolas, deslocando para o novo setor professoras(es) que já trabalhavam com projetos numa característica de SEPROVIDA, mas que não tinham condições de mantê-los porque acumulavam com suas outras funções.

O trabalho do SEPROVIDA e a diminuição da violência na escola

Basicamente o SEPROVIDA trabalhava na construção e manutenção das boas relações no ambiente escolar para que, na prevenção das violências, auxiliasse nas melhores condições para aprendizagens e ensinamentos. O setor executava dois eixos principais: 1) *a contabilização quantitativa e qualitativa dos atendimentos de SOE* (Serviço de Orientação Escolar), cujos dados colhidos funcionavam como diagnóstico para propor, a partir da análise desses dados, 2) *a organização de projetos que enfrentassem as maiores dificuldades comprovadas no ambiente da escola*.

Uma de suas principais premissas – que deu origem à proposta do setor – era a evidente constatação de que, por falta constante de RH e de condições de trabalho, as iniciativas de enfrentamento às violências se dão de forma esporádica no cotidiano escolar. Assim, um dos objetivos do SEPROVIDA como setor específico em cada escola era a garantia de projetos com perenidade, periodicidade e visibilidade para toda comunidade escolar.

Outro ponto importante era que os projetos fossem divididos em níveis, para que nenhum segmento da escola ficasse sem atividades de promoção da vida e de enfrentamento às violências. Em função das diferenças de idades e dos contextos de aprendizagens, cada projeto era pensado de acordo com as necessidades de cada nível: Ensino Infantil e primeiros anos do Ensino Fundamental, Anos Iniciais, Anos Finais, EJA, Famílias e Profissionais da Educação (incluindo professoras(es) e funcionárias(os) – lembrando que dentro da escola há trabalhadoras(es) de cinco empresas terceirizadas).

Em 2023, a partir da implementação do SEPROVIDA, já se observava mês a mês uma constante diminuição dos índices de violência na EMEF do Carmo, por exemplo. No gráfico a seguir, temos uma amostra, garantida pela então continuidade do projeto, da diminuição constante dos casos de violência no ambiente escolar no comparativo dos anos de 2023 e 2024. É essencial salientar que as categorias de atendimento que aparecem no gráfico também foram criadas pelo SEPROVIDA. Nesse sentido, inclusive, o setor havia reorganizado toda forma de registros de atendimentos do SOE no

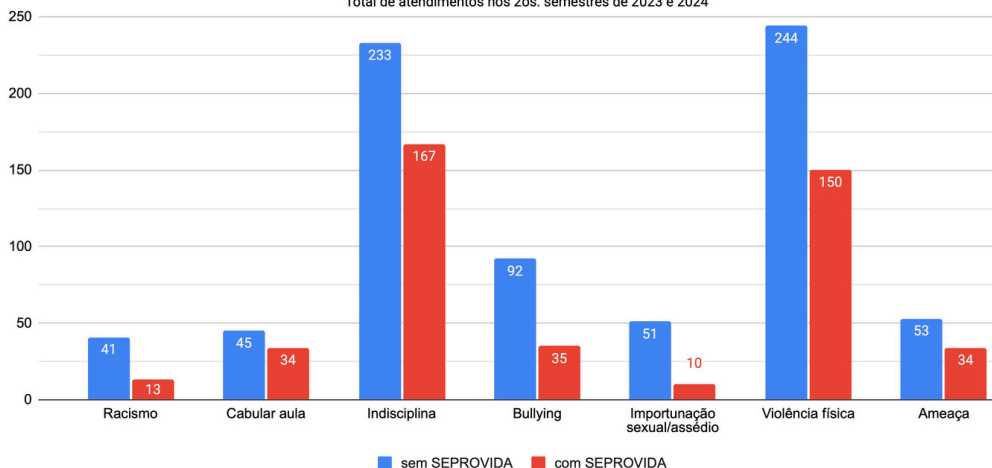
sistema da SMED, criando formulários para inserção não só das categorias de atendimentos criadas como uma série de outras informações que forneceriam um banco de dados detalhado sobre os registros de ocorrências nas escolas. Em seguida, a prefeitura abandonou o sistema.



EMEF NOSSA SENHORA DO CARMO

SEPROVIDA-Edu - Serviço de Promoção da Vida na Educação

Total de atendimentos nos 2os. semestres de 2023 e 2024



Projeto fundamental não existirá mais

Com o fim do SEPROVIDA, outro projeto que se acaba é um dos que atendia o nível de Profissionais da Educação: *Rodas de Conversa com a Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre*. Esse projeto remetia a uma parceria de 20 anos da SMED com a SPPA. Na medida em que passou a ser desenvolvido dentro do SEPROVIDA, ele ganhou periodicidade e ampliou o atendimento a todos(as) e todes profissionais de educação dentro da escola: professoras(es), monitoras(es), funcionárias(os) de cozinha e de limpeza, etc.

As Rodas de Conversa criavam na escola um espaço seguro e participativo, ajudando a abordar temas complexos e sensíveis. Elas eram lugares de escuta ativa e acolhimento para professoras(es) e funcionárias(os). Nelas, os participantes podiam expressar medos, perdas e angústias sem julgamento, processando coletivamente as experiências. Ao permitir essa vazão emocional e a validação do sofrimento, promovendo a coesão do grupo e a sensação de que ninguém está só, as rodas reduziam a chance de que sentimentos reprimidos se manifestassem em comportamentos agressivos.

Os encontros procuravam considerar a sensação de desamparo e frustração – sentimentos tão comuns e quotidianos na classe docente, especialmente em contextos de desvalorização, opressão e aliciamento, como é o caso da atual gestão da SMED – que são catalisadores dos adoecimentos. Tendo como essência o diálogo horizontal e o respeito ao praticar a escuta e a fala, os(as) participantes podiam desenvolver empatia, praticar comunicação não violenta e ensinar resoluções de conflitos. A percepção de que suas vozes importavam aumentava o senso de pertencimento, diminuindo a probabilidade de comportamentos destrutivos, promovendo senso de colaboração e criando um ambiente mais acolhedor na escola. As Rodas de Conversa não eram apenas um “método a mais”, mas um coração pulsante entre profissionais de educação.

Demais projetos perdidos com o fim do SEPROVIDA

Tal qual o fim das Rodas de Conversa, destacamos outros projetos que também foram descontinuados com o fim do SEPROVIDA, alguns que podem ter ficado como legado de quem trabalhou no setor (cuja continuidade dependerá das decisões das novas organizações de equipes diretivas das escolas, tuteladas - ou não?! - pela SMED) e projetos nos quais colegas ainda trabalhavam na sua implantação e que ficaram no limbo dos sonhos na educação, já que em gestões autoritárias e entreguistas quase tudo no campo da Educação Básica pública ou é por vontade e abnegação de algumas/uns professoras/es ou não é.

Projetos perdidos:

Projeto: ENCUENTRO INTERNACIONAL DE FORMACIÓN EN EDUCACIÓN

Projeto: PRÉ-IF – Curso Preparatório para ingresso no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do RS

Projeto: PROJETO PEDAGÓGICO APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA – TURMAS ÁS

Projeto: ENCERRAMENTO DE CICLOS: ATÉ AQUI, ESTIVEMOS JUNTOS!

Projeto: SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO EDUCACIONAL – Secom Edu

Projeto: BOAS NOTÍCIAS

Projeto: PROJETO ESTÉTICO PEDAGÓGICO

Projeto: ESCOLA MUSEU – Parceria com MARGS (Museu de Arte do Rio Grande do Sul)

Projetos que podem ficar como legado do SEPROVIDA:

Projeto: ESTUDANTE SEM CELULAR NO AMBIENTE ESCOLAR

Projeto: USO DEMOCRÁTICO DOS ESPAÇOS ESPORTIVOS NO RECREIO

Projeto: SALA DE BEM-ESTAR – DESCANSO E ESTUDOS PARA EDUCADORAS/ES

Projetos que ficam perdidos no limbo:

Projeto: RELAXAMENTO MUSCULAR PROGRESSIVO

Projeto: LÁ E CÁ – 14^a BIENAL DO MERCOSUL

Projeto: PAZ CIÊNCIA: CONSTRUINDO UM AMBIENTE EDUCATIVO SAUDÁVEL, DE FORMA ACOLHEDORA E PROTETIVA

Projeto: ESCUTA ACOLHEDORA

Projeto: PROJETO TERAPÊUTICO SINGULAR NA ESCOLA

Projeto: VIDA LÁ FORA – MUNDO DO TRABALHO

Projeto: ENCARANDO DEPENDÊNCIAS – EM UMA PERSPECTIVA DE REDUÇÃO DE DANOS

Projeto: VIRADA SUSTENTÁVEL DA 5ª UNIDADE

Projeto: DMAE

Projeto: EPTC

Dentre esses Projetos, havia muitos outros, como atividades de recepção nas voltas às aulas para estudantes e profissionais da educação, processos eleitorais contínuos de representantes de turmas, e como o Momento EPA!, festejado e aguardado com entusiasmo por estudantes e professoras(es). Todos estes projetos eram exemplos de uma característica essencial do SEPROVIDA-Edu: o protagonismo de cada escola em sua aplicação, o que validava a especificidade de cada uma e que, principalmente, não se constituíam como soluções em linha industrial vindas de fora, mas de soluções criativas e artesanais que identificavam cada escola a partir de seus problemas e interesses.

O SEPROVIDA foi um “imperativo categórico” kantiano: propunha agir de forma com que a ação pudesse ser elevada a uma lei universal, isto é: não impunha o que devia ser feito, mas oferecia uma forma da qual qualquer iniciativa poderia se apropriar, ampliando seus efeitos para mais pessoas. A atual gestão da SMED agiu da sua forma: ignorou.

Sofrimento psíquico de estudantes e professores nas escolas: o cuidado como estratégia do bem-viver¹

Denise Lahude, André Pares

A trajetória da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre (RME/PoA) teve como um dos marcos paradigmáticos a experiência do Projeto Escola Cidadã que, na década de 1990, transformou profundamente a educação das escolas municipais de Porto Alegre ao buscar desenvolver os princípios da educação crítica, democrática e cidadã. No entanto, o avanço da Nova Direita, que se deu e persiste em proporções globais, e crescentes, vem desafiando sistematicamente os direitos sociais conquistados e, em última análise, a própria noção de democracia.

Assim, à medida que distintas gestões municipais assumiram a administração da cidade, foram-se agregando pressupostos gerencialistas, disseminadores de um modelo de sociedade orientado pelos princípios mercadológicos, centrado na perspectiva do individualismo, da competição, da liberdade do capital e na reconfiguração dos papéis do Estado, que enfraqueceram paulatinamente o projeto original.

Os atuais projetos societários autoritários que saíram vitoriosos nas últimas eleições, não apenas no Brasil, mas em outras nações, criaram um cenário que também reverbera em Porto Alegre. Em um processo que se intensifica desde a primeira década dos anos 2000, eles vêm ganhando força e desmantelando as experiências educacionais dessa cidade, com cortes nos orçamentos, enxugamento de recursos humanos, padronização, controle sobre o currículo e sobre o trabalho docente.

Tratando-se da educação pública em contextos e territórios socialmente prejudicados, essas questões parecem adquirir proporções ainda maiores, pois está aí em jogo a formação de sujeitos que já conhecem bem as marcas de um projeto social que reproduz as desigualdades e injustiças sociais.

O compromisso de grande parte dos políticos no Brasil, que representam e reproduzem o pensamento e o sentimento da sociedade brasileira, não é só com o neoliberalismo, mas é um compromisso com o elitismo. Não se consegue olhar para um jovem pobre e preto e pensar que, se dermos uma oportunidade para ele, pela via da educação, em vinte anos ele poderá se transformar num intelectual, num sujeito político, pensante, crítico e capaz de construir a nação, para além da construção civil, bem entendido.

¹ Apresentado por Denise Lahude e André Pares na mesa homônima ao título do texto durante a IV Jornada do Núcleo de Pesquisa em Psicanálise, Educação e Cultura: Mal-Estar e Sofrimento psíquico na Escola e na Universidade: impasses do saber e de sua transmissão, em 03 out. 2025, organizado pelo NUPPEC - Eixo 3 Psicanálise, Educação, Intervenções Sociopolíticas e Teoria Crítica, do Curso de Psicologia da UFRGS.

No Brasil há um resíduo de uma espécie de herança feudal, na qual, a depender do sangue que lhe corre nas veias, o sujeito terá ou não o direito a todos os bens comuns. Na base deste funcionamento encontra-se o notório e estrutural racismo. A elite não considera os pretos e pardos iguais a ela, não deseja dividir com esses o capital e, portanto, os marcará e os excluirá. Esse expediente atende pelo nome de *branquitude*, o acordo implícito e não verbalizado entre os brancos para assegurar seus privilégios, nas palavras de Cida Bento (2022). Darcy Ribeiro, com razão, dizia que a falta de projetos educacionais do Brasil é um projeto, em si, para manter o país exatamente como ele é. Trata-se de uma verdadeira máquina pública de moer pessoas pretas e pardas de todas as formas possíveis.

Educação e adoecimento

E a educação está no centro dos interesses dos grupos neoliberais e suas políticas, por ser considerada um campo estratégico, no qual estão em jogo disputas de significados do social, do humano, do político, do econômico e do cultural. Essa realidade tem desafiado educadores, pesquisadores, ativistas e demais atores comprometidos com as pautas educacionais e sociais para encontrarem formas de sobreviver aos ataques e manter vivas as vitórias coletivamente construídas.

Nesse contexto, iniciativas contra-hegemônicas resistem, como é o caso da experiência educacional da Rede Municipal de Porto Alegre. O que se tem verificado neste período é que, apesar das mudanças e perdas significativas sofridas ao longo da última década, se encontram, ainda, variadas formas pelas quais escolas e educadoras(es) de Porto Alegre reinventam e escrevem novos capítulos na história dessa Rede.

O Grupo Rodaviva, da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre (SPPA), ao assistir a essas transformações e, por confiar mais do que acreditar no papel da Educação na formação do sujeito político, democrático e crítico, debruça-se há pelo menos vinte anos, de forma sistemática, sobre o projeto de levar para a educação suas ferramentas psicanalíticas. Uma dessas ferramentas é as Rodas de Conversa com educadoras e educadores das Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI), Escolas Comunitárias Conveniadas com a Prefeitura Municipal e Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs) de áreas vulnerabilizadas da capital.

Não vemos o sofrimento de educadoras(es) e estudantes como uma patologia, um problema de saúde mental ou uma espécie de desadaptação de indivíduos, mas sim concebemos a educação como um campo de disputa política e social no qual a desigualdade é o fator central que produz sofrimento. A sociedade não consegue responder às expectativas de uma vida

minimamente bem sucedida das populações, e as populações sofrem com isto. E é esta a violência que chega às escolas.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) aponta nosso país como um dos mais ansiosos do mundo. Estudos recentes mostram que o Brasil apresenta números alarmantes, como cerca de 26,8% da população com diagnóstico de ansiedade e 12,7% com depressão. As mulheres são o grupo mais afetado, incluindo uma porcentagem expressiva de educadoras da rede pública. A violência do Estado (que alimenta a desigualdade social), a falta de acesso a serviços de saúde mental, além do impacto da pandemia de COVID-19 contribuem para essa realidade (SETEMBRO, 2025).

O que buscamos em nossa ação micropolítica é escutar o sofrimento de seres humanos, não de peças da engrenagem neoliberal; é operar pequenas e contínuas interações, validando a percepção da realidade experienciada nas escolas e comunidades vulnerabilizadas, permitindo que o sofrimento, reflexo da injustiça social, seja reconhecido e nomeado coletivamente, estimulando a construção de atitudes para a criação de formas de transformação social, para se reinventar a educação, para transmutar, afinal, o cuidado em resistência.

Serviço de Promoção da Vida na Educação (SEPROVIDA-Edu)

Em nome deste horizonte, trazemos aqui um projeto realizado em parceria, entre 2023 e 2024, em três escolas municipais situadas em bairros da periferia de Porto Alegre. O projeto foi proposto pela equipe pedagógica de uma das escolas, EMEF N. Sra. do Carmo, como alternativa para enfrentar a violência na comunidade escolar. Trata-se do SEPROVIDA-Edu - Serviço de Promoção da Vida na Educação.

O professor André Pares, ao trabalhar alocado no Serviço de Orientação Educacional (SOE) da referida escola, entendeu ser necessário propor como projeto o SEPROVIDA-Edu, pois sua percepção era a de que os atendimentos no setor eram sempre muito parecidos e se repetiam diariamente, sem conseguir apresentar melhoras consideráveis nos comportamentos e no clima de relações interpessoais na escola. Sua aposta era a de que eram necessárias duas ações para enfrentar as violências na escola. Uma, compreender o trabalho do SOE, fazendo a contabilização dos atendimentos e sua caracterização (classificar os casos); outra, que, a partir dos dados colhidos, se propusessem projetos com periodicidade, perenidade e visibilidade para enfrentar os casos de violência então contabilizados e caracterizados.

O SEPROVIDA-Edu foi então concebido com estas características como base para enfrentar a violência e adoecimento psicológico na escola, através

de um sistema de registros organizados dos atendimentos e projetos de prevenção contínua. Em março de 2023, esta escola foi uma dentre as cinco escolas convidadas pela SMED para uma Roda de Conversa com o grupo Rodaviva–SPPA com a intenção de pensar alternativas para enfrentar situações de violência cada vez mais intensas e frequentes envolvendo toda a comunidade escolar.

Do encontro entre as escolas e o grupo Rodaviva–SPPA nasceu o Grupo de Trabalho (GT), que reunia representantes das direções e SOEs das escolas, assessores da Comissão Interna de Prevenção a Acidentes e Violência Escolar (CIPAVE/ SMED) e psicanalistas do Rodaviva.

Ao longo do trabalho no GT, foi ficando ainda mais evidente a frequência e a intensidade de episódios de violência nas escolas, a precariedade de infraestrutura e de manutenção e, fundamentalmente, a carência de recursos humanos. Quanto a esses últimos, destacamos a diminuição do número de educadores em decorrência da precarização das condições de trabalho na educação e das novas contratações que, sendo temporárias, não permitem o desenvolvimento dos vínculos destes professores com a comunidade escolar como um todo, além das condições trabalhistas precárias a que são submetidas/os.

Um dos primeiros resultados do trabalho do GT foi a iniciativa de uma das escolas de aprimorar um sistema de tabulação das ocorrências atendidas, o que oportunizou a visibilização do número e da natureza destas ocorrências. Essa proposta passou a vigorar nas outras escolas, oportunizando a criação de protocolos específicos para tentar dar conta desses problemas. Para contemplar esses atendimentos e programas, necessitava-se com urgência da disponibilidade de mais 80 horas de RH em cada escola para garantir a execução do projeto.

Finalmente, em novembro de 2023, quando o projeto foi apresentado pelas direções das escolas à SMED, essa concordou com a implementação do projeto, oferecendo 40 horas extras semanais em cada escola do GT, para serem dedicadas ao projeto SEPROVIDA-Edu, que foi estruturado em cada escola de acordo com suas possibilidades. Esta carga horária foi alocada provisoriamente como carga horária de “projetos”, sem garantia a longo prazo de sua permanência no quadro da escola.

Durante todo este ano de 2023, ao mesmo tempo em que nos reuníamos no GT, as psicanalistas formavam duplas e passavam a frequentar as escolas presencialmente, realizando no mínimo quatro Rodas de Conversa. Essas dinâmicas visavam a trabalhar junto com as equipes no enfrentamento das situações de violência, de acordo com a definição, em cada escola, de suas prioridades. Tratava-se de um projeto dentro do SEPROVIDA.

Assim, entendemos que, para garantir a resolução dos problemas que surgem no dia a dia das escolas, é necessário que seu encaminhamento não seja esporádico, mas conste como parte de projetos permanentes, cuja continuidade possa ser assegurada por políticas públicas. Nesse sentido, o papel da sociedade civil é fundamental, atuando junto às iniciativas que nascem dentro das próprias escolas.

O SEPROVIDA-Edu, que é uma proposta de projetos que deem conta dos conflitos inerentes às relações complexas sempre presentes no espaço das comunidades escolares, pode ser considerado um desses casos. É preciso frisar que suas respostas exigem especificidade e criatividade para cada escola e para cada momento em particular. Não há um protocolo a ser seguido por todas as escolas em todos os momentos críticos. Contudo, há uma estrutura, como se fosse uma “incubadora de projetos”, armada, oferecida e garantida pelo SEPROVIDA-Edu, para todos os níveis da escola: Educação Infantil, Anos Iniciais, Anos Finais, EJA, Profissionais da Educação e Famílias.

Referências:

- BENTO, Cida. *Pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- GURSKI, Rose; LIMA, Nádia Laguardia de (Orgs.). *Psicanálise, educação e política na universidade e na cidade*. São Paulo: Benjamin Editorial, 2023.
- LEWKOWICZ, Alice Becker; LAHUDE, Denise Vivian; TONIOLO, Dionela Pinto et. al. (2022). *Inquietações na psicanálise brasileira*. Revista de Psicanálise - SPPA, 2022; 29(2), p. 225-239.
- SETEMBRO AMARELO: evolução da ansiedade no Brasil. Site institucional. *Observatório de Saúde Pública*. 8 set. 2025. Disponível em: <https://tinyurl.com/fhaw7y6b> Acesso em out. 2025.
- WALD, Analía; LEWKOWICZ, Alice Becker; GOLDSTEIN, Joyce et. al. (2022). *Psicanálise situada e plural: extensões, interrogações e inovações conceituais*. Revista de Psicanálise - SPPA, 29(2), p. 243-256.

Territórios de resistência: a construção de um Serviço de Promoção da Vida na Educação¹

Denise Lahude

Um episódio de agressão recente

A Professora de Artes de uma escola pública de Ensino Fundamental da Rede de Ensino de Porto Alegre foi entrevistada pelo criador do Programa de rádio “Um professor Diário”², o Professor de filosofia e jornalista André Pares (que também participa do Seminário ao qual este texto corresponde). O Programa inicia com a pergunta-mote “Como foi sua última aula?”. Ao que respondeu a educadora que a aula não pode acontecer devido a um episódio de violência na escola, que interrompeu o progresso de todas as atividades naquele turno, porque todos tiveram que parar para conversar sobre o ocorrido.

A diretora foi agredida por uma aluna e sua mãe, que foi chamada por ela por problemas com o uso do celular. A mãe veio e ambas agrediram a diretora com palavrões no corredor. A professora diz que não se trata de um caso individual, pois reincidem casos de agressão verbal contra professores, chegando-se ao ponto, naquela manhã, em que a diretora, que é uma autoridade hierárquica na escola, é que sofreu essa agressão (PROGRAMA, 2025).

A posição da Secretaria de Educação frente à agressão

A agressão ocorreu dentro da escola, no corredor do prédio e se seguiu no pátio, onde ainda foram desferidos chutes e socos na diretora, na presença da Guarda Municipal que, tendo sido convocada, se apresentou e assistiu às agressões, quando afinal interveio, mas somente após estas terem sido efetuadas. A professora surpreendeu-se com o fato de a Guarda não ter se antecipado à agressão, mesmo captando o ânimo de crescente ira da mãe da aluna, e permitiu que a diretora continuasse sendo atingida com chutes e socos.

Comunicada pela escola sobre o ocorrido, a orientação da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (SMED) foi de que todos voltassem para a sala de aula e que as atividades fossem retomadas normalmente no outro dia. Os professores entenderam que a ordem era para “abafar o caso”.

¹ Comunicação apresentada no Seminário “Territórios da Resistência: a construção de um Serviço de Promoção da Vida na Educação”, em 08 out. 2025, na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - FAGED/UFRGS, organizado pelo Fórum pela Inclusão Escolar (FACED/UFRGS).

² Programa de rádio transmitido pela Rádio da Universidade, 1080 AM, em sua terceira temporada, Programa fica disponível em sua ‘playlist’ no canal do Youtube “Lude Comunicação”.

Mas não aceitaram esta diretiva e, contrariando a ordem, se reuniram e passaram o resto do dia conversando sobre o assunto e pensando em medidas que pudessem tomar para terem mais segurança durante o trabalho.

As professoras sentiram-se extremamente desamparadas na condução desta situação extrema. Não puderam sequer contar com a ajuda do Serviço de orientação Educacional (SOE) e da Coordenação de Turno da escola, pois os seus representantes não estavam disponíveis por encontrarem-se em sala de aula, suprimindo a falta de professores por decisão da mantenedora.

A Secretaria de Educação ordenou que continuassem as aulas, sob ameaças de aplicação de sanções. Não acatando a ordem, os professores discutiram durante aquele dia e decidiram fechar a entrada do portão no dia seguinte, fazendo uma triagem mais acurada na entrada dos alunos, professores e funcionários.

O espaço e o tempo para a tomada conjunta de decisões do cotidiano não existem mais na rede. Antigamente havia reuniões pedagógicas semanais, em que se sentava e elaborava projetos específicos para cada escola. Agora, somente uma vez por mês, em horário estipulado pela mantenedora, estas reuniões, que não dão conta de tudo o que acontece na escola, deverão tratar das pautas enviadas pela secretaria de educação.

Finalmente a Secretaria direcionou para a direção da escola, em reunião fechada com a diretora, o grupo do CIPAVE (Comissões Internas de Prevenção a Acidentes e Violências nas Escolas) para acompanhar o caso. As professoras exigiram participar da reunião e encaminharam vários pedidos, que a representante da SMED levou, sem garantias de que seriam levados em conta, a não ser uma conversa com a aluna e sua família.

Um Serviço de Promoção da Vida na Educação - SEPROVIDA

“Territórios da resistência: a construção de um Serviço de Promoção da Vida na Educação” é um projeto que se iniciou com o seminário, seguido de uma série de cinco Rodas de Conversa. Em sua chamada, se mencionam as violências que se manifestam na escola, que incluem as psicológicas, causadoras de grandes impactos nos processos pedagógicos cognitivos, tanto de quem sofre com ela, quanto de quem a pratica.

O relato da agressão à diretora expõe um único episódio de violência, dentre tantos e tão variados que se repetem diariamente no ambiente escolar. Entretanto, trata-se de um episódio que contém um conjunto de violências, especialmente o desamparo e a vulnerabilidade dos educadores(as), das equipes pedagógicas e diretivas da escola, pela ausência de suporte físico, psicológico, pedagógico, econômico por parte do que chamam de mantenedora (a responsável por sustentar e prover o que é ne-

cessário para o bom funcionamento da escola e dos segmentos da comunidade escolar).

O descalbro desta gestão da SMED

Esta mantenedora, que faz parte da máquina administrativa do governo municipal na área da educação, dá suporte aos projetos deste mesmo governo. Neste caso, é de se ressaltar esta camada de violência exercida pelo Estado, paradigma da violência social. Eis que, encarregado de proteger e impor leis, é justamente o que está a empregar, através de meios nem um pouco sutis, a fragilização dos vínculos e dos recursos da comunidade escolar, com: cortes nos orçamentos (defasagem de 34% nos salários de professores); enxugamento de recursos humanos e contratação, sem licitação, de empresa para dar “reforço” a estudantes, com pessoas sem formação em educação; contratações de professores de curta duração, impedindo a formação de laços; precariedade de infraestrutura (falta de manutenção, de água e condições sanitárias); deposição dos diretores eleitos e indicação de diretores de fora da escola; controle sobre o currículo e o trabalho docente; e eliminação das reuniões pedagógicas, substituindo-as por aquelas em que vigoram as pautas da secretaria.

Acrescenta-se a essas medidas a terceirização de serviços por empresas privadas para gerir espaços escolares essenciais, como cozinha, portaria e limpeza, com demissão sumária dos profissionais em serviço, mesmo que bem relacionados com professores e estudantes da comunidade. Destaca-se também o desligamento de profissionais voltados ao atendimento a estudantes com necessidades educativas especiais, e a deposição de monitores concursados com ampla relação com crianças e famílias.

Mais recentemente, um projeto de lei aprovado na Câmara de Porto Alegre determina a obrigatoriedade do monitoramento por meio de câmeras instaladas nas salas de aula e áreas comuns. Com a finalidade de aumentar a segurança?

Trabalhando em meio a todos estes descabros, as educadoras e os educadores terão, ainda, que se haver com outras violências, aquelas que envolvem os estudantes e suas famílias, como a que foi trazida por uma educadora numa Roda de Conversa. A professora denunciou ao Conselho Tutelar o caso de um menino de seis anos, vítima de graves maus-tratos causados por familiares, o que gerou o afastamento da criança da família (outra violência) e seu encaminhamento para um abrigo (mais uma violência). Essa experiência desencadeou profunda inquietação na professora por ter feito a denúncia, e comoção e sofrimento na escola.

Rodas de Conversa

São essas experiências vivenciadas pelas educadoras e pelos educadores que nos chegam nas Rodas de Conversa (RC) que fazemos nas escolas. O papel das Rodas é facilitar que esses temas emergjam e circulem, com a expressão das dores correspondentes, pois o silêncio pode ser um fator de traumatização. Nomear e abordar o sofrimento relativo às situações traumáticas abrange considerar as camadas sociais nas quais se insere o trabalho, na dependência do funcionamento da escola e do momento oportuno nas RC para podermos ir além.

No caso da agressão à diretora, a RC previamente marcada foi suspensa pela escola, para que ela pudesse se reorganizar internamente e somente após esta medida se reunir com as psicanalistas. A continuidade das RC se faz necessária para o seguimento do trabalho sobre o traumático, uma vez que constitui-se como um dispositivo que apresenta possibilidades de superação. As pessoas envolvidas, através do tempo, com frequência e repetição adequadas para cada enquadre, no trânsito do circular da palavra, primeiro reconhecem a violência como algo traumático, para depois simbolizam as situações de trauma e, finalmente, nesse mesmo espaço, são criadas ações sociais na escola. Ademais, o traumático se apresenta em camadas — o trauma agudo individual e familiar; o trauma cumulativo e o trauma social.

Cyrulnik (2009), um autor de quem gostamos muito, propõe o conceito de “*tutores de resiliência*” como recurso simbólico, relacional e institucional essencial para a superação de traumas. Esses tutores são pessoas (familiares, professores, mentores) que ajudam os indivíduos a superar traumas e adversidades, oferecendo *segurança* num ambiente estável que permite ao indivíduo se sentir protegido. Ademais, propõem *significado*, que é uma ferramenta simbólica e cultural para integrar a experiência traumática em uma narrativa com sentido pessoal, coletivo e de *pertencimento* — que é a sensação de fazer parte de uma comunidade ou grupo que fortalecem a identidade e a autoestima.

Concordamos com Cyrulnik (2009), para quem todo relato é um projeto de libertação. Um relato não é uma volta ao passado, mas uma reconciliação com a própria história. Monta-se uma imagem e dá-se coerência aos acontecimentos, como se sanássemos uma injusta ferida. Com as palavras, é possível criar um acontecimento e tecer um vínculo afetivo, e assim organizamos nossas representações passadas e futuras para compor uma verdade narrativa. Tudo isto vagueia nos contextos culturais.

Observa-se que, nas comunidades onde o trauma cumulativo atinge várias gerações, a notável carência de recursos comunitários e sociais para dar suporte e a falha na contenção, no apoio e na elaboração psíquica diante da

violência, incrementam o desamparo e a vivência de desintegração. Se a cultura não promove recursos para traduzir e absorver o trauma, acaba ocorrendo um efeito da violência como corrente elétrica que circula entre os corpos, quando não há apenas violentadores e violentados, mas um fluxo contínuo de dor e agressão. A violência que as pessoas recebem em seus corpos é reproduzida nos outros, perpetuando o ciclo de violência, tal como se viu no circuito violento observado naquela tarde, em que aluna acionou a mãe e ambas agrediram a diretora diante da Guarda Municipal, que não foi capaz de interromper a ação de descarga. A filha também reproduziu a violência da mãe, o que nos faz pensar num padrão familiar de resolver os problemas com atitudes violentas.

A RC realizada na escola estimula a circulação da palavra como um tutor de resiliência, permitindo que os traumas sejam nomeados, elaborados e simbolizados. O processo de fala e escuta promove a reconstrução dos vínculos afetivos e a diminuição da violência na comunidade escolar. A função do analista é proporcionar um ambiente de contenção e *holding* que permita a transformação de experiência traumática em uma narrativa mais integrada e menos disruptiva.

Um outro aspecto sobre a relevância do trabalho psicanalítico nas RC é o de nossa escuta funcionar como uma “clínica do testemunho”. O ato de testemunhar se torna uma ferramenta de reparação psíquica que permite a elaboração do trauma e a *reconstrução da subjetividade* através da ressignificação das experiências, que pressupõe algumas etapas essenciais:

- *Acolhimento do trauma*: O principal objetivo é oferecer um lugar seguro para que indivíduos afetados por violências sistemáticas e seus traumas possam se expressar.
- *Reparação psíquica*: O testemunho, ao ser acolhido por um outro (o psicanalista ou a comunidade), atua como um ato político de resgate da memória e verdade, permitindo a elaboração do trauma e a reconfiguração da subjetividade.
- *Ressignificação do sofrimento*: A escuta qualificada e sensível do analista auxilia o sujeito a dar novos significados às suas dores e fragilidades, quebrando o ciclo de repetição do trauma.
- *Diálogo com a história e a memória*: A prática do testemunho se conecta diretamente com a necessidade de resgatar a memória e a verdade sobre eventos traumáticos, como as repercussões do Covid 19 e a enchente de 2024, por exemplo.

Os impactos das violências e as superações possíveis

O que escutam os reverbera em nós e nos implica como sujeitos de emoções e sentimentos ligados às situações relatadas, as quais, fora deste lugar, são, muitas vezes, naturalizadas e invisibilizadas. O impacto em nós da violência que aparece nos relatos leva-nos a perceber o quanto é necessário que ocupemos um tempo para processarmos o que vivemos nesses grupos. Daí a importância de se considerarem os acontecimentos do grupo “a posteriori” e poder discutir esses momentos com outros colegas que também nos dão suporte. Educadora, educadores, estudantes e familiares não dispõem de tempos e espaços em que possam digerir mentalmente essas experiências.

Recentemente, nosso grupo sofreu um revés que pode ser considerado traumático, num primeiro momento. A SMED, com quem mantivemos uma parceria difícil e instável por vinte anos (a depender da disposição que cada gestão do governo municipal tivesse de trabalharmos juntos), após terem garantido a continuidade do SEPROVIDA (Serviço de Promoção da Vida) nas Escolas do Plano Piloto, além da oferta de mais quarenta horas para uma quarta escola, deixou-nos sem resposta aos reiterados contatos para darmos início ao plano no início deste ano de 2025.

O trabalho com educadoras(es) da Rede Municipal dava muito sentido em nossa vida profissional. Sentimos o impacto do que é ser invisibilizado. Fizemos várias RC entre nós e solicitamos auxílio de colegas experientes para tratarmos nossa ferida. Pressentindo o que estava para acontecer, nos batizamos com o nome RODAVIVA. E decidimos resistir, tomando nossa decisão de rompermos com a SMED e irmos em busca de novos desafios e oportunidades de trabalhar em comunidade. Assim, encontramos a FAGED/UFRGS.

Finalizando, na RC não buscamos a paz como finalidade primeira, mas sim acolher a violência, aceitá-la e compreender o que ela comunica nos vários níveis — individual, familiar, escolar, social. Ela é um dispositivo, é um instrumento de resistência e resiliência do SEPROVIDA, e funciona dentro do projeto como um todo.

Assim como nós temos nossa própria RC para trabalhar nossos traumas e resistir, encontramos na Faculdade de Educação da UFRGS uma nova parceria, formando este coletivo para seguirmos na resistência.

Referências:

- CIPAVE - Comissões Internas de Prevenção a Acidentes e Violências nas Escolas. Comissão de prevenção a acidente e violência na escola é instituída na Rede Municipal de Ensino. Site institucional. “Prefeitura Municipal de Porto Alegre”. 25 mar. 2022. Disponível em: <https://tinyurl.com/4kxv8p77>
- CYRULNIK, Boris. *Autobiografia de um espantalho: histórias de resiliência: o retorno à vida*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- PROGRAMA DE RÁDIO “UM PROFESSOR DIÁRIO”. Reproduzido na Rádio da Universidade (UFRGS) 1080 AM em 3 set. 2025. Episódio com a profa. de Artes, Caroline Leszczynski (Licenciada em Artes Visuais e Mestra em Educação). Prod. e apres. de André Pares, “Youtube”, Canal Lude Comunicação. Disponível em: youtube.com/ludecomunicacao

Violências e práticas de autonomia escolar

Ângela Saikoski Delavechia, Davi Teles Dietrich Lessa
Ludmilla Alves Fagundes, Pedro da Silva Silveira

Contexto de violências nas escolas

O ano de 2025 tem marcado o ambiente escolar com violências de diversas naturezas. Neste texto, abordamos dois tipos de violências recorrentes: a violência física contra os professores e o racismo em sala de aula. Trata-se do relato de experiências docentes em duas escolas da Rede Municipal de Educação de Porto Alegre (RME/PoA). Também apresentamos ações propostas nas escolas como passos importantes para o fortalecimento da autonomia escolar e no tratamento das questões de violência.

O contexto de violência que marca a RME/PoA no presente ano é um cenário produzido pelo neoliberalismo na educação. A escalada neoliberal atua não apenas na economia, mas na própria forma de pensar e organizar a sociedade; portanto, busca deslocar a educação do campo do direito social à lógica de mercado. Assim, ao defender um conceito superficial de eficiência, tenta esvaziar de sentido a escola enquanto espaço de formação humana.

Um dos casos exemplares da construção de situação de mercado pela qual os neoliberais se mobilizaram muito no terreno político é o da educação. Também neste domínio, Friedman foi pioneiro. Diante da degradação do setor público educacional nos Estados Unidos, ele propôs nos anos 1950 a implantação de um sistema de concorrência entre os estabelecimentos escolares baseado no “cheque educação”. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 224)

Na realidade brasileira, os efeitos dessa racionalidade se manifestam na desvalorização do trabalho docente, expressos nos baixos salários, na defasagem de planos de carreira, no apostilamento do conteúdo escolar, na aplicação de políticas de metas, associada à precarização das condições estruturais das escolas e à terceirização de serviços, como no atendimento educacional especializado e a projetos no contraturno.

As normas contábeis constituem não tanto uma “ideologia”, mas uma forma específica de racionalidade importada do econômico. Nesse sentido, a “gestão pelo desempenho” gera problemas sérios, que em geral ela tende a evitar: a determinação dos indicadores de desempenho, a apresentação dos resultados, a circulação da informação entre “topo” e “base”. A questão é saber o que quer dizer “cultura de resultado” na justiça, na medicina, na cultura ou na educação, e sobre quais valores podemos julgá-lo. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 313)

Outra face das políticas neoliberais manifesta-se na baixa oferta de outros

serviços públicos demandados para a população da cidade, em especial da. Na cidade de Porto Alegre, serviços como da assistência social e da saúde têm tido atendimentos reduzidos, acarretando no descontentamento e no adoecimento da comunidade escolar.

“Nada de direitos se não houver contrapartidas” é o refrão para obrigar os desempregados a aceitar um emprego inferior, para fazer os doentes ou os estudantes pagarem por um serviço cujo benefício é visto estritamente como individual, para condicionar os auxílios concedidos à família às formas desejáveis de educação parental. O acesso a certos bens e serviços não é mais considerado ligado a um status que abre portas para direitos, mas o resultado de uma transação entre um subsídio e um comportamento esperado ou um custo direto para o usuário. (DARDOT; LAVAIL, 2016, p. 380)

Esses fatores provocam sentimentos de frustração, raiva e desamparo, e a escola acaba se tornando um dos principais palcos para a explicitação dessas tensões, uma vez que, com frequência, a escola pública é o único equipamento do Estado acessível à população. O resultado é o surgimento e a amplificação de conflitos entre professores, estudantes e famílias.

Enquanto escola e comunidade entram em conflito, ambas esgotadas pelo conjunto de descasos do governo, esse repassa o fundo público e a gestão da escola à iniciativa privada, através de programas que precarizam ainda mais a educação.

A exemplo, o Programa *Incluir+Poa* em parceria com a Associação Brasileira de Educação, Saúde e Assistência Social (ABESS), o Programa *Porto do Saber*, de contraturno escolar, executado pelo Instituto Alicerce,¹ e o Programa *Alfabetiza+Poa*, que trata da formação continuada das professoras e do aposentamento para as turmas de alfabetização da Rede, em parceria com o Instituto Raiar. Todos eles evidenciam a prioridade da parceria com o setor privado em detrimento da educação pública, gratuita e de qualidade. Ações que corroboram com os estudos da pesquisadora Vera Peroni, que constata:

[...] várias formas de privatização do público: ou através da alteração da propriedade, ocorrendo a passagem do estatal para o terceiro setor ou privado; ou através de parcerias entre instituições públicas e privadas com ou sem fins lucrativos, em que o privado acaba definindo o público; ou, ainda, aquilo que permanece com a propriedade estatal, mas passa a ter a lógica de mercado, reorganizando principalmente os processos de gestão e redefinindo o conteúdo da política educacional[...]. (PERONI, 2018, p. 213).

¹ O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS) suspendeu o contrato com o Instituto Alicerce, apontando irregularidades na sua contratação pela SMED. O valor de repasse de cerca de 75 milhões de reais feriu o princípio da economicidade. Além disso, o contrato foi firmado antes do final do prazo do edital A ATEMPA (Assoc. dos Trabs. em Educação no Município de Porto Alegre) já havia denunciado a parceria antes da medida cautelar do TCE-RS. Informação disponível em: <https://atempa.org.br/tce-rs-suspende-contrato-da-smed-com-o-instituto-alicerce-apos-irregularidades-apontadas-decisao-confirma-denuncias-da-atempa/>. Acesso em: 30 out. 2025.

Peroni (2018) alerta ainda que o privado e a mercadificação da educação pública não são abstrações, mas ocorrem via processos e sujeitos (individuais e coletivos), cada vez mais organizados, com diferentes tipos de influência, que se comunicam a partir de vários locais como setor financeiro, organismos internacionais, setor governamental.

Nesse sentido, avaliamos que estes conflitos integram a estratégia dos agentes neoliberais, como determinados governos, caso da atual gestão municipal. Colocam em funcionamento a fragmentação, refletida na oposição de dois segmentos que poderiam se articular para defender o Estado público e combater a privatização dos serviços sociais.

Violências (re)produzidas

Não é algo recente a constatação de que a escola pública tem se tornado alvo de inúmeras violências. Segundo o 1º Boletim Técnico - Dados sobre Violências nas Escolas (Brasil, 2025), produzido no ano de 2024 pelo Ministério da Educação em parceria com outros órgãos governamentais, pode-se enumerar diversos casos associados a preconceitos e violências físicas. O estudo aponta que entre 2013 e 2023, a maior parte dos casos ocorridos no ambiente escolar são os de violência física (50% do total), seguido de violência psicológica/moral (23,8% dos casos).

A violência escolar, portanto, não é novidade, mas ganha contornos de uma escala preocupante. Paulo Freire em diálogo com Sérgio Moraes no livro *Pedagogia: diálogo e conflito*, defendia que:

Quando nos preocupamos em localizar socialmente a maior incidência dessa violência contra as escolas é para chamar a atenção ao fato de que ela é de certa forma uma resposta a uma violência maior que é exercida contra essas populações. (GADOTTI; FREIRE; GUIMARÃES; 1995, p. 68)

Esta reflexão de Freire ajuda a compreender as expressões contemporâneas da violência escolar como resultado de condições estruturais mais amplas de exclusão e desigualdade social. A partir dessa perspectiva, apresentamos aqui dois exemplos destas situações ocorridas na RMPA, no ano de 2025, que ilustram como essas dinâmicas se manifestam no cotidiano escolar.

Na Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Morro da Cruz, localizada na Vila São José, região leste da cidade, em agosto deste ano, a vice-diretora da instituição foi agredida por uma estudante e a sua responsável (HOROWITZ, 2025). A professora tentava orientar a aluna para retornar à sala depois de perceber que ela estava “matando aula”. Inconformada com a situação, a estudante enviou mensagem via celular para

a responsável, reclamando da maneira que a vice tratou a situação. Ao chegar à escola, houve discussão entre a responsável e a professora que acabou sendo vítima de agressão física.

O outro caso ocorreu na Escola Municipal de Educação Básica (EMEB) Emílio Meyer, localizada no Bairro Medianeira, zona norte da cidade. O Serviço de Orientação Escolar (SOE) acionou o Espaço Educativo Afro-Brasileiro e Indígena (EEABI) da escola, para tratar de maneira conjunta uma situação de ofensa racista que envolveu dois estudantes. O episódio ocorreu em sala de aula, na presença de mais colegas, o que ampliou a sua gravidade e exigiu uma abordagem pedagógica e coletiva.

Ainda que não seja novidade a presença da violência, que se expressa de diversas formas na escola, destacamos sua intrínseca relação com o crescimento dos discursos de ódio e com a tentativa de enfraquecimento dos espaços democráticos. Esses discursos extremistas abalam os laços de convivência, a tolerância e o respeito à diversidade. Assim, contribuem para que a escola deixe de ser um espaço seguro e acolhedor, onde o diálogo atua como mediador das situações de conflito, e passe a se tornar um ambiente de tensão, no qual se refletem as desigualdades, o racismo, o machismo e outras formas de discriminação presentes na sociedade.

Autonomia escolar no combate às violências

No livro já citado de Paulo Freire em diálogo com Moacir Gadotti e Sérgio Guimarães, Gadotti assim se refere sobre a autonomia escola

A geração desse espírito de consulta interna e de busca de soluções conjuntas está na raiz do que muitos educadores chamam de autonomia da escola, única forma de contraposição à uniformização que a legislação autoritária impôs. Esse é, a meu ver, o melhor caminho para a escola real que temos, não a escola de nossos sonhos. (GADOTTI, FREIRE; GUIMARÃES, 1995, p. 71)

Paulo Freire então responde:

Concordo com você. Acrescentaria, apenas, que é pondo em prática a conversa necessária na escola real que se fará a dos sonhos. Para se cuidar da escola real é preciso que a dos sonhos funcione como perspectiva, como desafio, como chamamento. (GADOTTI; FREIRE; GUIMARÃES, 1995, p. 71)

A autonomia pedagógica é uma das práticas de uma educação transformadora, na qual sujeitos possam pensar na sua caminhada a partir dos eventos transcorridos no ambiente escolar e repensar ações coletivas para mudar e qualificar o trabalho docente e o atendimento à comunidade.

A RME/PoA se estruturou durante um bom tempo nessa filosofia, tendo o fortalecimento de espaços de debate coletivo entre docentes e a comunidade, como a consolidação dos Conselhos Escolares, que reúnem re-

presentantes de todos os segmentos da escola para planejar as políticas da instituição.

No entanto, cabe destacar que a autonomia pedagógica na Rede tem sido alvo central de ataques. Sistemáticamente, o Governo Municipal dificulta, esvazia e desautoriza espaços coletivos para pensar a escola. Desde a restrição de carga horária para elaboração e planejamento pedagógico até a falta de ampliação do debate coletivo sobre qualquer implementação de políticas educacionais na RME/PoA. Recentemente, travamos lutas contra o fim das eleições para direção de escola, mas o que vimos foi o desrespeito à autonomia e à democracia, pilares que constituem a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Nos dois casos concretos de situações de violência, ambas as escolas adotaram o debate coletivo para pensar os problemas e buscar possibilidades para a resolução dos conflitos. Mesmo com todas essas dificuldades, que também são mostras de políticas neoliberais na Rede, as professoras e os professores conseguiram se reunir e pensar maneiras imediatas para tentar tratar as situações descritas.

Acreditamos que necessitamos de mudanças estruturais para sanar essas questões no ambiente escolar. Algo que envolva uma transformação socioeconômica. Consideramos primordial o fortalecimento da autonomia escolar, pois trata-se de uma possibilidade de refletir sobre algo concreto para o agora. Também, ao mesmo tempo, um passo no agrupamento da comunidade escolar para seguir firme em um pensamento do coletivo para a transformação do sistema.

Ações coletivas

Uma das primeiras medidas adotadas, no caso da escola Morro da Cruz, foi recorrer às instâncias democráticas, como resistência à política da mantenedora que prega “escola aberta a qualquer custo”. Então convocou-se uma reunião de urgência do Conselho Escolar, composto por todos os segmentos da comunidade, que deliberou pela suspensão das aulas no dia seguinte ao ocorrido. A decisão teve como objetivo oferecer tempo ao corpo docente se acolher após a agressão e planejar tanto as ações de resposta à violência sofrida quanto estratégias de prevenção.

Na reunião do corpo docente, deliberou-se também pela reorganização do fluxo de pessoas dentro da escola. Os professores montaram uma escala de presença na entrada da instituição, com a tarefa de dialogar com a comunidade e acolher os estudantes, evitando a necessidade de circulação de familiares pelo espaço interno. Essa medida possibilitou um maior controle sobre quem acessa o ambiente escolar, contribuindo para a segurança e o

acolhimento de todos.

Em ambas as escolas, uma das ações pensadas foi a constituição de protocolos, de modo a orientar as ações. No caso do Morro da Cruz, reuniões com a comunidade e entre os professores foram feitas. Elaborou-se uma organização distinta na entrada na escola, com envolvimento de professores por duas semanas, uma escala para auxiliar no trânsito de alunos. Outros protocolos necessários para serem reforçados foram os de atendimento no Serviço de Orientação Educacional com registros das situações ocorridas e encaminhamentos para segmentos de proteção social.

Escola sem violência

Construiu-se uma pauta de exigências ao governo, uma das principais demandas foi a garantia de que as horas destinadas para o SOE e a Supervisão Escolar fossem cumpridas sem que os profissionais destes setores estejam envolvidos com outros atendimentos na escola² (inclusive substituindo professoras(es) em licenças saúde ou porque faltam professoras(es) na escola). Além disso, a necessidade de reforçar o combate ao uso do celular na escola (usado para filmar e expor a violência à professora nas redes sociais), que já é lei.

O envolvimento da representação docente na Associação dos Trabalhadores em Educação do Município de Porto Alegre (ATEMPA) foi fundamental para a denúncia do caso ocorrido. Essa atuação fortaleceu a Campanha “Escola sem violência”, possibilitando articular outras escolas que passaram por situações semelhantes ao longo do ano e dimensionar a gravidade do problema.

Protocolo Antirracista

Na EMEB Emílio Meyer constituiu-se um Grupo de Trabalho para pensar no letramento racial e no protocolo de combate a casos de racismo. O Grupo fundamentou-se em estudos da professora e escritora Barbara Carine, especialmente em seu livro *Como ser um educador antirracista* (PINHEIRO, 2023), além de se inspirar em protocolos já utilizados em outras instituições de ensino, adaptando-os à realidade da escola.

Na situação ocorrida em sala, o Protocolo Antirracista foi aplicado de maneira sistemática e educativa. As etapas seguiram a seguinte sequência: 1º - intervenção inicial do professor em sala, interrompendo a situação e averiguando o ocorrido e dialogando sobre o problema do racismo; 2º -

² De fevereiro a agosto de 2025, nos Anos Finais, dos 650 períodos, 261 períodos foram assumidos pela Equipe Diretiva.

acolhimento e escuta dos estudantes pelo SOE (e em separado), garantindo acolhimento e qualificação na escuta; 3º - convocação dos responsáveis para acompanhamento e corresponsabilização no processo educativo; 4º - realizações de ações formativas com o estudante que cometeu o ato racista e com a turma, por meio de debates e utilização de materiais visuais e pedagógicos sobre o tema.

Outra frente nessa situação foi a formação de professores. Nos horários que ainda temos destinados para discussão e planejamento, vários colegas apresentaram práticas antirracistas na escola. Também ocorreu a construção de uma campanha na escola de combate ao racismo, com fortalecimento de denúncias e de ações afirmativas para visibilizar a história e cultura afro-brasileira na escola.

Seguir fortalecendo as instâncias democráticas escolares

Ambas as escolas apostaram nas saídas e nas discussões coletivas, reforçando o papel das instâncias democráticas, ainda que fragilizadas pelo contexto de desmonte desses espaços pelas políticas neoliberais. Foram exemplos de mecanismos do exercício da autonomia dos professores para dirigir as escolas, fortalecendo a gestão democrática. Essas apostas revelam que, para a escola resistir às violências, necessita fortalecer seus espaços de decisões compartilhadas e de escuta aos segmentos da comunidade.

As ações foram efetivadas a partir da constituição de protocolos de enfrentamento às violências, medida também sugerida pelo Boletim Técnico Escola que Protege, do Ministério da Educação. Esses protocolos possuem caráter preventivo e têm como mérito uma resposta imediata e articulada dos diferentes segmentos da comunidade escolar, evitando a naturalização das práticas de violência e incentivando o cuidado mútuo. Além disso, possibilitam a consolidação da pedagogia do diálogo e do engajamento (HOOKS, 2013), na qual o conflito é entendido como uma oportunidade educativa e não apenas um problema disciplinar.

Ao invés de esperar respostas externas do poder público e da Secretaria de Educação, as escolas tomaram a iniciativa de cobrar dessas instâncias respostas como a garantia do quadro de Recursos Humanos e a efetivação dos direitos básicos das comunidades no acesso aos equipamentos de saúde psicossocial. Essa postura reafirma o princípio de que a autonomia escolar não se resume à gestão pedagógica, mas envolve a capacidade de mobilização política diante das ausências do Estado e das violências que atravessam o cotidiano escolar.

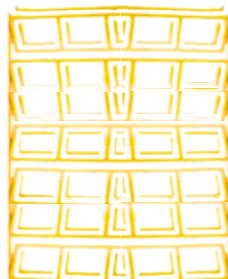
Isso evidencia que a autonomia escolar deve ser fortalecida e tomada como prática cotidiana, construída na ação coletiva dos atores sociais que fazem a escola, professores, famílias e funcionários. Portanto, compreendemos que Educação é um campo em disputa, tal qual a escola, condicionada pelo capital, que “se transforma em ‘palco e alvo’ da luta de classes” (SAVIANI, 1983 apud KUENZER, 2009, p. 190). Nesse preciso sentido, seguimos lutando por uma escola participativa, plural e crítica.

Referências:

- BRASIL. Ministério da Educação; Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *1º Boletim Técnico Escola que Protege: dados sobre violências nas escolas*. Brasília, DF, dez. 2024. Disponível em: <https://observadh.mdh.gov.br/violenciasnasescola>. Acesso em: 29 out. 2025.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- GADOTTI, Moacir; FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. *Pedagogia: diálogo e conflito*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática para liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- HOROWITZ, Marcel. Vice-diretora de escola municipal é agredida no Morro da Cruz, em Porto Alegre. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 13 ago. 2025. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADcia/vice-diretor-a-de-escola-municipal-%C3%A9-agredida-no-morro-da-cruz-em-porto-alegre-1.1636931>. Acesso em: 29 out. 2025.
- KUENZER, Acácia. *Pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- PERONI, Vera Maria Vidal. Múltiplas formas de materialização do privado na educação básica pública no Brasil: sujeitos e conteúdo da proposta. *Currículo sem Fronteiras*, v. 18, n. 1, p. 212-238, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss1articles/peroni.html>. Acesso em: 30 out. 2025.
- PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. *Como ser um educador antirracista*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

5

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: DEVER DO ESTADO, DIREITO DA CIDADÃ E DO CIDADÃO



Pé no chão, força na luta! Descolonizar a educação, democratizar e reconstruir o Brasil¹

Marco Mello, César Rolim

Escola pública municipal em Porto Alegre, meados de 2022. Única sala com projetor multimídia e som, que o professor procurava agendar para trabalhar com estudantes, é interditada pela direção da escola. Depois de uma investigação, após algumas semanas, o motivo é descoberto, literalmente. Um enorme tecido preto de TNT cobria caixas e mais caixas que abarrotavam a sala, no qual uma inscrição chamava atenção: Mind Lab. Kits para “desenvolver uma mente inovadora”, enviados compulsoriamente pela Secretaria Municipal de Educação (SMED) a partir de uma decisão unilateral da gestão centralizada, à revelia das escolas.

Escândalo e corrupção na SMED

A SMED é alvo de duas inusitadas CPIs na Câmara Municipal dos Vereadores de Porto Alegre, depois de denúncias tornadas públicas pela imprensa, a partir de Relatório do Tribunal de Contas do RS identificarem desperdício de dinheiro público, obras “fantasmas”, compras sem licitação, com possível sobrepreço e direcionamento.

A ponta do iceberg: centenas de milhares de livros (476 mil), computadores (25 mil), centenas de lousas digitais, materiais esportivos variados e uma infinidade de kits pedagógicos (ilustres desconhecidos), encontrados sem uso nas escolas municipais e abarrotados em um galpão alugado da prefeitura, entregue ao abandono. Material que custou a “bagatela” de bem mais de 100 milhões de reais.

A crise levou ao afastamento da secretária Sônia Rosa, uma educadora de fala mansa e pouca ação, com largos serviços prestados ao MDB (Movimento Democrático Brasileiro), partido do atual Prefeito Sebastião Melo. Entrou um gerente do Sistema “S” (SESI, SENAC, SENAI, SENAR, SESC), tecnocrata sem experiência alguma com escolas públicas, que, ao que tudo indica, veio para varrer a sujeira para debaixo do tapete, para moralizar a tropa – e nada fará de substantivo para a melhoria das condições da educação. Junto com ele, advém a intensificação de Parcerias Público-Privadas (PPPs) para a gestão da manutenção da infraestrutura das escolas e contratação/precariização dos vínculos

¹ Artigo de Opinião publicado no Jornal Brasil de Fato RS em 01 set. 2023.

de monitoras(es) e demais educadoras(es) que atuam na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre (RME/PoA).

Descolonizar o orçamento

A tarefa de reconstruir o país, após um processo deliberado de destruição da estrutura estatal sob um governo neofascista ultraliberal, é um desafio de grande monta, sob correlações de forças ainda desfavoráveis. É tarefa inadiável romper a couraça do orçamento público, na qual a grande burguesia e governantes a ela associados se locupletam, em detrimento de uma democracia participativa e da justiça social.

É isso que vemos na Câmara Federal e nas pressões por fatias polpudas no governo federal, representados pela voracidade de Arthur Lira (PP), e do “Centrão”. É isso também a que todos os dias temos sido submetidos em Porto Alegre com Sebastião Melo (MDB) e Ricardo Gomes (PP) governando a cidade para as empreiteiras, as gigantes do mercado imobiliário, para o grande capital, matando todos os dias a cidadania perante um indisfarçável saque ao patrimônio político, cultural e ambiental da cidade.

Financiamento e gestão da educação pública

Com o tema “Descolonização do financiamento da educação e o último ano do Plano Nacional de Educação (2014-2024)”, a Semana de Ação Mundial de 2023, coordenada no Brasil pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, trouxe à tona um tema candente que precisamos discutir, como indicam fartamente os fatos, a revelar o alijamento das próprias comunidades escolares e educadores sobre critérios para investimentos na área.

A CONAE Extraordinária 2024 (Conferência Nacional Extraordinária de Educação), em Brasília, em outubro de 2024 (BRASIL, 2023), teve como tema “Plano Nacional de Educação (2024-2034): política de Estado para a garantia da educação como direito humano, com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável”.

Democratizar o orçamento para a educação pública e lutar permanentemente pela gestão democrática nas escolas são essenciais neste e demais contextos que atuamos. Portanto, vamos à luta!

Que fazer?

Título de uma brochura célebre entre os marxistas, escrita por Vladimir Ilitch Ulianov (Lênin) “Que fazer” também deu nome a um

pequeno livro “falado” de Paulo Freire, com Adriano Nogueira, “Que fazer: teoria e prática em educação popular”. É dele que extraímos uma passagem de Freire a título de conclusão, exortando atitudes proativas como educadores diante do descabro das gestões públicas com viés neoliberal, no aqui e no agora: *“Para que meu sonho não seja apenas utopia, eu preciso agir. Isto é... se o sonho se aproxima dos sonhadores é porque eles se organizaram, eles se organizaram com sonho na mão.”* (FREIRE, p.44)

“Pé no Chão! Na construção e defesa da EJA pública e popular”

Numa sexta-feira, 1º de setembro de 2023, a partir das 18h30, na sede do Sindicato dos Municípios de Porto Alegre (SIMPA), na Rua João Alfredo, 61, Centro Histórico, foi lançada uma obra coletiva produzida por um aguerrido grupo de educadoras(es), pesquisado-ras(es), militantes e ativistas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em Porto Alegre: “Pé no Chão! Na construção e defesa da EJA pública e popular”. O livro tem 42 autoras e autores e reúne, em 18 produções, a participação de educadoras(es) que trabalham com a EJA na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre



Foto: Divulgação



Foto: Alexandre Costa

O lançamento contou com ato político cultural e sessão de autógrafos, em atividade aberta à comunidade. Uma versão e-book, ancorada em vários sites das entidades apoiadoras, para livre acesso e download, também foi disponibilizada a partir do dia 2 de setembro de 2024.

Através da leitura desta obra, te convidamos a que celebremos a alegria e nossa capacidade de luta e resistência. Apesar dos pesares, acreditamos na força que vem do coletivo e, “agarrando os sonhos nas mãos”

mãos”, como nos ensinou Paulo Freire, mostramos que com muito pouco se pode fazer muito pela educação, desde que haja o combustível que é o compromisso da luta popular e com a produção de conhecimento potencialmente libertador.

Quanto pesa um bom livro?

Depende muito. Esse que aqui apresentamos através do combativo Brasil de Fato RS (MELLO; ROLIM, 2023) é leve, apesar de suas páginas abundantes, porque tem a consciência limpa, a alma livre de negociatas espúrias, de prescrições tecnocratas e de uma educação para o assujeitamento. É um livro leve porque feito da partilha no seio da nossa classe e fruto do bom combate!

Referências:

- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 11.697, de 11 de setembro de 2023. Convoca, em caráter extraordinário, a Conferência Nacional de Educação - CONAE, edição 2024, a ser realizada na cidade de Brasília, Distrito Federal. Disponível em: <https://tinyurl.com/36hvsayx>
- CAMPAÑHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. *Semana de Ação Mundial de 2023: Descolonização do financiamento da educação e o último ano do Plano Nacional de Educação (2014-2024)*. Disponível em: <https://tinyurl.com/yafuhbbk> acesso em ago. 2023.
- FREIRE, Paulo. In: FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. *Que fazer: teoria e prática em educação popular*. 6. Ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 44.
- LENIN (Wladimir Ulianov). *Que fazer?* São Paulo: Hucitec, 1988.
- MELLO, Marco; ROLIM, César. (Orgs.) *Pé no chão! Na construção e defesa da EJA pública e popular*. Porto Alegre: Grafiset, 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/3fwfvpbm>

A EJA entre estorinhas de gabinete e as Histórias dos ‘de baixo’¹

Na construção e defesa da EJA pública e popular.
Serviço público não é negócio privado!

Amarildo Veiga, César Rolim, Janice Freitas, Marco Mello



Foto: Tiago Morbach

Quase todo final de ano é a mesma estorinha... O enredo padece de poucas variações, só mudam os personagens: nova gestão, nova equipe da gestão, nova “cabeça” na gestão – em geral sem qualquer experiência na Educação de Jovens e Adultos (EJA) – resolvem autocraticamente fazer mudanças na EJA da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre.

Abre-se a caixa de maldades infinda e, do alto de algum andar da Secretaria Municipal de Educação (SMED), no Centro Histórico, muito longe do chão periférico das escolas, os monstros são libertados: tentam fechar escolas, reduzir a oferta de turmas, determinar alterações na organização curricular, acabar com as reuniões pedagógicas, reduzir o número de horas de professores(as), inserir empresas privadas dentro das escolas, entregar a modalidade para o “terceiro setor” com a presença cada vez mais intensa dos interesses e negócios privados no serviço público.

Não bastasse nada fazerem por essa modalidade de ensino, a quem diminuta, inexistente, o que parece ser a expressão de um profundo desprezo para com a população periférica, negra, para com jovens, adultas(os) ou idosas(os), além de para com muitos estudantes com ne-

¹ Artigo de opinião, publicado originalmente no Jornal Sul21 em nov. 2023.

cessidades educativas especiais. Os gestores infringem as normas legais ao não realizar recenseamento anual para verificar a demanda potencial e a chamada pública para matrículas. Além do mais, não fazem empenho na “busca ativa” das(os) estudantes, para ampliar escolas e horários de atendimento, tampouco para prover adequadamente de recursos humanos às escolas. Ademais, fazem letra morta das metas 5, 8 e 9 da Lei Municipal 11.858, o Plano Municipal de Educação (2015-2024), que dizem respeito diretamente à modalidade.

O Secretário do “S”

Ele veio sob a chancela do “S”. Praticamente um sistema. Um sistema de “s”. O “Sistema S”: a ponta de lança do empresariado, que esbanja dinheiro que é, essencialmente, recurso público: SENAI, SENAC, SESC, SENAR, SESI, SEBRAE, entre outros. Diante dos descabros da má gestão anterior, denúncias de superfaturamento, corrupção, autoritarismo pedagógico, ineficácia e inércia na política educacional, a nova gestão trouxe o “gerente do almoxarifado”, que nunca trabalhou em escolas públicas.

Não há novidade, a não ser um estilo equidistante. Tira-se fotos, visitam-se escolas, e há um papo nos ambientes escolares, mas os golpes sobre a gestão democrática nas escolas e no Sistema Municipal de Educação continuam e se aprofundam. Amplifica-se a precarização dos serviços terceirizados, o que atinge diretamente o atendimento aos estudantes da Rede Pública, mas, sobretudo, às próprias funcionárias que atuam na limpeza, na merenda e na portaria das escolas. Destituídas dos direitos trabalhistas básicos, essas trabalhadoras são sujeitadas à ação de verdadeiros golpistas que se sucedem há anos nas cooperatas & similares. Enquanto registros de uma SMED próxima das escolas circulam, a Educação Infantil é entregue de bandeja para o mercado, a terceirização do Ensino Fundamental avança, e a Educação Especial passa a ser objeto de “contratos” para atendimento fora da Rede Pública.

E a EJA?

A julgar pelo organograma da SMED, ela (a EJA) “voltou a existir”, desde um decreto recente (21.326/2022). Há ali, como um “puxadinho” no Ensino Fundamental, uma “Equipe de EJA”. Alguém a conhece? Quem são suas(seus) integrantes? Essas(esses) se apresentaram para além das Coordenações das escolas? Por que até agora não foi feito nenhum pronunciamento público, seja do Secretário, da Direção da

Coordenação Pedagógica da SMED ou da Equipe da EJA destinada às educadoras(es), para apresentação da proposta político-pedagógica para a EJA? Qual é a política de formação, de recursos humanos e a política cultural? Qual a sua interseção com outras políticas, como as de esporte, cultura, lazer, juventude, trabalho?

Aliás, uma peça digna de investigação pelos órgãos de controle é a de um certo vereador aliado da base governista propagandeando “cursos profissionalizantes” nas sextas-feiras, no mesmo horário em que se realizam as reuniões pedagógicas da EJA. Além de um disparate, sinaliza claramente uma requentada tentativa de ingerência sobre a autonomia da escola e de cerceamento do trabalho docente.

Os donos da cidade

Há uma associação de lógicas similares operando, seja no campo do urbanismo seja no da educação. Como tem revelado o *Sul21*, na série de reportagens especiais “Donos da Cidade”, os interesses privados das grandes construtoras têm interferido drasticamente no regramento urbanístico, no licenciamento e em mudanças na legislação. Além disso, encontram eco na administração pública municipal, mudando celetivamente o perfil da cidade e voltando-a aos interesses dos gigantes do mercado imobiliário.

Guardadas as distinções, as políticas educacionais das(os) gestoras(es) que se sucedem no governo Marchezan Jr. (PSDB) e agora no de Sebastião Melo (PMDB) têm se pautado na lógica do mercado, com desconsideração pelos marcos legais existentes, com adequação a interesses privatistas, ataques à gestão democrática e um profundo descompromisso com o direito à educação pública estatal. São os “donos da cidade”, que a fatiam e a querem para si como fonte de auferir lucros, enquanto matam todos os dias um pouco mais os sonhos de milhares de pessoas que literalmente mantém a cidade funcionando e sonham com o retorno ou a conclusão dos estudos.

Estamos na luta!

No dia 17 de novembro próximo, sexta à noite, a Associação dos/das Trabalhadores/das em Educação do Município de Porto Alegre (ATEMPA) e o Sindicato dos Municipários de Porto Alegre (SIMPA) promoverão reunião ampla e aberta, com representação da EJA das escolas, para a retomada dos encontros e conversas sobre as demandas e perspectivas de quem atua nesta modalidade na Rede Municipal.

Enquanto se sucedem gestores e equipes de um governo de corte populista de direita, privatista e antidemocrático, nós estamos fazendo o que nos compete como servidoras(es) que entendem que serviço público não é negócio privado!

Além disso, sabemos que o serviço público deve ter a característica popular (para e com o povo trabalhador).

Somos educadoras e educadores críticos: mantendo com dignidade, de pé e com muita dedicação, a Educação de Jovens e Adultos da capital, à despeito do descompromisso existente do “pessoal do lado de lá”. A EJA é um direito inalienável da classe trabalhadora e não haverá personagens de ficção que consigam suprimir com estorinhas perveras, histórias tão reais e pulsantes de vida e energia criadora.

Por tudo isso, estamos aqui: em movimento, atentos às aventuras do andar de cima, com o “Pé no chão! Na construção e defesa da EJA pública e popular”, como informa o título da publicação que recentemente um grande grupo de educadoras(es) da EJA lançou na 69ª. Feira do Livro de Porto Alegre e na Faculdade de Educação (FACED) da UFRGS e que partilhamos aqui nas referências, a versão E-book, via link de acesso.

Referências:

Donos da Cidade. Reportagem Especial. *Jornal Sul 21*. Porto Alegre, 2023-2024. Disponível em: <https://sul21.com.br/donos-da-cidade/>
MELLO, Marco; ROLIM, César. (Orgs.) *Pé no chão! Na construção e defesa da EJA pública e popular*. Porto Alegre: Grafiset, 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/3fwfvpbm>

As setas e os caminhos da boa luta¹

Educadores lançam 'Pé no chão! Na construção e defesa da EJA pública e popular' na Feira do Livro de Porto Alegre

Marco Mello, César Rolim

Foi no *quase-ontem*. Ali, dobrando a esquina da história, há 60 anos atrás, em Angicos, pequena cidade no sertão do Rio Grande do Norte, aconteceu a memorável experiência de alfabetização de adultos na qual 300 homens e mulheres do campo, da classe trabalhadora, se alfabetizaram em 45 horas, a partir do que à época se chamava o "sistema" ou o "método" Paulo Freire.

A experiência, realizada sob o governo de Aluísio Alves (RN), contou com importante participação, sob a coordenação de Paulo Freire, de jovens professoras, dirigentes do movimento estudantil universitário, da juventude comunista, da juventude universitária católica e da juventude estudantil católica. Foi uma espécie de "piloto" a partir do qual se projetou a realização do Programa Nacional de Alfabetização, em iniciativa do governo João Goulart, com o objetivo de alfabetizar e com isso politizar 5 milhões de pessoas, em um contexto no qual analfabetos não podiam sequer exercer o direito ao voto. Com o golpe civil-militar de 1964, essa foi uma das primeiras ações a serem perseguidas e criminalizadas.

As dobras da história

Um registro dessa experiência compõe a capa do livro "Pé no chão! Na construção e defesa da EJA pública e popular", que um grande grupo de educadoras(es) de Porto Alegre lançou e autografou em 2 de novembro de 2023, às 18h, na 69ª edição da Feira do Livro de Porto Alegre. Nela, à esquerda, um Freire sem barba observa uma reunião do grupo de coordenadores dos círculos de cultura, na cadeia municipal de Angicos, um dos locais nos quais se realizavam os cursos de alfabetização.

A publicação tem, em sua capa frontal, à direita, uma outra foto emblemática. Em primeiro plano, um animado grupo de jovens estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), da Totalidade 6, de uma das escolas da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre, estão sentados em círculo em um espaço aberto, em uma aula de História na periferia da cidade. Eles debatem um dos temas geradores

¹Artigo de Opinião publicado originalmente no Jornal Brasil de Fato RS em 1 nov. 2023.

que organizava a aula na EMEF Saint Hilaire, no Bairro Lomba do Pinheiro, em dezembro de 2022.

Ao fundo da imagem, um sol emoldura a cena, a evidenciar a energia criadora que ilumina os momentos que são as aulas da EJA para os estudantes que a ela acorrem. Na parte superior da capa, há um mapa da cidade com pontos indicando no território as escolas nas quais existe a Educação de Jovens e Adultos. São muito poucas escolas em relação à demanda existente. Sobre o mapa, algumas insígnias em faixas fincadas no chão: “Escola sem mordaga”, “Resistimos em luta”, “Educação não é mercadoria”, “EJA é nosso direito”. Uma seta no extremo sul da cidade aponta o caminho de Porto Alegre: à esquerda!



Capa e contracapa do livro / Foto: Divulgação

Resistir é preciso

Vivemos uma conjuntura na qual os atuais gestores das políticas públicas da cidade estão mais preocupados tanto em fazer negócios ou “parcerias” com empresas privadas, utilizando os recursos públicos, quanto em vender os espaços públicos para o mercado imobiliário, revelando assim a característica privatista de suas ações.

Diante da agenda neoliberal que pauta as ações dos gestores públicos da cidade, a EJA resiste como modalidade essencial para estudantes das diversas comunidades atendidas. Sob as adversidades,

nossa resposta é a reivindicação para que se cumpra esse direito constitucional e dos Planos de Educação, assegurado como testemunho da possibilidade, ontem e hoje, da boa luta para garantir o direito à educação pública, gratuita, laica, democrática, antirracista, de qualidade e popular, assim, socialmente referenciada.

E não estamos sozinhos. Nossa gratidão a todas as entidades que se somaram à iniciativa para que ela pudesse chegar além fronteiras, identificadas também na capa da publicação.

A força do coletivo, sob a sombra dos jacarandás em flor

O livro que foi lançado na Feira do Livro, com sessão de autógrafos, reúne em dezoito produções a participação de 42 autoras e autores, todos com larga experiência na modalidade. São educadoras(es) das escolas e das Universidades públicas (UFRGS e UERGS) que trabalham com a EJA na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre.

A obra, de 254 páginas, apresenta produções que abordam temas como: o Mapa da EJA em Porto Alegre; um diagnóstico da demanda potencial de matrícula; o planejamento da política pública; o Plano Municipal de Educação; o financiamento da educação; a história da modalidade; a alfabetização nas Totalidades Iniciais; experiências e relações universidade-escola; a organização curricular; as políticas cul-



Foto: Vitor Hugo Xavier

turais; a legislação; as lutas associativas; a inclusão; a população em situação de rua; o ensino remoto sob a pandemia; e perspectivas de continuidade dos estudos no Ensino Médio e profissionalização.

O livro é organizado pelos também professores da EJA Marco Mello e César Rolim.

"Una novia muy hermosa que se chama libertad"

O belo slogan da edição da Feira do livro de 2023 é justamente “Quem lê, sabe o caminho”. Sim, mas dizemos: *Quem lê criticamente o mundo, sabe o caminho!* Para nós, do campo democrático e popular, este é o elo que nos aproxima e irmana todos, todas, todes: as lutas pela liberdade e o fim das desigualdades! Sob esse elo estão Paulo Freire, a EJA pública e popular, o Brasil de Fato RS e o seu público leitor.

Ao aguerrido grupo que faz acontecer e aos muitos apoiadores do Brasil de Fato RS, um farol a iluminar os caminhos, nossos cumprimentos pela reversão da decisão equivocada da plataforma Youtube, e a reconquista de seu canal na plataforma.

A última das estrofes dos versos de “Los Hermanos”, do grande Atahualpa Yupanqui, sintetiza maravilhosamente essa e tantas lutas que temos e havemos de travar ainda: “Yo tengo tantos Hermanos / Que no los puedo contar / Y una novia muy hermosa/ Que se llama libertad”.

Por uma Educação de Jovens e Adultos pública e inclusiva¹

César Rolim, Katiuscha Lara Genro Bins, Liliane Ferrari Giordani

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, de 1996), faz parte da Educação Básica e é voltada para quem não teve acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. A UNESCO, em um relatório publicado em 2010, destaca que a educação de adultos – seja em espaços formais, informais ou não formais – precisa apoiar a aprendizagem para todos, independentemente do lugar em que vivem ou de suas necessidades e motivações.



Na EJA, o registro escrito é um exercício escolar fundamental do processo de letramento, no qual se articulam a leitura do mundo e a leitura da palavra (Foto: Arquivo Pessoal/Katiuscia Lara Genro Bins)

A EJA se inspira na Educação Popular e tem alguns princípios importantes, como o direito à educação para todas as pessoas, a construção da cidadania, a transformação da realidade e a consolidação da autonomia moral e intelectual, cujo processo pedagógico tem como referência a concepção de que o conhecimento é construído e tecido pelas experiências de vida das(os) educandas(os).

Nas salas de aula da EJA, há uma grande diversidade: pessoas em situação de rua, com deficiência, trabalhadores e trabalhadoras, adolescentes, avós, pessoas brancas, pretas, indígenas, LGBTQIAPN+, todos com o desejo de aprender, transformar suas vidas e serem protagonistas de suas próprias histórias. O que todos têm em comum é o fato de que, em algum momento, foram excluídas(os) do processo educacional formal. Como nos apontou Paulo Freire na obra *Ação cultural para a liberdade* (1975), são pessoas que sofrem/sofreram algum tipo de violência/processo de exclusão social, mas estão sempre dentro da realidade social, como grupos ou classes dominadas, em relação de dependência com a classe dominante.

A partir de uma concepção freireana de educação como prática da liberdade, segundo a qual a ação educativa é um “esforço de libertação do homem, e não um instrumento a mais de sua dominação”, como lembra

¹ Artigo publicado na Seção Educação em Pauta do Jornal da UFRGS em 18 jun. 2025.

Paulo Freire na obra *Educação como prática da liberdade* (1967), a EJA, então, se constitui um espaço ocupado pelos segmentos marginalizados, excluídos e discriminados da sociedade em busca de autonomia e libertação da sua condição de classe. O espaço escolar, assim, pode ampliar suas visões e leituras de mundo.

Na sua essência, a EJA é inclusiva. Ela busca criar práticas pedagógicas que respeitem a diversidade e as necessidades de cada estudante. Isso tem feito com que cada vez mais pessoas com deficiência estejam presentes nas salas da EJA. A teoria da EJA e da Educação Inclusiva caminham juntas: ambas falam sobre respeito à diferença, sobre inclusão social, autonomia e emancipação humana.

Nos últimos anos, porém, percebe-se um movimento de terceirização, pela chamada “parceirização” dos espaços educacionais, bem como o pouco ou inexistente investimento dos governos na Educação de Jovens e Adultos. O problema é que isso se afasta dos princípios da educação popular. Quando a EJA passa a funcionar de forma mais voltada ao mercado, como na modalidade à distância (EAD), o foco costuma ser ‘formar trabalhadores com mais escolarização’ e não garantir o direito à educação de forma crítica e transformadora: a EJA distancia-se, assim, dos princípios da educação popular e emancipatória, mantendo um viés individualista e meritocrático.

Nesses espaços, o ensino geralmente se resume a cartilhas padronizadas e com apelo mercantilista, uma organização curricular inadequada, que separa a realidade do aluno dos conteúdos que ele precisa aprender e apreender. Iguala os desiguais, apagando as diferenças e impondo um único e obrigatório caminho a ser seguido.

Garantir uma educação pública e inclusiva significa dar acesso e condições a todos(as) para que consigam estudar e permanecer na escola, com profissionais qualificados e educadoras(es) efetivas(os) para trabalhar com a diversidade da EJA. Também é fundamental ter professoras(es) especializadas(os) no Atendimento Educacional Especializado (AEE), assegurando práticas anti-hegemônicas que reconheçam na diferença uma condição favorecedora da aprendizagem.

A prática pedagógica precisa estar comprometida com a emancipação dos oprimidos e excluídos, pois “existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão”, segundo Paulo Freire na obra *Pedagogia do oprimido* (1987, p.44).

A UNESCO reforça que uma boa educação de adultos precisa partir do que os estudantes já sabem, envolvendo-os diretamente no processo de ensino e aprendizagem. A Educação de Jovens e Adultos precisa continuar

sendo esse espaço que acolhe a diversidade, com escuta atenta, respeito aos direitos humanos, liberdade de expressão e compromisso com a democracia. Para isso, a Educação deve ser pública e democrática, de acesso universal e com a permanência voltada aos pressupostos da equidade. Os governos devem garantir o seu financiamento para que a Educação esteja sintonizada e pautada pelos valores acima elencados. As(os) educadoras(es) devem ser valorizadas(os), sua formação e sua atuação profissional respeitadas, bem como incentivada a qualificação por meio de cursos de formação continuada.

Apesar dos avanços, ainda temos desafios quando se trata da inclusão de pessoas com deficiência na EJA. O acesso melhorou bastante, mas ainda falta uma aceitação plena de que o espaço da escola regular é para todos. Precisamos repensar práticas pedagógicas, adaptar o currículo e os conteúdos. Isso ainda é uma tarefa em aberto.

As políticas educacionais precisam garantir o direito à educação, com acesso, permanência e pertencimento. Isso passa também por formação continuada para todos os profissionais, com foco em práticas que considerem o Desenho Universal da Aprendizagem – uma abordagem que pensa o ensino desde o início para atender a diferentes formas de aprender.

Uma escola que se quer plural e cidadã precisa valorizar a diferença, os diferentes tempos e modos de aprender. Precisa estar aberta ao diálogo, às tensões e às mudanças. A experiência mostra que, quando a gestão pública é séria e comprometida com o bem comum, as instituições e os profissionais se fortalecem e ampliam suas práticas pedagógicas de forma colaborativa.

A educação pública também pode firmar parcerias com as universidades e fomentar mais pesquisas sobre o tema. Nesse sentido, existem dezenas de dissertações e teses sobre a escolarização de jovens e adultos com deficiência intelectual. Muitas destacam a urgência de aproximar a Educação Especial e a EJA como resposta ao direito dessas pessoas de acessar uma escola de qualidade e permanecer nela.

Também é preciso investir mais na formação dos(as) professores(as), especialmente para que eles(elas) compreendam melhor as necessidades dos estudantes com deficiência. Muitos ainda veem esse trabalho como um grande desafio. E, sim, há resistências e preconceitos que não podem ser ignorados. Precisamos ouvi-los, discutir essas questões e trabalhar isso de forma contínua, com formação e troca de experiências. O diálogo entre professores de áreas e professores da Educação Especial pode mudar muita coisa – e isso só vai acontecer em uma escola pública de qualidade.

A inclusão, na verdade, é um compromisso de toda a sociedade. Ela não deve ser tratada como um problema só da escola. Incluir é mais do que respeitar as diferenças: é aprender a conviver com elas, reconhecer as potencialidades de cada um e garantir políticas públicas que assegurem direitos reais. Não se trata apenas de um projeto de governo, mas de um projeto de Estado. Um sistema educacional de verdade precisa acolher todas as formas de ser e estar no mundo, porque é nesse convívio que a gente cresce enquanto ser humano.

Referências:

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Educação de Jovens e Adultos e Educação Física Escolar¹

Inspirada no legado freireano, a EJA se reafirma como espaço de resistência, emancipação e construção de corpos conscientes na educação brasileira.

Fabiano Bossle, Luciana de Oliveira Nunes,
Carlos Eduardo Berwanger, Francisco Goldschmidt Filho

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem cumprido, desde 1996, um importante papel na sociedade brasileira ao garantir o acesso de todas e todos à Educação Básica. Na condição de modalidade de ensino, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a EJA visa a efetivar o direito de inclusão das pessoas no processo de alfabetização e de escolarização que lhes foi negado ao longo da infância e juventude. Entretanto, o problema é que, historicamente, a Educação no Brasil é determinada pelas elites dominantes, para cumprir a função de ser instrumento de opressão, como peça fundamental da maquinaria das desigualdades e injustiças econômicas e sociais impostas ao povo, ao corpo do povo brasileiro

A Educação de Adultos já era uma preocupação anterior à LDBEN, no esforço de educadores e educadoras progressistas do início do século XX, com a Educação do Povo. Experiências ricas e desafiadoras, como as de Paulo Freire, servem de inspiração e de fundamentação para pensar politicamente o fenômeno e a produção de um corpo consciente. Em sentido oposto à perspectiva de um modelo de educação que se impõe pelo autoritarismo e que separa as pessoas que aprendem do mundo, Paulo Freire se desafia à problematização de um “pensar-se a si mesmos e ao mundo, simultaneamente, sem dicotomizar esse pensar da ação”, por um corpo consciente, que produz uma consciência de si com o mundo para transformá-lo.

Nessa perspectiva da superação de uma consciência ingênua para outra, que é a de produção de um corpo consciente, que temos estudado Paulo Freire e a Educação Física Escolar. Na tese de doutorado, transformada em livro, sob o título “*Pedagogia da Oprimida: o aprender da Professora de Educação Física pela experiência autoetnográfica inspirada em Paulo Freire*” (NUNES, 2025), ocorre a pronúncia do reconhecimento de um corpo que se com-preendia representado pela determinação histórica de uma Educação Física que silenciava e negava as experiências e práticas da cultura corporal de movimento da mulher, professora e pesquisadora. O desvelar desse a-

¹ Publicado originalmente na seção Educação em Pauta do Jornal da UFRGS, em 11 set. 2025.

prender se dá entre o medo da liberdade (as determinações históricas e culturais para o corpo da mulher e, inclusive, da consciência ingênua) e a emergência do corpo consciente da mulher, professora e pesquisadora (a produção de uma consciência crítica de si com o mundo).

Nas disciplinas de Fundamentos da Educação de Jovens e Adultos na Educação Física e de Estágio de Docência da Educação Física da Educação de Jovens e Adultos do Curso de Licenciatura em Educação Física da UFRGS, temos estudado e acompanhado as experiências da realidade dessa modalidade de ensino no Centro Municipal de Educação dos Trabalhadores (CMET) Paulo Freire, em Porto Alegre.

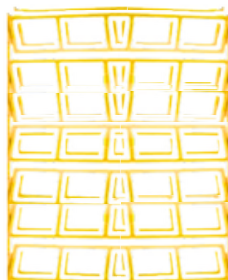
Compreender a produção de um corpo consciente reconhecendo as experiências plurais construídas nas diferentes histórias de vida que se inscrevem na realidade diversa da EJA do CMET Paulo Freire tem sido nosso principal objetivo. Sabemos, contudo, que também os nossos próprios corpos e nossas experiências são mediados pelos saberes e conhecimentos significados no componente curricular Educação Física e na relação com outros corpos e outros componentes curriculares e extracurriculares daquela realidade.

As experiências de professores como Carlos Eduardo Berwanger e Francisco Goldschmidt, da Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre – EPA, escola com atendimento especializado a jovens e adultos em situação de risco social e pessoal, também têm nos possibilitado aprender sobre a cultura corporal de movimento na modalidade de ensino EJA. E, ao dizer isso, estamos reconhecendo as valiosas alternativas didáticas e metodológicas que são construídas por ambos, no sentido de produzir uma educação humanizadora, ou seja, por incluir saberes e conhecimentos dos e das estudantes na formação de um corpo consciente que “grita” por práticas corporais libertadoras e que respeita suas temporalidades e singularidades de aprender Educação Física. Luciana, Carlos Eduardo (Penna), Francisco e eu, Fabiano, acreditamos nessa Educação Física Escolar Crítico-Libertadora, que transforma histórias de vida que escrevem outras histórias com seus corpos em processo de libertação.

Referências:

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm
NUNES, Luciana de Oliveira. *Pedagogia da oprimida: o aprender da Professora de Educação Física pela experiência autoetnográfica inspirada em Paulo Freire*. Porto Alegre: ed. da autora, 2025. Disponível em: <https://tinyurl.com/4dfxrj45>

6 60 ANOS DO GOLPE DE 1964 E 40 ANOS DA CAMPANHA DIRETAS JÁ!



Lembrar ou esquecer? Sobre a superação de um trauma coletivo que ainda gera sofrimento e sangra, todos os dias!¹

Marco Mello, Fernanda Feltes, César Rolim, Josiane Mozer

De quando em vez, ao acumularmos forças suficientes, é preciso enfrentarmos os monstros que nos habitam ou nos rondam, à espreita do momento para o bote traiçoeiro. E, ao fazermos esse movimento arrojado, que nasce da memória e do conhecimento historicamente sistematizado, precisamos expulsá-los, energicamente, para longe de nosso horizonte, de nossas subjetividades, de nossa História e memória coletivas que sangram, todos os dias, em um ciclo de sofrimento e dor inominável.

O nome e sobrenome desse monstro? *Ditadura empresarial-militar* que, através de um violento golpe de Estado, em 1º de abril de 1964, exatas seis décadas atrás, pôs fim à experiência democrática. E, durante ao menos 21 anos, perseguiu, violentou e tentou calar as vozes dissonantes que não se conformaram com as opressões e violências cometidas a partir da chamada Doutrina de Segurança Nacional.



A cor do sangue é vermelha

Uma nova historiografia vem revelando que não foram apenas os setores da vanguarda política e cultural que se opuseram abertamente ao golpe, mas sim os atingidos pela Ditadura. Foram centenas de milhares os atingidos e atingidas, trabalhadores(as) rurais, quilombolas, pessoas LGBTQIAP+s, defensores(as) dos Direitos Humanos, ativistas de causas sociais diversas. Dezenas de povos indígenas tiveram suas terras expropriadas, foram submetidos a humilhações, perseguições, prisões arbitrárias, perda de emprego, ao “amansamento” e desaparecimento. Uma geração inteira teve sua formação ceifada na raiz.

¹ Publicado originalmente como Artigo de Opinião no Jornal Brasil de Fato RS em 19 abr. 2025.

Ditadura, nunca mais!

Segundo os três alentados e consistentes volumes do Relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014), que concluíram seus trabalhos sob o governo da presidenta Dilma Rousseff, cerca de 20.000 pessoas foram sequestradas e torturadas no período, 434 delas foram mortas pelo Estado brasileiro, milhares tiveram que buscar no exílio ou na clandestinidade formas de fuga da sanha persecutória. Centenas ainda estão na lista de desaparecimentos forçados. Estima-se que cerca de 500 mil pessoas foram investigadas através dos temidos inquéritos administrativos, Inquéritos Policiais Militares (IPMs), arapongagens e detenções no temido DOI-Codi (Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna), aparato de repressão e tortura massiva sob o comando dos militares em conluio com as polícias civis nos estados.

Universidades e escolas foram amordaçadas, a imprensa censurada, a cultura e as artes vigiadas com severidade, a liberdade encarcerada e a dignidade humana riscada dos dicionários.

Não é possível esquecer! Necessário lembrar, inclusive, para que nunca mais aconteça! Essas feridas sangram, todos os dias.

Sem impunidade para os golpistas

Para que ela não se repita, para que não nos assombre novamente, não é possível fazer-se de avestruz e enterrar a cabeça na terra e, em nome de uma duvidosa e instável governabilidade, ou em benefício de um revisionismo que suaviza tão temerário passado recente, apagar com borracha a História e fazer de conta que o monstro não está ali, dobrando a esquina, à espreita para um novo ataque. É preciso identificar e punir nossos algozes.

Pesquisas recentes demonstram que a decisão pela ruptura democrática em 1964 partiu da articulação entre setores do empresariado nacional ligados às multinacionais, a políticos pertencentes ou ligados à economia agroexportadora, a setores reacionários da Igreja Católica, a setores das Forças Armadas e a representantes do capital transnacional, com o apoio dos Estados Unidos. Identificá-los, nomeá-los e responsabilizá-los é imprescindível para que se faça Justiça e Reparação!

O esquecimento deliberado da barbárie é um desserviço à cidadania e, além de reforçar a impunidade, preserva os interesses de ontem e de hoje das classes dominantes e dos grupos a ela associados.

Um convite aos leitores e leitoras do Brasil de Fato

Queremos fazer aqui um convite, através do Brasil de Fato RS, aos seus

leitores e leitoras sempre atentos às boas lutas, para se somar a uma iniciativa que vai na direção do teor anunciado neste artigo.

Nossa evocação é também celebrativa! Foi através de uma memorável Campanha pelas eleições diretas para presidência do país, as *Diretas Já*, há quarenta anos, em 1984, que milhares de pessoas foram às ruas para participar de inesquecíveis e gigantescos comícios. Embora derrotados na pretensão inicial, fomos vitoriosos(os) quando ganhamos as ruas, os bancos universitários, a imprensa, o debate público e contagiamos corações e mentes para a necessária redemocratização do país.

Eis nosso convite:

Seminário de descomemoração do Golpe de 1964 e de celebração dos 40 anos da Campanha Diretas Já!

Entre os dias 26 e 27 de abril, a seção gaúcha do GT História e Marxismo da ANPUH e o Coletivo de Professoras e Professores de História da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre – CPHIS - realizam o *Seminário 60 anos do Golpe de 1964, 40 anos das Diretas Já*. A atividade ocorrerá no auditório do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (Rua Sete de Setembro, 1020 - Centro Histórico, Porto Alegre).

As inscrições estão abertas até o dia 24/04 para apresentadores, e até o dia 27 para ouvintes. Haverá certificação para as duas modalidades.



SEMINÁRIO:
60 ANOS DO GOLPE DE 1964
40 ANOS DAS DIRETAS JÁ!

Programação:

26/04
Debate: Carla Rodeghero (UFRGS) | Nilo Piana de Castro (Colégio de Aplicação da UFRGS) | Graciela Bonassa García (UFRJ)

27/04
Oficinas: Coletivo Memória e Luta | Ananda Simões Fernandes

Relatos e práticas: ensino, pesquisa e extensão.

Local: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
Evento com certificação - GT Hist e Marxismo

Para mais informações acesse:
[@gt_historiaemarxismo_rs](https://www.instagram.com/gt_historiaemarxismo_rs)

Organização:

Patrocinadores:

Programação

Na noite de 26 de abril, às 19h, um debate reunirá os professores pesquisadores Carla Rodeghero (UFRGS), Graciela Bonassa Garcia (UFRRJ) e Nilo Piana de Castro (Colégio de Aplicação – UFRGS). O debate analisa a Ditadura Empresarial – Militar imposta ao país entre 1964 e 1985, além de refletir sobre as consequências do processo no tempo presente e examinar as características do processo de abertura política e a transição para a Nova República.

Na manhã do sábado, dia 27 de abril, o Seminário segue entre às 8h30min e às 12h30min. Das 8h30min às 10h30min, ocorrem duas oficinas. Uma delas fica a cargo da Professora Regina Xavier (UFRGS), que integra o Coletivo Memória e Luta. A ministrante vai explorar as estratégias utilizadas pelo Coletivo para reparar atos da ditadura dentro da UFRGS, como os expurgos de professores.

Outra oficina será ministrada pela Diretora do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, a Historiadora Ananda Simões Fernandes. Ananda vai abordar a importância e as possibilidades do Arquivo para pesquisas sobre a ditadura.

Cada oficina terá uma hora de duração. Para participar, basta se inscrever no evento na modalidade ouvinte.

No fim da manhã, entre às 10h30min e às 12h30min, pesquisadores em ensino, pesquisa e extensão, da Educação Básica à Universidade, são convidados a compartilhar suas experiências em assuntos relativos à temática geral do evento. Para participar nessa etapa, é necessário se inscrever na modalidade apresentação.

Coletivos em movimento

A iniciativa é uma parceria do GT História e Marxismo da ANPUH/RS e do CPHIS – Coletivo de Professoras e Professores de História da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre.

O Seminário também conta com o apoio do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul; da Associação Brasileira de Ensino de História (ABEH), da ASSUFRGS – Sindicato dos Técnico-Administrativos da UFRGS, UFCSPA e IFRS; da Coalizão 1964-2024 – Ditadura: Memória, Verdade, Justiça e Reparação, Não repetição; do Coletivo Memória e Luta; do Grupo de Pesquisa Aula Inacabada; do LHIESTE/UFRGS - Laboratório de Ensino de História e Educação; do Projeto PoAncestral; e do SIMPA – Sindicato dos Municipários de Porto Alegre.

A memória coletiva como expressão da luta de classes: disputas em torno da Ditadura e das Diretas Já!¹

Josiane Mozer, Fernanda Feltes, César Rolim, Marco Mello

*“O dom de despertar no passado as centelhas da esperança
é privilégio exclusivo do historiador convencido de que
também os mortos não estarão em segurança se o inimigo
vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer”²*

Walter Benjamin

Duas efemérides são especialmente lembradas na esfera pública ao longo do ano de 2024: os 60 anos do golpe empresarial-militar de 1964 e os 40 anos da campanha das Diretas Já!. Situá-las em uma perspectiva de análise mais ampla, e em conjunto, nos convida a refletir sobre as formas que a luta de classes assume sob determinada conjuntura histórica, em nossa sociedade, assim como a dialogar sobre a importância das lutas em defesa da democracia no país.

Há 60 anos, o Golpe foi o produto de uma articulação entre setores do empresariado nacional ligados às multinacionais, com o apoio sistemático da mídia corporativa, de políticos conservadores ligados à economia agroexportadora e às propostas liberais para o desenvolvimento econômico nacional, e de setores reacionários da Igreja Católica, em aliança com a burguesia econômica transnacional, articulada sob a liderança dos Estados Unidos, que promoveu diversas ações no sentido de desestabilizar o governo João Goulart. Essas ações se intensificaram especialmente desde a tentativa de golpe em agosto de 1961, a partir da renúncia de Jânio Quadros e da Campanha da Legalidade, liderada por Leonel Brizola.

A aliança buscou conter avanços econômicos e sociais em curso no Brasil sob o governo de Goulart. Convencidos de que o projeto econômico que se opunha ao projeto nacional-desenvolvimentista não ganharia os “corações e mentes” da população, decidiram romper com a democracia existente. Impuseram pela violência um projeto de nação adequado à expansão do capitalismo dependente e associado aos interesses econômicos dos países centrais do sistema. Como consequência, a partir da influência da Doutrina de Segurança Nacional, seguiram-se anos de uma terrível ditadura que perseguiu, prendeu, matou, torturou,

¹ Artigo de Opinião, publicado originalmente no Jornal Sul21 em 23 de abr. 2024.

² BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: *Magia e técnica, arte e política – Obras escolhidas*; v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 224.

censurou, amordaçou cidadãos por 21 anos. Mas, ainda assim, não foi capaz de esvaziar a resistência, que, renovada a cada dia, seguiu a luta em busca do restabelecimento da democracia no país.

A *Campanha pelas Diretas Já!* expressou o ápice de um processo contínuo de luta popular contra a ditadura ao longo dos anos. Ao eclodir a Campanha, que buscava assegurar apoio à Emenda Constitucional nº 05/1983 (popularmente conhecida como Emenda Dante de Oliveira, proposta para a retomada de eleições diretas para a Presidência do país), a população ocupou as ruas e as praças, aglutinando personalidades públicas, artistas e movimentos populares diversos aos movimentos da política junto ao Congresso Nacional.

Após anos de ditadura, o que ressurgiu com o movimento pelas eleições diretas não foi a disposição popular para lutas mais radicalizadas, mas a sua face pública, aberta, saída das catacumbas da repressão. Embora considerado o maior movimento popular da história do Brasil, na campanha pelas Diretas as pautas das(os) trabalhadoras(es) não foram vitoriosas. Capturada pelas mesmas classes dominantes que antes tinham promovido o golpe empresarial-militar e inserida na estratégia geral da famigerada “abertura lenta, gradual e segura” orquestrada pelos militares, a Campanha resumiu-se à votação da Emenda Dante de Oliveira, também ela derrotada, justamente no dia 25 de abril de 1984, há exatos 40 anos. Estava em curso a construção de um caminho “seguro” de transição, no qual seriam preservados os interesses da associação entre a burguesia brasileira e o capital monopolista, e contidas as possibilidades de uma radicalização popular, quer fosse pela eleição de um governo de caráter popular, quer fosse pela ampla participação da sociedade nos rumos do país.

A luta pela memória coletiva, que é uma das formas da luta de classes, não escapou dessa captura. É preciso que nós, classe trabalhadora, compreendamos os mecanismos de controle coletivo da memória e identifiquemos os espaços em que esse controle se manifesta. A mídia corporativa é um desses espaços, mas não é o único e talvez nem o mais importante. A memória de luta também pode ser ceifada no lugar onde se produz conhecimento científico e onde se propaga esse conhecimento. E aqui nos referimos especificamente à universidade e às escolas.

A historiografia é, também, campo de batalha da História e da memória. Nela não se opera propriamente o apagamento da ditadura ou da luta popular contra o regime ditatorial, mas interpretações que obscurecem a compreensão da totalidade do fenômeno e suas múltiplas conexões. Sob o manto do revisionismo, constroem-se análises que reduzem o tempo da existência da ditadura, por exemplo, que a conside-

ram branda, ou que a justificam, na sua face mais terrível, como consequência provocada pela luta armada sob a teoria dos dois demônios. Ou, ainda, análises que ajudam a invisibilizar os setores da sociedade realmente implicados na articulação do golpe e em sua sustentação, apoiando-se numa vaga e imprecisa teoria sobre uma suposta “gênese autoritária da sociedade brasileira”, que teria fundamentado essa ditadura empresarial-militar. Essas “análises” alimentam a mídia conservadora, os livros didáticos voltados para estudantes da Educação Básica, minimizam a importância da luta popular e deixam ilesos (e impunes) os responsáveis diretos, não apenas pela ditadura, mas pelas mazelas sociais que nos afligem diariamente.

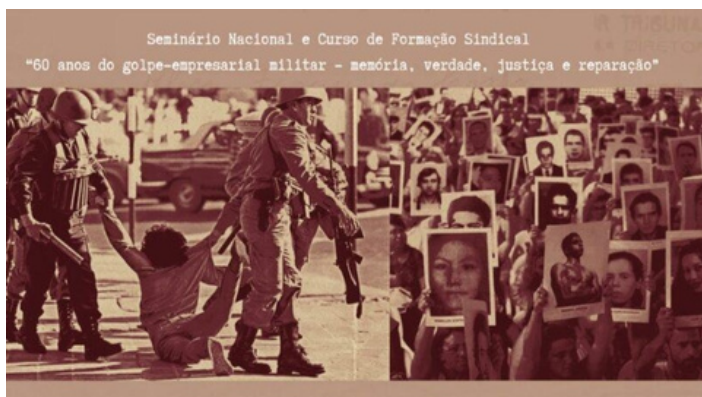
Com o objetivo de colaborar com um debate crítico sobre o processo histórico da ditadura brasileira, o GT História e Marxismo, seção gaúcha da ANPUH (Associação Nacional de História) e o Coletivo de Professoras e Professores da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre, CPHIS, convidam para o Seminário 60 Anos do Golpe de 1964 e 40 Anos das Diretas Já!

O Seminário ocorre entre os dias 26 e 27 de abril de 2024, no auditório do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (R. Sete de Setembro, 1020 – Centro Histórico, Porto Alegre). Na noite de 26 de abril, às 19h, um debate reunirá os professores pesquisadores Carla Rodeghero (UFRGS), Graciela Bonassa Garcia (UFRRJ) e Nilo Piana de Castro (Colégio de Aplicação – UFRGS). Na manhã do sábado, dia 27, ocorrerão oficinas temáticas e relatos de experiência de ensino, pesquisa e extensão, da Educação Básica à Universidade.

O ensino de história diante de golpes de Estado e ditaduras¹

César Rolim, Marco Mello, Vicente Schneider

Na próxima sexta-feira, 22 de novembro de 2024, o CPHIS (Coletivo de Professores(as) de História da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre), participará do *Seminário Nacional “60 anos do Golpe de Estado de 1964 – Memória, Verdade, Justiça e Reparação”*, na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre (RS), promovido pelo ANDES-SN (Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – Sindicato Nacional).



O evento, programado inicialmente para acontecer em maio, foi transferido em função da catástrofe socioambiental e da má gestão pública que afetou severamente o Estado. Ele acontece em um momento histórico de fundamental importância para a democracia brasileira diante de atos golpistas recentes que deixaram estarecida a sociedade.

O projeto de morte da extrema-direita golpista: do homem-bomba ao plano de assassinato do Presidente da República, do Vice e de Ministro do STF

Durante o período de Bolsonaro na presidência da República vivenciamos a aplicação de um projeto político-econômico, liderado pela extrema-direita, que buscou, entre outras ações de necropolítica, o silenci-

¹ Publicado originalmente como texto de divulgação no Site do Sindicato dos Municipários de Porto Alegre (SIMPA) em 22 nov. 2024.

amento e o revisionismo em relação à memória e história da ditadura civil-empresarial. Ao utilizar as redes sociais como estratégia de engajamento e mobilização, essa extrema-direita com viés neofascista e ultraliberal estimulou o surgimento de um arcabouço de ideias de absoluto descrédito na democracia e em suas instituições.

Os acampamentos em frente aos quartéis, antes da posse, os ataques terroristas do 8 de janeiro de 2023, o homem-bomba de Santa Catarina e a descoberta do plano de assassinato de Lula, Alckmin e Alexandre de Moraes: todas essas ações têm como inspiração a deslegitimação da democracia e a crença de que uma ditadura empresarial-militar, com o seu projeto antipovo, pode ser a solução para possíveis problemas socioeconômicos.

Eles ainda estão aqui

Tal iniciativa se reveste de um importante significado diante de um cenário preocupante no âmbito local, na capital do estado do RS. A coalizão vencedora das eleições municipais e que governará Porto Alegre a partir de 2025 terá no poder Sebastião Melo (MDB), reeleito, e Betina Worn (PL) — uma ilustre desconhecida, militar, bolsonarista declarada e que (especula-se) possa ficar no lugar de Melo se houver mudança no tabuleiro e ele se candidatar a Governador em 2026. Betina é apadrinhada pelo Deputado Federal e tenente-coronel Zucco, também do Partido Liberal e expressão maior da sanha fascista no Estado, que emplacou, nos últimos dias, a indicação do novo secretário de educação, o atual Prefeito de Esteio, Leonardo Pascoal.

A julgar pelo seu histórico, Pascoal tende a aprofundar a agenda do gerencialismo tecnicista — obcecado pelos resultados nos testes de avaliação —, ampliar as privatizações na educação, mudar as regras de eleição para a eleição das direções das escolas, apostilar a organização dos currículos e intensificar as tentativas de controle do trabalho docente.

Tramita na Câmara Municipal de Vereadores, desde 2022, o Projeto de Lei (PL) de parlamentar de direita que fere a liberdade de ensino e de cátedra e tenciona implementar a censura nas escolas. A proposta é considerada inconstitucional pela Justiça em diversos Municípios e Estados. A bancada de partidos de oposição e o Sindicato dos Municipários de Porto Alegre (SIMPA) têm envidado esforços para barrar a iniciativa. Mas o PL ganha relevo diante da conjuntura.

Eles estão aqui — os militares — e muito mais perto do que se poderia imaginar, o que significa que 2025 será um ano de muita luta para a cidadania ativa e em especial para os servidores públicos e as organizações de nossa classe.

Escola Sem Mordça

A defesa do direito à educação pública, democrática, laica e de qualidade socialmente referenciada é um dos pilares fundamentais para que se assegure direitos humanos fundamentais para efetivação da cidadania. Ela também é geradora de novos direitos potenciais, algo crucial em um país com tantas assimetrias e desigualdades sociais. Em nossas agendas, não podemos descuidar de um duplo compromisso, que é indissociável: a defesa da escola pública popular e a liberdade de ensino dos(das) docentes.

Assume destaque, nesses tempos difíceis, ensinar às novas gerações o que foi a atrocidade da ditadura empresarial militar que, a partir de um golpe de Estado, durante 21 anos, tolheu as liberdades democráticas, semeou o medo, perseguiu seus opositores, censurou a imprensa e a livre organização na sociedade, expurgou, torturou e matou centenas em nome de uma suposta “liberdade” e do “anticomunismo”. Para ativarmos essa memória, deixamos um convite aos leitores da ASSUFRGS.

O Ensino de História à contrapelo

A mesa de debates “*O ensino do golpe empresarial-militar de 1964: experiências e práticas pedagógicas*”, na qual faremos uma participação, será voltada às professoras e aos professores de História do Ensino Fundamental, aos estudantes da Faculdade de Educação e a demais interessados(as). No atual contexto de ascensão dos discursos negacionistas e revisionistas apologeticos da ditadura, a discussão acerca do ensino da ditadura fundamenta-se nas diretrizes da educação para os direitos humanos que, entre as suas dimensões, destaca a educação para o “Nunca mais”, a fim de que os períodos traumáticos e sensíveis das ditaduras nunca mais aconteçam e que suas permanências sejam superadas.



A atividade contará com a presença dos professores de História Vicente Schneider e Fernando Nunes, que irão fazer um relato das práticas pedagógicas desenvolvidas na Rede de Educação Básica.

Programação diversa e qualificada

O Seminário do ANDES-SN teve início nesta quinta-feira, 21 de novembro de 2024, com uma “Oficina de compartilhamento de experiências e fomento de ações nas seções sindicais para criação de Comissões da Verdade e des-homenagens a perpetradores de crimes, defensores e cúmplices da ditadura”. Algo atualíssimo diante de uma conjuntura eletrizante nas últimas semanas!

Ainda nesta quinta, à tarde, haverá uma mesa-redonda com o tema “Memória, Verdade, Justiça e Reparação: ontem e hoje” que contará com especialistas no tema, pesquisadores de diversas universidades do país, anistiados políticos e ativistas dos Direitos Humanos. À tardinha, destaque para a Conferência: “O sentido de classe do golpe de 1964 e da ditadura: um debate necessário em tempos de neofascismo”, com o historiador Demian Bezerra de Melo (UFF). A noite fecha com um espetáculo musical com Nei Lisboa.

Na sexta, haverá ainda as Mesas: “A luta por memória, verdade, justiça e reparação no Cone Sul da América Latina”, pela manhã, e à tarde, “Responsabilidade empresarial pela ditadura”, além da exibição do documentário “ADUFRGS e ANDES: história de um golpe”.

As diversidades identitárias também estão contempladas com uma mesa à tardinha que leva o título “A ditadura e a repressão contra populações trabalhadoras, negras, periféricas, indígenas, quilombolas e LGBTI+”.

No sábado, uma atividade especial será um Auto-homenagem: “Enrique Serra Padrós: memória, verdade, justiça e reparação”, com a participação da ativista uruguaia Lilián Celiberti, de colegas e ex-alunos de Enrique Serra Padrós, que foi professor da UFRGS.

O encerramento será com um Ato público “Memória, Verdade, Justiça, Reparação e Luta Antirracista”, que terá a participação do bloco “Cuidado que já nos viram”, com o Mestre Edu Nascimento, para o qual todos estão convidados a se integrarem.

A programação completa pode ser acessada no link: <https://tinyurl.com/mumhcxnf>

A problematização dos passados presentes da ditadura civil-militar a partir da crítica documental: Oficina para os Direitos Humanos na EMEF Governador Ildo Meneghetti (POA-RS)

Vicente dos Santos Schneider

A presente proposta pedagógica foi elaborada e aplicada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Governador Ildo Meneghetti, localizada na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, no âmbito da Dissertação de Mestrado no Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProffHistória) – UFRGS. A pesquisa teve como objeto a concepção, a elaboração e a aplicação de uma oficina de prática de leitura crítica documental de fontes selecionadas com o objetivo de identificar e problematizar as continuidades da ditadura civil-militar a partir da história do bairro Grande Santa Rosa e da EMEF Governador Ildo Meneghetti. No atual contexto de ascensão dos discursos negacionistas e revisionistas apologeticos da ditadura, a prática pedagógica fundamentou-se nas diretrizes da educação para os direitos humanos que, entre as suas dimensões, destaca a educação para o “Nunca mais”, a fim de que os períodos traumáticos e sensíveis das ditaduras nunca mais aconteçam e que suas permanências sejam superadas.

Escola e bairro como lugares da memória

O primeiro passo para estruturar a prática da oficina foi refletir junto aos(as) alunos(as) acerca do reconhecimento da escola e do bairro como lugares de memória. O historiador francês Pierre Nora cunhou a expressão “lugares de memória” para designar aqueles espaços identificados simultaneamente como materiais, simbólicos e funcionais. Nestes espaços, a memória é revivida e ritualizada para dar vivência a uma história constituída. Sobre isso, Nora (1993) faz a seguinte reflexão:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentido que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. (NORA, 1993, p. 13)

Nessa perspectiva, os símbolos nacionais, monumentos, heróis e as homenagens postas nos espaços públicos não são fenômenos desprezíveis, pelo contrário, são elementos construídos com um determinado objetivo político no terreno de disputa da memória coletiva. Isso posto, identificamos na cidade de Porto Alegre diversos lugares de memória que evocam o passado ditatorial recente sob a perspectiva de um enquadramento constituído ainda no período da ditadura civil-militar.

São os casos dos lugares públicos que homenageiam o ditador Marechal Humberto Castello Branco: a avenida que dá acesso à entrada da cidade e uma escultura localizada no Parque Moinhos de Vento, o popular “Parcão”. Há também a Escola Estadual de Ensino Médio Presidente Costa e Silva e o Colégio Estadual Presidente Arthur da Costa e Silva, nomes que homenageiam o segundo presidente-ditador do período ditatorial. O caso da Escola Municipal de Ensino Fundamental Governador Ildo Meneghetti também se insere nesse processo de enquadramento. Segundo Pollak (1989, p. 10), o trabalho de enquadramento da memória envolve, além da produção de discursos organizados, os rastros materiais. Nesse sentido, as construções materiais se convertem em pontos de referências de um passado distante que acabam por integrar sentimentos e noções de pertencimento (POLLAK, 1989, p. 10). O enquadramento da memória trata-se, portanto, de uma memória coletiva construída e imposta. O nome da escola homenageia o governador do Rio Grande do Sul entre os anos de 1963 e 1966, que teve uma atuação destacada na articulação e consolidação do golpe civil-militar de 1964. A formação do bairro onde se localiza a escola foi fruto de um processo de urbanização desordenado marcado por conflitos e contradições decorrentes de um projeto econômico excludente que teve início nas décadas de 1940 e 1950. Tal processo se acentuou nas décadas posteriores de 1960 e 1970, durante a ditadura civil-militar.

Oficina para os Direitos Humanos

A edificação da oficina teve por base a leitura crítica de documentos proporcionou o estabelecimento de pontes entre os passados sensíveis da ditadura e suas permanências no presente a partir de dois aspectos principais: o primeiro, a formação do Bairro Nova Santa Rosa no contexto de um processo de ocupação urbana decorrente do projeto econômico excludente e autoritário da ditadura civil-militar e os problemas sociais do presente. O segundo, a disputa da memória da ditadura na atualidade a partir do nome da escola que faz referência, como já foi mencionado, a uma figura pública ligada ao golpe de 1964 no Rio Grande do Sul.

A aplicação da oficina ocorreu entre os meses de novembro e dezembro de 2023 com as turmas do 9º ano do Ensino Fundamental. O percurso didático foi organizado em cinco encontros estruturados em uma aula introdutória sobre a temática do Golpe de 1964 e as características da ditadura civil-militar, três encontros destinados à leitura crítica dos documentos e o último encontro designado para a elaboração do trabalho final. Os documentos selecionados foram os seguintes: decretos do Governo do Rio Grande do Sul de 31 de Março de 1964, assinados pelo então governador Ildo Meneghetti; reportagem da *Revista Manchete* de 16 de agosto de 1964,

que exalta o papel do governador Ildo Meneghetti na “Revolução” de 1964; depoimentos do professor Luís Domingos Ramos sobre o loteamento que deu origem ao Bairro Nova Santa Rosa e depoimentos de moradores da região da Grande Santa Rosa acerca das condições sociais do contexto da ocupação e formação dos bairros.

As turmas foram divididas em grupos de cinco alunos(as) que tinham como missão realizar a leitura dos documentos selecionados, bem como responder um questionário com perguntas relacionadas a cada fonte analisada. Os documentos e os questionários foram entregues aos alunos(as) envoltos de envelopes com canetas e lupas. O material despertou a curiosidade dos(as) alunos(as), pois tratava-se de um tipo de recurso diferente do que habitualmente costumávamos utilizar nas aulas. Os questionários conduziram a indagação crítica dos documentos. Ao final de cada encontro, cada grupo apresentou as suas percepções acerca dos documentos e as suas respostas, gerando um debate mediado pelo professor, quando foi possível costurar relações entre o passado e o presente no âmbito da memória e dos problemas sociais. Após o trabalho da investigação das fontes, no último encontro, os(as) alunos(as) construíram cartazes expressando os elementos da ditadura que eles não gostariam que ocorressem novamente ou que não continuassem se perpetuando na atualidade. Ao final, os trabalhos foram expostos no corredor de entrada da escola no “Mural do Nunca Mais”.

O trabalho da oficina realizado com as turmas do 9º ano em 2023 acabou por proporcionar uma repercussão maior do que imaginávamos. A direção e a supervisão escolar se sensibilizaram com o impacto dos debates e assumiram o compromisso ético e político com a memória, a verdade e a justiça. À vista disso, foi incluído no calendário escolar de 2024 o evento “Semana do Direito à Memória e à Verdade: 60 do golpe civil-militar de 1964”, que teve como intuito retomar as problematizações da oficina com todas as turmas dos anos finais do Ensino Fundamental. A programação da Semana foi construída através do diálogo entre a equipe diretiva da escola, os professores(as) da área de ciências humanas e demais professores(as) interessados(as). A ideia central era construir atividades dinâmicas que envolvessem os(as) alunos(as) para além da escuta; por isso, a opção por oficinas ministradas por pesquisadores(as) dos mais variados recortes do tema da ditadura civil-militar. Desta forma, os temas das oficinas buscaram abordar as variadas formas de resistência por grupos que muitas vezes foram invisibilizados pela historiografia, tais como mulheres, negros, LGBTQs e comunidades periféricas.

Nas três semanas do evento foram realizadas dez sessões de cinema, oito oficinas ministradas por pesquisadores e professores convidados, três

rodas de conversa e três exposições em parceria com o Projeto Caminhos da Ditadura em Porto Alegre, o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERs) e o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs). Para encerrar as atividades, realizamos, no dia 18 de abril, uma mesa de debate com a presença do Dr. Benito Bisso Schmidt, professor do departamento de História da UFRGS e da Dra. Ananda Simões, historiadora do Arquivo Histórico do RS. Enquanto o encerramento ocorria, colocamos no pátio da escola um painel com os seguintes dizeres: “*Ildo Menghetti apoiou a Ditadura. Não merece nossa homenagem. Vamos trocar o nome da escola? Qual nome você indica?*”. Assim, os(as) alunos(as) e professores(as) puderam deixar suas sugestões para a modificação do nome da escola, visto que o trabalho realizado resultou no entendimento da comunidade escolar de que não nos sentimos à vontade para estudar e trabalhar em uma escola que carrega como símbolo um artífice do golpe de 1964 e da ditadura civil-militar.

Segunda edição: Semana do Direito à Memória e à Verdade

Em 2025, ampliamos o diálogo com a comunidade escolar e realizamos a segunda edição da *Semana do Direito à Memória e à Verdade* da nossa escola. Construímos novas oficinas com pesquisadores doutores da área e uma roda de conversa com Suzana Lisboa, que dedicou sua vida à busca pela verdade atuando na Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos, e com Ignez Maria Serpa, que enfrentou a prisão e a tortura. Duas mulheres que combateram a ditadura e que, com coragem, foram protagonistas da história do Brasil. O encerramento do evento contou com performances emocionantes de dança e teatro, exposição de trabalhos dos alunos e um show histórico do cantor Nei Lisboa, cujas músicas foram trabalhadas pelos professores junto aos alunos em sala de aula.

Em conclusão, consideramos que a oficina de crítica documental que aplicamos no ano de 2023 resultou no engajamento da comunidade escolar para a realização das duas edições da Semana do Direito à Memória e à Verdade. A identificação dos passados presentes da ditadura no ambiente escolar e do bairro estimulou a tomada de consciência dos(as) estudantes e professores(as) no terreno da disputa da memória e, consequentemente, promoveu a afirmação de uma cultura democrática. Assim sendo, penso que esse trabalho também demonstrou que o ensino de história pode se converter em uma ferramenta eficaz na construção de uma “memória de qualidade” com objetivo de promover a expansão da cidadania e a superação dos símbolos da ditadura nos espaços públicos. É isso que começamos a edificar na escola que ainda se chama EMEF Governador Ildo Meneghetti.



Imagem: Cartazes produzidos pelos(as) estudantes e expostos no mural do “Nunca mais”. Fonte: acervo pessoal



Imagem: Susana Lisboa e Maria Ignez Serpa homenageadas pelos alunos após a roda de conversa. Fonte: acervo pessoal



Imagem: Show de Nei Lisboa.
Fonte: acervo pessoal.



Imagem: Estudantes escrevem sugestões para a troca do nome da Escola no mural. Fonte: acervo pessoal

Referências:

- ALBERTI, Verena. Ditadura militar brasileira nas aulas de história. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 13, n. 33, p. e0102, 2021. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180313332021e0102>. Acesso em: 15 maio 2022.
- BARCELLOS, Jorge Alberto Soares; NUNES, Marion Kruse; VILARINO, Maria da Graça Andrade. *Memória dos Bairros: a Grande Santa Rosa*. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, 1993.
- BAUER, Caroline Silveira; GASPAROTTO, Alessandra. O ensino de história e os usos do passado: a ditadura civil-militar em sala de aula. In: ANDRADE, Juliana Alves de; PEREIRA, Nilton Mullet (Org.). *Ensino de História e suas práticas de pesquisa*. São Leopoldo: Oikos, 2021. p. 438-451.
- CANDAUI, Vera. *Educação em direitos humanos: desafios atuais*. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. *Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos*. João Pessoa: Editora Universitária. 2007. p. 399-411.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.
- PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. O que pode o ensino de História? Sobre o uso de fontes na sala de aula. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 113-128, dez. 2008.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- SCHMIDT, Benito Bisso. De quanta memória precisa uma democracia? uma reflexão sobre as relações entre práticas memoriais e práticas democráticas no Brasil atual. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 22, n. 42, p. 153-177, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1983-201X.54042>. Acesso em: 13 mar. 2023.
- TAVARES, Celma. Educar para o nunca mais: experiências educativas em lugares de memória na Argentina, Brasil e Chile. *Momento – Diálogos em Educação*, v. 31, n. 1, p. 95-115, 2022. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/13633>. Acesso em: 12 maio 2022.

Por justiça, reparação e punição aos crimes da ditadura, ainda estamos aqui!¹

César Rolim, Fernanda Feltes, Frederico Bartz

“A família Rubens Paiva não é a vítima da ditadura, o país que é.
O crime foi contra a humanidade, não contra Rubens Paiva”.

Ainda estou aqui – Marcelo Rubens Paiva

O filme *Ainda estou aqui* tem obtido um grande reconhecimento de crítica e público. Milhares de pessoas têm ido às salas de cinema Brasil afora para assistir à adaptação do livro homônimo de Marcelo Rubens Paiva, que mostra o drama vivenciado pela sua família (Rubens, Eunice e seus cinco filhos) durante um dos períodos mais violentos da ditadura empresarial-militar implantada a partir do golpe de 1964.

Uma cena, em especial, desperta a atenção ao enquadrar uma notícia do Jornal do Brasil, de 28 de janeiro de 1971, na qual se lê que “Reitor da UFRGS pune quatro diretores de centros a partir do Decreto 477”[1]. Na matéria do periódico, consta que o “Reitor da UFRGS, Eduardo Faraco, puniu quatro presidentes de centros acadêmicos com base no Decreto-Lei 477, afastando-os de suas escolas e automaticamente impedindo-os de se matricular em qualquer outra do país, dentro de um prazo de três anos”.

O decreto 477/1969[2] definia infrações disciplinares praticadas por professores, alunos e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados. Em seu artigo 1º, o decreto tipificava essas infrações disciplinares, dentre as quais constavam a prática de atos destinados à organização de *movimentos subversivos* e a distribuição de *material subversivo*. Os punidos, com base no Decreto-Lei nº 477, foram: o presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE), Luiz Oscar Matzenbacher; o presidente do Conselho Deliberativo do DCE e do Centro Acadêmico de Engenharia, Renato Peixoto Dagnino; presidente do Centro Acadêmico de Economia, Renato Severo de Miranda; e o presidente do Centro Acadêmico de Filosofia, Luis Carlos Santana; além de outros 14 colegas, todos dirigentes de centros acadêmicos, e que foram absolvidos, na sindicância instaurada pela Reitoria da UFRGS.

A ação do reitor Faraco, que permaneceu no cargo por intervenção entre 1968 e 1972, evidenciava a perseguição e a repressão política ao movimento estudantil dentro dos espaços da Universidade, em consonância com os aparatos utilizados para reprimir as vozes que criticavam as violên-

¹ Artigo publicado originalmente no Jornal Brasil de Fato RS e no Site da ASSUFRGS, em 9 de dezembro de 2024.

Reitor da UFRGS pune quatro diretores de centros com base no Decreto 477

Porto Alegre (Sucursal) — O Reitor da Universidade do Rio Grande do Sul, Sr. Eduardo Paes, puniu quatro presidentes de centros acadêmicos com base no Decreto-Lei 477, afastando-os de suas escolas e automaticamente impedindo-os de se matricularem em qualquer outra do país, dentro de um prazo de três anos.

Os quatro punidos foram responsabilizados pela existência de uma nota apócrifa, distribuída pelo DCE, na qual os alunos da UFRGS eram convidados para assistir missa pelo 3.º dia de falecimento do estudante Ary Abreu Lima da Rosa, que morreu na Base Aérea de Canoas, onde estava preso, acusado de distribuir panfletos ilegais.

MAIS QUATORZE

Os punidos com base no Decreto-Lei 477 — presidente do Diretoria Central dos Estudantes, Luis Oscar Matzenbacher; presidente do Conselho Deliberativo do DCE e do Centro Acadêmico de Engenharia, Renato Peixoto Dagnino; presidente do Centro Acadêmico de Economia, Renato Severo de Miranda; e presidente do Centro Acadêmico da Faculdade de Filosofia, Luis Carlos Bastiani — foram incluídos com outros 14 colegas, todos dirigentes de centros acadêmicos, e que foram absolvidos, na audiência instaurada pela Reitoria da Universidade do Rio Grande do Sul.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1971, p. 4.

A decisão do Reitor foi divulgada na noite de ontem, e em seguida diversos centros acadêmicos não pertencentes à UFRGS se reuniram e decidiram mobilizar-se na ajuda aos colegas atingidos pela punição do Reitor.

AJUDA LEGAL

Os colegas dos punidos invocam o próprio Decreto-Lei 477, na defesa do direito de eles continuarem estudando, e alegam que a autoridade competente para aplicar a punição é "o dirigente do estabelecimento", no caso o diretor da escola em que estavam matriculados.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1971, p. 4.

cias cometidas em nome da Doutrina de Segurança Nacional. Dentro das universidades, aliás, foram instalados sistemas de vigilância e espionagem contra docentes[3], estudantes e técnicos-administrativos em educação, que resultaram em perseguições no trabalho, proibição de matrículas, interrupção de pesquisas acadêmicas, prisões, desaparecimentos e mortes de membros da comunidade acadêmica.

Na UFRGS, a entidade representativa do segmento estudantil, o DCE, era um dos alvos da repressão, como mostra o seguinte trecho da matéria do Jornal do Brasil: "Os quatro [estudantes] punidos foram responsabilizados pela existência de uma nota apócrifa, distribuída pelo DCE, na qual os alunos da UFRGS eram convidados para assistir a missa pelo 3º dia de falecimento do estudante Ary Abreu Lima da Rosa, que morreu na Base Aérea de Canoas, onde estava preso, acusado de distribuir panfletos ilegais"[4].

Da morte do estudante, de fato, decorreu a articulação de vários centros acadêmicos da UFRGS para a realização de uma missa em homenagem a Ary Abreu na Igreja do Rosário, em Porto Alegre. Na mesma época, foi elaborada uma nota assinada por vários presidentes de centros acadêmicos, na qual denunciavam a morte por tortura de Ary Abreu, "informação esta que os jornais de Porto Alegre não se atreveram a dar por estarem censurados. [...] O universitário Ary Abreu foi visto entrar com vida no Quartel General da 5ª Zona Aérea, [...] de onde saiu morto"[5]. O DCE-UFRGS se manifestou a respeito do caso, emitindo uma nota com o título de *A Morte de um Estudante*. No primeiro parágrafo, a nota enunciava:

A 28 de outubro do corrente ano, faleceu o estudante de Engenharia-UFRGS Ary Abreu Lima da Rosa, conhecido entre seus colegas como ‘Oscarito’, contando 21 anos de idade. Sua morte ocorreu quando estava cumprindo pena de seis meses de prisão na Base Aérea de Canoas. Morreu por quê?[6]

A Comissão de Inquérito investigou quem havia redigido a nota, o que resultou no expurgo dos estudantes Luiz Oscar Matzenbacher, Renato Miranda, Luiz Carlos Santana e Renato Dagnino, com base no Decreto nº 477. Luiz Matzenbacher lembra que “sabíamos apenas que Oscarito havia sido preso pelo DOPS-RS em 1969 [...] e que havia morrido no dia 28 de outubro de 1970. E até hoje não sei como Oscarito morreu. Alegaram que cometeu suicídio. Mas não apresentaram laudo médico. E muito menos permitiram a exumação do cadáver”[7]. Na matéria do Jornal do Brasil[8], consta que os colegas dos punidos invocaram o próprio Decreto Lei nº 477 na defesa do direito de continuarem estudando, e alegaram que a autoridade competente para aplicar a punição deveria ser o dirigente do estabelecimento, no caso o diretor da escola em que estavam matriculados.

Se, por um lado, a Reitoria agiu a fim de reprimir a mobilização estudantil, por outro, calou sobre a morte do estudante, pois não houve pronunciamento algum sobre o acontecimento por parte da Reitoria da UFRGS, do Diretor da Faculdade de Engenharia ou de outra autoridade pública. Para os representantes do DCE-UFRGS, isso teria representado uma tentativa “de abafar qualquer tentativa ou mesmo esboço de revolta do meio ao qual ele pertencia, contra a causa de sua morte”[9].

É difícil imaginar o quão difícil foi para os colegas e amigos de Oscarito, que, além de perder um companheiro, ainda tinham de se calar sobre a homenagem final que desejavam prestar a ele. As estruturas de poder da Universidade, em colaboração com a Ditadura, também ajudaram a cercar os espaços de liberdade dos sujeitos que lutavam contra o regime de exceção. A proibição da divulgação da Missa pelo Reitor era parte deste processo repressivo que procurava penetrar nos momentos mais íntimos do cotidiano.

A decisão do Reitor foi divulgada na noite de 27 de janeiro, e “em seguida diversos centros acadêmicos não pertencentes à UFRGS se reuniram e decidiram mobilizar-se na ajuda aos colegas atingidos pela punição do Reitor”[10]. Era nítida a mobilização estudantil, de outras instituições, inclusive, em solidariedade aos estudantes punidos injustamente pela decisão da Reitoria da Universidade.

Morte em circunstâncias controversas, como convinha à ditadura

No relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV)[11] consta que

Ary Abreu Lima da Rosa foi preso em 1969, com seu companheiro Paulo Walter Radtke, militante do Partido Operário Comunista (POC), por distribuírem panfletos aos candidatos ao vestibular na frente da Faculdade de Farmácia da UFRGS. Segundo o relatório do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), os dois estudantes, ao serem detidos, “tinham em seu poder grande número de panfletos que foram apreendidos [...], que criticam a política educacional do Governo Federal de maneira áspera e incitam os vestibulandos a se unirem com os estudantes e lutar contra o inimigo comum”[12].

Os estudantes defendiam o Movimento pela Universidade Crítica (MUC), além de denunciar a falta de vagas, criticar a ditadura, defender a legalização da UNE e incentivar os alunos a participar das eleições para o Diretório Central de Estudantes (DCE). A distribuição do material foi utilizada como argumento para que Ary e Paulo fossem enquadrados no artigo 38-II da Lei de Segurança Nacional em 28 de março de 1969. O Decreto nº 314/1967 punia por atos, palavras e opiniões consideradas contrárias ao regime militar. Os estudantes foram soltos algum tempo depois, mas o processo teve continuidade. Por esse motivo, decidiram passar à clandestinidade e mudar-se para São Paulo.

No dia 1º de setembro de 1969, segundo o relatório da CNV, após algum tempo vivendo na clandestinidade em São Paulo, Ary Abreu e Paulo Radtke foram condenados a seis meses de reclusão por crime “contra a segurança nacional” pelos juízes Rubens Medeiros e Raul Germano da Silva e pelos capitães Arnaldo de Souza Leão, Aldo Luís Ramos e Luís Ferreira dos Santos Filho. Por opção do pai de Ary, político influente da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e crítico à participação do filho no movimento, o estudante foi internado numa clínica psiquiátrica.

Ary permaneceu no Sanatório São José do dia 2 de setembro de 1969 ao dia 1º de setembro de 1970, onde foi submetido a tratamento farmacológico e psicoterapia de apoio. De acordo com o diagnóstico assinado pelo médico José Godoy Gavioli na ocasião da alta, Ary teria apresentado “reação esquizofreniforme, com ideias de conteúdo paranoide”. Sentia-se desadaptado no ambiente sociofamiliar com ideias de referência e de que não era benquisto pelos que o cercavam. Em junho de 1968, abandonou os estudos na faculdade como decorrência de seu baixo rendimento intelectual, consequência do estado emocional de então. Passou a apresentar ideias reformistas, principalmente de natureza materialista, identificando-se com princípios esquerdistas, socialismo ou mesmo, comunismo. Deixou crescer barba e cabelo como um ‘protesto ao mundo capitalista’. Tendo em vista ter realmente se envolvido em política estudantil de esquerda, onde procurava,

dentro de sua psicopatologia esquizoparanóide, pôr em prática aspectos quase delirantes das concepções que morbidamente defende, sugerimos a baixa, que foi aceita pelo paciente.[13]

Apesar deste diagnóstico ser chocante, ele pode ser entendido a partir de uma lógica que estigmatiza os militantes como sujeitos “desviantes”, que não poderiam estar com suas faculdades mentais “em ordem”, ao protestar contra a Ditadura e lutar por um mundo mais justo. No passado, as instituições psiquiátricas foram usadas muitas vezes com a finalidade de restringir a liberdade de sujeitos que não se adequaram a determinadas normas sociais, sendo comum os casos de internação de homossexuais, dissidentes políticos, mulheres que se revoltaram contra a opressão masculina, etc. A internação de Oscarito se enquadra neste modelo de controle social. Deste diagnóstico se depreende que a escolha pela militância política não podia ser entendida como um ato de vontade consciente, de uma escolha diante de uma situação social e politicamente revoltante, mas deveria ser entendida como uma patologia, que merecia o devido controle e tratamento.

No dia 2 de setembro de 1969, Ary foi transferido para o hospital da Base Aérea de Canoas (RS), local onde veio a falecer cerca de dois meses depois. Segundo o auto de necropsia, Ary foi encontrado morto às 11h, no interior de um banheiro do referido hospital. O exame histopatológico de 18 de novembro de 1970 apresentou como causas “edema cerebral”, “congestão no rim” e “edema pulmonar” em virtude de “suicídio”. O documento conclui que Ary teria cortado as próprias veias e morrido de “hemorragia externa, consecutiva a ferimento inciso”. No Inquérito Policial Militar (IPM), o Comandante do Quartel General da 5ª Zona Aérea afirma que “não houve nenhuma interferência do pessoal do Hospital da Aeronáutica de Canoas no ato de suicídio cometido por Ary de Abreu Lima da Costa”. Lá, ele só teria recebido “atenção e dedicação por parte de todos que com ele tinham contato”. O IPM ainda responsabiliza a visita da namorada, seguida pelo término do namoro, pelo agravamento da situação de fragilidade psicológica do rapaz e pelo suposto suicídio, tendo Ary deixado um bilhete de despedida aos seus familiares.

A versão oficial da morte é controversa: em primeiro lugar, pois é peculiar que Ary tenha sido transferido para o Hospital da Base Aérea no dia seguinte ao que recebeu alta no sanatório após a classificação como doente mental. Em depoimento à CEMDP, Raul Pont, colega de Ary, afirma que o jovem não pode ser considerado “doente mental”, mas sim militante do movimento estudantil gaúcho. A relatora do caso na CEMDP, Suzana Keniger Lisboa, questionou também como o jovem dispunha de instrumentos cortantes se havia sido preso por problemas psíquicos. A

dúvida não foi dirimida pelo IPM, que tampouco especificou o instrumento supostamente utilizado por Ary no suicídio. Da mesma maneira, a versão de suicídio seguido de término de relacionamento não pode ser comprovada.

Por fim, o nome de Ary consta em relatório da Anistia Internacional de 1974, localizado e analisado pela CNV no acervo do SNI do Arquivo Nacional (RJ), enquanto membro da listagem de torturados e assassinados por perseguição política. O caso foi comunicado ao governo brasileiro pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) no dia 19 de dezembro de 1973.

Muitas eram as violências praticadas nos porões da ditadura com os crimes praticados pelos agentes do Estado em nome da Doutrina de Segurança Nacional contra a suposta ameaça comunista. Como afirma Marcelo Rubens Paiva:

O que meu pai fez para apanhar tanto? Nunca saberemos. [...] Para muitos, meu pai foi um herói que não fugiu à luta. Para minha mãe, deveria, sim, ter seguido para o exílio, quando soube que a família poderia passar pelo que passou. Mas ela lutou por ele a vida toda. Lutou para descobrir a verdade, para denunciar a tortura e os torturadores.[14]

Impressiona que o clima de perseguição política estendia-se para além dos muros da Universidade. Luiz Matzenbacher relata que

Minha vida dali em diante e por longos anos transformou-se em um verdadeiro inferno. Em 1972, quando tentava estudar em São Paulo, fui preso pela Operação Bandeirantes (OBAN). [...] Fui torturado e só estou vivo porque em diversas capitais brasileiras estudantes fizeram por mim o que eu havia feito pelo Oscarito.[15]

Rememorar para que nunca mais aconteça

A necessidade de compreender a História por meio da arte é óbvia: a arte suscita reflexão, comove e incomoda. Assistir a “Ainda estou aqui” é um exercício de análise de um período histórico que durou tempo demais e sobre o qual se fala menos do que se deveria. É também uma oportunidade de sensibilização social, levando-se em conta os efeitos da ausência e do desaparecimento não somente sobre a organização familiar, mas sobre a organização social.

Os filmes sobre a ditadura, focados na história da repressão e dos atos de resistência, têm ocupado um espaço importante na cinematografia nacional nos últimos quarenta anos, com produções muito significativas como “Pra Frente Brasil” (1981), “Lamarca” (1994), “O que é isso companheiro” (1997), “O ano que meus pais saíram de férias” (2006) e “O

dia que durou 21 anos” (2013). Estes filmes têm ajudado a disseminar uma crítica não apenas à ditadura, mas também identificam a colaboração de diversas pessoas nas redes de controle e repressão que se estabeleceram naquele período; por outro lado, os filmes também promovem o resgate de figuras públicas que se colocaram contra o arbítrio, cuja memória merece ser lembrada e incorporada à nossa história.



A ditadura usou de meios refinados para espicaçar o tecido social em várias de suas dimensões: não à toa editou um decreto específico para perseguir o movimento político no âmbito da educação. Apesar de o filme apresentar uma situação extrema, ele também nos indica que é preciso estarmos alertas para que nunca mais aconteça.

A importância da memória para que nunca mais aconteça: a instalação da Comissão da Memória e da Verdade Enrique Serra Padrós na UFRGS

A rememoração da violência e da repressão associadas a esse período recente da história do Brasil ganhará mais um instrumento de vigilância e pesquisa na UFRGS. Na próxima terça-feira, 10 de dezembro, a UFRGS irá instituir a sua Comissão da Memória e da Verdade, no Dia Internacional dos Direitos Humanos, em um evento aberto ao público, realizado no Salão de Atos da Universidade, a partir das 10h.

A *Comissão da Memória e da Verdade Enrique Serra Padrós* terá como objetivos: reunir, organizar e disponibilizar registros relativos às violações dos direitos humanos ocorridos na UFRGS entre 1964 e 1988. Professor do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UFRGS, Enrique Padrós dedicou sua trajetória acadêmica à pesquisa sobre regimes autoritários na América Latina e constituiu-se como uma referência para muitos(as) professores(as) de História.



Em 1964 e 1969, a UFRGS teve dois processos de expurgo, nos quais foram aposentados compulsoriamente ou expulsos dezenas de professores, estudantes e técnicos. Foto: Divulgação/UFRGS.

Em 1964 e 1969, a UFRGS teve dois processos de expurgos, nos quais foram aposentados compulsoriamente ou expulsos dezenas de docentes, estudantes e técnicos-administrativos. Ao final dos trabalhos do grupo, será produzido um relatório final com a sistematização de todos os materiais e atividades da Comissão. Além disso, será criado um site a fim de hospedar os documentos digitalizados.

A Comissão da Memória e da Verdade na UFRGS ganha em importância para seguirmos na luta por justiça, reparação e punição aos crimes cometidos durante a ditadura empresarial-militar. Além disso, contribui para que a continuidade do uso desses meios de contenção e perseguição social não passe despercebida em meio a interesses exploradores que desestimulam a sociedade de exigir justiça e garantir a democracia no país. Seguimos no bom combate para que não se esqueça e nunca mais aconteça! Ditadura nunca mais!

Referências:

- ANDES-SN. *Universidade e Sociedade*. Ano XXXIV. N. 73. Fevereiro de 2024.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade – Mortos e desaparecidos políticos. Volume 3. Brasília: CNV, 2014.
- COLETIVO MEMÓRIA E LUTA - UFRGS. *Os expurgos da UFRGS: Memória, Verdade e Justiça*, São Leopoldo Casa Leira, 2025. Disponível em <https://www.ufrgs.br/expurgos/wp-content/uploads/2025/05/expurgos-1.pdf>
- INSTITUTO VLADIMIR HERZOG. *Memórias da Ditadura – Memórias de Mortos e Desaparecidos Políticos*. Disponível em: <https://abrir.link/VyuYY> Acesso em 16 de novembro de 2024.
- HOLZMANN, Lorena et. al. *Universidade e repressão: os expurgos na UFRGS*. 2.ed. Porto Alegre: L&PM, 2008.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro. 28 de janeiro de 1971. p. 4.
MATZENBACHER, Luiz Oscar. *O Decreto 477 e a morte de um estudante*. In: GUEDES, Paulo Coimbra; SANGUINETTI, Yvonne (orgs.). *UFRGS: identidades e memórias (1934-1994)*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1994.
PAIVA, Marcelo Rubens. *Ainda estou aqui*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

NOTAS:

- [1] JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro. 28 de janeiro de 1971. p. 4.
- [2] BRASIL. Decreto Lei N. 477 de 26 de fevereiro de 1969. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/delo477.htm Acesso em: 19 de novembro de 2024.
- [3] ANDES-SN. Universidade e Sociedade. Ano XXXIV. N. 73. Fevereiro de 2024. p. 5.
- [4] JORNAL DO BRASIL. Op. cit. p. 4.
- [5] Instituto Vladimir Herzog. *Memórias da Ditadura – Memórias de Mortos e Desaparecidos Políticos*. Disponível em: <https://abrir.link/VyuYY> Acesso em 16 de novembro de 2024.
- [6] BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade – Mortos e desaparecidos políticos*. Volume 3. Brasília: CNV, 2014.
- [7] MATZENBACHER, Luiz Oscar. *O Decreto 477 e a morte de um estudante*. In: GUEDES, Paulo Coimbra; SANGUINETTI, Yvonne (orgs.). *UFRGS: identidades e memórias (1934-1994)*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1994. p. 149.
- [8] JORNAL DO BRASIL. Op. cit. p. 4.
- [9] Instituto Vladimir Herzog. *Memórias da Ditadura – Memórias de Mortos e Desaparecidos Políticos*. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/ary-abreu-lima-da-rosa/> Acesso em 16 de novembro de 2024.
- [10] JORNAL DO BRASIL. Op. cit. p. 4.
- [11] Brasil. *Comissão Nacional da Verdade – Mortos e desaparecidos políticos*. Volume 3. Brasília: CNV, 2014.
- [12] Brasil. *Comissão Nacional da Verdade – Mortos e desaparecidos políticos*. Volume 3. Brasília: CNV, 2014.

7

O DIREITO À CIDADE E A ANCESTRALIDADE □ INSURGENTE



Carta do PoAncestral às educadoras e aos educadores, sob a fogueira insurgente¹

Marco Mello, Inês Maria Vicentini

Como nascem as coisas que não existem? De onde vem o que antes não era o que hoje é? Onde se localiza a energia indispensável à vida, que ativa a criação libertária e faz o moinho da Utopia girar? O que é gerador de algo novo senão a negação do existente? Do que é insuficiente? Daquilo que brota da angústia-inquietação diante do que falta? Da indignação com o *povo da mercadoria* que causa, de forma intencional e perversa, a dor-sentida-da-negação-e-da-invisibilidade?

São das contradições, expostas no osso, que se revelam os podres poderes e seus desejos insaciáveis de barbárie, a repetir mentiras. Mentiras a serviço da produção contínua e da manutenção de privilégios e status para si, para sua prole, para os senhores da casa-grande – barões do agronegócio, da especulação imobiliária, dos bancos, da grande mídia burguesa, das grandes redes comerciais – vendilhões nos templos das ilusões. Em meio a esse caos, uma de nós teve a ideia inicial sobre o Projeto. Ali já havia o que há no ato de criar – passado/presente/futuro sob a irradiação de energias que expressam o acúmulo de ações e sonhos coletivos. Outras, outros se aproximam, conspiram e, com um vigoroso passo à frente, pela esquerda, em alto e bom som, bradam: *Não! Não em nosso nome!* Algo diferente acontece.

Sob a fogueira

Um sopro poderoso e insurgente vindo de muito longe, como uma baforada em um velho cachimbo Mbya-Guarani, *petyngua*, feito de um galho de guajuvira, atíça a brasa que fez reacender a grande fogueira ancestral. Nessa fogueira, em uma clareira na mata, sob paus de angico e cabreúva, apresenta-se um grupo de caboclos altivos, e com eles o senhor das encruzilhadas, a abrir os caminhos. Chegam guerreiras e guerreiros, paramentados, de várias gerações, com suas lanças e cantos primordiais. Logo atrás, o povo da mata, encantados, quilombolas fugidios, sem terras e sem tetos, em marcha com suas bandeiras suspensas em grandes taquaras, operários que outrora foram lideranças insurgentes nos primeiros tempos

¹ Esta Carta pedagógica foi tecida a partir de excertos da apresentação da publicação *PoAncestral: muito além de 250* (MELLO; COLOMBO, ARISTIMUNHA *et al.* 2022), como um convite às leitoras/leitores conhecerem essa iniciativa, sobretudo a produção e divulgação de subsídios e recursos didático-pedagógicos voltados à educação popular pública, crítica e de caráter contra-hegemônico. Apresentada no XXV Fórum de Estudos Leituras de Paulo Freire: Educação Popular, Resistências e Dignidade Humana, acontecido em Porto Alegre em dez. 2024.

de resistências fabris. São sequenciados por militantes da esquerda de vários matizes e estudantes, perseguidos e torturados por tristes ditaduras nesse país de tradição autoritária. No entorno dessas fogueiras, muitos vieram sentar sob os troncos velhos, a matutar entre um mate e outro, que passa de mão em mão, e a reviver sonhos e projetos de liberdade, na larga passada de tempos imemoráveis. Renasce uma insurgente PoAncestral! Alguém pergunta, se acercando com curiosidade, ainda ignorando o que não pode ser esquecido: *o que é mesmo o PoAncestral?*

Uma outra cidade possível

Uma outra cidade possível, na qual caibam todos os mundos, nasce do reconhecimento e da valorização de nossas raízes ancestrais e insurgentes!

PoAncestral insurgente e potencialmente subversiva à ordem vigente é aquela construída cotidianamente pelas gentes indígenas, negras, quilombolas e periféricas, que trabalham nos canteiros de obras, na limpeza, na saúde, nas escolas, nas feiras, no transporte público na cidade.

Gentes às centenas de milhares, que tem nomes, sobrenomes, memórias, cicatrizes, desejos, direitos, que não cabem em uma caixinha dos 250 anos de uma cidade – Porto Alegre – que, sob uma coalizão declaradamente privatista e elitista, vira as costas aos interesses e às necessidades da população trabalhadora.

A fagulha nasce dentro da gente

A cada dia, com o despontar à leste do astro que é fonte de luz e calor, ainda insones e bebericando xícaras de café, estão educadoras/es a recomençar a vida no que ela tem de mais generosa: a possibilidade de refazer-se, de encantar-se com o que brota da consciência, que constrói o desejo de *ser mais*, como nos ensina Paulo Freire. Algumas delas/deles, tomados de uma energia admirável, nas escolas, nos laboratórios e bancos das universidades, nos movimentos sociais e populares, nas ocupações, nas retomadas dos territórios tradicionais, nas manifestações de rua, na solidariedade a outros movimentos, cochicham, tecem e armam novos mundos.

A *todes* esses educadores e educadoras, sobretudo das redes públicas, dedicamos esta publicação² construída a muitas mãos e trançada com o elemento que melhor representa a cultura de nossa classe: a solidariedade! Solidariedade que reparte os saberes, a projetar mundos libertos da dominação e da cobiça egoica que apequenam o ser humano.

² No link é possível acessar e fazer download da versão E-book do livro “PoAncestral: muito além de 250” que reúne as produções do Projeto, primeiros frutos do amplo processo de articulação, mobilização e formação desenvolvido desde novembro de 2021: <https://tinyurl.com/3zkdhbx9>

Que esta obra possa inspirar muitas aulas e projetos educativos, quiçá uma outra cidade possível, na qual o efetivo diálogo de saberes e o compromisso com a justiça social, ambiental e curricular estejam no centro de nossos fazeres. Ali, tenha certeza, ressurgirá uma fogueira ancestral. A fagulha original disparadora é aquela que nasce dentro da gente e nos projeta (como no vórtice que simboliza o PoAncestral³) a dizermos nossa palavra e darmos um passo à frente, pela esquerda.

Soprará um vento forte e renascerá o PoAncestral! E ali estaremos, com a nossa gente, com a nossa classe, contigo.



Referências:

- ARISTIMUNHA, Claudia; VICENTINI, Inês; MELLO, Marco; PERUSSATTO; Melina; COLOMBO, Roselena. Apresentação. PoAncestral: origem, concepção e horizonte. In: MELLO, Marco; COLOMBO, Roselena; ARISTIMUNHA, Cláudia et al (Orgs.). *PoAncestral: muito além de 250*. Porto Alegre: ATEMPA; CPHIS, 2022. p.10-13.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 12 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983
- FREIRE, Paulo. *Educação na cidade*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

³ Maiores informações sobre o PoAncestral podem ser conferidas nas seguintes plataformas e redes sociais: Site do Projeto de Extensão: <https://ufrgs.br/poancestral>; Blog: <https://poancestralblog.blogspot.com/>; <https://www.facebook.com/POAncestral>; <https://www.instagram.com/poancestral/>.

Porto Alegre ancestral: passado e presente na educação e na luta¹

Cláudia Porcellis Aristimunha, Roselena Leal Colombo

Se existe alguma ‘essência’ em nossa espécie – além da necessidade de socialização – é que somos seres dotados de cultura, enquanto capacidade de trabalho, de transformação a partir dos elementos dispostos na natureza. No entanto, essa característica universal inerente à condição humana – capacidade de criar – foi sendo fragmentada, alienada e expropriada de forma mais radical no processo de privatização dos meios de produção pela burguesia ascendente, que se consolidou como classe dominante. Isso explica em parte o apagamento de conceitos tão importantes quanto o de ancestralidade contra-hegemônica.

Em nosso país, especificamente, a ‘demonização’ de pensamentos e práticas vinculadas às ancestralidades dos povos originários e africanos procura ocultar a percepção do quanto, nos diferentes aspectos do cotidiano e conhecimentos (em que tudo se conecta, em que passado, presente e futuro se encontram interligados), esses saberes se apresentam tão nitidamente necessários diante da destruição em curso da vida no planeta. Particularmente nesta conjuntura histórica, o conceito de ancestralidade desses povos toma um lugar de centralidade na negação ao apagamento planejado pelo pensamento de matriz eurocêntrica e colonialista, que impede a reparação histórica aos que construíram e constroem nosso país.

A partir de referenciais acima apresentadas, nascem juntas a ideia e a ação potencial – PoAncestral – como título de projeto, como expressão de histórias acumuladas, como fluxo de consciência, como indignação diante da escassez contínua de materiais pedagógicos adaptados ao Ensino Fundamental; como alternativa ao farsante aniversário de 250 anos e seu logo alegre no ano de 2022.

Tal referência oficial se mantém, apesar dos intensos debates e questionamentos historiográficos que já vêm de longa data, materializando uma comemoração descontextualizada, eurocêntrica, cuja tradição inventada provoca o apagamento de uma longa história de ocupação humana da cidade por povos originários, assim como das populações africanas, afro-brasileiras e periféricas. A memória é, como sabemos, um

¹ Resumo expandido, apresentado no XXV Fórum de Estudos Leituras de Paulo Freire: Educação Popular, Resistências e Dignidade Humana, acontecido em Porto Alegre em dez. 2024 e que integrou os Anais do evento.

² Maiores informações sobre o PoAncestral podem ser conferidas nas seguintes plataformas e redes sociais: Site do Projeto de Extensão: <https://ufrgs.br/poancestral>; <https://www.facebook.com/POAancestral>; <https://www.instagram.com/poancestral/>

campo de disputa privilegiada e, sob a lógica dos atuais governantes no Paço Municipal, conglomerados midiáticos e empresariais, a Porto Alegre da atualidade é marcada pela ‘inovação, e empreendedorismo’. Como passado e presente se conectam e atuam sobre como se percebe e conta o vivido, o ‘aniversário’ da cidade e sua incorporação como verdade histórica nos mais diferentes setores denuncia um presente que reafirma o quanto dos traços colonialistas não foram rompidos. Ao contrário, essa naturalização reforça a permanência do que há de pior na nossa história – um colonialismo grotesco, provinciano e segregacionista. Tal celebração com raízes fortemente vinculadas à herança, ocupação e colonização portuguesa – concretiza o apagamento de povos e saberes.

Ao ocultar a ocupação milenar de povos originários (Guaranis, Kaingangs, Charruas, Minuanos, Xoklengs), se omite o quanto de tecnologias e saberes esses povos nos deixaram de herança. Saberes que usufruímos no dia a dia e que ignoramos pelo apagamento intencional. Porto Alegre, ser e estar aqui remonta à inteligência ocupacional desses povos que se instalaram às margens do lago. O próprio nome – Guaíba, algo como “encontro das águas” do tronco tupi-guarani – soa estranho e deslocado tendo como horizonte a historiografia oficial.

Alguns que entendem ser esse debate desnecessário ou secundário, dirão que Porto Alegre sempre foi acolhedora de todos os povos. Tal narrativa romantizada constrói uma tradição que omite as bases profundamente desiguais e violentas que constituíram a formação histórica de nossa cidade. Nesse processo de renovado perfil colonialista, forjaram-se ‘conscientes coletivos’ que procuram legitimar a história contada oficialmente. Nesse sentido, o discurso mitificado do gauchismo surge para amenizar a violência que se alastrava por todas as querências contra povos indígenas, africanos e afro-brasileiros. Essa tradição inventada sucumbe aos dados: Porto Alegre é a capital mais segregacionista de nosso país. Para além do racismo cotidiano sofrido pela população negra da cidade, as onze comunidades quilombolas sofrem diariamente perseguição e tentativas de expulsão de suas terras e carecem de demarcação definitiva, com todas as reparações que o reconhecimento territorial requer.

Por outro lado, esse apagamento historiográfico acaba também por reforçar um processo de discriminação que se estende ao conjunto das comunidades trabalhadoras e periféricas da cidade, incluindo os índices alarmantes de diversas formas de violência às mulheres e população LGBTQI+. No caso das mulheres, apesar da violência generalizada, são as trabalhadoras as que acumulam o peso da discriminação em todos os âmbitos da vida. Já a marcação étnico-racial das mulheres indígenas e negras

as colocam numa situação de maior vulnerabilidade no tempo presente, pela combinação de machismo e racismo.

Quanto à população LGBTQI+ o assédio cotidiano, a limitação de possibilidades de emprego e renda e a violência homotransfóbica transforma o dia a dia num campo de batalha pela sobrevivência permanente. Sob o manto mítico de cidade acolhedora, as periferias, as comunidades e pessoas na contramão da ordem branca e heteronormativa sangram.

Mas se por um lado tal lógica historiográfica é a regra – não somente em nossa cidade, mas em todo o país –, por outro lado, há centenas de experiências pedagógicas, projetos, pesquisas e estudos nos mais diversos setores sociais na cidade se debruçam a desvelar essas relações de poder e a dar visibilidade às nossas ancestralidades ameríndias e africanas, às mulheres e comunidades LGBTQI+.

No entanto, carecemos de uma plataforma comum – de pesquisa, socialização, construção de experiências e de materiais didáticos pedagógicos – que transcenda nossos espaços específicos de trabalho e pesquisa. PoAncestral se propõe a criar um portal/repositório de diferentes frentes de atuação na capital, um espaço comum, amplo e plural, dos diferentes coletivos, setores, pessoas e grupos de pesquisa que trabalham as questões indígenas, afrodescendentes e de setores excluídos da história oficial. A intencionalidade é atuar em apoio às lutas populares, promovendo ações e formações.

Conscientes de que os movimentos sociais carregam intrinsecamente o espaço para processos educativos, experiências de pertencimento e práticas que levam à constituição de sujeitos políticos, o PoAncestral, ao mesmo tempo que busca nas produções acadêmicas, nos materiais e experiências pedagógicas e nas produções artísticas, recursos possíveis de alavancar as necessárias reflexões no ato de aprender-ensinar, também está presente onde a prática nos faz reconhecer a que classe social, etnia e/ou gênero pertencemos. Ou seja, na rua, nos atos, nos encontros, nas manifestações, nas reivindicações que dizem no coletivo: “estamos aqui!”, “não é esse o mundo, o país, a cidade que queremos!”, “essa não é nossa história!”.

Nessa concepção de educação orientada por um vetor emancipatório e que busca a ruptura do que está pretensamente dado (ou seja, a construção de uma outra ordem social), PoAncestral se afirma como aliado dos povos indígenas, dos quilombolas, das(os) trabalhadoras(es), das comunidades periféricas, das mulheres, da população LGBTQI+.

Assumimos a condição de aprendizes, como nos ensinou Paulo Freire (1977) quando, na vivência coletiva, escutava as vozes dos povos originários, quilombolas, a nos dizer de sua existência integral, aqui e agora, na ances-

tralidade presente em cada pedaço de vida que vivemos, em cada passo que damos. E nessa experiência dialógica e problematizadora pensamos ser possível essa reescrita contra-hegemônica que se faz práxis transformadora.



Convite final

PoAncestral é um projeto coletivo de educadoras(es), pesquisadoras(es), ativistas, cidadãs(ãos), que propõe uma plataforma comum de ações e formações para dar visibilidade às histórias e lutas das comunidades originárias, dos afrodescendentes e das(os) trabalhadoras(es) que são constantemente deslocadas(os) para as periferias de Porto Alegre.

As reuniões são mensais, presenciais ou virtuais, para a construção desse projeto, abertas a todos, todas e todes identificados com esses objetivos.

Para participar, entre em contato conosco pelo e-mail: poancestral250@gmail.com ou através de algumas de nossas redes sociais.

Referências;

- ARISTIMUNHA, Claudia Porcellis; VIAPIANA, Ezequiel Viapiana; COLOMBO, Roselena. Porto Alegre muito antes de 26 de março de 1772. In: MELLO, Marco; COLOMBO, Roselena; ARISTIMUNHA, Cláudia et al (Orgs.). *PoAncestral: Muito além de 250*. Porto Alegre: ATEMPA; CPHIS, 2022. p.20-22.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1977.
- HECKLER, Jacimara Machado; MORINICO, José Cirilo Pires Morinico; SILVA, Camila. Terra Livre e PoAncestral. In: MELLO, Marco; COLOMBO, Roselena; ARISTIMUNHA, Cláudia et al (Orgs.). *PoAncestral: Muito além de 250*. Porto Alegre: ATEMPA; CPHIS, 2022. p. 79-83.
- PEREIRA, Lúcia Regina Brito. Histórias para além dos 250 Anos de Porto. In: MELLO, Marco; COLOMBO, Roselena; ARISTIMUNHA, Cláudia et al (Orgs.). *PoAncestral: Muito além de 250*. Porto Alegre: ATEMPA; CPHIS, 2022. p.36-39.
- PACIEVITCH, Caroline. Ancestralidade, Porto Alegre e ensino de História. In: MELLO, Marco; COLOMBO, Roselena; ARISTIMUNHA, Cláudia et al (Orgs.). *PoAncestral: Muito além de 250*. Porto Alegre: ATEMPA; CPHIS, 2022. p. 136-138.
- VICENTINI, Inés; MELLO, Marco; SILVA, Maria José da; COLOMBO, Roselena. Porto Alegre e as ancestralidades insurgentes. In: MELLO, Marco; COLOMBO, Roselena; ARISTIMUNHA, Cláudia et al (Orgs.). *PoAncestral: Muito além de 250*. Porto Alegre: ATEMPA; CPHIS, 2022. p. 26-27.

PoAncestral – a alegria muito além de 253¹

Aniversário de 253 anos da capital gaúcha apaga a ocupação milenar do território pelos povos originários

Inês Vicentini, Marco Mello, Roselena Colombo, João Maurício Farias



Manifestação indígena no Centro Histórico de Porto Alegre. Foto: Jorge Leão

Oficialmente Porto Alegre faz 253 anos em 26 de março. Para nós – historiadores, ativistas e educadores que integramos e assessoramos o Projeto PoAncestral –, essa comemoração é totalmente descabida, pois reflete uma tradição imposta cujo objetivo é apagar a longa história de ocupação humana da cidade e região por povos originários, desde 12 mil anos, pelo menos, como demonstram pesquisas arqueológicas recentes. Além disso, tal matriz colonialista invisibiliza também as formas de ocupação violenta da cidade – desde a expulsão contínua de comunidades indígenas, quilombolas e periféricas, até a destruição de vestígios dos seus legados tecnológicos e culturais.

¹ Publicado originalmente como Artigo de Opinião no Jornal Brasil de Fato RS, em 26 mar. 2025.

As muitas peles que habitam a cidade

Tal situação se mantém no tempo presente em que os projetos de “revitalização” desrespeitam tradições e os modos de vida dessas populações. Ao ocultar a ocupação milenar de povos originários (Guaranis, Kaingangs, Charruas, Minuanos, Xoklengs), se omite o quanto de tecnologias e saberes esses povos nos deixaram de herança. Saberes que usufruímos no dia-a-dia e que ignoramos pelo apagamento intencional realizado pelas classes dominantes e pela oficialidade. Ser e estar em Porto Alegre remonta à inteligência ocupacional desses povos que se instalaram às margens do lago. O próprio nome – Guaíba, algo como “encontro das águas”, do tronco tupi-guarani – soa estranho e deslocado para a historiografia oficial, que valoriza o ambiente natural apenas como recurso a ser explorado.

Na contracorrente dessa historiografia eurocêntrica, descontextualizada e segregacionista, há centenas de experiências pedagógicas, projetos, pesquisas e estudos, nos mais diversos setores sociais na cidade, que se debruçam a desvelar as relações de poder e a dar visibilidade às nossas ancestralidades ameríndias e africanas.

Nesse sentido, o PoAncestral se coloca como parte desse movimento de insubordinação à lógica colonialista de contar e produzir a história de nossa cidade. Porto D’Ornelas, São Francisco do Porto dos Casais, Porto do Dornelles, Porto de Viamão, Porto dos Casais, Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre, São Francisco do Porto dos Casais, Porto Alegre, “Portinho”, PoA.253. Nesses nomes-avatares, peles que habitam Porto Alegre, há muito mais gente e vidas esquecidas do que quer crer nossa vã historiografia dominante.

Sob o alcaide do chapéu de palha que trabalha para as empreiteiras

Temos sido submetidos, com Sebastião Melo (MDB) e Betina Worm (PL), a um governo que solapa, obstinadamente, os direitos da maioria da população: governo esse orientado para privatizar o patrimônio público duramente conquistado. Saúde, educação, áreas ambientais, transporte público (Carris) e abastecimento de água (DMAE) são exemplos do desmonte assustador em curso. Esvaziar os espaços de representação da sociedade no planejamento urbano e nos conselhos de direitos restringe ainda mais a já empobrecida participação popular nos debates sobre os rumos da cidade.

Como se não bastasse o histórico de corrupção do governo anterior, o atual volta as costas para as periferias. O exemplo mais recente é o aumento das passagens de ônibus – apesar da privatização da Carris, da extinção dos cobradores de ônibus e dos constantes subsídios fornecidos pelo governo municipal a essas empresas. Além do mais, sucateia, precariza os serviços públicos e maltrata sistematicamente, com o apoio de uma maioria no

Parlamento, os funcionários públicos municipais, impondo um severo arrocho salarial e a destruição da carreira pública. Justamente a eles, que colocam a cidade de pé e em funcionamento todos os dias.

Melo e Worm estão centralmente preocupados em dispor a cidade para as empreiteiras, as gigantes do mercado imobiliário, para o grande capital. Matam todos os dias o patrimônio ambiental que ainda nos resta para agradar os senhores da casa-grande, na lógica que reifica o extrativismo imobiliário urbano neoliberal.

Calibrar o olhar

Na contracorrente da barbárie programada, são muitas as iniciativas para calibrar o olhar, para apurar o ouvido e refazer nova síntese. Movimentos sociais, pesquisas e projetos pedagógicos se entrelaçam para visibilizar os povos originários, quilombolas e periféricos dessa cidade viva, que resiste no dia a dia.

Entre as opções, dispomos um convite para conhecer o PoAncestral em: <https://www.ufrgs.br/poancestral/>. O site conta com repositório para pesquisas e organização de atividades pedagógicas e a primeira publicação fornece uma visão de conjunto e diversa sobre a iniciativa

E novidades vem aí, com a plataforma digital para (re)conhecer a presença ancestral dos povos indígenas em Porto Alegre. A começar pelos Mbya-Guarani. A plataforma está disponível no Site do PoAncestral/UFRGS², sob a condução de um grupo de pesquisadores e educadores, dos quais um de nós faz parte, juntamente com outros colegas que integram a curadoria sobre os povos originários do PoAncestral em 2025.



Capa: Mapa Guarani-Mbya. Arte: Fábio Viera

Resistimos, portanto, porque sabemos que o futuro só tem chance de ser verdadeiramente: se calcado na ancestralidade insurgente e rebelde.

² O Mapa Guarani-Mbya está disponível no site do PoAncestral e pode ser acessado no link: <https://www.ufrgs.br/poancestral/mapas/>

A luta pelo direito à cidade das pessoas em situação de rua em Porto Alegre e o papel de uma educação pública e libertadora

César Rolim, Míriam Pereira Lemos, Renato Farias dos Santos

A cidade é, historicamente, um espaço de encontros, conflitos e disputas simbólicas e materiais. Porto Alegre, conforme o Ranking de Competitividade dos Municípios, realizado pelo Centro de Lideranças Públicas (CLP, 2025), ocupa a 4ª posição na dimensão econômica entre as cidades do Brasil. No entanto, a realidade da população mais pobre e principalmente da População em Situação de Rua (PSR) contrasta com este cenário, revelando um contexto de exclusão social, agravado por políticas públicas insuficientes e por práticas que reforçam o estigma da pobreza. A luta pelo direito à cidade, conceito formulado por Henri Lefebvre (2011), ultrapassa a simples reivindicação de moradia: trata-se do direito de participar, habitar e transformar o espaço urbano em um bem coletivo.

Gentrificação, violência e estética higienista

Nos últimos anos, a capital gaúcha tem sido palco de ações de gentrificação, caracterizada pela remoção de comunidades vulnerabilizadas para a periferia da cidade, de repressão a ocupações, de retirada de barracas da PSR dos espaços públicos e de criminalização da pobreza. Configura-se, assim, um modelo de gestão urbana que prioriza a estética higienista e políticas de segurança cada vez mais violentas, em detrimento dos direitos humanos. Isso tem acontecido, concomitantemente, com a concessão de benefícios aos grandes empreendedores imobiliários, com a facilitação dos licenciamentos, a flexibilização dos regramentos urbanísticos e ambientais, com a oferta de benefícios para os empreendimentos e a redução das cobranças pelo impacto ambiental.

Lutas sociais por justiça e dignidade

Por outro lado, emergem movimentos sociais de luta pela habitação como o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e outros que lutam em defesa dos direitos da PSR, como o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), o Coletivo Pop Rua RS. Estes últimos reivindicando, além da moradia, trabalho, políticas e serviços de saúde, assistência social e educação como forma de garantir cidadania e dignidade às pessoas em situação de rua.

Nesse contexto, a educação surge como elemento central para a emancipação desses sujeitos, possibilitando a construção de consciência crítica e

coletiva, conforme propõe Paulo Freire (1987). Este artigo propõe discutir como uma educação emancipadora pode contribuir para a efetivação do direito à cidade e para o enfrentamento das políticas excludentes que marcam o espaço urbano de Porto Alegre.

O direito à cidade em Porto Alegre — cada vez mais ameaçado e restrito para a maioria da população — diz respeito, segundo Lefebvre (2011), à possibilidade das pessoas acessarem e usufruírem dos espaços urbanos, dos serviços públicos, do direito à participação nas decisões urbanas, da infraestrutura (moradia adequada, por exemplo), da mobilidade urbana, da segurança e da vida social e cultural da cidade, de forma igualitária e digna. Harvey (2014, p. 28) lembra que o direito à cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos. Além disso, é um direito mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização.

Henri Lefebvre (2011) concebe o direito à cidade como a possibilidade de todos os habitantes participarem ativamente da produção e transformação da vida urbana. Entretanto, o modelo neoliberal de urbanização e o avanço das políticas repressivas de segurança têm reforçado a privatização do espaço público e a segregação social. As pessoas em situação de rua são, frequentemente, tratadas como “corpos indesejáveis”, vítimas de uma lógica de exclusão que os empurra para a invisibilidade

Enchente, aporofobia e invisibilidade

Os acontecimentos e descasos governamentais ocorridos em Porto Alegre, especialmente no ano de 2024, que redundaram na enchente e em suas consequências trágicas, expuseram a negação sistemática do direito à cidade para essas pessoas, pobres e precarizadas em suas condições de vida. Antes mesmo da catástrofe, esse grupo já era excluído dos processos decisórios e das dinâmicas de apropriação urbana o que se revela na aporofobia (aversão aos pobres).

Cortina (2020, p. 20-21) afirma que a aporofobia está presente nas grandes cidades onde o pobre incomoda e causa aversão, desprezo e rechaço das demais pessoas, pois não pode entregar nada em troca, ou, ao menos, parece não poder — e é, por isso, excluído social e economicamente. Essas pessoas pobres, em Porto Alegre, viviam em territórios precarizados, sem acesso regular aos serviços públicos essenciais como saúde, habitação ou segurança.

Como exemplo desse descaso, é importante lembrar da tragédia ocorrida em abril de 2024 com as 11 mortes na Pousada Garoa, local que hospedava pessoas em situação de vulnerabilidade social e que mantinha parceria com a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), por meio de compra de vagas realizada pela Prefeitura. Esse acidente redundou na instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).²

Craidy (1993) reforça que a ideia da "invisibilidade" e da rua como um "espaço de pertença" demarca uma identidade fixa e negativada "de rua", indicando que, ao serem invisíveis às políticas públicas e à garantia de direitos, eles ficam essencialmente "presos" àquela realidade de exclusão. Ou seja, diferentemente do que se imagina, a rua deixa de ser um espaço de liberdade e passa a ser um "exílio", pois eles estão "impedidos de entrar" noutros espaços de convívio social, cultural e educacional. Além do mais, são vistos apenas como um "problema de segurança pública" e não como sujeitos de direitos que têm história, trajetórias e potencialidades para se recriarem.

Política de exclusão e criminalização da população em situação de rua

Em Porto Alegre, observa-se o predomínio de políticas de higienização urbana, em que a gestão pública atua na remoção de barracas e pertences e na dispersão de grupos em situação de rua, mesmo contrariando a medida cautelar deferida na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF nº 976/2024 (BRASIL, 2024). Ao mesmo tempo, são implementadas legislações que impedem ou dificultam o trabalho da população em situação de rua, como a lei que proibiu as carroças e proíbe o trabalho dos carrinheiros recicladores, Lei nº 10.531/2008 (CMPA, 2008) e o recente Projeto de Lei Complementar (PL nº 11/2025) que atualiza o Código de Limpeza Urbana de Porto Alegre, criminalizando a coleta informal de resíduos.

Apesar de a PSR ter atingido o número de 6289 (CECAD, 2025), conforme dados do Cadastro Único, persistem as políticas aporofóbicas. São insuficientes as medidas de inclusão e não são implementadas políticas de acesso à moradia. Essa realidade se insere em um contexto mais amplo de necropolítica³ urbana, conceito desenvolvido por Achille Mbembe (2018), que descreve a gestão das populações pobres por meio da precarização e do abandono.

¹ "Sul21". 26 de abril de 2024. Disponível em: <https://11nq.com/wr1UR> Acesso em: 13 de fevereiro de 2025.

² "Sul21". 17 de março de 2025. Disponível em: <https://encr.pw/nyBZ5> Acesso em: 17 de março de 2025.

³ Achille Mbembe, na obra 'Necropolítica' (2019) afirma que esta é uma política centrada na produção de morte, uma estratégia de destruição material de corpos humanos e de determinadas populações, pautada na economia do biopoder, no racismo e no direito de matar.

Assim, a luta das pessoas em situação de rua é também uma luta pela vida e pelo reconhecimento. Trata-se de uma resistência cotidiana, que se manifesta nas ocupações, nas redes de solidariedade e na produção de novas formas de pertencimento ao espaço urbano. A educação, entendida como prática de liberdade (FREIRE, 1987), assume papel fundamental nesse processo. Uma educação emancipadora não se limita à escolarização formal, mas promove o diálogo, a consciência crítica e o reconhecimento dos saberes populares. Para as pessoas em situação de rua, esse processo educativo pode representar a reconstrução da autoestima, da cidadania e da capacidade de reivindicar direitos.

A EPA: três décadas assegurando o direito a uma educação cidadã

Em Porto Alegre, há 30 anos é desenvolvido um projeto de educação que prioriza a População em Situação de Rua: a Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre (VEIGA *et al*, 2024). Esta escola e a Escola dos Meninos e Meninas do Parque, em Brasília, são as duas únicas escolas com esta particularidade no país, conforme Santos (2023).

Na EPA, como é conhecida essa escola municipal, é oferecida a Educação de Jovens e Adultos para PSR, possibilitando a garantia do seu direito à educação e oferecendo, a partir dele, outras alternativas de emancipação e de resgate da sua autonomia e cidadania. Nela também são oferecidas, no turno inverso, como parte do seu currículo complementar, oficinas que abordam diversos temas importantes para a vida, destacando-se (desde 1999) o Núcleo de Trabalho Educativo, com as oficinas de Cerâmica e Papel Artesanal, que relacionam a Educação e o Trabalho. Essas oficinas, numa perspectiva autoral e criativa, são um espaço de resgate da autoestima e de acolhimento dos estudantes participantes, um espaço até mesmo terapêutico, que contribui para a geração de renda através dos grupos de produção e economia solidária. Além do mais, as oficinas são também uma estratégia de redução de danos.

O trabalho da EPA tem a educação dos seus estudantes como objetivo fundamental, fazendo do acolhimento a base do seu projeto político pedagógico, orientando a prática e a organização da própria estrutura da escola para poder oferecer alternativas para a satisfação de suas necessidades. A escola oferta alimentação adequada, espaços de banho e de lavagem de roupas – possibilitando, assim, os cuidados pessoais e o desenvolvimento da autoestima. O Serviço de Acolhimento, Integração e Acompanhamento (SAIA) realiza um trabalho articulado com as outras políticas públicas, principalmente as de saúde e assistência social, estimula a participação social, acompanha os estudantes tanto nas questões pedagógi-

cas como na sua organização pessoal e na construção dos seus projetos de vida (PEREIRA; GUIMARÃES, 2025).

Outras experiências locais, desenvolvidas por universidades, ONGs e coletivos – algumas ocorrendo dentro da própria EPA – demonstram que a formação cidadã e o diálogo pedagógico fortalecem a organização política das pessoas em situação de rua e contribuem para a construção de políticas públicas mais participativas e humanas. Entre essas experiências, podemos citar, o Jornal Boca de Rua, o clube de Pães Amada Massa, os projetos de extensão da UFRGS, a Cara da Rua, Passa e Repassa, etc.

Paulo Freire (1996) enfatiza que a educação deve ser um ato político e amoroso, orientado para a transformação social. Nesse sentido, práticas de educação popular — realizadas em centros de acolhimento e referência da PSR, ações de educação social, nas ruas, praças, albergues, abrigos, espaços de saúde e comunitários — podem transformar a cidade em um território educativo no qual o aprendizado se articula com a luta por dignidade.

Quando o trabalho político-pedagógico da EPA se inicia nas ruas centrais de Porto Alegre, uma das perspectivas fundamentais (que foi construída dentro da rede de acolhimento para PSR) era a de que seria necessário não apenas oferecer educação básica e de qualidade a eles, mas criar medidas para “Educar a Cidade” (LEMONS, 2002). Isso significa realizar, em espaços públicos, na mídia e em espaços institucionais, ações que desconstruíssem o estigma das pessoas em situação de pobreza ou de miséria associadas unicamente à violência e à insegurança pública, e que trouxessem visibilidade social a estes sujeitos sob a perspectiva deles e de suas potencialidades, a partir da escuta acolhedora e da construção de projetos em que eles se tornassem os protagonistas.

O conceito de “ruologia” (BOCA, 2019) foi criado pela população em situação de rua como forma de inverter a lógica de compreensão da realidade das ruas sob a ótica de quem nelas vive, de seus “saberes de experiência feitos” (FREIRE, 1996). O “saber da rua” tem muito a nos ensinar sobre a capacidade de agência das pessoas em situação de rua, afirmando que elas possuem um conhecimento vital e relevante sobre a cidade, sobre exclusões sociais e humanidade.

“Educar a cidade” também é desconstruir a rua como espaço do medo e do evitamento. É retomar o convívio social e comunitário por meio de uma urbanização humanizada, com mais ofertas de lazer, de cultura e de espaços abertos, arborizados e seguros para aprendizagens mútuas, contribuindo para uma participação popular mais efetiva.

Direito à cidade, direito à educação crítico-transformadora

Se, como Lefebvre (2011) argumenta, o direito à cidade é o direito à vida urbana transformada e renovada (e não apenas o direito de acesso ou passagem transitória), isso implica na participação ativa da produção e da gestão do espaço urbano. A partir desse pressuposto, estaríamos prontos a pensar uma “Cidade Educadora” (AICE, 1990) que explicita a intencionalidade pedagógica e não arbitrária dos espaços em comum, para a cidadania plena de todos que nela habitam.

A luta pelo direito à cidade das pessoas em situação de rua em Porto Alegre é um campo de disputa política, ética e educativa. Diante de um cenário de exclusão e desumanização, a educação pública com viés libertador pode atuar como um instrumento de resistência e emancipação, promovendo a consciência crítica e a transformação social. Reafirmar o direito à cidade implica reconhecer todas as pessoas que a habitam como como sujeitos de direitos e protagonistas da vida urbana. Nesse horizonte, a educação emancipadora torna-se essencial para que a cidade se converta em um espaço de convivência democrática, solidariedade e justiça social.

Referências:

- ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES EDUCADORAS (AICE). *Carta das Cidades Educadoras*. [Barcelona]: AICE, 1990. Disponível em: <https://www.edcities.org/pt/carta-das-cidades-educadoras/>. Acesso em: 21 out. 2025.
- BOCA presente! (Lições de rua). *Jornal Boca de Rua*, Porto Alegre, n. 73, p. 14-15, out./dez. 2019.
- CECAD 2.0 – Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. *Tabulador do Cadastro Único: População em Situação de Rua*. Brasília: MDSCE/Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único, 2025. Disponível em: <https://cecad.cidadania.gov.br/tab_cad.php>. Acesso em 21 de outubro de 2025.
- CLP - Centro de Liderança Pública. *Ranking de Competitividade - Municípios*. São Paulo: CLP, 2025. Disponível em: <<http://rankingdecompetitividade.org.br/municipios/>>. Acesso em: 20 de outubro de 2025.
- CORTINA, Adela. *Aporofobia, a aversão ao pobre: um desafio para a democracia*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.
- CRAIDY, Carmem Maria. *Meninos de rua e analfabetismo*. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2011.
- LEMONS, Miriam Pereira. *Ritos de entrada e ritos de saída da cultura da rua: trajetórias de jovens moradores de rua de Porto Alegre*. 2002. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- PEREIRA, Milena Teixeira; GUIMARÃES, Adriana Braga (Orgs.). *EPA: Se essa orla fosse nossa*. Porto Alegre: Libretos, 2025.
- PORTO ALEGRE. *Lei nº 10.531, de 10 de setembro de 2008. Institui, no município de Porto Alegre, o programa de redução gradativa do número de veículos de tração animal e de veículos de tração humana e dá outras providências*. Diário Oficial de Porto Alegre 11 set 2008. PORTO ALEGRE. *Projeto de Lei Complementar*

nº 011/25. Institui o Código Municipal de Limpeza Urbana e revoga a Lei Complementar nº 728, de 8 de janeiro de 2014, os incs. IV, V, XI, XII do art. 18 da Lei nº 12 de 7 de janeiro de 1975; a Lei nº 4.698, de 28 de dezembro de 1979; a Lei nº 5.688, de 17 de dezembro de 1985; a Lei nº 5.864, de 12 de janeiro de 1987; a Lei nº 6.069, de 31 de dezembro de 1987; a Lei nº 7929, de 14 de maio de 1996; a Lei nº 8879, de 16 de janeiro de 2002. Porto Alegre, protocolo SEI PMPA - 23.17.000002265-1, 29 mai. 2025 (em tramitação).

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, Renato Farias dos. *A escola, o trabalho e a população em situação de rua: o caso da Escola Porto Alegre (EPA)*. Tese (Doutorado em educação). Faculdade de Educação; PPGEdU Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, 2023.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

STF - Supremo Tribunal Federal. *Medida cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental* 976. Distrito Federal: STF, 2024. Disponível em:

https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF_976MC1.pdf Acesso em: 20 de outubro de 2025.

Sul21. 26 de abril de 2024. Disponível em: <https://ltnq.com/wrtUR> Acesso em: 13 de fevereiro de 2025.

Sul21. 17 de março de 2025. Disponível em: <https://encr.pw/nyBZ5> Acesso em: 17 de março de 2025.

VEIGA, Amarildo et al. (Orgs.). *EPA: manual de sobrevivência*. Porto Alegre: Libretos, 2024.

SIMPA visita escolas para verificar situação das estruturas e dos servidores/as devido à enchente¹

O diretor Assis Olegário e a diretora Luciane Congo, do Sindicato dos Municipários de Porto Alegre (SIMPA), iniciaram as visitas às escolas municipais nesta semana para verificar a situação delas diante da tragédia climática das enchentes e das servidoras/es da educação. Algumas escolas foram parcial ou completamente alagadas e outras serviram como abrigos. Nesta primeira semana, 17 escolas foram visitadas pelos diretores. O SIMPA seguirá realizando as visitas.



O trabalho realizado pelas direções e servidores das seis escolas municipais que serviram como abrigos foi muito importante, realizando o acolhimento de pessoas de Porto Alegre e da região metropolitana, principalmente do município de Eldorado. Esses profissionais se doaram muito para acolher as pessoas e ainda assim, muitos sofreram situações de assédio moral e psicológico por parte de lideranças políticas e por conta de fake news que foram disseminadas. Também foram identificadas treze escolas atingidas pela enchente, em diversas regiões da cidade.

Outra situação identificada pelo SIMPA foi que inúmeros colegas da educação seguem sem poder trabalhar, pois também foram atingidos pela enchente e tiveram a perda parcial ou total do que havia em suas residências. Muitos saíram de casa apenas com a roupa do corpo e se encontram ainda em abrigos. Há os colegas que estão em suas casas, mas seguem sem luz, água ou condições de deslocamento. As servidoras e servidores que residem nas cidades da região metropolitana, seguem sem conseguir acessar a capital diante das ruas e estradas inundadas.

O SIMPA se colocou à disposição para apoiar em qualquer situação, especialmente aos colegas que possam ter sofrido algum caso de assédio moral e psicológico. O sindicato também está tentando viabilizar formas de apoio solidário aos colegas que perderam tudo e tem incentivado aos

¹ Texto veiculado no site institucional do Sindicato dos Municipários de Porto Alegre (SIMPA), em 24 mai. 2024.

colegas e as escolas a fazerem campanha de PIX Solidário.

Desde segunda-feira (20) as aulas começaram a ser retomadas aos poucos e com horário reduzido, focando no acolhimento dos estudantes e em atividades lúdicas. A previsão era iniciar na próxima semana as atividades pedagógicas, no entanto as aulas foram suspensas nesta quinta-feira (23), após novos alagamentos. O que demonstrou mais uma vez a irresponsabilidade e falta de gestão do governo Melo que além de precarizar o DMAE nos últimos anos, não valoriza os servidores/as e não nomeia profissionais suficientes para a necessidade da capital. Além disso, desde o início desta tragédia, os secretários de Educação e de Assistência Social abandonaram seus cargos e o secretário nomeado para a SMED não tem nenhuma experiência na área da educação.

O SIMPA seguirá acompanhando e denunciando os absurdos da gestão Melo e da gestão de Eduardo Leite que deixaram essa tragédia climática chegar a proporções que poderiam ter sido menores.

Junto com a ATEMPA vamos seguir visitando as escolas, apoiando, solidarizando e acolhendo os colegas, além de valorizar o trabalho fundamental que está sendo feito pelas servidoras e servidores públicos. Estamos juntos na luta por melhores condições salariais e dos locais de trabalho.

Escolas total ou parcialmente alagadas:

EMEF Migrantes; EMEF João Goulart; EMEF Ver. Antônio Giúdice; EMEB Liberato Salzano Vieira da Cunha; EMEF Escola Porto Alegre (EPA); EMEI Miguel Velasquez; EMEI da Vila Elizabeth; EMEI Humaitá; EMEI Ilha da Pintada; EMEI Tio Barnabé; EMEI Jd. de Praça Patinho Feio; EMEI Jd. de Praça Passarinho Dourado; EMEI Jardim de Praça Meu Amiguinho

Escolas abrigo:

EMEF Aramy Silva (Camaquã); EMEF Professor Elyseu Paglioli (Cristal); EMEF Grande Oriente do Rio Grande do Sul; EMEF Porto Novo; EMEF Jean Piaget (Rubem Berta).

Escolas visitadas:

EMEF Jean Piaget; EMEF João Antônio Satte; EMEF N. S. de Fátima; EMEF Professor Elyseu Paglioli; EMEF Aramy Silva; EMEF Vereador Martim Aranha; EMEF José Loureiro da Silva; EMEF José Mariano Beck; EMEF Surdos Bilingue Salomão Watnick; EMEF Heitor Villa Lobos; CMET Paulo Freire; EMEF Dolores Alcaraz Caldas; EMEF Alberto Pasqualini; EMEEF Tristão Sucupira Vianna; EMEF Ver. Carlos Pessoa de Brum; EMEI Vila Nova Restinga; EMEI Dom Luiz de Nadal.

O caos no trânsito em Porto Alegre: uma reflexão sobre a má gestão pública de transporte da cidade

Thomaz Campos e Souza

O trânsito em Porto Alegre vem se tornando, principalmente, ao longo dos últimos 10 anos, cada vez mais caótico e ineficiente, afetando diretamente a qualidade de vida dos cidadãos que precisam se deslocar pelas ruas e avenidas da cidade. Porto Alegre, outrora conhecida por suas belas paisagens, rica cultura e gestões democráticas, enfrenta um desafio significativo que parece crescer a cada dia: a má gestão da política pública de transporte do atual governo. Com um aumento constante no número de veículos e uma infraestrutura que não acompanha esse crescimento, a situação se torna cada vez mais insustentável, provocando stress, longos congestionamentos e dificultando o deslocamento dos trabalhadores e das trabalhadoras que precisam, diariamente, se deslocar até os seus locais de trabalho.

Um dos principais fatores que contribuem para esse cenário problemático é a falta de planejamento e a execução de políticas públicas eficazes. A Prefeitura, responsável por gerenciar o tráfego e a mobilidade urbana, parece estar despreparada para lidar com as demandas de uma cidade em constante evolução. Em vez de implementar soluções inovadoras e sustentáveis, como o incentivo ao transporte público e à mobilidade ativa (caminhadas e ciclovias), as ações têm sido pontuais e superficiais, sem uma visão de longo prazo. Nossas ciclovias são construídas sem planejamento (causando acidentes e interrupções constantes) e nossas vias de acesso estão cada vez mais sufocadas pela falta de uma organização viária que sirva para um escoamento mais eficaz do trânsito, principalmente nos horários de maior fluxo.

Outro aspecto preocupante é a falta de um projeto coerente para melhorar o sistema de transporte público. A privatização da CARRIS (empresa pública de transporte, que já foi a melhor do País), colocada como essencial para a melhoria do transporte público na capital, serviu apenas para que um importante patrimônio da cidade fosse vendido a um preço irrisório, não melhorando em nada o atendimento à população. Vale lembrar que a empresa vencedora do leilão realizado em outubro de 2023 já havia demonstrado a sua incompetência na oferta do serviço na vizinha Viamão.

Os ônibus, que deveriam ser uma alternativa viável ao uso do carro, enfrentam problemas como lotação, atrasos frequentes, itinerários mal pla-

nejados e condições precárias de uso. Essa situação não apenas desestimula a utilização do transporte coletivo, mas também aumenta a dependência dos cidadãos em relação aos veículos particulares, exacerbando ainda mais o trânsito. Toda a propaganda da Prefeitura em torno da utilização de ônibus elétricos (de forma muito atrasada em relação a outras capitais do País) não encontra eco na sociedade, pois, em função das precárias condições de nossas vias, esses ônibus acabam sendo utilizados apenas nas regiões mais centrais da cidade.

A falta de investimentos em infraestrutura também é uma questão crucial. Ruas esburacadas, sinalização inadequada e corredores exclusivos para ônibus construídos de maneira equivocada e sem uma engenharia eficaz de sua utilização, são apenas algumas das deficiências que contribuem para o caos no trânsito.

Sem uma abordagem integrada que considere as necessidades de todos os usuários da via, desde motoristas até pedestres e ciclistas, a tendência é que a situação se agrave, pois, mesmo na discussão sobre o atual Plano Diretor da cidade, a preocupação maior da Prefeitura está apenas em oferecer melhores condições para as grandes construtoras e não buscar alternativas de melhorar o fluxo nas artérias "entupidas" da cidade.

Aliás, a principal proposta de mobilidade no referido Plano Diretor, nada mais é do que a verticalização do centro da cidade com a desculpa de que essa medida irá diminuir o tempo do trabalhador no trânsito. Sabemos que isso não resolve, pois não existirá espaço e nem condições financeiras para essa verticalização ser realizada ao ponto de diminuir os gargalos do transporte na cidade.

Diante desse cenário alarmante, é imprescindível que a população se mobilize e exija ações concretas da prefeitura para melhorar a política de trânsito da cidade. A criação de um plano de mobilidade urbana que priorize o transporte público, a ciclovia e a acessibilidade é fundamental. Além disso, é necessário que haja transparência nas decisões e que a sociedade civil participe ativamente do processo de planejamento.

Em suma, o trânsito em Porto Alegre é um reflexo da má gestão pública e da falta de iniciativas eficazes para solucionar os problemas existentes. Sem um esforço conjunto e uma visão clara para o futuro, a cidade pode continuar a sofrer com um trânsito caótico, prejudicando a qualidade de vida de seus habitantes. A esperança reside em uma mobilização cidadã que pressione por mudança e por um transporte mais justo e eficiente para todos.

O Plano Diretor de Porto Alegre e o direito à cidade

César Rolim, Jacqueline Custódio

As discussões sobre a revisão do Plano Diretor de Porto Alegre evidenciam uma disputa entre dois projetos de cidade: um voltado à lógica de mercado e outro comprometido com o direito à cidade. Esse direito, cada vez mais ameaçado e restrito para a maioria da população, diz respeito, segundo Lefebvre (2011) à possibilidade das pessoas acessarem e usufruírem dos espaços urbanos, dos serviços públicos, do direito à participação nas decisões urbanas, da infraestrutura (moradia adequada, por exemplo), da mobilidade urbana, segurança e da vida social e cultural da cidade de forma igualitária e digna. O presente texto busca refletir sobre o processo de revisão do Plano Diretor da cidade a partir de uma perspectiva de assegurar o efetivo direito à cidade para todas as pessoas que residem nela.

O governo de Sebastião Melo tem encaminhado um processo de revisão do Plano Diretor que incentiva a fragilização das discussões efetivamente democráticas, e tem um viés tecnocrático-mercadológico e neoliberal em sua concepção de que os espaços públicos devem ser privatizados. A retórica de “modernização” e “desburocratização” (PMPA, 2023) mascara uma agenda de flexibilização de normas ambientais, ampliação de índices construtivos e incentivo a grandes empreendimentos imobiliários, especialmente em áreas estratégicas como o 4º Distrito. Essa orientação reflete o que David Harvey (2008a), em *O direito à cidade*, chama de “acumulação por espoliação” — quando o espaço urbano é apropriado pelo capital financeiro e pela especulação, em detrimento das necessidades coletivas.

Ruptura com a democracia participativa

A exclusão das comunidades periféricas e de grupos vulneráveis do debate sobre o Plano Diretor representa uma ruptura com a tradição democrática de Porto Alegre, marcada pela experiência do Orçamento Participativo (AVRITZER, 2002). A cidade que um dia foi referência mundial em participação popular hoje enfrenta um processo de centralização e despolitização das decisões urbanísticas. Como aponta Ermínia Maricato (2011), em *O impasse da política urbana no Brasil*, o planejamento urbano brasileiro frequentemente serve aos interesses de elites econômicas, produzindo uma cidade para poucos e negando direitos fundamentais, como a moradia e o transporte acessível. Além disso, a transformação de áreas centrais em zonas de revitalização tende a produ-

zir processos de gentrificação (ROLNIK, 2015), nos quais populações de baixa renda são expulsas para regiões periféricas sob a justificativa de “requalificação urbana”. Em Porto Alegre, a valorização do 4º Distrito e do Centro Histórico segue essa lógica, beneficiando o mercado imobiliário e fragilizando o tecido social e cultural local.

Uma análise crítica do atual debate sobre o Plano Diretor evidencia a urgência de resgatar a dimensão política e social do planejamento urbano. Garantir o direito à cidade implica assegurar mecanismos efetivos de participação, combater a mercantilização do território e reconhecer a centralidade da vida urbana plural. Como lembra Lefebvre (2011), a cidade deve ser um espaço de encontro, criação e diversidade — não um produto de consumo, mas uma obra coletiva em permanente construção. Como afirma Harvey (2014, p. 28), o direito à cidade é muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos. Além disso, é um direito mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização.

Cidade-mercadoria

A grande virada de rumo de uma Porto Alegre voltada à participação social para uma cidade-mercadoria começou a ser implementada a partir da administração municipal, em 2017. Como ensina Carlos Vainer (2009), a cidade-mercadoria é o resultado buscado pelo planejamento estratégico, que traz a competitividade como a nova questão urbana. Além disso, Vainer denuncia o quase total comprometimento com esta estratégia por agências de cooperação e instituições multilaterais, tais como a Agência Habitat das Nações Unidas, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Mundial.

Ainda segundo Vainer, a ideia que se alastra entre os neoplanejadores urbanos é de que “a cidade é uma mercadoria a ser vendida, num mercado extremamente competitivo, em que outras cidades também estão à venda” (VAINER, 2009, p.79). E, para isso, os especialistas em marketing urbano avaliam as características da cidade e o tipo de consumidor que seria sensível àqueles atributos locais oferecidos ou que possam ser oferecidos: em geral, insumos necessários ao capital transnacional.

Neste contexto, faz sentido o interesse tão grande, tanto do estado quanto município, em trazer e manter o *South Summit*, investindo recur-

¹ O “South Summit” é uma plataforma de inovação lider que conecta startups, investidores e corporações do mundo toda. Para isso, organizamos eventos de inovação, networking e empreendedorismo. Definição que consta no site oficial do evento. Disponível em: <https://www.southsummit.io/faqs/>. Acesso em: 20 de outubro de 2025.

sos, fornecendo lugares estratégicos e providenciando toda a infraestrutura necessária para o evento. E também se entende o porquê de o 4º Distrito² ter tido inspiração na estratégia utilizada em Barcelona, com a consultoria dos catalães, tornando-se uma região com diretrizes próprias, apartadas do Plano Diretor, possibilitando maior flexibilização de regras, inclusive as relativas à proteção do patrimônio cultural.

A mesma segmentação é identificada no Centro Histórico, que teve seu regimento urbano determinado por lei específica³ para a área, possibilitando a construção de edificações na orla e liberando a altura dos prédios a serem edificadas. Por fim, não por coincidência, trata-se de duas regiões delimitadas pela orla do Guaíba, área de expressivo valor comercial e dotada de um cenário idílico frequentemente explorado pelo mercado imobiliário como elemento de valorização e atratividade.

Plano Diretor revisado à serviço dos interesses do capital

Nesse contexto, a revisão de um Plano Diretor transforma-se em um terreno de disputa entre aqueles que se orientam pelas diretrizes de uma cidade democrática e inclusiva e aqueles que defendem uma visão de “cidade atrativa, competitiva e sustentável”⁴ — sendo esse último termo habitualmente incorporado ao discurso como forma de estimular e justificar a comercialização dessa “mercadoria”. É no âmbito dessa disputa que se observa como o mercado, através do Estado, tem uma ascendência enorme no direcionamento da revisão, regulando relações sociais e espaciais, impactando diretamente na forma como o espaço urbano é planejado, produzido e gerido.

Esta leitura do processo atual revisão do plano pode ser entendida como uma manifestação do neoliberalismo na produção da cidade, de forma a atingir toda complexidade que a caracteriza. É um processo no qual o Estado tem um papel fundamental, que se estende para além de sua diminuição nas ações que buscam o interesse social e das privatizações rotineiramente propostas. Como explicam os pesquisadores franceses Dardot e Laval, hoje trata-se de um “Estado-empresa”, sendo que as neces-

² O Programa de Regeneração Urbana do 4º Distrito abrange a totalidade dos limites dos bairros Farrapos, Humaitá, Navegantes, São Geraldo e Floresta, bem como a interface destes com os bairros adjacentes. “Relatório I, Programa de Regeneração Urbana do 4º Distrito de Porto Alegre Diagnóstico”, 2022. Disponível em: <https://encurtador.com.br/SxqU>. Acesso em: 20 de outubro de 2025.

³ O Programa de Regeneração Urbana do 4º Distrito abrange a totalidade dos limites dos bairros Farrapos, Humaitá, Navegantes, São Geraldo e Floresta, bem como a interface destes com os bairros adjacentes. “Relatório I, Programa de Regeneração Urbana do 4º Distrito de Porto Alegre Diagnóstico”, 2022. Disponível em: <https://encurtador.com.br/SxqU>. Acesso em: 20 de outubro de 2025.

⁴ Palavras do Secretário Germano Bremm, titular da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade (SMAMUS) de Porto Alegre, em entrevista ao “Jornal Correio do Povo”, em 28/07/2025. Disponível em: <https://encurtador.com.br/HMqB>. Acesso em: 22 de outubro de 2025.

sidades e “lógicas das empresas privadas comandam diretamente as agendas do Estado” (2016, p.273):

[...] os Estados não têm mais que um papel de subordinado ou assistente e de interiorizar suficientemente esse papel para não terem mais condições de definir políticas sociais, ambientais e científicas sem a concordância - ainda que tácita - dos oligopólios (Dardot e Laval, 2016, p. 276).

É o que se tem visto nos processos de discussão do Plano Diretor de Porto Alegre, sob inúmeros aspectos, a começar pela total ausência de previsão de medidas urbanísticas para enfrentamento de enchentes, o que é alarmante, tendo em vista a tragédia ocorrida no estado em 2024. Isso contraria o Estatuto da Cidade, no que diz respeito à lista de inserção de elementos obrigatórios em planos diretores dos “municípios incluídos no cadastro nacional de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos” (BRASIL, 2001, art. 42-A).

Silêncio quanto aos riscos socioambientais e as catástrofes climáticas

No que diz respeito às questões de meio ambiente, a omissão também é observada. Conforme o Estudo Técnico-jurídico do Centro de Apoio Operacional da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias (CAOMA) do Ministério Público do Rio Grande do Sul, sobre a Minuta de Plano Diretor apresentada pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, não existem regulamentações específicas que disciplinem de forma clara as áreas de preservação permanente, os espaços verdes, os parques lineares, os jardins de chuva ou outras soluções baseadas na natureza. O que se observa são diretrizes genéricas, desprovidas de força normativa real e sem efeitos jurídicos concretos (MELLO, 2025).

A recente catástrofe climática que submergiu Porto Alegre não pode ser dissociada do debate sobre a revisão do seu Plano Diretor. Pelo contrário, ela expõe de forma trágica a falência do modelo de “cidade-mercadoria” e revela que a ausência de medidas para o enfrentamento de enchentes não é uma mera omissão, mas uma escolha política deliberada, alinhada a uma visão neoliberal de desenvolvimento urbano. A tragédia foi, portanto, o resultado funcional de um projeto que prioriza o lucro em detrimento da vida.

Desmonte intencional dos serviços públicos

Junte-se a isso, o sucateamento estratégico dos serviços e bens públicos,

instrumento frequentemente utilizado para justificar a privatização. A falha do sistema de proteção contra cheias, construído na década de 1970, não decorreu de sua obsolescência, mas de um processo crônico e documentado de desinvestimento e negligência. E, paradoxalmente, a proposta de revisão do Plano Diretor, que deveria ser a principal ferramenta para construir uma cidade mais resiliente, insiste em um modelo que agrava as vulnerabilidades.

Para atender melhor às demandas da indústria da construção civil, as normas sobre o regime urbanístico e parâmetros urbanísticos foram retirados do plano diretor. Por exemplo, o coeficiente de aproveitamento, que traduz a relação entre a metragem do terreno e o tamanho do que se pode construir nele, tem previsão expressa no Estatuto da Cidade, para que conste no plano diretor. De acordo com o Município, estas normas estarão em outra lei, a Lei de uso e ocupação do solo, que também será revista. Com isso, a flexibilização para as necessidades das edificações fica facilitada, uma vez que a lei do plano diretor é, por definição constitucional, o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana (artigo 182, § 1º, CF) e, portanto, mais rígida (MELLO, 2025).

Flexibilização das regras urbanísticas

Não só as regras urbanísticas foram flexibilizadas: as normas de proteção ao ambiente natural também sofreram a pressão da lógica neoliberal. Tome-se como exemplo a ausência de zoneamento ambiental obrigatório e de mapeamento de áreas prioritárias para biodiversidade e de risco (hidrológico/geotécnico). Ou seja, a proposta de revisão feita pelo município não incorpora mapeamento de áreas suscetíveis a deslizamentos, inundações ou movimentos de massa.

A revisão deixou de integrar completamente o território municipal, deixando de fora, por exemplo, a zona rural, o bairro Arquipélago ou outras áreas vulneráveis. Essa fragmentação compromete a coerência da política urbana-ambiental e do controle territorial, especialmente em áreas de sensibilidade ambiental. Como nas normas urbanísticas, as ambientais também têm como característica possuir muitas diretrizes, princípios e objetivos, mas poucos instrumentos operacionais claros para efetivar a sustentabilidade urbano-ambiental. Assim, constata-se a falta de delimitação precisa das unidades de conservação e de seus entornos, bem como de regras urbanísticas específicas para essas áreas.

Cerceamento e obstrução à participação popular

A construção de um Plano Diretor que determina a política urbana da

cidade envolve intensa participação social, que, segundo as palavras do Promotor Cláudio Ari de Mello, é “um processo político caracterizado por elevado grau de cidadania urbana, um dos processos legislativos mais democráticos do mundo” (MELLO, 2025, p.24). O que se tem visto é o contrário dessa premissa, com a obstrução de todas as formas de participação da população.

O ápice desses obstáculos ocorreu na Audiência Pública de 9 de agosto de 2025, que foi judicializada e chegou a ser suspensa por liminar. Embora a suspensão tenha sido posteriormente revogada pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, um dos efeitos foi a presença reduzida do público — apenas metade dos inscritos compareceu. A exigência de inscrição prévia e o uso obrigatório de pulseira de identificação para entrada contrariam princípios de acessibilidade universal. Relatos dos participantes apontam cortes abruptos nas falas, limitadas a dois minutos, sem possibilidade de concluir o raciocínio das questões ou sugestões apresentadas.

É nítido que o avanço das políticas neoliberais redefiniu profundamente as dinâmicas do urbanismo contemporâneo. Em Porto Alegre, sob a lógica do mercado, o espaço urbano passou a ser concebido não apenas como um território de convivência e cidadania, mas sobretudo como um ativo econômico e instrumento de valorização do capital. Nesse contexto, as práticas de planejamento e gestão urbana — incluindo as revisões dos planos diretores — foram progressivamente orientadas por princípios de eficiência, competitividade e atração de investimentos, em detrimento de uma perspectiva de justiça social. Essa racionalidade neoliberal, conforme analisa David Harvey (2008b), promove uma acumulação por superexploração do trabalho e especialmente pela especulação dos mercados imobiliários, tornando o espaço urbano objeto de extração de valor, frequentemente em prejuízo do uso social da cidade.

Planejamento urbano para quem? Para quê?

O Estado, antes agente central na regulação e ordenamento do território, assume um papel de mediador e facilitador dos interesses privados, promovendo políticas que flexibilizam normas urbanísticas e ampliam as oportunidades de rentabilidade para o mercado imobiliário. Henri Lefebvre (2011) já advertia que a urbanização, sob a lógica do capital, converte o direito à cidade em um privilégio restrito a determinados grupos sociais, uma vez que a segregação urbana constitui elemento estruturante desse processo. Tal segregação, conforme esse autor, manifesta-se sob três formas interdependentes, que podem ocorrer

de modo simultâneo ou sucessivo: a *espontânea*, derivada das desigualdades de renda e das ideologias dominantes; a *voluntária*, caracterizada pela constituição deliberada de espaços sociais separados; e a *programada*, justificada pelo discurso técnico de ordenamento territorial e planejamento urbano (LEFEBVRE, 2011).

Esses mecanismos, ao operarem de forma articulada, reproduzem e aprofundam as desigualdades socioespaciais, transformando o espaço urbano em instrumento de exclusão e de reprodução das relações de dominação próprias do capitalismo. Raquel Rolnik (2015) aponta que os instrumentos de planejamento vêm sendo apropriados por agentes econômicos que moldam a cidade segundo interesses de valorização fundiária. Assim, a revisão de planos diretores, como no caso de Porto Alegre, capturada por essa lógica, tende a reproduzir e intensificar processos de gentrificação, exclusão territorial e desigualdade socioespacial. Em última instância, o urbanismo neoliberal consolida uma concepção de cidade fragmentada, em que o espaço é regulado mais pela lógica financeira do que pelo compromisso com a função social e coletiva do território.

Fragilidades e contradições da cidade planejada sob o neoliberalismo

Para concluir, a inundação histórica de 2024 não se restringiu a um evento climático extremo. Ela mostrou, de forma contundente, as contradições de um modelo de desenvolvimento urbano pautado pela lógica mercantil, no qual o espaço é tratado como ativo econômico e não como território de vida. Mais do que um fenômeno natural, a tragédia revelou a materialização de um projeto político que transforma a cidade em um balcão de negócios, subordinando a gestão pública aos interesses do capital e negligenciando sua função primordial: garantir segurança, dignidade e justiça social aos cidadãos.

Nesse contexto, o debate em torno da revisão do Plano Diretor assume centralidade. Em vez de orientar-se pela mitigação de riscos socioambientais e pela justiça territorial, o plano proposto tende a intensificar desigualdades, ao flexibilizar normas de uso e ocupação do solo e ampliar as oportunidades de valorização imobiliária em detrimento das necessidades coletivas. Assim, o desafio que se impõe à cidade é o de redefinir os modos de produção da cidade, isto é, questionar quem a produz, para quem ela é produzida e com base em quais valores.

A cidade que queremos

A produção da cidade, compreendida como processo social e político,

não pode continuar sendo monopólio de atores econômicos e tecnocráticos. Ela exige a incorporação efetiva da cidadania como agente ativo de planejamento, formulação e controle das políticas urbanas. Isso significa reconhecer a participação popular não como etapa meramente consultiva, mas como dimensão constitutiva da democracia urbana.

A experiência recente evidencia que apenas a participação crítica, informada e articulada entre movimentos sociais, coletivos territoriais, comunidades afetadas e instituições de ensino pode reorientar o urbanismo para o interesse público. Essa participação amplia o horizonte decisório, democratiza o conhecimento técnico e tensiona as estruturas de poder que historicamente excluíram grande parte da população dos processos de planejamento.

Assim, a disputa em curso sobre o futuro de Porto Alegre ultrapassa o campo técnico do urbanismo: trata-se de um embate sobre o direito à cidade e sobre o próprio sentido da vida urbana. O caminho para uma cidade justa e sustentável não será traçado apenas por engenheiros, empresários e gestores, mas por uma coletividade que reivindica ser autora — e não apenas espectadora — da produção de seu espaço. Entre uma cidade para as pessoas e uma cidade à venda, a escolha permanece aberta, e dela dependerá o tipo de sociedade que se pretende construir.

Referências

- AVRITZER, Leonardo. *Democracia e as esferas públicas no Brasil*. São Paulo: Ed. 34, 2002.
- BRASIL. *Lei Federal nº 10.254 de 10 de julho de 2001. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 138, n. 132, p. 1-4, 11 jul. 2001.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.
- HARVEY, David. *O direito à cidade*. São Paulo: Boitempo, 2008a.
- HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2008b.
- HARVEY, David. *Cidades rebeldes*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2011.
- MARICATO, Ermínia. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- MELLO, Cláudio. *Estudo Técnico-jurídico sobre a minuta do Plano Diretor apresentada pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre*. Centro De Apoio Operacional Da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias. MPRS, 2025.
- PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. *Revisão do Plano Diretor: diretrizes gerais*. Porto Alegre, 2023.
- ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: MARICATO, Ermínia. ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

O silêncio dos escudos: Greve, repressão e o acordo que silenciou

Patrícia Zander Lopes

Na virada de março para abril de 2025, as servidoras e os servidores municipais de Porto Alegre deflagraram uma greve por tempo indeterminado. Organizada pelo Sindicato dos Municipários de Porto Alegre (SIMPA), a paralisação foi aprovada em assembleia no final de março, com início marcado para o dia 1º de abril. A pauta era importante e urgente: a categoria reivindicava, entre outros pontos, reposição salarial para recuperar perdas acumuladas, pagamento de progressões represadas, reajuste do vale-alimentação e manutenção dos serviços públicos frente a propostas de terceirização.

A pauta e o descaso do governo

A nossa defasagem salarial ultrapassa 33,4%, um índice que resultou da ausência de reajuste pela inflação especialmente desde o governo Marchezan Jr. (2017-2020). O governo Melo apresentou uma proposta de míseros 4,83% de reposição salarial, parcelados, e um aumento de 10% no vale-alimentação (5% em maio e 5% em agosto). A proposta nem sequer contempla muitos dos itens estruturais da pauta, tais como progressões e plano de carreira. Para o SIMPA, era “muito insuficiente e rebaixada”.

Esse cenário revela um governo que, embora aponte para “limitações orçamentárias”, escolheu responder com uma proposta de baixo impacto diante da nossa categoria, que se sente esvaziada e desvalorizada.

Repressão no horizonte

A greve, porém, não se resumiu ao espaço institucional e ao diálogo. Em 9 de abril, nono dia de greve, a nossa mobilização realizou um ato em frente ao evento “South Summit Porto Alegre 2025”, no Cais Mauá, para dar visibilidade à nossa causa. Diante disso, o Batalhão de Choque da Brigada Militar foi acionado para “acompanhar” a manifestação. Fomos impedidas(os) de nos aproximarmos da entrada do evento e sofremos um cerco policial, com bloqueios de acesso e forte presença de tropas para nos intimidar.

Esse uso ostensivo da força policial diante de servidores públicos em greve, cujo direito está previsto na Constituição Federal, lei máxima do nosso país, aponta para uma resposta política policialesca e autoritária do governo, que extrapolou o diálogo e entrou no campo da intimidação. Se a

Prefeitura queria resolver via negociação, ela se munuiu de força policial como alternativa ao diálogo e ao convencimento. A mensagem transmitida era a de que: “Aqui quem comanda, quem define o espaço, somos nós (segurança pública e governo municipal)”. Isso tudo para nos intimidar a voltarmos ao trabalho sem nenhuma pauta atendida.

O “acordo” e o silêncio da mobilização

Após doze dias de paralisação intensa, com atos públicos, ampla repercussão na mídia e no cotidiano da cidade, a categoria decidiu encerrar a greve diante da proposta do governo Melo. O acordo, no entanto, ficou aquém da expectativa: 4,83% de reajuste parcelado até 2026, 10% de vale-alimentação, abono dos dias de greve e nova mesa somente em setembro.

Essa “vitória” é duvidosa, pois foi aceito/imposto um acordo que prevê um reajuste muito inferior à defasagem real, parcelado ao longo de meses, sem garantia firme de avanço imediato para os itens mais estruturais de carreira, como progressões, contratações, condições de trabalho. Em outras palavras: o governo ganhou tempo, encerrou o conflito com custo mínimo, manteve a narrativa de responsabilidade fiscal e evitou concessões mais graves. A nossa categoria, sim, conquistou algo, porém, aceitamos muito pouco diante de uma pauta e de demandas bem mais extensas.

Efeitos, marcas e reflexões

O impacto direto da greve se refletiu em escolas, com professores(as) em menor número, em serviços administrativos operando de forma reduzida e numa mobilização que intensificou o debate entre a categoria e governo. A repressão simbólica e ostensiva (da Brigada Militar e da Guarda Municipal) e o “acordo” frágil deixaram marcas profundas, em que a confiança entre a categoria e a gestão ficou abalada. A mobilização mostrou força, mas o governo mostrou que só cedeu o mínimo.

A narrativa de valorização das servidoras e dos servidores ficou comprometida: se aceitam-se 4,83% frente a 30%+, a mensagem é clara: “vocês fazem parte, mas não são prioridade”. Além disso, o uso da força policial para conter manifestação de trabalhadores dá um recado político: mobilizar-se será sempre legítimo, mas a resposta não será apenas com negociação, mas com aparato policial.

Para a cidade, a greve provocou uma reflexão: movimentos de municipais e municipais não são eventos isolados, visto que são históricas as nossas mobilizações e conquistas de valorização da nossa

carreira. E o governo Melo decidiu lidar com isso por meio de cálculo político: mínima concessão, máximo controle.

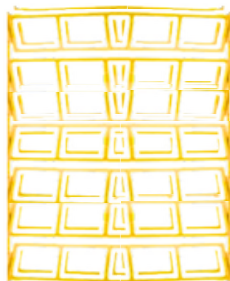
A luta segue em defesa dos nossos direitos, apesar do atual governo

A greve de 2025 não será lembrada apenas como mais uma reivindicação salarial e sim como um momento em que a nossa categoria exigiu dignidade e obteve concessões simbólicas. O governo municipal optou por responder menos com diálogo e mais com desrespeito e repressão através do uso da força policial para conter trabalhadoras e trabalhadores.

Se as servidoras e os servidores reivindicavam reconhecimento, justiça e serviços públicos de qualidade, receberam, ao final, um “acordo” de estabilização – e não de valorização. Se pregavam transformação, conseguiram apenas manutenção de base. E se buscavam que a cidade se articulasse com quem a sustenta e defende, encontraram uma Prefeitura que articula com o mercado. Mobilização sim, visibilidade sim, mas concessão menor. O governo saiu com o controle da agenda; a nossa categoria, com uma lição: lutar vale a pena e seguiremos! Porto Alegre, por sua vez, ficou com um recado: Serviços públicos não são apenas máquinas, são pessoas. E elas, quando se sentem invisíveis, resistem!

8

□ NOTAS EM MANIFESTOS



Entrega da Educação Pública através de PPP – NÃO! ¹

ATEMPA

Na noite desta segunda-feira, 27 de novembro de 2023, foi realizada a Audiência Pública Híbrida com o propósito de debater o Projeto de Parceria Público-Privada (PPP) na modalidade de concessão administrativa para a construção, reforma, manutenção e gestão de serviços não pedagógicos nas unidades educacionais da rede municipal de ensino de Porto Alegre.

O Plano proposto pelo Governo Melo, intitulado “Escola Bem-Cuidada”, visa conceder à iniciativa privada, ao longo de 20 anos, a responsabilidade pelos serviços em escolas, abrangendo construção, manutenção predial, segurança, limpeza, poda de árvores, reposição de equipamentos e mobiliários, operação de lavanderia em creches, gestão de recursos como gás, energia, água e esgoto, além de tecnologia da informação, entre outras áreas.

No entanto, esse plano ocorre num contexto marcado por escândalos de superfaturamento envolvendo o governo Melo e a Secretaria Municipal de Educação (SMED). Há investigações em curso no Tribunal de Contas da União (TCU). A decisão de direcionar um montante estimado em R\$ 4.474.573.464,00 para a iniciativa privada, neste estágio final do mandato de Melo, levanta questões pertinentes: será que a saída de Melo resultará na continuidade da precarização da educação pública em Porto Alegre através de seus aliados?

A Audiência Pública, que contou com a participação de mais de 80 participantes, tanto presencialmente quanto virtualmente, proporcionou espaço para manifestações contrárias à PPP.

Aline Kerber, presidente do Conselho Municipal de Educação (CME), e Kleiton da Silva Muller, presidente do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Cacs Fundeb), expressaram sua oposição ao Programa durante o evento. A direção do SIMPA esteve representada e apresentou críticas ao modelo privatista que o prefeito tenta impor na RME.

A consulta pública do projeto de PPP do programa Escola Bem-Cuidada segue aberta até 7 de dezembro. Para participar, é necessário pre-encher o formulário de contribuições on-line.

Nesse contexto, a ATEMPA reitera firmemente sua posição contrária à entrega das escolas à iniciativa privada.

¹ Texto de divulgação veiculado nas Redes Sociais da ATEMPA em 30 nov. 2023.

Educação pública em colapso: corrupção na SMED e descaso do governo deixam escolas em completo abandono¹

ATEMPA

Nos últimos dias, a população de Porto Alegre foi surpreendida por novas revelações sobre o desvio de recursos da Secretaria Municipal de Educação (SMED). Enquanto isso, o prefeito Sebastião Melo (MDB) segue abandonando os servidores públicos, negando-lhes qualquer reajuste salarial. As consequências desse descaso são visíveis e alarmantes nas escolas da rede pública municipal, que enfrentam problemas crônicos de recursos humanos.

A falta de investimento adequado na educação pública está comprometendo gravemente o atendimento aos estudantes. A carência de profissionais impede o funcionamento pleno dos turnos escolares e, como resulta-do, os alunos não têm garantia de cumprimento da grade curricular.

Essa negligência é ainda mais grave quando consideramos o impacto no desempenho das escolas no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Com a queda nos resultados, a desqualificação das escolas públicas será inevitável, abrindo caminho para a privatização da educação. Essa estratégia não apenas desvia recursos públicos para o setor privado, mas também aumenta a desigualdade no acesso a um ensino de qualidade, prejudicando ainda mais os que mais precisam.

Exigimos ações imediatas e concretas, entre elas:

Investigação e transparência: Uma investigação rigorosa e transparente sobre os desvios de recursos da SMED, com a responsabilização dos envolvidos.

Valorização dos servidores(as): O reconhecimento e a valorização dos servidores(as) públicos, com reajustes salariais justos e condições de trabalho dignas.

Investimento na educação: Aumento dos investimentos em recursos humanos e materiais nas escolas públicas, garantindo a qualidade do ensino e o cumprimento da grade curricular.

Contra a privatização: Rejeição de qualquer iniciativa de privatização das escolas públicas, assegurando que a educação permaneça um direito acessível a todos(as).

Não podemos permitir que a educação pública seja sucateada e que nossas crianças e adolescentes sejam privados de um futuro promissor.

É hora de levantar a voz e exigir mudanças. Por uma educação pública de qualidade, por respeito aos servidores e pela transparência na gestão dos recursos públicos.

¹ Texto de divulgação veiculado nas Redes Sociais da ATEMPA em 15 jul. 2024.

Falta compromisso com a Educação, mas há escândalos de corrupção por todos os lados¹

SIMPA

O Sindicato dos Municipários de Porto Alegre (SIMPA) repudia e vê com muita preocupação as notícias que escancaram mais um escândalo de corrupção na Secretaria Municipal de Educação (SMED) envolvendo verbas públicas. Somente neste ano, fizemos inúmeras denúncias sobre o estado da estrutura física das escolas, algumas até impedem o atendimento aos alunos de forma regular. Recentemente, denunciemos que escolas atingidas pela enchente ainda não foram reformadas, mesmo tendo passado cinco meses da calamidade. Faltam professores e especialistas para as equipes pedagógicas; falta rede elétrica para ventiladores e ar-condicionado nas salas, para enfrentar o calor.



Estamos com uma defasagem da inflação nos salários de 29,55% e recebemos negativas do governo em todas as negociações, alegando falta de condições financeiras. Nossa Previdência está sendo destruída, aposentados sofrem confisco mensal nos seus benefícios, e há servidores com o básico abaixo do salário mínimo, sem falar no plano de saúde que está descredenciando serviços sem a devida fiscalização por parte do governo.

Terceirizar, contratar empresas sem licitação e não fiscalizar contratos parece ser o modo de operação dos governos. De Marchezan à Melo, nada mudou. O último colocou em prática o projeto de precarização dos servi-

¹ Texto de divulgação veiculado no site institucional e redes sociais do SIMPA em 7 nov. 2024.

ços públicos iniciado pelo seu antecessor. Tudo isso para que o orçamento público passe pela mão da iniciativa privada, perdendo, no caminho, além de milhares de reais, também a oferta de atendimento à população que mais precisa.

O noticiário dos últimos três dias é mais do mesmo, na Educação, na Saúde, na Assistência Social, no DMAE e por aí vai. Por aí vai para o ralo o orçamento público, tão necessário para a cidade.

[GZH 07/11] O desvio e o mau uso de dinheiro destinado a socorrer escolas municipais de Porto Alegre diante da necessidade de pequenos reparos e manutenções fez a Polícia Civil indiciar 15 pessoas na conclusão da investigação da Operação Verba Extra... Apuração da 2ª Delegacia de Combate à Corrupção encontrou indícios de fraude à licitação, associação criminosa e prevaricação... O valor desviado estaria em torno de R\$ 1,5 milhão. As verbas eram gerenciadas pela SMED.

[GZH 04/11] Verba extra da Secretaria de Educação de Porto Alegre está sob suspeita de uso irregular... Análise de documentos sugere que empresas possam ter sido escolhidas para realizar serviços em escolas a partir de orçamentos supostamente combinados e superfaturados. “Não sei se é descaso, questão de prioridade”, diz diretora sobre reparos de má qualidade feitos na escola (um exemplo que se repete em outras escolas)... Colégio no bairro São José convive com problemas decorrentes de conserto realizado em 2018.

Somos Municipári@s, somos Porto Alegre e vamos resistir!
#VamosResistir #SomosPortoAlegre #SimpaSindicato

Manifesto em defesa da gestão democrática da educação e da escola pública em Porto Alegre¹

A gestão democrática da educação é uma conquista decorrente das lutas populares mais amplas pela garantia da soberania do povo e pela liberdade civil, buscando a superação do autoritarismo que, de forma cíclica, tenta se impor pela força no Brasil, cuja expressão mais recente foi a ditadura militar, que sequestrou a cidadania de 1964 a 1985.

Assim, na Constituição de 1988 (CF 1988), foi garantida, no Art. 206, no inciso II, a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e de divulgar o pensamento, a arte e o saber; e no inciso VI, é assegurada a gestão democrática do ensino público, na forma da lei. Nessa direção, a Lei n.º 9394/1996, que estabelece as diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu Art. 3º, reafirma esse princípio, com a seguinte redação: “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal; (Redação dada pela Lei nº 14.644, de 2023)”. É permitido, portanto, que cada ente federativo pactue a sua forma de concretizar o preceito da gestão democrática. Em muitos estados e municípios, foram implementados, através da garantia na LDB, os conselhos escolares e formas democráticas de provimento do cargo ou função de diretor de escola, através de eleições pela comunidade escolar.

Governos autoritários rompem com esse pacto, recorrendo ao poder judiciário para que tais leis sejam declaradas inconstitucionais, com base no inciso II do Art. 37: a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração. Infelizmente, prevaleceu no poder judiciário a compreensão de que o diretor de escola é um cargo em comissão, diferente do entendimento das comunidades escolares, de que é um representante da comunidade no governo, que, devido às suas responsabilidades, faz jus a uma gratificação pecuniária. Porém, a declaração de inconstitucionalidade não é dada a priori, mas quando requerida por um governante de viés autoritário.

O Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei n.º 13.005/2014, determina, na Meta 19, estratégia 19.1, o repasse de transferências vo-

¹ Manifesto assinado por diversas organizações sociais em prol da educação, por escolas, por sindicatos, fóruns e grupos de estudos, coletivos, cooperativas, em 21 de novembro de 2024.

untárias da União, na área da educação, para os entes federados que tenham aprovado legislação específica que regulamente a matéria na área de sua abrangência, respeitando-se a legislação nacional, e que considere, conjuntamente, para a nomeação dos diretores e diretoras de escola, critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar. Nesse sentido, está declarado o entendimento de que a comunidade escolar deve participar na escolha do diretor de escola.

Em Porto Alegre, a eleição de diretor é uma prática pactuada antes mesmo da promulgação da Constituição Cidadã (CF 1988), em 1988: a Lei Ordinária nº 5.693, de 26 de dezembro de 1985, criou o colegiado das escolas públicas municipais e autorizou a eleição direta para os cargos de diretor e vice-diretor. Em 1993, a Lei 7365 alterou a eleição de diretor para a modalidade direta e paritária entre os segmentos da comunidade escolar, extinguindo o colegiado. Essa lei foi revogada pela Lei n.º 12.659/2020, que, apesar de fazer alterações substanciais, manteve a eleição, pela comunidade escolar, para a função de diretor de escola.

O atual prefeito, reeleito em outubro/2024, acenou na campanha e em seus pronunciamentos posteriores à vitória eleitoral que pretendia romper com o pacto estabelecido em Porto Alegre com as comunidades escolares. Isso em um contexto no qual a Secretaria Municipal de Educação (SMED) é alvo de investigação policial por duas denúncias de corrupção: desvio de verbas extras para obras de manutenção predial, e compras irregulares de material pedagógico. Tais denúncias foram possíveis graças a direções de escola, que cumprem o exercício da função pública zelando pelos recursos. Segundo o prefeito, ele desconhecia as supostas ações de corrupção e atuou para o esclarecimento da ilicitude, com a qual não compactua. Ao transformar as direções de escola em cargos de confiança, indicados pela SMED, a possibilidade de fiscalização do recurso público e do controle social das ações governamentais sofrerão um forte revés.

Em quase quatro décadas de existência, a eleição de diretor pelas comunidades escolares tem se mostrado uma experiência exitosa, de aprendizado de democracia, na qual crianças e jovens, a partir dos dez anos de idade, exercitam o salutar processo de debater quem melhor representa o projeto pedagógico da escola. Da mesma forma, participam do processo suas famílias, os professores e funcionários. Não há razão para o estreitamento da experiência da democracia e de seu aprendizado.

A comunidade educacional de Porto Alegre manifesta-se em defesa da gestão democrática, contrária à redução do aprendizado da democracia e da cidadania por formas que centralizam o poder e enfraquecem o controle social.

Assinam o Manifesto as entidades e escolas públicas abaixo:

ASSOCIAÇÃO MÃES E PAIS PELA DEMOCRACIA – AMPD; ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES/AS EM EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE – ATEMPA; ASSOCIAÇÃO DOS ORIENTADORES DO RIO GRANDE DO SUL – AOERGS; ASSOCIAÇÃO DOS SUPERVISORES DO RIO GRANDE DO SUL – ASSERS; CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PORTO ALEGRE - PRESIDÊNCIA E COORDENAÇÕES; CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO; CÂTEDRA UNESCO - CIDADES QUE EDUCAM E TRANSFORMAM; SINDICATO DOS MUNICIPAÍRIOS DE PORTO ALEGRE – SIMPA; SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO PRIVADO DO RIO GRANDE DO SUL - SINPRO/RS; CPERS-SINDICATO; UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE PORTO ALEGRE - UAMPA; GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (GEPPPEI)/FACED/UFRGS; FÓRUM DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE PORTO ALEGRE (FEIPOA); FÓRUM GAÚCHO DE EDUCAÇÃO INFANTIL (FGEI); ACPM-FEDERAÇÃO - FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DOS CÍRCULOS DE PAIS E MESTRES; FÓRUM DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO RIO GRANDE DO SUL (FEJARS); ASSOCIAÇÃO DE EDUCADORES POPULARES DE PORTO ALEGRE (AEPPA); EMEI VILA VALNERI ANTUNES; EMEI DR WALTER SILBER – POA; EMEI CAVALHADA – POA; EMEF GOVERNADOR ILDO MENEGHETTI – POA; EMEF MIGRANTES – POA; EMEF AMÉRICA – POA; EMEB EMÍLIO MEYER; EMEF SENADOR ALBERTO PASQUALINI; EMEEF PROF ELYSEU PAGLIOLI; CEPROL; ESCOLA ARTES E MANHAS - PASSO FUNDO; ACORDA, RESTINGA; CPIA COLETIVO PELA INCLUSÃO E ARTE – POA; EMEI IRMÃ SIBILA ANA BURIN (ESTEIO); ASSOCIAÇÃO DE MORADORES UNINDO PARA TRANSFORMAR – AMUT; NAÇÃO HIP HOP BRASIL; FÓRUM SOCIAL DAS PERIFERIAS; REDE INTERNACIONAL CAFÉ COM PAULO FREIRE; CEAAL BRASIL, CONSELHO DE EDUCAÇÃO POPULAR DA AMÉRICA LATINA E CARIBE; MEP- ASSOCIAÇÃO DE EDUCADORES POPULARES DE PORTO ALEGRE – AEPPA; CAMP - CENTRO DE ACESSORIA MULTIPROFISSIONAL; UBM PORTO ALEGRE; COOPERATIVA VOZ DA PERIFERIA – CRIATIVISTAS; SINDICATO DOS PROFESSORES MUNICIPAIS LEOPOLDENSES; SINPROCAN.

Carta Aberta à população de Porto Alegre sobre o fim das Eleições para Direções de Escolas imposto pelo Prefeito Melo¹

Movimento ELEIÇÃO também é EDUCAÇÃO²

Desde 1985, Porto Alegre pactuou eleição direta para direção de escolas públicas, com participação de toda comunidade escolar. Há 40 anos, portanto, este processo eleitoral tem se consolidado como exercício democrático e educativo praticado nas escolas, com pleno apoio das comunidades escolares. Também por isso a Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre (RME/PoA) é reconhecida mundo afora por sua construção coletiva, estudada em diversos países como inspiração para outras cidades.

Contudo, neste momento, o Prefeito Sebastião Melo e o seu Secretário Municipal de Educação, Leonardo Pascoal, passaram a impedir a comunidade escolar de exercer seu direito de votar! Um retrocesso antidemocrático e autoritário que a comunidade, que participa de todo aquele reconhecimento pedagógico, jamais imaginou viver.

Na quarta-feira, 22 de janeiro de 2025, a pedido do Prefeito Melo e do seu secretário Pascoal, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) concedeu uma liminar favorável à ação direta de inconstitucionalidade, para contornar a disposição de eleição direta para escolha de diretoras(es) das escolas da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre, previsto na Lei nº 12.659/20.

Trata-se de uma decisão juridicamente bastante controversa, pois a liminar valida o argumento de que há ameaça do princípio constitucional de gestão democrática da educação justamente pela prática de eleições com participação de toda a comunidade escolar para a direção das escolas! Ou seja, o *Prefeito e o Secretário de Educação consideram que a comunidade eleger as Direções das Escolas por voto NÃO é democrático!*

Retirar o direito de voto é grave

Mas a gravidade maior está nos efeitos deste enorme retrocesso pedagógico. *Extinguir a eleição para direção desconsidera princípios básicos de polí-*

¹ Publicado originalmente no perfil do “Instagram” do Movimento, em 7 fev. 2025: <https://tinyurl.com/4fcjrbp8> e republicado na reportagem “Movimento de ampla participação se une contra suspensão das eleições para diretores e vices em escolas municipais de Porto Alegre”, por Kátia Marko, jornalista e editora-chefe do “Jornal Brasil de Fato RS” em 7 de fev. 2025.

² O Movimento “ELEIÇÃO também é EDUCAÇÃO” é formado por professoras(es) universitárias(os), diretoras(es) e professoras(es) da RME/POA, vereadoras(es), representantes de Defensoria Pública, movimentos sociais e sindicatos.

ticas públicas,³ pois diminui as condições das comunidades cobrarem a mantenedora e darem transparência aos problemas que ocorrem em cada uma das escolas da rede. Extinguir a eleição para direção é desconsiderar a participação da comunidade como parte essencial do aprendizado cidadão cuja responsabilidade é um dos objetivos pedagógicos mais importantes das escolas.

Acreditamos que a eleição é uma forma da comunidade escolar manifestar suas opiniões e suas insatisfações pela maneira como o bem público é gerido. Mas o *Prefeito de Porto Alegre* e o seu *Secretário de Educação* acreditam que *a comunidade escolar NÃO tem condições de tomar decisões*. Com esta medida, defendem a posição de que somente a Prefeitura sabe o que é melhor para as escolas e que cargos políticos por indicação são mais capacitados para tomar essa decisão do que mães e pais de crianças e adolescentes, do que as(os) próprias(os) estudantes e do que trabalhadoras(es) em educação que vivem o dia-a-dia da escola. Imaginar que toda essa comunidade escolar não é capaz de decidir quais são as pessoas mais preparadas para gerir a escola é retirar o direito de decidirem sobre seu próprio futuro, de reconhecerem seu passado e avaliarem seu presente.

A quem interessa o fim da experiência democrática?

A comunidade escolar precisa ter o direito garantido de escolher em quem confia. *Retirar seu direito de votar é uma estratégia que tem justamente a intenção de afastar a comunidade de dentro da escola*. Só quem já viveu uma eleição escolar compreende o poder pedagógico dessa experiência dentro do campo da educação para estudantes, suas famílias, professoras(es) e funcionárias(os). É na garantia da eleição que toda a comunidade aprende, como protagonista, sobre propostas de governo, promessas de campanha, responsabilidade fiscal e outras vivências de processos políticos e comunitários.

É importante não esquecermos a finalidade e o papel da educação para além de aprender a ler e escrever. A escola tem a responsabilidade de ensinar a *ser e conviver*. As e os estudantes e suas famílias têm o direito de aprender a ler a sua realidade e o mundo para transformá-los. Ao retirar o direito de participação em processos eleitorais nas escolas, o Prefeito Melo e seu Secretário de Educação Leandro Pascoal estariam temerosos de estudantes e comunidade com capacidade crítica, capazes de defender seus interesses e de lutar por suas necessidades reais?

³ Veja no texto "Contra-argumentação à liminar do Prefeito Melo que acaba com eleições para direção nas escolas de Porto Alegre", também presente nesta publicação.

Melo retira eleição em meio a escândalos de corrupção

É muito importante contextualizar a manobra do Prefeito Sebastião Melo de retirar as eleições para direção das escolas e tornar as/os atuais diretoras/es e vice-diretoras/es ilegais. Ele faz isso num contexto de recentes e repetidos escândalos de corrupção na Secretaria Municipal de Educação (SMED).

O fato que deve ter motivado o Prefeito a fazer isso é que *diretoras/es das escolas denunciaram e contribuíram com depoimentos sobre os esquemas de corrupção da Prefeitura*. Tanto no inquérito “Verba Extra” quanto na “Operação Capa Dura”, as direções eleitas pela comunidade cumpriram sua responsabilidade e seu dever ético de zelar pelo bem público. Assim, não há como não se preocupar com o loteamento de cargos públicos a partidos ligados à atual gestão.

Eleição também é Educação

Diante, destes efeitos que ameaçam seriamente a qualidade da educação no município, defendemos que Eleição também é Educação. Quando uma comunidade escolar decide quais devem ser as(os) gestoras(es) de suas escolas, ela reafirma, coletivamente, *a importância de processos democráticos, de valores de cidadania, do compromisso com o espaço público, da participação direta como prática de ação educativa e política*.

A história da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre é potente e mobiliza muitas pessoas que batalham todos os dias por ela e que por ali já passaram, em condições cada dia mais precárias de estudo e trabalho, pelas políticas de sucateamento de sua infraestrutura e de recursos humanos, reforçados nos últimos governos. Essas pessoas merecem respeito!

Podem querer roubar o direito de votar, mas jamais roubarão a força da grande comunidade escolar de Porto Alegre de lutar!

Eleição também é Educação!

A vivência democrática também é Educação!

A luta também é educadora!

Contra-Argumentação à medida do Prefeito Melo que quer acabar com Eleições para Direção nas Escolas de Porto Alegre¹

Movimento ELEIÇÃO também é EDUCAÇÃO²

Em meio a tantos escândalos recentes protagonizados pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre na área da Educação, temos agora mais um: o projeto de acabar com as eleições para direção nas escolas públicas de Porto Alegre. O plano foi anunciado com estardalhaço no dia 22 de janeiro deste ano, data em que foi divulgada a decisão liminar do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) favorável à ação direta de inconstitucionalidade, que, dias antes, havia sido apresentada pela Procuradoria do Município de Porto Alegre a pedido do Prefeito Sebastião Melo e do seu Secretário da Educação, Leonardo Pascoal.

Essa liminar obtida pela Prefeitura passa *por cima da disposição de eleição direta para a escolha de diretoras(es) das escolas da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre - RME/POA*, consagrada em legislações municipais de prefeituras de diferentes orientações ideológicas, e vai na contramão do sentido para onde apontam as melhores políticas educacionais. Não há dúvidas de que se trata de um ataque contra o interesse público, contra a democracia e contra a educação.

Esta medida da Prefeitura e do novo Secretário da Educação tem o potencial de promover um grande retrocesso. Se não for revertida, a medida de pôr fim à eleição para direções das escolas pode *colocar a RME/PoA na contramão tanto dos rumos das melhores práticas e políticas educacionais no Brasil, quanto dos valores e dos objetivos democráticos que nossa sociedade consagrou na Constituição de 1988*. É verdade que precisamos aprimorar e avançar na educação pública do município. O descaso das últimas gestões e a aplicação de uma agenda de precarização do serviço público têm feito com que a rede fique aquém em índices específicos. Mas certamente o avanço não se dará com medidas autoritárias e retrógradas como essa.

Para dimensionar o retrocesso, basta ver (dever de casa que foi “esquecido” pelo Prefeito e seu Secretário) que a extinção das eleições para direção infringe o Plano Nacional de Educação 2014-2024, que, em sua

¹ Publicado originalmente no perfil do Instagram do Movimento, em 7 fev. 2025: <https://tinyurl.com/56uxbk4p> e republicado em edição da jornalista Betina Gehm, do “Jornal Sul21”, em 22 fev. 2025, sob o título: “Mais um escândalo da Smed: a deposição de diretores eleitos nas escolas (Movimento Eleição Também é Educação)”.

² O Movimento “ELEIÇÃO também é EDUCAÇÃO” é formado por professoras(es) universitárias(os), diretoras(es) e professoras(es) da RME/POA, vereadoras(es), representantes de Defensoria Pública, movimentos sociais e sindicatos.

Meta 19, estipula:

Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

E destoa também da atual versão do Novo Plano Nacional de Educação 2025-2034, cujo Projeto de Lei, ora em tramitação no Senado, tem como seu 17º Objetivo: “Assegurar a participação social no planejamento e na gestão educacional”. Para tanto, é elencada a Meta 17: “Assegurar que todos os diretores escolares sejam selecionados com base em critérios técnicos e em consulta à comunidade escolar”.

Para dimensionar a gravidade da medida da Prefeitura, é preciso entender como ela é um ataque: I. Contra o interesse público; II. Contra a democracia; III. Contra a educação.

I - Contra o interesse público

A Prefeitura alega que esta medida é para melhorar a gestão das escolas. No entanto, tanto o mandato anterior do prefeito quanto a argumentação na petição inicial da Procuradoria deixam dúvidas sobre a efetividade dessa alegação. A medida parece estar a serviço de um plano que quer apenas aumentar o controle de cima para baixo, apostando suas fichas em uma centralização. Está desenhada para buscar melhorias tão rápidas quanto fugazes, tão vistosas quanto aparentes, em alguns índices de avaliação institucional, a um custo alto e duradouro: o comprometimento da diversidade e da pluralidade das escolas municipais de Porto Alegre.

O que se quer é introduzir um modelo que dificulta a publicização dos problemas de cada uma das escolas, levando à sobreposição das prioridades ideológico-partidárias do Prefeito às demandas elegidas como importantes pela própria comunidade. Retirar o processo de escolha de direção das escolas acaba dificultando, por exemplo, que outros casos de corrupção, como os denunciados por direções eleitas, venham à tona.

Em sua petição inicial ao Judiciário, a prefeitura alega que deixar a comunidade participar da escolha dos dirigentes das escolas fere a prerrogativa de “livre nomeação e exoneração” do poder Executivo para cargos de confiança. Sem garantias de continuidade da gestão escolar não há garantia de continuidade das políticas educacionais. Essas, assim como tantas outras políticas públicas, exigem construção de longo prazo e não podem responder aos caprichos do gestor.

Estudos estatísticos demonstram que uma maior permanência da diretora/diretor no cargo melhora o aprendizado das(os) estudantes; e o binômio eleição e critérios de seleção e desempenho aumenta a permanência do diretor no cargo, de acordo com relatório publicado pela Fundação Itaú Social.³ A tendência das redes de educação no país caminha para um aumento do modelo de eleição para a direção.⁴

A arbitrariedade na escolha de cargos da administração não é um princípio democrático, tampouco pode ser um princípio absoluto. Caso contrário, carreiras públicas não teriam qualquer sentido. *E é evidente que a prerrogativa do Executivo de livre nomeação e exoneração não deve se sobrepor ao interesse público.* Denunciar casos de corrupção, divulgar falhas de infraestrutura, defender melhores condições de trabalhos para trabalhadoras(es) em educação tendem a não agradar.

Não há problemas em se introduzir “critérios de mérito e desempenho” para a escolha de diretoras(es) das escolas. Se houver uma construção democrática desses critérios, há muita margem para aprimorar o vigente artigo 22 da Lei Municipal 12.659, que visa condicionar a manutenção das direções a métricas de desempenho inatingíveis. *A introdução desses critérios, no entanto, não tem de implicar o desmonte da política de eleição, pelo contrário.*

São as Redes que conjugam “critérios de mérito e desempenho” com eleição que obtêm os melhores resultados na educação pública. São diversos os estudos que têm atestado que este modelo híbrido garante tanto incentivos para a qualificação da gestão, quanto um processo que permite que a liderança e o projeto da direção sejam referendados por toda a comunidade escolar. O fim da eleição de direções de escola não promove nenhuma melhora de gestão. Ele vai contra o interesse público e provê todas as condições para assistirmos a mais precarização, mais ingerência e mais controle.

2 - Contra a democracia

Melo argumenta que a eleição direta fere o princípio constitucional da gestão democrática. Aqui encontramos o aprisionamento da prefeitura a uma jurisprudência vetusta do STF, largamente ignorada pela realidade do ensino

³ Fundação Itaú Social. “Relatório de avaliação econômica: o processo de seleção de diretores nas escolas públicas brasileiras.” - São Paulo: Fundação Itaú Social, 2015, p.45.

⁴ BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). “Censo Escolar revela panorama sobre diretores e docentes.” 2024. Disponível em: <https://tinyurl.com/y3wa87tk> Acesso em: 01/02/2025 e ALFANO, Bruno. Por mais verba federal, redes diminuem número de diretores de escolas escolhidos por indicação política. “O Globo,” Rio de Janeiro, 22 fev. 2024. Disponível em: <https://tinyurl.com/mem4k485> Acesso em: 01/02/2025.

*público do país, inclusive pelo próprio Prefeito Sebastião Melo em seu primeiro mandato.*⁵

A eleição direta para diretora(or) de escolas é uma inovação que acompanha o próprio processo de democratização do país (BARROS & MENDONÇA, 1998). Não sem pioneirismo, a RME/PoA introduz a eleição direta para direções de escola por uma lei de 1985 e, mesmo que seu formato tenha sido modificado, o instituto foi preservado por lei municipal de 2020. *São quase quarenta anos da prática de eleição democrática na rede de Porto Alegre! 37 anos sob a atual Constituição Federal de 1988.* Ao longo de todo este tempo, passando por governos de esquerda, de centro e de direita, sua constitucionalidade nunca foi contestada! No Brasil, redes de ensino federais, estaduais e municipais possuem eleição direta para direção. Na própria rede de escolas estaduais do Rio Grande do Sul, vige, desde 1995, a eleição direta. A Lei Estadual nº 16.088, aprovada em 2024, reafirma, no seu artigo 48, o princípio de eleição de diretoras(es) sem qualquer contestação judicial.

A verdade é que *a escolha da direção por eleição não só não fere o princípio constitucional da gestão democrática como é a sua mais bem-acabada configuração jurídica!* Como assinalado, desde a redemocratização, a tendência é o aumento das eleições nas escolas. As contestações jurídicas são feitas somente por quem ainda tem saudades de um passado autoritário, ou seja, pelas mesmas pessoas que acreditam que uma vitória eleitoral basta para que possam se furtar a atender aos princípios e aos valores que a sociedade consagrou na sua Constituição.

A liminar concedida pelo Tribunal de Justiça à Prefeitura não cria segurança jurídica. Pelo contrário, cria insegurança. Viola prerrogativa do Legislativo, viola a participação popular e aplica um entendimento jurídico dissociado da realidade do modelo de escolha de diretores de toda a rede estadual e de vários municípios do RS.

3 - Contra a educação

A Prefeitura também argumenta que esta medida vai melhorar a educação. Ora, já mencionamos que a correlação mostrada em estudos educacionais atesta que eleição direta, quando conjugada com “critérios de mérito e desempenho”, contribui com os indicadores educacionais da Rede. Mas importa afirmar ainda que *a eleição direta para direções de escola não vai contra o processo de ensino-aprendizado, mas o integra.*

Debates, trocas de opiniões sobre projetos para escola, apresentação de planos de gestão para a comunidade, tudo o que cerca uma eleição e a

⁵ PORTO ALEGRE. “Lei n. 13.218”, de 6 de setembro de 2022. Disponível em: <https://tinyurl.com/y7m5xc6t>

posterior gestão das(os) eleitas(os) só contribui para que a escola se enriqueça e potencialize os processos de aprendizagens das(os) estudantes no interior da sala de aula. Retirar o direito de votar é uma estratégia que tem justamente a intenção de afastar a comunidade da escola, e rebaixar o que se entende por educação.

Toda a comunidade escolar de Porto Alegre, toda cidadã e todo cidadão que dão valor à educação não podem deixar que o Prefeito e seu Secretário passem por cima da participação democrática nas escolas. É hora de ir à Câmara Municipal para convencer vereadoras e vereadores, de esquerda, de centro e de direita, a não permitirem que sua prerrogativa de legislar seja cassada por um ato autoritário da atual administração municipal. É hora de ir para as ruas para convencer a sociedade que não podemos permitir mais esse retrocesso. O futuro da educação pública requer mais participação social, não menos. Só resgatando o vínculo entre cidadania e educação seremos capazes de reforçar a esperança na escola pública!

Referências:

- ALFANO, Bruno. Por mais verba federal, redes diminuem número de diretores de escolas escolhidos por indicação política. *O Globo*, Rio de Janeiro, 22 fev. 2024. Disponível em: <https://tinyurl.com/mem4k485> Acesso em: 01 fev. 2025.
- BARROS, Ricardo P.; MENDONÇA, Rosane. O impacto de três inovações institucionais na educação brasileira. *Texto para Discussão n. 566*. Brasília: IPEA, 1998.
- BRASIL. *Plano Nacional de Educação (2014-2024)*. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br>.
- BRASIL. *Novo Plano Nacional de Educação (2025-2034)*. Projeto de Lei n. 2614, de 27 de junho de 2024. Disponível em: <https://tinyurl.com/3hyvkzw7>
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Censo Escolar revela panorama sobre diretores e docentes*. 2024. Disponível em: : <https://tinyurl.com/y3wa87tk>. Acesso em: 01 fev. 2025.
- FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL. *Relatório de avaliação econômica: o processo de seleção de diretores nas escolas públicas brasileiras*. São Paulo: Fundação Itaú Social, 2015. Disponível em: <https://tinyurl.com/5nh67vrX>
- INSTITUTO UNIBANCO. *Aprendizagem em foco*. n. 12, jun. 2016. Disponível em: <https://tinyurl.com/3zshfjzw>
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Webinário: *Diretores Escolares: uma análise dos processos seletivos*. Disponível em: <https://tinyurl.com/5n7xs64e>. Acesso em: 01 fev. 2025.
- PORTO ALEGRE. Lei n. 13.218, de 6 de setembro de 2022. Disponível em: <https://tinyurl.com/y7m5xc6t>
- PORTO ALEGRE. Procuradoria-Geral do Município. Gabinete do Procurador-Geral. Assessoria para Assuntos Especiais e Institucionais. Jhonny Prado Silva (Procurador-Geral do Município de Porto Alegre), Carolina Teodoro Falleiros (Procuradora Municipal de Porto Alegre). *Petição Inicial*. Porto Alegre, 2025.
- RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça. *Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 5010815-87-2025.8.21.7000*. Relator: Des. Ney Wiedemann Neto. Porto Alegre, 2025.
- RIO GRANDE DO SUL. Lei n. 16.088, de 10 de janeiro de 2024. *Dispõe sobre a Gestão Democrática do Ensino nas Escolas Públicas Estaduais e dá outras providências*. Diário Oficial do Estado, n. 8, 11 jan. 2024.

Educadores denunciam ataque à gestão democrática nas escolas municipais de Porto Alegre¹

Coletivo afirma que Prefeitura está 'disseminando medo' para facilitar a implementação de interventores nas escolas

Em janeiro, a Prefeitura de Porto Alegre conquistou na Justiça o direito de preencher os cargos de diretor e vice-diretor das escolas da rede municipal por nomeação direta do Prefeito Sebastião Melo (MDB). O Coletivo de Professoras e Professores de História da Rede Municipal de Educação de Porto Alegre (CPHIS) manifesta repúdio à retirada do direito das comunidades escolares de elegerem livremente suas direções e denuncia o que chama de “novas punições providas da Secretaria Municipal de Educação (SMED)”.

Em nota, o Coletivo afirma que o governo Melo se valeu de uma brecha no plano legal e agora está “destituindo os diretores das Escolas, retirando a participação das comunidades e desarticulando as equipes e seus projetos pedagógicos construídos no coletivo”. Para o grupo, a eleição é um dos “mecanismos que possibilita barrar desmandos providos do poder centralizado, garantindo a autonomia e impessoalidade nas gestões escolares”.

Com isso, segundo o grupo, está ocorrendo “transferência de educadoras(es) de suas escolas de origem com intuito de facilitar a implementação de interventores”. Tal medida é considerada uma prática “de disseminar o medo, de coagir, punir dissidentes, usar de oportunismo, dividindo colegas de trabalho no serviço público, para governar sob um regime autoritário e centralizador”.

Quando a Prefeitura conquistou a liminar, o Secretário Municipal de Educação, Leonardo Pascoal, defendeu que a decisão respeita o previsto na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Segundo ele, a legislação define que a gestão democrática nas escolas não se dá pela eleição de diretores, mas sim pela participação das comunidades escolares nos Conselhos Escolares e na construção dos projetos político-pedagógicos.

“Nós respeitamos integralmente isso. É fundamental que haja alinhamento, não ideológico ou político, mas programático, entre as equipes diretivas e a Secretaria Municipal de Educação, para que seja possível implantar o programa para a educação que foi escolhido democraticamente pela população nas urnas”, disse Pascoal.

¹ Publicado originalmente como matéria editada pelo jornalista Marcelo Ferreira, no Jornal Br de Fato RS, a partir de Nota do CPHIS sobre a Defesa da Gestão Democrática na RME/PoA, em 1 de mai. 2025.

Confira a nota do CPHIS.

Nota do CPHIS em defesa da Gestão Democrática na RME/POA

Vivenciamos, recentemente, na antevéspera de mais um primeiro de maio – data que homenageia as lutas históricas da classe trabalhadora – novas punições providas da Secretaria Municipal de Educação (SMED). Trata-se da transferência de educadoras(es) de suas escolas de origem com intuito de facilitar a implementação de interventores, retirando o direito das comunidades escolares de elegerem livremente suas direções, a partir de planos de gestão, debates e escrutínio público.

No início de 2025, Sebastião Melo (MDB) e seu secretário da educação, Leonardo Paschoal (PL), se valeram de uma brecha no plano legal e conseguiram uma liminar que considerou inconstitucional a Lei que regulamenta as eleições de diretoras(es) nas escolas municipais de Porto Alegre. Precisaram agir logo para fazer valer na prática essa liminar, que contradiz qualquer lógica do conceito de gestão democrática nas escolas e no próprio Sistema Municipal de Educação, haja visto os ataques e o apequenamento do papel do Conselho Municipal de Educação, promovidos pelo mandato anterior do prefeito Melo (MDB). E, assim, vai destituindo os diretores das Escolas, retirando a participação das comunidades e desarticulando as equipes e seus projetos pedagógicos construídos no coletivo.

A prática dessa gestão da SMED é de disseminar o medo, de coagir, punir dissidentes, usar de oportunismo, dividindo colegas de trabalho no serviço público, para governar sob um regime autoritário e centralizador. Usam, ainda, os índices de desempenho de algumas turmas de estudantes, com testes padronizados e apenas em dois componentes curriculares, depois de uma pandemia aterradora e de uma enchente devastadora para justificar, de forma absurda, tal ação.

Entendemos que a eleição para direção das escolas, ainda que limitada, é um dos mecanismos que possibilita barrar desmandos providos do poder centralizado, garantindo a autonomia e a impessoalidade nas gestões escolares. Além disso, pode ser um espaço de denúncia das práticas, por exemplo, de corrupção na SMED – noticiadas fartamente na imprensa e objeto de investigação do Tribunal de Contas. Ou de crítica da equivocada e ineficaz política pedagógica e curricular implementada pela gestão anterior e atual do prefeito Melo (MDB), bem como da falta de recursos humanos, materiais e financeiros que precariza, até mesmo, a oferta de merenda escolar.

É o aprimoramento do processo de eleição das direções, com ampla e direta participação da comunidade escolar, e não sua extinção, que vai possibilitar a qualificação da aprendizagem na práxis cotidiana de vivências da gestão democrática.

Acreditando na força da luta, nós, do Coletivo de Professoras e Professores de História da Rede Municipal de Educação de Porto Alegre (CPHIS), manifestamos repúdio às tentativas de constranger o pleno desenvolvimento da gestão democrática nas escolas e o amordaçamento à própria participação das comunidades. Ressaltamos a importância da autonomia das direções e do Conselho Escolar com a premissa fundamental da impessoalidade e eficiência no serviço público para a construção de um regime realmente democrático.

Porto Alegre, 29 de abril de 2025.

Coletivo de Professoras e Professores de História
da Rede Municipal de Educação de Porto Alegre (CPHIS)



Comunidade Escolar se mobiliza contra fechamento de Turmas e dos Cursos Normal/Magistério¹

A manhã desta quinta-feira (30/10) foi marcada por uma grande mobilização em defesa da educação pública. O Ato Unificado contra o fechamento de turmas e dos cursos Normal/Magistério reuniu estudantes, educadores, pais e mães, além de representantes sindicais e parlamentares.



A atividade, organizada pela Atempa, Simpa e 38º e 39º Núcleos do CPERS, e com a participação da comunidade escolar, teve início em frente ao Palácio Piratini e seguiu em caminhada até o Paço Municipal de Porto Alegre. O objetivo da mobilização foi pressionar o governador Eduardo Leite e o prefeito Sebastião Melo para que não fechem turmas no ensino fundamental e nos cursos de Normal/Magistério.

Durante a atividade, uma comitiva formada por lideranças sindicais, parlamentares e representantes das comunidades escolares foi recebida por integrantes do governo estadual. O grupo solicitou uma reunião para tratar do tema, que teve o compromisso de ser agendada pelo governo estadual, com a participação de representantes das entidades sindicais e da comunidade escolar.

¹ Nota informativa difundida nas redes sociais do SIMPA em 1 nov. 2025.

Também será realizada uma audiência pública na próxima terça-feira (4/11), às 10h30, na Assembleia Legislativa, para debater a situação das escolas. Além disso, foi confirmado que o secretário de Educação, Leonardo Pascoal, participará da sessão da próxima segunda-feira (3/11), da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, que tratará deste assunto. Todos estão convidados para acompanhar essa sessão.

Resultado direto da pressão das comunidades escolares e das entidades representativas da categoria, das 21 escolas estaduais ameaçadas de fechamento de turmas e cursos pelo governo, 12 já tiveram o recuo da medida.

Após o ato em frente ao Palácio Piratini, os manifestantes seguiram em caminhada até o Paço Municipal, encerrando a mobilização com palavras de ordem em defesa da educação pública e da valorização das e dos profissionais da educação.

PORTO ALEGRE NÃO SE VENDE! PORTO ALEGRE SE DEFENDE!!!
SOMOS MUNICIPALÍ@S, SOMOS PORTO ALEGRE E VAMOS RESISTIR!

#SimpaSindicato #SomosPortoAlegre #Vamos

Magistério no Emílio Meyer, FICA!¹

Estudantes da Escola Municipal de Educação Básica Emílio Meyer

Somos estudantes que se levantam em defesa da educação e do direito de estudar.

Nas últimas semanas, fomos surpreendidos com o aviso de que nossa escola não poderá mais abrir turmas de Magistério no próximo ano, visto que foi decretado o fim do curso no Colégio Emílio Meyer.



Ao longo da sua história, essa escola foi pioneira na formação de educadores(as) para o nosso município, não só pela qualidade exemplar do ensino, mas também por ser uma das escolas com maior acessibilidade para estudantes da periferia realizarem o sonho de se tornarem educadores e educadoras.

O fechamento do curso de Magistério no Emílio Meyer representa um retrocesso na educação de Porto Alegre, pois priva a comunidade do acesso à formação pública e de qualidade.

Não descansaremos enquanto nossos direitos não forem assegurados. Denunciamos aqueles que priorizam o lucro em detrimento da educação pública, como tem feito a gestão de Sebastião Melo e de Eduardo Leite.

Queremos ser professores e professoras para formar novas gerações e garantir o acesso à educação no nosso município.

Lutaremos pela permanência do Magistério no Emílio Meyer e te convidamos a se somar nessa luta!

Magistério no Emílio Meyer, FICA!

#magisterionoeмилиomeyerfica #educação #foramelochinelão #foraeduardoleite

¹ Veiculado originalmente no perfil do "Instagram" @magisteriofica em 17 out. 2025.

Canção óbvia

Enquanto te espero
trabalharei os campos
e conversarei com os homens.
Suarei meu corpo, que o sol queimará;
minhas mãos ficarão calejadas;
meus pés aprenderão o mistério dos caminhos;
meus ouvidos ouvirão mais,
meus olhos verão o que antes não viam,
enquanto esperarei por ti.

Não te esperarei na pura espera
porque o meu tempo de espera
é um tempo de quefazer.
Desconfiarei daqueles que virão dizer-me
em voz baixa e precavidos:
É perigoso agir
É perigoso falar
É perigoso andar

É perigoso esperar, na forma em que esperas,
porque esses recusam a alegria de tua chegada.

(...) Estarei preparando a tua chegada
como o jardineiro prepara o jardim
para a rosa que se abrirá na primavera.

Paulo Freire.

Pedagogia da indignação.
São Paulo: Unesp, 2000. p. 5

Depois dos textos, uma nota final, camada de pele adicional. Após a face, a outra face. O duplo que busca o complemento, reverso, antítese. Posfácio. Eis aqui um pequeno texto que fecha *Não em nosso nome! Textos de combate na defesa da educação pública*. Entretanto, apresentar a outra face, para nós e os nossos, as nossas, não significa subserviência e passividade. Alinhamo-nos entre aquelas e aqueles que recusam a dar a outra face

para ser espancada mais uma vez pela barbárie promovida pelo neoliberalismo, pela ideologia fascista, pela destruição necrófila, pelos tecnocratas autoritários, pela fúria obsessiva que sonha com a retirada de quaisquer direitos da classe trabalhadora, sobretudo de sua parcela mais vulnerável, que são as comunidades periféricas.

Apresentar a outra face implica, para nós, não apenas na resiliência, mas na resistência ativa à barbárie de um projeto de educação nefasto e privatista e, ao mesmo tempo, a afirmação dos sonhos libertários, de memórias coletivas insurgentes e de um projeto de educação alternativo ao existente, plural, inclusivo, radicalmente democrático, cidadão, laico, público. Por isso dizemos: *Não! Não em nosso nome!* Não às políticas de desmonte da educação pública no município de Porto Alegre sob um governo que tem a condução de Sebastião Melo (MDB) e Leonardo Pascoal (PL) na pasta da educação.

Apresentar a outra face é, para nós, necessária e dialeticamente, manifestar uma oposição organizada, que nasce de redes de proteção que refutam a solidão pedagógica e os individualismos narcisistas, que constroem pertencimentos que nos auxiliam a enfrentar as violências cotidianas as quais estamos submetidas(os). Um movimento que não dicotomiza a denúncia fundamentada em argumentos consistentes, sólidas pesquisas, sistematização de práticas contra-hegemônicas, a participação ativa e a luta política organizada junto aos instrumentos de organização de nossa classe.

Sim, temos a convicção de que a palavra é também uma arma de combate. Ela expressa para todas e todos que aqui se fizeram presentes, gritos de indignação, manifestações de revolta que ecoaram na arena pública. Palavras que trouxeram lucidez, sensibilidade e a inteligência de gente guerreira que, na labuta cotidiana, encontrou tempo para se associar e tecer admiráveis produções coletivas. Palavras que romperam as cercas da indiferença e do conformismo, que ousaram dizer não aos senhores da casa-grande e aos capitães do mato a eles subservientes. Palavras que se insurgiram contra o arbítrio, a censura, as tentativas de amordaçamento de nossas vozes, de vigilância dos nossos corpos, de mitigação da autonomia docente. Palavras que se aquilombaram na forma de textos que testemunharam práxis de resistências, de beleza, de alegrias insuspeitas colhidas desde o chão das salas de aula, que capturam, com sensibilidade e afeto, olhares, gestos, sentimentos, energias vitais de uma estudantada ruidosa e alegre que não aparece nos índices míopes de Ideb algum. Palavras em caixa alta, que exaltaram com

firmeza a dignidade do trabalho docente. Palavras em caixa baixa, que nos emocionaram a partilhar dos mutirões de solidariedade que atravessaram fronteiras institucionais e aliançaram corações e mentes em torno das boas lutas pela justiça social, ambiental e curricular. Palavras que circularam das telas para as salas de aula, que ganharam novos cômodos em consciências, que provocaram reflexões. Palavras-rastilhos de esperanças, embebidas de utopias que acenderam rebeliões.

Paulo Freire se encontrava no exílio, com sua esposa e os cinco filhos, na Suíça. Peregrinou pela Bolívia, Chile e Estados Unidos. Sete anos depois do golpe empresarial-militar de 1964, tinha dúvidas se voltaria um dia à sua querida Recife, onde fora perseguido, preso injustamente e sumariamente exonerado das funções que exercia na Universidade. Era 1971 e, apesar de tudo, um Freire telúrico nunca deixou de sonhar e se preparar com afincos e esperança para sua volta, que não se dissociava do retorno à democracia no país — o que aconteceria anos mais tarde. Foi em Genebra que ele escreveu um lindo poema, presente na abertura do livro *Pedagogia da indignação*, do qual extraímos um trecho, como epígrafe neste posfácio e no qual nos inspiramos para prosseguir na jornada de esperança crítica.

Nos diz Freire em *Canção Óbvia*: “Não te esperarei na pura espera / porque o meu tempo de espera / é um tempo de quefazer.” Eis nossa baliza ética e política. Nosso tempo é hoje! Sob urgências, nos aproximamos em uma frente plural, porque não há saída sob o flagelo que individualiza responsabilidades e não se faz coletividade em movimento. O texto de Freire nos provoca, cinquenta anos depois de sua escrita, a não nos calarmos: “Desconfiarei daqueles que virão dizer-me / em voz baixa e precavidos: / É perigoso agir / É perigoso falar / É perigoso andar”. Para em seguida retrucar, se dirigindo aos indiferentes e covardes: “É perigoso esperar, na forma em que esperas, / porque esses recusam a alegria de tua chegada”.

Freire voltou ao Brasil em 1980 e teve uma vida longa; partiu deste plano aos 75 anos. Apesar das perseguições e detrações, voltou gigante do exílio. E é cada vez maior. Ele continua a iluminar nossos caminhos de resistência. E é com esse espírito freireano de esperança, parideira de novos mundos, que, mesmo sob condições adversas, não nos rendemos aos tempos difíceis. Freire nos provoca a não abrir da utopia encarnada: “Estarei preparando a tua chegada / como o jardineiro prepara o jardim / para a rosa que se abrirá na primavera”.

Depois de tudo¹



Dois Luzeiros

Encerramos este posfácio, escrito na antevéspera de um 20 de novembro, com um convite à leitura adicional de um texto que produzimos na entrada da primavera e justamente homenageia dois luzeiros a sinalizar os caminhos da luta: Mateus Aleluia e Paulo Freire.

Marco Mello, César Rolim, Liliane Giordani

¹ Depois de Tudo. Álbum: Estado de espírito. Roberto Barreto, Manoel Cordeiro, Pupillo. Máquina de Louco, 2024. 4m22s. Composição: Manoel Cordeiro, Roberto Barreto. Interpretação: Roberto Barreto: guitarra baiana, guitarra baiana acústica, kalimba; Manoel Cordeiro: guitarra, violão, teclado; Pupilo: beats, programações, percussão, efeitos; Alberto Continentino: baixo. Disponível em: <https://tinyurl.com/4a44ku33> e no QR code.

Mateus Aleluia e Paulo Freire: dois luzeiros a sinalizar os caminhos¹

Mateus Aleluia e Paulo Freire guardam uma conexão de proximidade a partir do qual é possível estabelecer um diálogo fecundo

César Rolim, Marco Mello, Liliane Giordani

*Quando eu vim pra esse mundo
Eu mostrei minha cara
Sem marcar bobeira
Cantei o meu canto
E fiquei por cá.*

Fogueira Doce – Mateus Aleluia (2017)

*A cultura é também aquisição sistemática
da experiência humana, mas uma aquisição
crítica e criadora, e não uma justaposição
de informações armazenadas na inteligência
ou na memória e não incorporadas no ser
total e na vida plena do homem.
Conscientização – Paulo Freire (1979, p. 21)*

Mateus Aleluia no Entreluzeiros

Na noite da terça-feira, 16 de setembro de 2025, o Salão de Atos da UFRGS, em Porto Alegre, se converteu em um espaço ritualístico de celebração ancestral conduzida pela voz grave e presença encantadora de Mateus Aleluia, 81 anos, filho de Cachoeira, no Recôncavo baiano, um dos grandes mestres da música brasileira e referência essencial das tradições e da religiosidade afro-brasileira.

O cantor, compositor e instrumentista, integrante histórico de Os Tincoãs, inaugurou a série *Entreluzeiros*, do Projeto Unimúsica 2025/ 2026, em um espetáculo de intimidade, devoção, profundidade e potência que acalentou o coração das mais de 1100 pessoas presentes. Em sua companhia, no palco, esteve o talentoso pesquisador, educador popular e percussionista uruguaio-gaúcho Mimmo Ferreira.

Não foi apenas uma noite absolutamente memorável, com a presença de um mestre talentoso, terno e sábio, vigoroso nas suas convicções de afirmação da dignidade humana e da luta antirracista. Foi uma aula aberta de um extraordinário educador, pesquisador inquieto da cultura popular, em uma

¹ Artigo de Opinião publicado originalmente no Jornal Sul 21 em 22 set. 2025.

Universidade Pública que aos poucos busca a democratização plena de seus espaços de trabalho bem como diálogos permanentes com a comunidade acadêmica através, especialmente, de sua Extensão Universitária.

Paulo Freire presente sempre!

Na sexta-feira, dia 19 de setembro, lembramos outro educador, o maior entre nós, que completaria 104 anos de idade: Paulo Freire, o Patrono da Educação Brasileira. Freire continua vivo em cada sala de aula, em cada movimento popular e na luta de educadoras(es) que se movem na direção de uma educação libertadora. Sua pedagogia revolucionária, marcada pelo diálogo, pela criticidade e pelo horizonte emancipatório, rompeu com a ideia de educação bancária e colocou educadoras(es) e educandos como sujeitos ativos da transformação social.

Mais de um século após seu nascimento, sua obra continua influência decisiva para quem defende a escola pública, democrática e popular. Lembrar Paulo Freire (1921-1997), portanto, é manter viva a luta por uma educação pública de qualidade, pelo respeito às trabalhadoras e aos trabalhadores da educação e pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Na obra de Paulo Freire, e em nós, a amizade no ensinar e aprender consiste em estar encantada(o) e juntas(os). Uma pedagogia que promove o conceito de comunidades de aprendizagem pressupõe diálogos solidários com a comunidade, diálogos que se entrecruzam nos debates políticos em movimentos de cidadania, do conhecimento cultural, significando o conhecimento escolarizado. Compreender o estar na escola como ato político e de cidadania é muito mais do que frequentar suas turmas, avançar no conteúdo e receber o diploma de conclusão. Estar na escola é cidadania na medida em que o texto da escola dialogue criticamente com propostas de gabinetes e gerenciamentos das políticas oficiais. Como lembra Freire (2000), as diferentes formas de opressão e de dominação existentes em um mundo apartado por políticas neoliberais e excludentes não retiram o direito e o dever de homens e mulheres mudarem o mundo, através da rigorosidade da análise da sociedade.

O propósito da pedagogia não deveria ser o consenso que monopoliza, o entendimento que cala. Paulo Freire afirma que o propósito emancipatório da pedagogia é romper com o 'embrutecimento' do pensar, é divergir, é viver a diversidade. Pensar os currículos possíveis na educação, que privilegiem os projetos de interesse, planejamento, autonomia e aprendizagens em rede, pode favorecer a produção movente de conhecimento e subjetivação. Há tantos modos de pensar os currículos, modos de pensar diferente o currículo.

Dois luzeiros

Esses dois nordestinos, Mateus Aleluia (BA) e Paulo Freire (PE) guardam uma conexão de proximidade a partir do qual é possível estabelecer um diálogo fecundo, ainda que tal relação não se estabeleça de maneira tão direta ou declarada. São ambos dois luzeiros fundamentais, profundamente comprometidos com a valorização da cultura e de saberes populares, sujeitos de grande sapiência, frutos também de muito estudo sistematizado. Neles se percebe concepções da arte e da educação indissociáveis da dimensão política, partejadoras de novas sensibilidades e novos mundos. Tanto em Freire como em Aleluia, percebe-se uma vívida e transbordante orientação de suas andarilhagens pela centralidade do diálogo, pela curiosidade epistêmica e pela esperança utópica, entendida como práxis transformadora.

Paulo Freire, em sua *Pedagogia do oprimido*, afirma a importância de uma educação que promova um processo dialógico, capaz de reconhecer e legitimar os saberes populares e as experiências históricas de educandas(os): “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1987, p. 68).

De forma semelhante, Mateus Aleluia utiliza a música como veículo de afirmação da ancestralidade africana no Brasil, resgatando tradições banto e jeje-nagô em diálogo com a religiosidade afro-brasileira. Nesse sentido, a música de Aleluia pode ser compreendida como prática educativa, que promove a conscientização e fortalece identidades historicamente marginalizadas.

Outro ponto de convergência entre Freire e Aleluia está na dimensão da esperança. Freire cunhou o verbo esperar como ação crítica diante da realidade, rejeitando a passividade e apostando na transformação coletiva. Freire lembra que “a esperança é necessária, mas não é suficiente. Ela, só, não ganha a luta, mas sem ela a luta fraqueja e titubeia. Precisamos da herança crítica, como o peixe necessita da água despoluída” (FREIRE, 1992, p. 5).

Aleluia, por sua vez, traduz essa perspectiva em sua produção musical e discursiva, concebendo a ancestralidade não apenas como memória, mas como horizonte de futuro. Em entrevista, o artista afirmou: “Minha música é espiritualidade, é a busca da dignidade do ser humano através da ancestralidade africana que nos habita” (ALELUIA, 2017).

Assim, Freire e Aleluia compreendem seus fazeres como gestos políticos. Para o educador pernambucano, educar é sempre um ato político, na medida em que implica escolhas éticas e sociais. Para o artista baiano,

cantar é também resistir, afirmando a cultura afro-brasileira ou afro-barroca sempre com uma perspectiva histórica, como lembra Aleluia (2021): “a nossa vinda para cá, esse nosso esquecimento, essa nossa lembrança, isso é muito importante para que a gente nunca esqueça a nossa vinda d’África, para que por mais que nós envelheçamos e vamos esquecer coisas recentes, mas nunca vamos esquecer as coisas passadas que nos referendam e que realmente nos alimentam”.

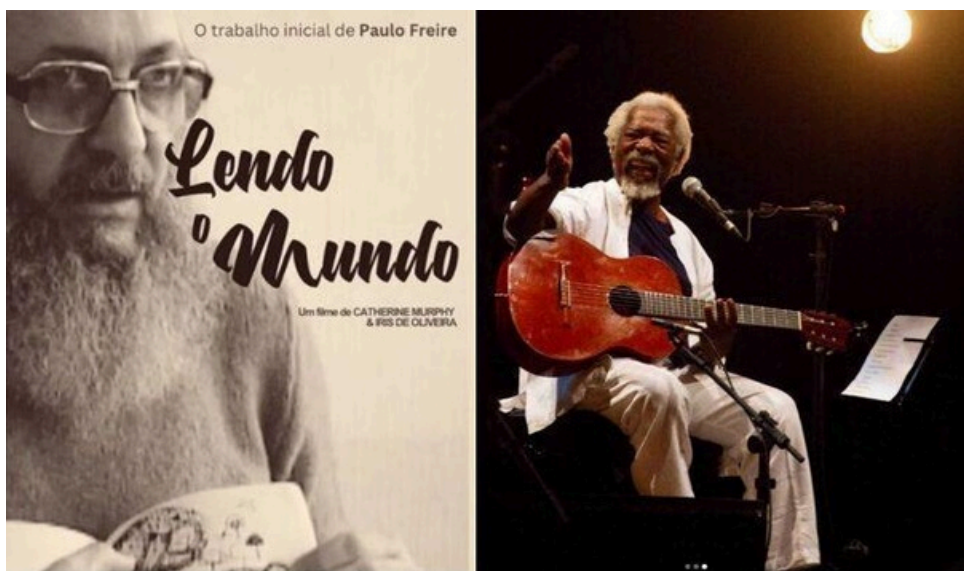


Foto: Documentário Lendo o mundo/Divulgação. Foto: @pietroscpl

Para ir além: Mateus Aleluia e Os Tintoões

Para quem ainda não teve a oportunidade de assistir ou ouvir o trabalho de Mateus Aleluia, que tem 60 anos de carreira e viveu cerca de vinte anos em Angola, recomendamos inicialmente buscar a discografia (4 álbuns) do célebre grupo vocal e percussivo *Os Tintoões*, do qual Mateus Aleluia foi integrante, em especial o Canto Coral Afro-brasileiro (1983/2023), recuperado de uma gravação original por Aleluia e remasterizado pelo talentoso Tadeu Mascarenhas.

Mateus Aleluia lembra que esse trabalho iniciou em meados de 1963, tentando fazer releituras dos cânticos do candomblé, da umbanda, pois “essas coisas todas, as cantigas de roda que eram dos momentos de folguedos que era quando não estávamos no sacro, que nós estávamos no supostamente profano. Dentro da cultura afro não existe profano e nem sacro, a vida se mistura. A vida é uma vida, essa coisa de sacro e profano já foi uma imposição de uma colonização religiosa para a gente”. (Martins, 2018).

Mateus Aleluia tem cinco álbuns gravados: *Cinco sentidos* (2009), *Fogueira doce* (2017), *Olorum* (2020), *Afro canto das nações* (2025) e o recente *No amor não mando* (2025), o mais livre de seus trabalhos, além de participações em álbuns de diversos músicos brasileiro. Todas as produções estão disponíveis nas plataformas digitais.

Outra oportunidade de conhecer mais sobre Aleluia que, aliás, aniversaria no próximo dia 25, é assistir ao documentário *Aleluia: o canto infinito dos Tincoãs* (2020), dirigido pela cineasta Tenille Bezerra, que também foi projetado em sessão na Sala Redenção (Campus Central da UFRGS) no início da semana passada, com a presença da diretora. O filme recupera imagens e histórias preciosas de *Os Tincoãs*, e destaca Mateus Aleluia no processo de elaboração de seu segundo disco em sua jornada de autoconhecimento, de valorização de sua ancestralidade e raízes africanas e afrobrasileiras, além de revelar seu profundo comprometimento com uma ética e estética da libertação, como poeta, músico e intelectual extraordinário que é.

Lendo o Mundo com Paulo Freire

Os primórdios das experiências com a educação de adultos de Paulo Freire, sobretudo no Nordeste brasileiro, tiveram em 2025 um registro à altura, através do documentário *Lendo o mundo*, vencedor da categoria no Festival de Cinema de Gramado. O filme, de 70 minutos, dirigido por Catherine Murphy e Iris de Oliveira, recupera, através de registros da época e entrevistas com alfabetizados, educadores e pesquisadores, uma experiência piloto de alfabetização de adultos, realizada em 1963, em um pequeno município do Rio Grande do Norte, Angicos. Nela, foi aplicada uma pioneira metodologia de alfabetização a partir da investigação da realidade local, seus problemas e universo vocabular, que ficou conhecida como “Aprender a ler e escrever em 40 horas”, que projetou Paulo Freire nacionalmente. Apesar do sucesso da iniciativa e a meta de sua ampliação no Governo de João Goulart, o golpe empresarial-militar de 1964 cortaria na raiz a iniciativa, levando, entre outros, Paulo Freire ao um exílio por 16 longos anos.

O filme também conta com uma trilha sonora composta por expoentes da cultura nordestina, como Chico César, Bia Ferreira, Cláudio Rabeca e Quinteto da Paraíba.

Freire e Aleluia fundamentais

Nesta semana, que marcou também o início da primavera, nossa saudação, com afeto e imensa admiração, a esses dois mestres, Mateus Aleluia e Paulo Freire, que habitam nossos corações e nos convidam, com sensibilidade e firmeza, para estarmos juntas(os) e em movimento, no reencantamento do mundo!

Referências:

- ALELUIA, Mateus; SIQUEIRA, Sérgio. *África do lado de cá: diálogos entre Angola e Recôncavo Baiano*. Salvador, 2021.
- ALELUIA, Mateus. Fogueira Doce. *Entrevista concedida ao jornal O Globo, Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2017*. Disponível em <https://encurtador.com.br/ujR8P>. Acesso em: 19 setembro de 2025.
- ALELUIA, Mateus. Disponível em: <https://mateusaleluia.com.br/> Acesso em: 19 de setembro de 2025.
- ALELUIA, Mateus. *Entrevista para GP-PensamentoNegroContemporâneo UFSB* (16 de novembro de 2020) – Mateus Aleluia – Música, ancestralidade e letramento. Disponível em: <https://slmk.com/fAv5b>. Acesso em 19 de setembro de 2025.
- BEZERRA, Tennile (Dir.) *Aleluia: o canto infinito dos Tincoãs*, BR, Sanzala Cultural & Talismã Filmes, 2020, 70 mins.
- FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação – cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- LIMA, José Carlos. *Os Tincoãs e a ancestralidade afro-brasileira na música popular*. Salvador: EDUFBA, 2019.
- MARTINS, Lucas. *Amigos do Axé – Entrevista em 10 de setembro de 2018 – Pai Paulinho e Mateus Aleluia*. Disponível em: <https://shre.ink/SLHd>. Acesso em 19 de setembro de 2025.
- MURPHY, Catherine; OLIVEIRA, Iris de. (Dir.) *Lendo o mundo*. Documentário, BR; EUA, 2025, 70 mins.
- OS TINCOÃS. *Canto Coral Afrobrasileiro*. Dadinho, Mateus e Badu. Produção: Adelson Alves. Gravação: Estúdios Transamérica/RJ, 1983. Masterização: Tadeu Mascarenhas. Sanzala Cultural, 2023.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Alice Lewkowicz – Psicanalista, Integra o Grupo Rodaviva da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre (SPPA).

Aline Kerber – Socióloga e Especialista em Segurança Pública e Cidadania (UFRGS). Presidenta de Honra da Associação Mães e Pais pela Democracia (APMD). Foi Presidenta do Conselho Municipal de Educação de Porto Alegre (2023-2025) e Vereadora de Porto Alegre (2021, 2022).

Amarildo Veiga – Professor de Geografia na RME/PoA. Licenciado em Geografia (ULBRA/Canoas) e Especialista em Gestão Pública Municipal (UFSM).

Anderson Barcelos Martins – Doutorando e Mestre em Educação (PPGEDU/UFRGS). Especialista em Orientação Educacional e em Gestão Educacional (UNILASALLE), Bacharel e Licenciado em Filosofia (PUCRS).

André Dornelles Pares – Professor de Filosofia e ex-vice-diretor de escola, eleito, na RME/PoA. Jornalista, Mestre em Ciências da Comunicação (Unisinos), Mestrando Ensino de Filosofia (UFRGS.) Diretor de Comunicação da Associação Brasileira de Ensino de Filosofia (ABEFil).

Ângela Saikoski Delavechia – Professora dos Anos Iniciais na RME/PoA, atualmente lotada na EMEF Morro da Cruz. Pedagoga (FACED/UFRGS) e Mestre em Educação (PPGEDU/FACED/UFRGS).

Camila dos Reis – Professora de Matemática e Robótica na RME/PoA. Licenciada em Matemática (UFRGS), Especialista em Educação Especial e Inclusiva (Uninter) e Mestre em Matemática (UFSM). Atualmente compõe a Diretora da ATEMPA.

Carlos Eduardo Berwanger – Professor de Educação Física na RME/PoA desde 2005. Especialista em Educação Psicomotora (FAPA). Mestre e doutor em Ciências do Movimento Humano(UFRGS).

César Rolim – Professor de História na RME/POA. Técnico Administrativo em Educação na UFRGS. Graduado em Licenciatura em História (FAPA), Mestre em História (UFRGS). Compõe a atual Coordenação da ASSUFRGS e a atual Diretoria do SIMPA.

Cláudia Porcellis Aristimunha – Diretora do Museu da UFRGS. Licenciada e Bacharel em História (UFRGS). Mestre em História (PUCRS) e Doutoranda em Museologia Social (ULHT-Portugal). Coordenadora adjunta do projeto de Extensão/UFRGS - PoAncestral.

Christian Lindberg Lopes do Nascimento – Professor do Dpto. de Filosofia da Universidade Federal de Sergipe (UFS), do PPG em Filosofia (UFS) e do Prof-Filo (UFPE). Graduado em Filosofia (UFS), Doutor em Filosofia da Educação (UNICAMP). Coord. do Observatório de Filosofia (OBSEFIS) e diretor de Políticas Educacionais da Associação Brasileira de Ensino de Filosofia (ABEFil).

Clarice Gorodicht – Professora de Língua Portuguesa e de Literatura no Colégio Estadual Júlio de Castilhos (REE/RS). Professora aposentada na RME/PoA. Graduada em Letras (PUCRS), Especialista em Psicopedagogia; Doutora em Educação (PUCRS).

Davi Teles Dietrich Lessa – Professor dos Anos Finais na RME/PoA, Coordenador do Espaço Educativo Afro-Brasileiro e Indígena (EEABI) na EMEB Emílio Meyer. Geógrafo (UFRGS). Doutorando em Ensino de Geografia (PosGea/UFRGS).

Denise Lahude – Psicanalista, Integra o Grupo Rodaviva da SPPA - Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre.

Evandro Alves – Professor da área de EJA do Dpto. de Estudos Especializados (FACED /UFRGS). Pedagogo. Mestre e Doutor em Educação (UFRGS).

Fabiano Bossle – Professor da Graduação e de Pós-graduação da UFRGS. Coord. do Curso de Educação Física da UFRGS. Pesquisador de Educação Física Escolar e de Paulo Freire. Mestre e doutor em Ciências do Movimento Humano (UFRGS).

Filipe Ribas de Aguiar – Professor de Educação Física da RME/PoA desde 2016. Mestre em Educação (UFRGS).

Francisco Goldschmidt Filho – Professor de Educação Física da RME/PoA. Licenciado e bacharel em Educação Física (UFRGS). Especialista em Gestão Escolar (Centro Universitário SENAC), Mestre em Ciências do Movimento Humano (UFRGS).

Fernanda Feltes – Servidora técnica administrativa em Educação na UFRGS. Graduada e Mestra em História (UFRGS), doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade. Integra a Comissão da Memória e da Verdade Enrique Serra Padrós (UFRGS).

Flávia Maltz – Psicanalista, Integra o Grupo Rodaviva da SPPA - Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre.

Frederico Duarte Bartz – Técnico em Assuntos Educacionais na UFRGS. Historiador, Mestre e Doutor em História (UFRGS). Coordenador do Curso de Extensão: Caminhos Operários em Porto Alegre, onde divulga a história, a memória e o patrimônio da classe trabalhadora na capital gaúcha.

Geana Taisa Machado Krause – Professora na Sala de Integração e Recursos na RME/PoA. Mestre em Educação (UFRGS), jornalista, psicopedagoga institucional e clínica, especialista em Educação Especial e Inclusiva e neuropsicóloga.

Giovane Dutra Zuanazzi – Professor de História na RME/POA, Licenciado e Mestre em História (UFRGS).

Inara Zanuzzi – Professora do Dpto de Filosofia/IFCH/UFRGS, Doutora em Filosofia (UFRGS), vice-coordenadora do Mestrado Profissional em Filosofia (PROF-FILO/UFRGS).

Inês Maria Vicentini – Professora aposentada de História da RME/PoA. Integra o Coletivo de Professoras e Professores de História da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre (CPHIS) e a Coord. do Coletivo PoAncestral.

Jaqueline Custódio – Advogada, Especialista em Direito Público. Bacharel em Artes Visuais. Ativista pela preservação do patrimônio cultural. Mestra em Museologia e Patrimônio (UFRGS) e Doutoranda no PPG em Planejamento Urbano e Regional (UFRGS). Conselheira representante da Região Sul no Conselho Nacional de Políticas Culturais (MinC, 2023/2025).

Janice Sacchi de Freitas – Professora de Anos iniciais da RME/POA, atualmente vice-diretora da EMEF Presidente Vargas, Pedagoga e Especialista em Educação de Jovens e Adultos (UNIASSELVI).

João Maurício Farias – Educador da Rede Estadual de Educação (RS) Indigenista, cientista social e produtor de audiovisuais. Graduado em Ciências Sociais (UFRGS), Mestre e Doutorando em Psicologia Social e Institucional (UFRGS). Integra o Observatório Indigenista e compõe como convidado a Curadoria em Povos Originários do Coletivo PoAncestral.

José Luis Machado – Servidor aposentado (UFRGS) e colaborador convidado /UFRGS junto ao CPD/UFRGS. Licenciado e Bacharel em Ciências Sociais/UFRGS. Mestre em Engenharia da Produção/EENG (UFRGS).

Josiane Mozer – Bacharel e licenciada em História (USP), Doutora em História (UFRGS) e pós-doutoranda em Jornalismo e Editoração (ECA/USP).

Katiuscha Lara Genro Bins – Professora da Sala de Integração e Recursos (SIR) do CMET Paulo Freire da RME/PoA. Doutora em Educação (PUCRS).

Laura Fonseca – Professora da Faculdade de Educação/UFRGS. Doutora em Educação (UFRGS).

Liliane Giordani – Professora da Faculdade de Educação/UFRGS. Doutora em Educação (UFRGS) e Diretora acadêmica do Fórum pela Inclusão Escolar de Porto Alegre (FACED/UFRGS).

Lizeane Fortes – Professora de Matemática e ex-diretora de escola, eleita, na RME/POA. Mestre em Matemática.

Luciana de Oliveira Nunes – Professora da RME/PoA, Mestre e Doutora em Ciências do Movimento Humano (UFRGS).

Ludmilla Alves Fagundes – Professora de Educação Infantil na RME/PoA. Pedagoga e especialista em Educação Infantil (Unisinos).

Magali Menezes – Professora da Faculdade de Educação e do PPG/EDUC /UFRGS. Doutora em Educação (UFRGS) Mestre e Doutora em Filosofia (PUCRS). Atualmente é vice-presidente da Associação Sul Americana de Filosofia e Teologia Interculturais (ASAFTI), e do Centro de Estudos Brasileiros sobre Emmanuel Lévinas (CEBEL).

Magaly Wainstein – Psiquiatra, co-coordenadora do grupo Rodaviva/Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre (SPPA). Coordenadora da Infância e Adolescência do Itipoa - Psicanálise e Criatividade, membro do Sankofa - Ações Afirmativas.

Marco Aurélio Freire Ferraz – Professor aposentado da RME/PoA. Doutor em Educação (Faced/UFRGS). Presidente do Fórum pela Inclusão Escolar de Porto Alegre.

Marco Mello – Professor aposentado de História da RME/POA. Historiador (UFPel) e Mestre em Educação (UFRGS). Integra o Coletivo de Prof. de História da RME/PoA (CPHIS) e o Coletivo PoAncestral.

Marcus Vianna – Professor de História na RME/PoA, Mestre em História (UFRGS), membro da Coordenação da Rede Emancipa.

Mariângela Bairros – Professora da Faculdade de Educação/UFRGS. Doutora em Educação (UFRGS).

Mateus Saraiva – Professor da Faculdade de Educação da UFRGS. Doutor em Educação (UFRGS).

Michelle Cavalcanti – Professora de Artes na RME/POA. Graduada em Música, Mestre e Especialista em Educação Musical (UERGS). Compositora, intérprete, instrumentista e arranjadora. Idealizadora e regente da Orquestra Sons do Morro, em Porto Alegre.

Miriam Lemos – Professora aposentada da RME/PoA, Graduada em Ciências Sociais (UFRGS). Mestre e Doutora em Educação (PPGEDU/UFRGS). Educadora social, professora, pesquisadora e assessora de projetos sociais para adolescências e juventudes. Trabalhou na Educação Social de Rua - SMED/FASC; na Educação Social de Rua Comunitária (ASSAFOM/ CMDCA); na EMEF Porto Alegre (EPA) e no CMET Paulo Freire.

Nilson da Silva Araujo (Tòkunbò) – Professor do Centro Municipal de Educação dos Trabalhadores Paulo Freire - CMET Paulo Freire (RME/PoA), Graduado em Licenciatura em música (Universidade Metodista - IPA) e Especialista em Ensino e expressão da música (FEEVALE).

Nina Becker – Professora e Coordenadora Pedagógica na RME/PoA. Educadora no Cursinho Popular Pré-Universitário da Rede Emancipa. Graduada em Ciências Sociais/Licenciatura (UFRGS). Mestre em Sociologia (UFRGS).

Patrícia Zander Lopes – Técnica de Laboratório do Hospital de Pronto Socorro de Porto Alegre. Técnica de Laboratório (Escola Técnica em Saúde/Hospital de Clínicas de Porto Alegre).

Patrícia Velasco – Professora de Filosofia na Universidade Federal do ABC (UFABC). Presidenta da Associação Brasileira de Ensino de Filosofia/ABEFil. Bacharel, Licenciada, Mestre e Doutora em Filosofia (PUC-SP).

Paulo Sérgio da Silva – Professor de História e vice-diretor da EMEB Liberato Salzano da Cunha (RME/PoA). Mestre em desenvolvimento Rural, Doutor em Educação, pós doutorando em Educação (UFRGS).

Pedro da Silva Silveira – Orientador Educacional na EMEF Morro da Cruz (RME/PoA). Graduado em Educação Física (UFRGS). Mestrando em Educação (UFRGS).

Priscilla Tesch Spinelli – Professora Associada do Dpto. de Filosofia - IFCH/UFRGS. Coordenadora dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura em Filosofia e Doutora em Filosofia (UFRGS).

Rafael Arenhardt – Professor do Depto. de Estudos Especializados da FAGED e Professor Permanente do PPGENSAU/UFRGS. Pedagogo e Doutor em Educação (UFRGS).

Raiane Medeiros Pinheiro – Discente de Licenciatura em Artes Visuais/UFRGS e bolsista do Projeto Fazeres Pedagógicos (UFRGS).

Regina Maria Duarte Scherer – Professora aposentada da RME/PoA, Ex-diretora da EMEF Vila Monte Cristo, Mestre e Doutora em Educação (FAGED/UFRGS). Atualmente é pesquisadora colaboradora na área de financiamento da educação.

Renato Farias dos Santos – Professor aposentado da RME/PoA., Pedagogo, ex-diretor da EMEF Porto Alegre (EPA). Mestre e Doutor em Educação (PPGEDU/UFRGS). Participante do Projeto de Pesquisa e Extensão Passa e Repassa (UFRGS). Membro da Coordenação da Pastoral do Povo da Rua da Arquidiocese de Porto Alegre. Membro do CIAMP Rua de Porto Alegre e CIAMP Rua do RS.

Rodrigo Nickel – Professor de História e Coordenador do Cursinho Popular Pré-Universitário da Rede Emancipa em Porto Alegre. Licenciado em História (UFRGS).

Rosele Bruno de Souza – Professora de Anos Iniciais da RME/PoA, ex-diretora de escola da RME/POA e Diretora de Administração e Organização da ATEMPA. Graduada em Pedagogia (UFRGS). Especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica (FAPA).

Roselena Leal Colombo – Professora de História da RME/PoA, atualmente aposentada. Mestre em História (PUCRS). Escritora, compõe a Coordenação do Projeto PoAncestral.

Rúbia Vogt – Professora de Filosofia no Colégio de Aplicação da UFRGS e no Mestrado Profissional em Filosofia (UFRGS e UFABC). Doutora, mestre, licenciada e bacharela em Filosofia (Unisinos).

Silvana Brazeiro Conti – Professora aposentada de Educação Física da RME/PoA. Mestra em Políticas Sociais e Serviço Social (UFRGS), Doutoranda em Educação (UFRGS). Lésbica – Feminista. Militante da luta Antirracista.

Thomaz Campos e Souza – Historiador, Vice Presidente do Sindicato dos Motoristas de Aplicativos em Porto Alegre.

Vicente dos Santos Schneider – Professor de História na RME/PoA. Mestre em Ensino de História (UFRGS).

Victória Rocha – Estudante de Pedagogia (FACED/UFRGS). Integra o grupo Tambores de Freire.



Este livro foi impresso
pela Gráfica Grafiset
em dezembro de 2025.
Os tipos usados são
Cormorant Garamond
e Forum. O papel do
miolo é Pólen Soft 80g.